



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Isabella Gouveia de Oliveira

**O trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia: uma análise da
produção acadêmico-profissional**

Rio de Janeiro

2024

Isabella Gouveia de Oliveira

O trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia: uma análise da produção acadêmico-profissional



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Inês Simões Cardoso de Melo

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

O48 Oliveira, Isabella Gouveia de.
O trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia: uma análise da produção acadêmico-profissional / Isabella Gouveia de Oliveira. – 2024.
215 f.

Orientadora: Ana Inês Simões Cardoso de Melo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço social - Pesquisa - Brasil - Teses. 2. COVID-19, Pandemia de, 2020-
- Brasil - Teses. 3. Assistentes sociais - Brasil - Teses. 4. Pandemias - Brasil - Teses.
I. Melo, Ana Inês Simões Cardoso de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36:616(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Isabella Gouveia de Oliveira

O trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia: uma análise da produção acadêmico-profissional

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 21 de junho de 2024

Banca examinadora:

Profa. Dra. Ana Inês Simões Cardoso de Melo (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social- UERJ

Profa. Dra. Elziane Olina Dourado
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Profa. Dra. Inez Terezinha Stampa
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

À Ana Teresa, minha mãe, por tudo que ela foi, é e será.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família. Meus pais, Ana Teresa e Rogério, pelo apoio de sempre, o que não foi diferente no processo de mestrado. Agradeço por, mesmo que não compreendam a dimensão do mestrado e da vida acadêmica, me respeitarem, me apoiarem e se orgulharem sem limites. Agradeço por oportunizarem a possibilidade de ser a primeira geração a vivenciar a experiência inigualável de estar em uma universidade.

Agradeço às minhas avós, Libânia e Judite, pelo apoio e orgulho de que sempre me cercaram, e por compreenderem a minha ausência, mais presente que a minha presença, durante esse processo.

Agradeço aos meus tios Adir e Ana Cristina, por me acompanharem em todos os processos que vivencio, o que não foi diferente no mestrado.

Agradeço ao Leandro, meu companheiro, por compreender as ausências, pela sensibilidade de perceber quando o meu limite já havia sido atingido, já que esse limite, muitas vezes, não era respeitado por mim. Agradeço por me proporcionar maior equilíbrio nesse processo tão difícil.

Agradeço à Ana Inês, minha orientadora, por conseguir tornar esse processo menos difícil. Obrigada pelo processo de orientação, que não poderia ter sido melhor e mais humano. Obrigada pela sua presença tão intensa durante esse processo. Obrigada pelo compromisso e seriedade tão presentes no seu trabalho, mesmo na aposentadoria. Obrigada por ter me permitido vivenciar um processo tão produtivo e agregador, e ao mesmo tempo cercado de compreensão, humanidade, carinho, tranquilidade e preocupação comigo e com a minha pesquisa. Obrigada por sempre se preocupar com a minha saúde mental e meus limites, mesmo que eu não me atentasse a isso. Ana, ainda bem que o mundo acadêmico tem você.

Agradeço à Inez Stampa pelo nosso reencontro, por acreditar na minha capacidade de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico, pela oportunidade de adentrar no âmbito da pesquisa da temática do trabalho ainda na graduação, o que me deu base para chegar até aqui. Essa oportunidade despertou o interesse na pesquisa social, no tema do trabalho de assistentes sociais e no mestrado. Obrigada por fazer parte do meu processo, novamente, e com a sua compreensão e humanidade de sempre. Agradeço à Elziane Dourado, por aceitar participar da banca da qualificação e de defesa e pelos seus apontamentos, sempre muito construtivos e humanos. Ser avaliada por uma banca compreensiva e generosa auxiliou significativamente no processo.

Agradeço às minhas e aos meus colegas de turma pelo tanto que aprendi com a experiência delas(es) como assistentes sociais, principalmente à Bruna Benevides e Rosane Fratane. Obrigada pelo apoio, pelas palavras amigas, pelo carinho, pelas conversas intermináveis na intenção de que nenhuma de nós desistisse, e pelo apoio no início da minha atuação como assistente social. Vocês foram essenciais na minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) da regional de Pendotiba, em Niterói. Obrigada pelo apoio no mestrado, por tonarem meu cotidiano mais leve, pelo companheirismo e carinho no início da minha vida profissional. Tudo isso me ajudava a ter mais ânimo em escrever ao retornar para casa. Estarão para sempre no meu coração.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo aprendizado proporcionado pelas aulas. Não é possível dimensionar o tanto que aprendi.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa, quando me concede uma bolsa de estudos para cursar o mestrado.

RESUMO

GOUVEIA DE OLIVEIRA, Isabella. *O trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia: uma análise da produção acadêmico-profissional*. 2024. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2024.

O objetivo deste estudo foi o de conhecer e analisar as principais tendências acerca do trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico de *coronavirus disease 19* (Covid-19), através de conhecimento e análise de parcela da produção acadêmico-profissional de Serviço Social. Trata-se de pesquisa bibliográfica, referenciada no materialismo histórico-dialético e de sistemática revisão, do tipo estado da arte, sobre três bases bibliográficas: periódicos científicos classificados como A1, na área de Serviço Social, pela QUALIS/CAPES, anais dos eventos XVII CBAS e do XVII ENPESS. Além de revisar teoricamente os temas trabalho; inserção do Serviço Social em processos de trabalho; natureza e papel do Estado capitalista e as políticas sociais; crise do capital e inflexões no Brasil e no contexto pandêmico, voltou-se para a sistemática revisão da produção acadêmico-profissional selecionada nas referidas bases. Com critérios de inclusão relacionados à pandemia, foram identificados 494 trabalhos e, entre eles, 144 produções que tratam do trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia. A produção acadêmico-profissional foi analisada sob duas ordens: a primeira, como uma síntese geral, composta por esses 144 trabalhos, em suas principais características e temas, a saber: predominância de estudos sobre políticas de Saúde e Assistência Social; acirramento da desproteção social e de inflexões das contrarreformas do Estado brasileiro no contexto pandêmico; problematização crítica da gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro; divisão sexual do trabalho, entre outros. Posteriormente, a análise se deteve em 56 trabalhos, tomando como critérios de inclusão, exclusivamente, experiências concretas de trabalho de assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais específicos e em três temáticas centrais transversais à produção acadêmico-profissional selecionada. São resultados principais relacionados às temáticas analisadas: a) *adoção das tecnologias da informação e comunicação (TICs)*, a despeito de seu reconhecimento como recurso facilitador, o ônus do trabalho; dilemas éticos; imposição de metas e produtividade; prejuízos a aspectos técnico-operativos; junção entre espaços de trabalho e da vida privada; e repercussões para a saúde dos trabalhadores, entre outros; b) *requisições e demandas profissionais*: necessidades colocadas aos(as) assistentes sociais por usuários, tais como, comprometimento da renda familiar; insegurança alimentar; negligências e violências; e demandas e requisições indevidas pela gestão; c) *precarização do trabalho*: seu aprofundamento, a partir de vínculos contratuais precários e baixa remuneração; sobrecarga e exigências de produtividade; condições e meios de trabalho inadequados, não fornecimento de EPIs; organização verticalizada de processos de trabalho e repercussões para a saúde. A despeito de importantes elementos proporcionados pela pesquisa, o estudo aponta para a reduzida produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais e, metodologicamente, para limitações identificadas nas bases de dados.

Palavras-chave: trabalho de assistentes sociais; pandemia de Covid-19; estado da arte.

ABSTRACT

GOUVEIA DE OLIVEIRA, Isabella. *The work of social workers in the context of the pandemic: an analysis of academic-professional production*. 2024. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2024.

The objective of this study was to understand and analyze the main trends regarding the work of social workers in the coronavirus disease 19 (Covid-19) pandemic context through knowledge and analysis of part of the academic-professional production of Social Work. This is a study referenced in the historical-dialectical materialism, and a systematic review, the kind of art type, on three bibliographical bases: scientific journals classified as A1, in Social Work, by QUALIS/CAPES, annals of the XVII CBAS events and XVII ENPES. In addition to theoretically reviewing the work themes; insertion of Social Work in work processes; nature and role of the capitalist state and social policies; capital crisis and inflections in Brazil and in the pandemic context, turned to the systematic review of academic-professional production selected on the mentioned bases. With inclusion criteria related to the pandemic, 494 works were identified and, among them, 144 productions that dealt with the work of social workers in the pandemic context. Academic-professional production was analyzed under two orders: the first, as a general synthesis, composed of those 144 works, in their main characteristics and themes, namely: predominance of studies on Health and Social Work policies; intensification of social lack of protection and inflections of the Brazilian State's counter-reforms in the pandemic context; critical problematization of the Bolsonaro government's management of the pandemic; sexual division of labor, among others. Subsequently, the analysis focused on 56 works, taking as inclusion criteria, exclusively, concrete work experiences of social workers in specific socio-occupational spaces and three central themes transversal to the selected academic-professional production. The main results related to the themes analyzed are: a) *adoption of information and communication technologies (ICTs)*, despite its recognition as a facilitating resource, the burden of work; ethical dilemmas; imposing goals and productivity; damage to technical-operational aspects; junction between work spaces and private life; and repercussions for workers' health, among others; b) *professional requests and demands*: needs placed on social workers by users, such as compromising family income; food insecurity; negligence and violence; and undue demands and requests by management; c) *precariousness of work*: its deepening, based on precarious contractual bonds and low pay; overload and productivity demands; inadequate working conditions and means, failure to provide PPE; vertical organization of work processes and health repercussions. Despite important elements provided by the research, the study points to the reduced academic production on the work of social workers, to limitations identified in the databases.

Keywords: work of social workers; Covid-19 pandemic; state of art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|---|-----|
| Quadro 1 – | Periódicos científicos nacionais, segundo classificação A1 da área de Serviço Social: Qualis/CAPES (2017-2020) | 92 |
| Figura 1 – | Processo de identificação e seleção da produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos A1 (Qualis/CAPES) | 97 |
| Tabela 1 – | Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES), 2021-2023 | 99 |
| Gráfico 1 – | Produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo áreas de política social: XVII ENPESS; XVII CBAS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES), 2021-2023 | 102 |
| Tabela 2 – | Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo experiências concretas e espaços sócio-ocupacionais por eixos temáticos: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/Qualis/CAPES), 2021-2023 | 109 |
| Quadro 2 – | Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo a adoção das TICs, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS, XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) | 115 |
| Quadro 3 – | Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo requisições e demandas, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS, XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) | 138 |
| Quadro 4 – | Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo precarização do trabalho, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS, XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) | 167 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social |
| ABESS | Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| BBC | British Broadcasting Corporation |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CadÚnico | Cadastro Único |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CBAS | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CLT | Consolidação das Lei de Trabalho |
| CNN | Cable News Network |
| CNPQ | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COFI | Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional |
| COVID-19 | <i>Coronavirus disease - 2019</i> |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| EBSERH | Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares |
| EC | Emenda Constitucional |
| Emulti | Equipe Multiprofissional |
| ENPESS | Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social |
| EPC | Equipamentos de Proteção Coletiva |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| FSS | Faculdade de Serviço Social |
| HU | Hospital Universitário |
| IA | Inteligência Artificial |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFPB | Instituto Federal da Paraíba |
| INSS | Instituto Nacional de Seguro Social |

| | |
|-----------|---|
| MP | Ministério Público |
| NASF | Núcleo de Apoio à Saúde da Família |
| OSC | Organizações Sociedade Civil |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| OS | Organizações Sociais |
| OSC | Organização da Sociedade Civil |
| PCD | Pessoa com Deficiência |
| PDRE | Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado |
| PEC | Proposto de Emenda Constitucional |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| Previ-Rio | Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro |
| PSS | Processo Seletivo Seriado |
| PSB | Proteção Social Básica |
| PSE | Proteção Social Especial |
| PUC-Rio | Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| PUC-RS | Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TICs | Tecnologias da Informação e Comunicação |
| TJ | Tribunal de Justiça |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UFES | Universidade Federal do Espírito Santo |
| UFJF | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFSB | Universidade Federal do Sul da Bahia |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| | INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE TRABALHO, A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PROCESSOS DE TRABALHO E AS POLÍTICAS SOCIAIS | 22 |
| 1.1 | Trabalho, processo de trabalho e assalariamento: fundamentos da formulação do Serviço Social como trabalho | 22 |
| 1.2 | O(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a) | 37 |
| 1.3 | O Estado capitalista e as políticas sociais: as organizações públicas como espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social | 46 |
| 2 | O CONTEXTO BRASILEIRO COMO SUBSTRATO DA PANDEMIA DE COVID-19 | 62 |
| 2.1 | As ofensivas do capital: mudanças do trabalho e (ultra)neoliberalismo no Brasil como substrato do contexto pandêmico | 62 |
| 2.2 | A pandemia de <i>Coronavirus Disease</i> (Covid-19), as especificidades no Brasil e as respostas do governo Bolsonaro | 72 |
| 3 | O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO PANDÊMICO E A PRODUÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL | 87 |
| 3.1 | Considerações metodológicas e caracterização da produção acadêmico-profissional de Serviço Social selecionada | 87 |
| 3.1.1 | <u>O corpus constitutivo do estado da arte e procedimentos de pesquisa</u> | 87 |
| 3.1.2 | <u>A produção acadêmico-profissional sobre trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico: caracterização geral</u> | 99 |
| 3.2 | O trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico de Covid-19: tendências centrais da produção acadêmico-profissional pesquisada | 108 |
| 3.2.1 | <u>A adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o trabalho de assistentes sociais na pandemia de Covid-19</u> | 111 |
| 3.2.2 | <u>Requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia e o recrudescimento de expressões da questão social</u> | 130 |
| 3.2.3 | <u>Precarização do trabalho de assistentes sociais e interfaces com a pandemia</u> | 164 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 187 |
| | REFERÊNCIAS | 201 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O estudo aqui apresentado tem como objeto de pesquisa o trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia de *Coronavirus Disease* (a Covid-19), a partir de parcela da produção acadêmico-profissional de Serviço Social¹, representada pelos trabalhos publicizados nos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (XVII CBAS) e do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XVII ENPESS), ambos realizados em 2022, e de artigos dos periódicos classificados com A1, pela área de Serviço Social, pela Qualis/CAPES, que corresponde à avaliação quadrienal do período 2017-2020.

O objetivo da pesquisa é o de conhecer e analisar a produção acadêmico-profissional de Serviço Social a respeito, procurando conhecer, identificar e problematizar os principais resultados e tendências sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia de Covid-19. Na abordagem do objeto de estudo considera-se duas dimensões centrais que devem ser contempladas na análise do trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico. De um lado, o contexto de crise do capital, com respostas através de mudanças na produção e no trabalho, bem como da intervenção estatal orientada por medidas (ultra)neoliberais², o que implica em refrações da questão social e seu aprofundamento nas últimas décadas. Isto é, considera-se que vem ocorrendo um recrudescimento da questão social, em distintas necessidades sociais de usuárias e usuários como mandatários(as) de políticas sociais – lócus e mediação central do trabalho de assistentes sociais – em um contexto de retração do Estado em suas funções sociais –, considerando as particularidades da realidade brasileira. Ou seja, tal contexto impacta os espaços sócio-ocupacionais nos quais os(as) assistentes sociais se inserem, incidindo nas condições e relações de trabalho no âmbito das políticas sociais e cujas inflexões a partir do ultraneoliberalismo são perceptíveis, contribuindo para seu desvelamento e

¹ Utiliza-se a expressão “produção acadêmico-profissional”, pois considera-se que tomaremos para o estudo, os artigos científicos e a produção veiculada nos eventos nacionais de Serviço Social mencionados e publicizada em seus anais. Nesses últimos, deve ser reconhecido que podem constar tanto artigos científicos quanto relatos de experiências, sistematização de ações e práticas, tendo em vista a característica desses eventos. Portanto, optou-se por assim denominar de forma a abranger a produção acadêmico-profissional que foi considerada para a sistemática revisão nesta pesquisa.

² Conforme mais à frente é delimitado, entende-se que é possível falar de ultraneoliberalismo no Brasil, especialmente a partir de 2016 e, portanto, a expressão (ultra)neoliberalismo é utilizada quando tratamos de momentos diversos (de neoliberalismo e de ultraneoliberalismo). Quando nos referimos ao período que se abre em 2016, utilizamos ultraneoliberalismo.

agudização no contexto pandêmico. De outro, a própria realidade de trabalho de assistentes sociais, como trabalhadores(as) assalariados(as) que são e, portanto, sujeitos às mesmas estratégias de gestão do trabalho adotadas na atualidade. Desse modo, essas estratégias adotadas pelo capital e suas refrações no Estado capitalista – em seu papel de suporte a esse ordenamento social – afetam todos os(as) trabalhadores e trabalhadoras, incluindo-se assistentes sociais, ainda que considerando a heterogeneidade da classe trabalhadora. Desse modo, o contexto pandêmico herda tais condições, expressa e aprofunda o que já vinha ocorrendo.

Para conhecer e analisar o objeto de pesquisa em questão, é fundamental atentar-se para o contexto geral em que está inserido o modo de produção capitalista. Marx (2013) explicita, acerca da lei geral da acumulação capitalista, sobre a influência que o aumento do capital tem sobre a classe trabalhadora. O autor argumenta que “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (Marx, 2013, p. 452), pois os(as) trabalhadores(as) lhe são essenciais e, contraditoriamente, perpetuam o que os tornam dependentes e subsumidos a esta ordem social. Marx (2013) expressa que, mesmo com um aumento do salário ocasionado pela necessidade de acumulação ultrapassando a oferta habitual, o caráter fundamental da produção capitalista não se altera. Desse modo, há a produção e reprodução do capital – capitalistas de um lado, e proletários, de outro, em uma relação de antagonismo e contradição.

É no cerne destas contradições que se pode observar a emergência da questão social e como ela se coloca neste modo de produção e reprodução da vida social. Netto (2001) explicita que a “questão social”³ é constitutiva das relações sociais capitalistas, sendo que a

‘a lei geral da acumulação capitalista’ [...] revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ [...]. (Netto, 2001, p. 45).

Para Iamamoto (2001), a questão social define-se, portanto, como “o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura [...]”. Complementa seu argumento evidenciando que “sua gênese [está associada ao] caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho [...]”. (Iamamoto, 2001, p.16). Ademais, relembra sua demarcação histórica, observando que a questão social guarda relação com “a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário

³ Netto (2001) observa que, a partir do declínio da ordem burguesa, o pauperismo intitula-se questão social.

Todavia, a expressão “questão social” passa a ser utilizada por conservadores. Aqui, naturaliza-se a questão social e torna-a objeto de ação moralizadora, fazendo-se presente o caráter reformista e a manutenção da ordem burguesa. Mas, em 1848, emerge o proletariado como classe, e entende-se a ‘questão social’ associada à sociedade burguesa e, desse modo, somente a supressão da primeira traria a supressão da segunda. A partir disso, o pensamento revolucionário identifica na expressão ‘questão social’ um subterfúgio conservador, o que faz com que esse autor empregue o uso da expressão ‘questão social’ sempre entre aspas. (Netto, 2001).

político” através da exigência do “seu reconhecimento enquanto classe”, reivindicando ações estatais para o acesso a direitos. (Iamamoto, 2001, p.17).

Iamamoto (2001) pondera sobre a questão social na atualidade evidenciando mediações necessárias que a reatualizam. Isto é, ainda que permaneça o núcleo estrutural e intrínseco de sua gênese e desenvolvimento nos marcos do modo de produção capitalista, enfatiza o contexto de crise do capital dos anos 1970 e suas estratégicas respostas a fim de avançar a acumulação e reprodução do capital, próprios ao momento de “acumulação flexível” (Harvey, 2008) e de (ultra)neoliberalismo. Assim, em um cenário de crises, as respostas que lhe são dadas inflexionam as contradições próprias a esse modo de produção e reprodução social, e recaem, mais uma vez, com o seu ônus para a classe trabalhadora, em detrimento do capital. Tais condições da atualidade aprofundam e reatualizam a questão social, o que torna pertinente o objeto tomado para estudo – o trabalho de assistentes sociais na pandemia.

No caso brasileiro, a partir dos anos 1990, a ofensiva neoliberal irá imperar na condução econômica e política, pois, nessa década, observa-se o Brasil inserindo-se em uma “nova ofensiva burguesa” (Behring, 2003, p. 113). Posteriormente, esse cenário de aprofundamento de medidas neoliberais é demarcado no país com o golpe de 2016, quando do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, momento a partir do qual observa-se o recrudescimento da condução econômico-política neoliberal, aprofundando políticas de austeridade fiscal e, em consonância, a retração do Estado em políticas públicas e sociais, atendendo aos interesses do capital, especialmente o rentismo, tendo em vista o domínio do capital financeiro nas últimas décadas. A chegada de Michel Temer ao poder, a partir de um golpe político-jurídico, simboliza o início de uma jornada rumo ao aprofundamento do desmonte de direitos sociais, que já eram fragilizados, considerando ser esta particularidade partícipe do capitalismo, especialmente de países de capitalismo periférico como o Brasil. Símbolos desse retrocesso são a PEC 95/2016 (Brasil, 2016), congelando os supostos “gastos”⁴ públicos por 20 anos para áreas de política social, especialmente a Saúde, a Assistência Social e Educação, bem como a implantação de uma contrarreforma trabalhista (Brasil, 2017), complexificando o cenário para a classe trabalhadora brasileira. Em sequência, com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do país, confirma-se o momento sombrio sob o qual o Brasil já se encontrava inserido, aprofundando-se o receituário ultraneoliberal, além de demais características particulares que expressaram a condução desse governo. A contrarreforma da Previdência Social, com a Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019 (Brasil, 2019), é encaminhada e aprovada em seu governo,

⁴ O uso de aspas quer evidenciar que não se deve considerar como “gastos” o investimento em políticas sociais.

constituindo-se em mais um dos elementos que expressam a orientação também ultraneoliberal de seu governo e um agravante das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Em suma, ao se referir a estes processos e ponderar o momento social, econômico e político que assolava o país desde antes da pandemia da Covid-19, é possível considerar que a realidade dos trabalhadores em geral já era afligida por problemáticas significativas, como fome, desemprego, pobreza, desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, a ofensiva neoliberal e de reestruturação da produção e do trabalho que se interpuseram à crise do capital, claramente delineada a partir dos anos 1970. É possível tratar de inflexões no neoliberalismo que acompanhou as décadas seguintes se espalhando em vários países do mundo, especialmente a partir da crise financeira de 2008, mas, no Brasil, esse processo, cunhado como ultraneoliberalismo, vem sendo claramente destacado, a partir de 2016, cujo marco é o golpe político-jurídico de Dilma Rousseff como explicitado. (Behring; Cislighi; Souza, 2020).

Todo esse contexto, entretanto, é exacerbado com a pandemia da Covid-19, no início de 2020. O negacionismo, a péssima gestão da pandemia e a priorização de interesses econômicos privados, principalmente do capital financeiro, sobre o interesse coletivo, a segurança e a vida da população, são atitudes do governo Bolsonaro que agravaram as consequências da pandemia, em um momento em que o ultraneoliberalismo (Behring; Cislighi; Souza, 2020) se torna a tônica da gestão econômico-política do país.

Desvelam-se e tornam-se mais agudas as expressões da questão social na atual conjuntura econômico-política e sociocultural do país. A fome (Alegretti, 2021)⁵, a pobreza (CEE/FIOCRUZ, 2021)⁶, o desemprego (IBGE, 2023)⁷, o desmonte proposital do Sistema Único de Saúde (SUS), a falta de investimento em Educação e Assistência Social, as

⁵ Em 2020, o país atingiu a marca de 19 milhões de brasileiros em situação de fome no Brasil. Cf. ALEGRETTI, L. Não é só efeito da pandemia: por que 19 milhões de brasileiros passam fome. In: *BBC News Brasil*. 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57530224#:~:text=Em%202014%2C%20o%20Brasil%20inclusive,%2C3%25%20dos%20domic%C3ADlios%20pesquisados>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁶ Entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, 17,7 milhões de pessoas voltaram à situação de pobreza. Cf. CEE – Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ Antonio Ivo de Carvalho. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil. In: _____. *Notícias: Covid-19*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 27 maio, 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁷ Nos anos de 2020 e de 2021, a taxa de desocupação chegou a atingir 14,9 milhões de pessoas, observada uma queda em 2022, em que atingiu, em seu pico, 11,1 milhões. Em 2023, o pico atingido foi o de 8,8 milhões. Cf. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 17 jul. 2023.

consequências do contingenciamento de “gastos” e/ou a priorização das elites, pelo governo federal, são problemáticas desnudadas com a pandemia que, somadas ao descaso da gestão do governo federal de então, culminam em consequências devastadoras. Desta forma, é possível entender que a pandemia da Covid-19 não é causadora de toda a problemática social e das expressões da questão social observadas. Todavia, aprofundando um quadro de crise já existente, acaba por contribuir para desvelar o sistema capitalista, cujas formas de acumulação são, historicamente, sustentadas na exploração e espoliação, mas que se reatualizam, em cada contexto histórico próprio ao atendimento às necessidades do capital.

Não perdendo de vista, portanto, as condições já postas pelas crises capitalistas, bem como a reorientação da produção, do “mundo do trabalho”⁸ e de (ultra)neoliberalismo, em termos de restauração do capital a fim de garantir sua reprodução, é que foram formuladas as questões de pesquisa – Como e de que forma o contexto pandêmico se soma a esses processos e incidem sobre o trabalho de assistentes sociais a partir da produção acadêmico-profissional identificada e selecionada? Quais são as principais tendências que podem ser identificadas na produção acadêmico-profissional do Serviço Social a respeito do trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico?

Procurando responder a estas questões centrais, esta pesquisa se propôs, pois, a conhecer e analisar o trabalho de assistentes sociais em suas relações com o contexto pandêmico identificando os elementos estruturais e conjunturais que incidiram – e, talvez, ainda incidam – nessa realidade e que foram objeto da produção acadêmico-profissional selecionada em eventos e periódicos do Serviço Social mencionados. Afinal, as consequências do contexto de crise, agudizado pela realidade pandêmica, são devastadoras, principalmente para uma parcela da população. Apesar do discurso de que “estamos todos no mesmo barco”, a pandemia assola especificamente a classe trabalhadora de forma incisiva, da qual considera-se, aqui, que o(a) assistente social faz parte. Desse modo, escolheu-se estudar o trabalho dessa categoria profissional de assistentes sociais, pois, pressupõe-se que é afetada pela pandemia por uma via de mão dupla: como trabalhadores(as) expostos(as) aos riscos que os demais trabalhadores enfrentam na pandemia – estando entre aqueles serviços essenciais que nem sempre conseguiram interromper, de fato, suas atividades nesse contexto – e por ter por objeto de seu

⁸ Por “mundo do trabalho” entende-se os processos sociais com diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho do fim do século XX ao início do século XXI, orientando-se pela submissão do processo de trabalho e da produção ao capital, em todo mundo e, por sua vez, as mudanças do “mundo do trabalho” no Brasil moldam novos contornos à questão social (Stampa, 2012). Para Ianni (1994), se aceita-se que ocorreu uma globalização do capitalismo, é possível afirmar que o mundo do trabalho também tornou-se global e, apesar de haver particularidades em cada país, há relações, processos e estruturas que são de alcance global e o constituem.

trabalho profissional as expressões da questão social, sendo essas ainda mais aprofundadas com a pandemia – que, como vimos, já se encontravam sob inflexões econômico-políticas em um contexto de crise e de ofensivas do capital sobre o trabalho e de retraimento das políticas sociais.

As expressões da questão social – realidade concreta e matéria de trabalho de assistentes sociais – se particularizam e devem ser objeto de pesquisa em meio a um contexto de crises e desmontes – ou seja, se (re)contextualizam, como já mencionado. Suas inflexões no que se refere às políticas sociais também precisam ser conhecidas, pois é junto a elas que os(as) assistentes sociais desenvolvem o seu trabalho. Acompanhando a condução que vinha sendo dada às políticas sociais, com restrições e/ou ausência de investimentos e desfinanciamento nas diferentes áreas de políticas públicas e sociais se tem a eclosão da pandemia de Covid-19.

As políticas sociais, locus do trabalho de assistentes sociais, estão inseridas e são partícipes do modo de produção capitalista – expressam a correlação de forças entre capital e trabalho, com avanços e retrocessos no que se refere ao acesso aos direitos sociais. Portanto, não estão isentas às crises intrínsecas a este modo de produção e à conseqüente inflexão sobre as refrações da questão social, que se expressam de formas mais intensivas e extensivas, proporcionando sobrecarga das políticas sociais. Por exemplo, pela própria condução ultraneoliberal e conseqüente retraimento do Estado, culminando em seu desmonte e precarização, como também pela própria reestruturação produtiva, que acomete a gestão e organização das políticas sociais e de sua força de trabalho. Tais elementos proporcionam um aumento intensivo e extensivo de demandas que incidem não apenas sobre as políticas sociais, mas sobre os trabalhadores que nelas atuam, e que também são acometidos pelas crises inerentes ao capitalismo e suas respostas, como já exposto.

Com o advento da pandemia, que traz demandas e preocupações relativamente novas, como a necessidade de isolamento social e com riscos mais evidentes e palpáveis à saúde, paralisação ou diminuição de algumas atividades – incidindo sobre o desemprego e precarização do trabalho –, entre outros, tais questões são ainda mais intensificadas. Isto é, se expressam sob um contexto de desmonte das políticas sociais e de retirada de direitos dos trabalhadores como ofensiva do capital sobre o trabalho frente suas crises.

Para o desenvolvimento desta pesquisa tem-se como quadro de referência o materialismo histórico-dialético, a teoria marxiana e marxista a respeito. Nesse sentido, procura-se ter nessas referências ferramentas necessárias tanto para o desenvolvimento teórico do tema quanto para a análise das produções acadêmico-profissionais que constituem o material de pesquisa, realizando sempre o movimento de procurar atravessar a aparência para atingir a

essência, ainda que considerando as limitações colocadas para a produção do conhecimento acadêmico-científico na captura da realidade – sempre mais ampla que análise que dela se faz.

Marx (2013), considerando que a realidade não é autoexplicativa, nos convida justamente a procurar ultrapassar a aparência do que se coloca para os humanos e chegar, assim, à essência, a fim de compreender o processo histórico. A aparência é o primeiro contato com a realidade, e o intuito é chegar à essência. Aparência e essência não devem, contudo, ser colocadas como contrárias, pois aparência e essência integram os fenômenos.

A proposta de estudo foi a de aproximar-se o mais fielmente possível da realidade, a partir do método marxiano. Para tanto, além de apresentar os fundamentos relacionados ao objeto de estudo em seus aspectos teórico-conceituais, o percurso de investigação contou também com pesquisa documental, principalmente de legislações e/ou fontes institucionais, bem como de dados secundários. A partir destes procedimentos, se voltou para o estudo do tipo estado da arte, em sistemática revisão da produção acadêmico-profissional da área do Serviço Social acerca do trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico, considerando, contudo, que os resultados de uma pesquisa expressam uma aproximação da realidade (Minayo, 1999).

Dessa forma, ressalta-se que esta é uma pesquisa caracterizada como estado da arte, de caráter bibliográfico, que se debruça sobre as produções acadêmico-profissionais que tratam do trabalho de assistentes sociais na pandemia. Recorreu-se, para isso, aos anais XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (XVII CBAS) e do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XVII ENPESS)⁹, bem como de artigos publicados sobre esta questão no período de 2020 a julho de 2023 em periódicos de Serviço Social classificados na categoria “A1” pela Qualis/CAPES. O material que compõe o *corpus* desta pesquisa bibliográfica é, portanto, proveniente dessas três bases da área de Serviço Social e disponíveis *online*.

O período de consulta e coleta de dados nas bases bibliográficas consideradas para a pesquisa é delimitado pela data do primeiro artigo identificado nessas revistas do ano de 2020 até julho de 2023, tendo sido considerado o tempo hábil para a realização da pesquisa de mestrado. A identificação dessa produção acadêmico-profissional permite conhecer e desvelar o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico, possíveis impactos da pandemia problematizados pelos autores, como se deram em diferentes áreas de políticas sociais e suas principais tendências referidas nesta produção acadêmico-profissional.

⁹ É pertinente lembrar que a temática mais ampla tanto do XVII ENPESS quanto do XVII CBAS também se relacionam proximamente ao nosso objeto de estudo nesta pesquisa, quando assim são denominados, respectivamente: “*Questão social, pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora*” e “*Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Serviço Social, no Brasil e na América Latina*”

Trata-se de um estudo exploratório que se detém na identificação, seleção e análise desta produção acadêmico-profissional, a partir do qual procura-se traçar um panorama do que tem sido produzido sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia de Covid-19. E, de fato, no tratamento e análise das informações, foi possível traçar tanto uma caracterização geral dos trabalhos analisados e selecionados, correspondendo a 144 produções desta seleção inicial. Posteriormente, em uma análise mais detida, são apresentados 56 trabalhos que representam reflexões e/ou problematização dos(as) autores(as) sobre experiências concretas de trabalho de assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais específicos, vinculados a diferentes políticas sociais na pandemia de Covid-19, bem como sobre três temáticas centrais consideradas como prevalentes e transversais ao material selecionado no primeiro momento.

A pesquisa desenvolvida é relevante profissional e academicamente quando verifica-se a importância de discutir acerca do(a) assistente social como parte da classe trabalhadora, e não só como o(a) profissional que irá atuar junto às expressões da questão social, de forma a possibilitar à categoria profissional a reflexão e conhecimento sobre a sua própria realidade. E, ainda, este estudo é relevante tendo em vista que a reflexão e conhecimento sobre o trabalho de assistentes sociais pode vir a contribuir com reflexões que culminem em processos de organização coletiva e de encaminhamento de lutas pela adoção de estratégias de enfrentamento frente a esta realidade.

A justificativa para seu encaminhamento encontrou antecedentes também na própria inserção da pesquisadora em experiências anteriores, bem como na adequação deste objeto as condições de realização do mestrado.¹⁰ Isto é, foi motivada e relaciona-se também à pesquisa de iniciação científica realizada pela autora, financiada pelo PIBIC/CNPq durante a graduação em Serviço Social na PUC-Rio. Estudo esse que se voltou para a produção de conhecimento sobre o(a) assistente social como trabalhador(a) a partir da análise de duas edições do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), de 2016 e 2018, cuja conclusão foi a de que poucos trabalhos deste evento, no período recortado, se voltavam para a temática em questão (Gouveia de Oliveira, 2021c). Esse estudo foi, inclusive, objeto de publicações (Gouveia de Oliveira, 2021b/c; 2022a/b,) em eventos de Serviço Social, nas quais foram

¹⁰ A proposta inicial de pesquisa era de um estudo voltado para o mesmo tema, mas tomando como seu lócus a realidade da Política de Assistência Social no município de São Gonçalo/RJ. Tendo como objeto as condições e relações de trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico nessa realidade, pretendia-se realizar um estudo junto aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) naquele município. Todavia, após um momento inicial de exploração do campo, inclusive com abordagem a assistentes sociais que ali atuam, foi avaliado que o contexto político naquela realidade, com mudanças recentes em sua gestão, e a inserção profissional de sua autora também em novo vínculo de trabalho, indicavam a inviabilidade de um trabalho de campo. Assim, optou-se pelo encaminhamento da pesquisa aqui apresentada.

expostos os resultados e que, entre outros aspectos, demonstram que há ainda, relativamente, pouca produção acerca da temática.¹¹

Desta experiência, associada à de inserção em estágio acadêmico desenvolvida na Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) da Política de Assistência Social, no município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, resultou a pesquisa da monografia de Trabalho de Conclusão de Curso. Estudo que já buscava conhecer o impacto da pandemia da Covid-19 para assistentes sociais na condição de trabalhadores(as) da Política de Assistência Social de Niterói/RJ. (Gouveia de Oliveira, 2021a). Naquele trabalho, concluiu-se que os(as) trabalhadores(as) foram impactados(as) no âmbito da saúde, principalmente na saúde mental, assim como nas condições objetivas e subjetivas de trabalho. Foi identificado que o impacto na saúde mental relacionava-se à maior quantidade de demandas e à intensificação do trabalho, bem como ao medo do adoecimento, falta de suporte no repasse de informações sobre novos benefícios aos usuários, condições inadequadas de atendimento, desvalorização profissional, salários insuficientes e sentimento de impotência. (Gouveia de Oliveira, 2021c).

A partir dessas pesquisas realizadas ficaram, contudo, alguns novos questionamentos passíveis de serem analisados em pesquisas posteriores. Dentre estes, o aprofundamento a fim de verificar como o trabalho de assistentes sociais vem sendo tratado em outros estudos e, inclusive, em outras áreas de políticas sociais, bem como a consideração do contexto pandêmico como uma realidade específica que merece também ser conhecida e aprofundada.

A pesquisa realizada, cujos resultados são agora apresentados sob a forma dessa dissertação de mestrado, procura responder aos questionamentos provocados por estas experiências acadêmicas e profissionais, reunindo tanto o acúmulo sobre o tema do trabalho de assistentes sociais, quanto o aprendizado sobre pesquisas de revisão bibliográfica – aqui qualificada como um estudo do tipo “estado da arte” (Ferreira, 2002; Laranjeira, 2003; Ribeiro; Castro, 2016). A partir da realidade prática vivenciada na experiência de estágio e na experiência profissional¹², é possível argumentar que, como trabalhadora assistente social,

¹¹ Exemplificando, foi possível identificar que apenas 24% dos trabalhos analisados nos dois encontros, realizados nos anos de 2016 e 2018, tratavam sobre a temática do(a) assistente social como um(a) trabalhador(a), relativamente ao conjunto dos trabalhos apresentados. Considerando ser este um dos principais eventos envolvendo os pesquisadores em Serviço Social, ponderou-se ser uma quantidade relativamente pequena frente à produção acadêmico-profissional, denotando a importância de avançar estudos a respeito.

¹² Apesar de a idealização da presente pesquisa, bem como o início da produção de seu projeto, ter se dado anteriormente à inserção da autora no trabalho profissional, durante este processo iniciou-se o trabalho como assistente social no Núcleo de Apoio À Saúde da Família (NASF), em Niterói-RJ. A inserção neste campo também possibilitou reflexões que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa em questão.

também se está sujeita, às problemáticas relativas às condições objetivas e subjetivas de trabalho que incidem sobre a classe trabalhadora.

Ao ponderar os elementos já expostos, reafirma-se que o(a) assistente social, como trabalhador(a) assalariado(a), também é objeto dos mesmos condicionantes e determinações próprios ao modo de produção capitalista e suas inflexões atuais experimentadas pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as). Permite considerar que elementos da atual morfologia do trabalho e do (ultra)neoliberalismo em suas inflexões nas políticas sociais também o afetam e foram agravados no contexto pandêmico.

Esta dissertação está estruturada, além desta introdução, em três capítulos. No primeiro, é realizada uma discussão teórica acerca do trabalho, baseando-se na perspectiva marxiana e marxista. Procura-se apresentar os fundamentos teóricos-conceituais centrais para a formulação sobre o Serviço Social como trabalho, especificamente como serviços. Também é revisada formulações sobre o Estado capitalista e como se conformam as políticas sociais, como mediações centrais ao trabalho de assistentes sociais e aos processos de trabalho coletivos em que se inserem, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

No segundo capítulo, a exposição se volta para a pandemia de Covid-19, suas principais características e como essa eclode em um contexto de crise do capital e de respostas ultraneoliberais, demarcadas na realidade brasileira. Evidencia-se o contexto que lhe antecede em termos econômico-políticos e as respostas do governo federal à época.

No terceiro capítulo, o cerne da exposição é o trabalho de assistentes sociais na pandemia, a partir do que foi identificado nos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada nas três bases pesquisadas. Após a exposição de procedimentos metodológicos adotados nesse momento da pesquisa, o material é apresentado e analisado tanto em uma caracterização geral, quanto sobre o recorte específico das produções acadêmico-profissionais que se voltam para experiências concretas em distintos espaços sócio-ocupacionais específicos de inserção do Serviço Social e a partir de três temáticas centrais consideradas como prevalentes e transversais aos trabalhos analisados – a saber: *A adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação e o trabalho de assistentes sociais na pandemia de Covid-19; Requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia e o recrudescimento de expressões da questão social e Precarização do trabalho de assistentes sociais e interfaces com a pandemia*. Na análise, a problematização procurou se guiar pelos fundamentos e conteúdos tratados nos capítulos precedentes, apresentando os aspectos mais relevantes e que expressam tendências desta parcela da produção acadêmico-profissional do Serviço Social acerca do trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico de Covid-19.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE TRABALHO, A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PROCESSOS DE TRABALHO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Neste capítulo debruça-se sobre a revisão teórica acerca da concepção de trabalho na teoria marxiana, complementada por alguns autores no âmbito do marxismo. Estes fundamentos teóricos são utilizados em sua articulação com a abordagem aqui realizada acerca do debate do Serviço Social como trabalho. Isto é, a concepção de que Serviço Social caracteriza-se como uma especialização do trabalho coletivo e como tal se insere em processos de trabalho. Como as atividades de trabalho de assistentes sociais se caracterizam como serviços, também são realizadas aproximações pertinentes, bem como a discussão de trabalho produtivo e improdutivo.

Acrescenta-se, ainda, na exposição deste capítulo, a apresentação das formulações sobre o Estado capitalista, inicialmente valendo-se da abordagem nos marcos do marxismo-leninismo. E, em sequência, compreendendo a natureza e papel do Estado capitalista, é realizada a exposição sobre as políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais de trabalho de assistentes sociais – especialmente a partir das inflexões da última década no contexto brasileiro – como uma particularidade nesta universalidade.

1.1 Trabalho, processo de trabalho e assalariamento: fundamentos da formulação do Serviço Social como trabalho

Ao referenciar o embasamento da pesquisa na teoria marxista, o que inclui as próprias obras marxianas, como também seus intérpretes marxistas, considerou-se prudente utilizar-se de *O Capital* para discorrer acerca de algumas dessas categorias, bem como as concepções de alguns outros autores marxistas.

O trabalho, para Marx (2013), é um processo, uma troca, uma mediação entre o homem e a natureza, de modo que essa resulta na modificação de si mesmo, de sua própria natureza e das relações dos homens entre si. Observa-se, aqui, a delimitação do trabalho enquanto atividade de mediação entre o homem e a natureza, o que culmina na seguinte reflexão: dada tal definição, o Serviço Social pode ser considerado como trabalho?

A discussão do Serviço Social como trabalho é um dos debates que permeia a categoria profissional. Ao considerar a sua diversidade, não é um acidente que diversas perspectivas acerca desse tema se façam presentes. No que tange tal discussão, reforça-se tal perspectiva a

partir da colocação de Granemann (1999) baseada em Marx (2013): “Tanto mais os homens desenvolvem a tecnologia e suas relações, tanto mais distantes estarão do trabalho imediatamente relacionado com a natureza”. Isto é, “na medida exata em que se desenvolve o modo de produção capitalista ele envolve com sua lógica todos os âmbitos da vida social” (Granemann, 1999, p. 158) e, por fim:

Importa pouco se um trabalho se realizou mais próximo ou mais distante da matéria de trabalho, se foi realizado no mesmo espaço físico ou em diferentes lugares, todos eles contribuíram no processo de produzir o produto e de construir a riqueza do capitalismo, pelo que se lhes extraiu de mais-valia (Granemann, 1999, p. 158).

A perspectiva aqui adotada é, portanto, a discutida em uma obra de grande importância no que tange ao debate do Serviço Social como trabalho e inserido em processos de trabalho (Granemann, 1999): a afirmação de que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo colocada por Iamamoto e Carvalho (2011). Importante ressaltar que este entendimento do Serviço Social como um trabalho alicerça-se na perspectiva da gênese de outras profissões que, em um certo momento do desenvolvimento do capitalismo, fazem-se tão imprescindíveis para a continuidade deste modo de produção como o trabalho operário (Granemann, 1999). Do mesmo modo, aqui entende-se o Serviço Social como um trabalho, não restringindo-se a perspectiva de ser trabalho apenas a mediação entre homens e natureza.

Assim, vê-se a profissão em uma perspectiva de totalidade, não considerando apenas o Serviço Social, mas o conjunto das relações sociais em que este se insere, uma vez que o quadro teórico de análise de Iamamoto (2000) é dado pelas formulações de Marx e do marxismo. Para a autora, ao tratar desta questão, coloca-se a necessidade de “romper com uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (Iamamoto, 2000, p. 20). Por um momento, tinha-se a concepção do Serviço Social como impermeável às condições de vida e sociais, enfim, à realidade. No entanto, com o amadurecimento da profissão e de suas análises, compreendeu-se a importância de não pensar o Serviço Social como alheio à realidade que o circunda, portanto imune a tudo o que essa coloca. A profissão é parte integrante da realidade e da dinâmica social. É preciso ultrapassar as suas próprias fronteiras e compreender que “o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua *na* realidade” (Iamamoto, 2000, p. 54 – grifo nosso), portanto, nela está inserido. Ou, como coloca Granemann (1999, p. 161), o Serviço Social “não pode prescindir de uma análise da sociedade em sua autocompreensão”. Considerar e analisar a realidade é essencial e tal visão é de grande importância para embasar as questões subsequentes.

Ainda, coloca-se como um segundo pressuposto “entender a profissão como um tipo de trabalho na sociedade” (Iamamoto, 2000, p. 21). Para esta autora, as mudanças históricas

alteram a divisão do trabalho na sociedade e a divisão técnica do trabalho. Estando o Serviço Social inserido nessa realidade, visto por uma perspectiva que foge à endogeneidade, não está alheio a estas alterações. O Serviço Social é, desse modo, “uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (Iamamoto, 2000, p. 21) – trabalho este que é “peculiar à sociedade industrial” (Iamamoto; Carvalho, 2011).

Ou seja, há um trabalho coletivo que é dividido social e tecnicamente em especializações do trabalho, sendo o Serviço Social uma dessas especializações do trabalho. Como tal, está inserido nessa divisão social e técnica, dotado de funções e objetivos que lhe são próprios, mas que contribuem para o trabalho coletivo. Portanto, O Serviço Social está exposto às contradições presentes no trabalho. Com essa concepção da profissão, como uma especialização do trabalho coletivo, torna-se possível enxergar o Serviço Social em uma perspectiva de totalidade, ao romper com a recorrentemente citada visão endógena.

Essa perspectiva analítica foi inaugurada na década de 1980 e a abordagem da profissão enquanto trabalho foi reafirmada pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) – atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – no processo de revisão curricular da graduação, suscitando em uma proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, (Iamamoto, 2000), nos anos 1990. Tal perspectiva foi (e continua sendo) de grande importância para tecer considerações acerca do Serviço Social, bem como para o encaminhamento da pesquisa em tela. Enxergá-lo sob essa formulação implica em considerar outros fatores antes não considerados, inclusive no processo de formação profissional. E ainda, “tratar o Serviço Social como trabalho supõe privilegiar a produção e a reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das ‘classes que vivem do trabalho’, nos termos do Antunes” (Iamamoto, 2000, p. 24).

A síntese da formulação da autora é, portanto, a de que “o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social” (Iamamoto, 2000, p. 26), importando um “esforço para inseri-la [a profissão] no conjunto de condições e relações que lhe atribuem um significado [...]. (Iamamoto; Carvalho, 2011). Para ela, essa visão recusa a unilateralidade, a realidade isolada do todo, preocupa-se com a perspectiva da totalidade e com o Serviço Social inserido nas diversas dimensões da vida social (Iamamoto, 2000). Desse modo, o Serviço Social não se reduz à evolução das protoformas da profissão, mas é a especialização

do trabalho coletivo, sendo partícipe da reprodução das relações sociais capitalistas, de modo a atender demandas tanto do capital quanto do trabalho na mesma ação e atividade.

É perceptível, todavia, um questionamento acerca da centralidade da categoria trabalho, que vem com o crescente desemprego e a redução da capacidade de absorção no mercado de trabalho – isto é, na perspectiva das transformações do capitalismo, especialmente nas últimas décadas. Apesar da crescente heterogeneidade das formas de trabalho remunerado, com o trabalho autônomo, doméstico etc.; o crescente desemprego e impossibilidade de trabalhadores inserirem-se no mercado formal; dos indícios de que o trabalho remunerado formal vem perdendo espaço enquanto centro organizador das atividades humanas, o acesso ao trabalho permanece sendo condição de sobrevivência para a maioria da população (Iamamoto, 2000).

Em outros termos, ainda que o trabalho assalariado formal na indústria se reduza com as alterações na divisão social do trabalho, o trabalhador passa a viver um duplo e radical tormento: ser um trabalhador livre que depende do trabalho para se reproduzir e não encontrar oportunidade de trocar sua força de trabalho por meios de vida, seja via relação típica salarial ou outras formas de venda de seus serviços, que fogem aos critérios da lucratividade porquanto voltadas para a reprodução dos meios de vida. A radicalidade do dilema é que atualiza-se a condição de trabalhador livre, despossuído, sem que se atualizem as possibilidades de transformar-se em trabalhador assalariado (Iamamoto, 2000, p. 86).

Ou seja, apesar de algumas perspectivas ressaltarem o trabalho enquanto categoria em crise, como, por exemplo, em Gorz (1982), ou a crise da “sociedade salarial”¹³, o trabalho permanece essencial ao sistema capitalista e o acesso a ele é uma questão de sobrevivência. Por isso, afirma-se: este ainda é central.

Expressando a sua proximidade com a teoria marxiana, para embasar sua escolha pela categoria trabalho, Yamamoto (2000) ressalta o trabalho¹⁴ enquanto atividade fundamental do ser humano, dotado de uma dimensão teleológica, distintivo do ser social e central à vida dos homens e ressalta, portanto, que a eleição dessa categoria teórica não é aleatória. Da mesma forma, na pesquisa aqui proposta, a escolha de tal categoria é pertinente.

Mas e quanto ao Serviço Social como trabalho? Yamamoto (2000) recorre novamente aos anos 1980 e a uma perspectiva de totalidade. Segundo a autora, nessa década, os(as) assistentes sociais atentam-se para a imprescindibilidade de considerar a dinâmica e as relações de poder das instituições para se pensar o Serviço Social, bem como toda a dinâmica da vida

¹³ A respeito, ver Castel (1999) que assim o denomina, considerando o contexto dos países centrais, especialmente a França, tendo em vista a sua pesquisa. No Brasil, sabemos que não se constituiu propriamente uma sociedade salarial, tendo em vista as particularidades do capitalismo dependente, periférico e retardatário e do processo de assalariamento no país.

¹⁴ Não se refere aqui ao trabalho como conhecido na sociedade capitalista, mas na concepção marxiana de trabalho, como satisfação das necessidades sociais mediadas pela natureza.

social. Tinha-se, até então, a visão da prática do Serviço Social no centro e tudo isso em seu entorno; a prática referindo-se apenas à atividade do(a) assistente social e tudo o que a circundava como condicionantes, externos à prática.

Anteriormente, o Serviço Social era visto, portanto, separadamente de toda a dinâmica que o circundava, seja social ou institucionalmente – elementos de grande importância que interferiam no exercício profissional. A partir do momento em que os(as) profissionais se atentam para a importância de considerar toda essa dinâmica e sua influência para o Serviço Social, adota-se uma perspectiva de totalidade, além do que possibilita análises mais próximas da realidade, bem como a criação de estratégias mais efetivas e a possibilidade mais concreta de alcançar os objetivos.

Em consequência disso, escolheu-se utilizar-se da categoria trabalho e adotar a concepção teórica do Serviço Social como trabalho. Na pesquisa aqui proposta também são consideradas a dinâmica social e a dos espaços sócio-ocupacionais específicos em seu decorrer. Inclusive as relações de poder institucionais, as formas de organização do trabalho em suas condições subjetivas e objetivas de trabalho, entre outras questões que conformam os elementos acerca do trabalho de assistentes sociais que forem tratados nos estudos selecionados da produção acadêmico-profissional nas bases já mencionadas.

Ademais, importa distinguir o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Isso porque o trabalho concreto diz respeito às especificidades de um trabalho que o diferencia de outros, qualitativamente, visto enquanto trabalho útil para um fim, enquanto o trabalho abstrato é a igualdade de um trabalho a todos os outros, visto como “mero coágulo de tempo” (Marx, 2013, p. 2013) e através de um prisma quantitativo. Destarte, ao ponderar a centralidade da perspectiva do(a) assistente social como um(a) trabalhador(a) assalariado(a), assim como os outros trabalhadores, sujeitos(as) às consequências aviltantes do modo de produção capitalista e da sua condição de assalariamento, não se pode relegar a percepção do trabalho do(a) assistente social também em sua dimensão abstrata.

O trabalho do(a) assistente social é determinado duplamente: pelo trabalho concreto e pelo trabalho abstrato (Iamamoto, 2009). Dessa forma:

- (a) enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências e da tecnologia; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo de tempo de trabalho social médio –, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social (Iamamoto, 2009, p. 13)

E, por isso:

Faz-se necessário, pois, elucidar o exercício profissional nas particulares condições e relações de trabalho em que se inscreve, reconhecendo tanto suas características enquanto trabalho concreto [...] quanto sua dimensão de trabalho humano abstrato, em seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social (Iamamoto, 2009, p. 36).

Chama-se atenção para uma percepção: o exercício profissional tem sido abordado em sua dimensão concreta. No entanto, a identidade do trabalho do(a) assistente social com o conjunto dos trabalhadores, enquanto trabalho abstrato, participantes no circuito do valor, não têm adquirido centralidade na literatura. (Iamamoto, 2009; Eскурra; Iamamoto, 2020). Seguindo tal perspectiva, Raichelis (2018) também tece observações acerca desta questão ao ressaltar que:

[...] observa-se com frequência a ênfase na qualidade e na diferencialidade do trabalho exercido por assistentes sociais em relação a outras profissões. Entretanto, há omissão sobre sua unidade enquanto parte do trabalho social médio comum ao conjunto de trabalhadores assalariados que participam do circuito da produção ou distribuição do valor e/ou da mais-valia (Raichelis, 2018, p. 157).

Ou seja, as autoras chamam a atenção, nesse sentido, para que “[...] supõe pensá-lo [o trabalho de assistentes sociais] como parte do trabalho coletivo submetido, portanto, às determinações e constrangimentos semelhantes àqueles que subordinam o conjunto dos trabalhadores assalariados” (Raichelis, 2018, p. 157). Esta é uma tendência observada na literatura do Serviço Social que resvala em “visões reducionistas” (Raichelis, 2018, p. 158), juntamente com a dissociação da concepção ontológica do trabalho das formas históricas de sua realização na sociedade capitalista; bem como o “aprisiona[mento] da produção ao espaço fabril e [redução da] reprodução social à reprodução da força de trabalho” (Raichelis, 2018, p. 161).

Intenciona-se, portanto, também contemplar, se possível, a abordagem dessas visões nas produções acadêmicos-profissionais, observando se uma delas é valorizada limitadamente e/ou em detrimento de outra, e se a perspectiva colocada por Iamamoto (2009) se faz presente. E, ainda, ao considerar tais formulações, torna-se imprescindível recorrer a outra categoria intrínseca à discussão do trabalho: o processo de trabalho, para, então, discutir a inserção de assistentes sociais em processos de trabalho.

Como aqui já explicitado e como o próprio nome sugere, o trabalho é um processo. Marx (2013) caracteriza que os momentos simples do processo de trabalho são, primeiramente, a atividade orientada a um fim (o trabalho propriamente dito); em segundo lugar, seu objeto; e, em terceiro, seus meios e/ou instrumentos. Quanto ao primeiro, o autor ressalta que a atividade laboral necessita que a vontade seja orientada a um fim. Já com relação aos objetos de trabalho, o autor ressalta que há objetos preexistentes –, que são aqueles em que o trabalho apenas desconecta da terra – e aqueles nos quais o objeto de trabalho já foi filtrado por um trabalho

anterior, tornando-se o que se denomina como matéria-prima. Por fim, os meios de trabalho são o conjunto de coisas que irá mediar a relação entre o trabalhador e o objeto de trabalho, guiando sua atividade sobre ele. Granemann (1999), lembrando a perspectiva marxiana, observa que os homens, “ao longo do seu processo de desenvolvimento, sempre que trabalharam contaram com estes três elementos, por isto eles constituem *todo* processo de trabalho (p. 157).

Marx (2013) reporta-se aos meios de trabalho ressaltando que esses são específicos ao processo de trabalho humano. Um animal irracional não utilizará de um meio de trabalho para realizar uma atividade. Ele irá realizar de forma intuitiva, geneticamente determinada. Mas o homem utilizará desses meios para atuar sobre o objeto. Para o autor, os meios de trabalho expressam as condições sociais com as quais se trabalha em determinada época da história, podendo, inclusive, proporcionar a compreensão de formações socioeconômicas já extintas, pois de acordo com ele, o “como” e não o “o que” é produzido que diferencia as épocas econômicas (Marx, 2013).

Por fim, tem-se que “No processo de trabalho, [...] a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início” (Marx, 2013, p. 190) e esse processo se extingue no produto dele. Mas, pode ser que nesse produto de um certo processo de trabalho, um valor de uso sirva como meio de produção, ou como matéria-prima, para um produto que virá posteriormente, sendo também condição do processo de trabalho, e isso depende da posição que tal produto ocupa no processo de trabalho.

“O processo de trabalho [...] em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso” (Marx, 2013, p. 192), não importando sob quais condições tais trabalhos foram desenvolvidos. Mas o processo de trabalho pode também ser analisado como processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista e, sob essa concepção, Marx (2013) revela que há dois fenômenos característicos: 1) o trabalhador desenvolve sua atividade laborativa sob controle do capitalista, que se atenta para que o trabalho seja realizado sob seus desejos e que os meios de produção sejam utilizados sem desperdícios; 2) ao trabalhador não pertence o produto do seu trabalho, mas sim ao capitalista. O capitalista compra a mercadoria força de trabalho, e a usa; enquanto o possuidor dela, quando cede seu trabalho, cede apenas seu valor de uso.

Trata-se, portanto, de considerar o consumo e o controle da força de trabalho que, no processo de trabalho capitalista, está sob a direção e/ou gestão do empregador que dá a direção sobre as formas de consumo da força de trabalho. Desse modo, o padrão de organização e gestão do trabalho e da produção é concebido, pelo capitalista, a fim de atender seus objetivos que são

os dos lucros e da acumulação. Elementos como relações de trabalho contratuais, abarcando as formas de contratação, os elementos que as circundam, as políticas salariais, a organização dos processos de trabalho social e tecnicamente, a disciplina, a hierarquia, as metas e avaliações, bem como a questão política, as relações de trabalho, entre os próprios trabalhadores e deles com a gestão são aspectos que integram o consumo e o controle da força de trabalho e como a produção e os processos de trabalho estão organizados socialmente.

Ademais, importa para o capitalista que os valores de uso produzidos sejam um valor de troca, e que seu valor supere a quantia que este usou para produzi-lo. O capitalista quer produzir um mais-valor. Desse modo, o processo de produção é também um processo de formação de valor. E para que isso aconteça, Marx (2013) ressalta que: 1) importa calcular o trabalho objetivado no produto; 2) a parte do valor que o trabalho do trabalhador acrescenta ao produto, depois de já contabilizadas e trabalhadas as matérias-primas, os meios de produção em geral, que contém no produto.

No que concerne ao segundo aspecto, Marx (2013) afirma que a perspectiva com a qual olha-se para o trabalho, sob o capitalismo, difere-se da assumida durante o processo de trabalho, pois nesse tratava-se de atividade orientada a um fim, o que é específico daquele trabalho, a sua qualidade, como, por exemplo, a transformação do algodão em fio. Todavia, aqui, quando se trata de produzir valor e mais-valor, interessa a quantidade, e não a qualidade. Os processos de trabalho criam valor, e é isso que é ponderado para calcular. Importante evidenciar que “apenas o tempo de trabalho socialmente necessário é computado na formação do valor” (Marx, 2013, p. 196).

Avançando na discussão sobre a concepção do Serviço Social como trabalho e a inserção do(a) assistente social em processos de trabalho, no âmbito dos debates da profissão, é importante destacar o pioneirismo da Faculdade de Serviço Social da UERJ nessa formulação¹⁵. Foi na produção de docentes e no processo de construção de um novo currículo para a graduação em Serviço Social, que foi inaugurada a incorporação desta temática na formação profissional na área. (Almeida, 1996). Posteriormente o Serviço Social irá discutir e debater nacionalmente esta formulação teórica, que passa a ser integrada às Diretrizes Curriculares, formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

¹⁵ Para reconhecer a importância do tema para aquela unidade acadêmica (FSS/Uerj), Almeida (1996) exemplifica, que essa formulação teórica foi incorporada ao seu currículo de 1993, contando, inclusive, com cinco disciplinas obrigatórias e cinco disciplinas eletivas de “Tópicos Especiais”, cujos conteúdos se debruçam sobre esta questão.

Para Iamamoto (2000), ainda, essa discussão é provocativa, pois suscita em questionamentos incômodos, que não são respondidos com facilidade. Por exemplo, todo processo de trabalho implica em uma matéria-prima/objeto da ação; meios/instrumentos de trabalho; e o próprio trabalho, que resulta em um produto. E relembra que Marx (2013), referência teórica utilizada por esta autora, já expressava os momentos simples do processo de trabalho e os elementos que o integram. Isto é, também como já exposto anteriormente: a atividade orientada a um fim; o seu objeto; e os seus meios. Iamamoto irá propor então o seguinte questionamento – Como analisar esses elementos no Serviço Social?

Apesar da provocação e polêmica em torno desses, Iamamoto (2000) posiciona-se com respostas. O objeto de trabalho, a “matéria-prima” dos processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais se inserem, para a autora, é a questão social, pois são suas múltiplas expressões que colocam a necessidade da ação profissional. Há, igualmente, polêmicas em torno dessa afirmação, de modo a argumentar que este não é um objeto concretamente etc. Acerca disto, Granemann (1999) também expressa ser a questão social a matéria mais comumente trabalhada pelo(a) assistente social, ressaltando a importância de enxergá-la de forma totalizante, e não fragmentada, a fim de evitar “seu aprisionamento em explicações endógenas e limitadora” (Granemann, 1999, p. 164), além de evidenciar que “A questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões” (Granemann, 1999, p. 64).

Quanto aos instrumentos/meios de trabalho, amplia-se a concepção de instrumento restrita a mero conjunto de técnicas para abranger o conhecimento também enquanto um meio de trabalho. Este não se sobrepõe à prática, mas é um meio pelo qual a realidade é decifrada e, deste modo, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo(a) assistente social são parte de seus meios de trabalho (Iamamoto, 2000). Granemann (1999, p. 165) também atenta à diversidade dos instrumentos de trabalho, visto que este arsenal “não pode ser o mesmo para todo e qualquer tipo de trabalho.”

Quanto ao trabalho em si, Iamamoto (2000) evidencia que ao pensar a prática como trabalho entram em cena os sujeitos que trabalham, esses portadores de uma herança cultural, bagagem teórica e técnica, valores etc. Mas e qual o produto do trabalho? Ressalta a autora que não é possível afirmar a inexistência deste, pois desse modo não haveria demanda ao trabalho do(a) assistente social. Então, ela faz uma análise do Serviço Social, a fim de responder à pergunta. Qualitativamente, o Serviço Social produz uma série de coisas. A autora cita os exemplos dos programas de aposentadoria, viabilização de benefícios etc. Na dimensão “não imediatamente visível” (Iamamoto, 2000, p. 66), o trabalho do(a) assistente social tem efeito

no processo de reprodução da força de trabalho. É válido, aqui, trazer uma citação que melhor o explicita:

E o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. Então, não resta dúvida de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção na sua continuidade (Iamamoto, 2000, p. 66-67).

A partir dessa citação, ela afirma: o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho. Isso acontece porque o Serviço Social atua nos serviços sociais que, dentre outras coisas, possibilitam a reprodução dos trabalhadores e sua sobrevivência. No entanto, importa não ter uma perspectiva unilateral e insuficiente dos serviços sociais, pois estes são, também, conquista dos trabalhadores e importantes para as suas condições de vida.

O Serviço Social pode viabilizar coisas materiais, como, por exemplo, um óculos, exemplo dado pela autora. No entanto, o Serviço Social tem uma objetividade que não é material, mas social:

Mas o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços (Iamamoto, 2000, p. 67).

Ou seja, o(a) assistente social pode contribuir com efeitos sociais, na perspectiva de um usuário, no seu conhecimento etc. Algo que não é material, mas que vai incidir sobre a vida concreta dos sujeitos.

O(a) assistente social pode, ainda, atuar em um “mar de criação de consensos” (Iamamoto, 2000, p. 67). Ao ponderar sobre essas questões, a autora conclui e sintetiza que:

[...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade (Iamamoto, 2000, p. 69).

É importante também destacar que, no Estado, há um sentido diferente, pois de acordo com Iamamoto (2000), não cria-se mais-valor, mas distribui-se parcela do mais-valor social via políticas sociais. Por isso ela afirma que “a análise das características assumidas pelo trabalho do assistente social e de seu produto depende das características particulares dos processos de trabalho [em] que se inscreve” (Iamamoto, 2000, p. 69), que não é uniforme, como

apresentamos mais à frente, considerando principalmente as particularidades que atingem o trabalho de assistentes sociais na esfera pública estatal e o trabalho nas políticas públicas na realidade brasileira (Almeida; Alencar, 2015).

Por fim, no que tange a essas formulações acerca dos processos de trabalho, Iamamoto faz, ainda, uma ponderação:

Essa discussão sobre os processos de trabalho no Serviço Social gera indagações importantes que ajudam a pensar, a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E, mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares. Parece ser um caminho fértil para o enriquecimento do debate sobre o exercício profissional (Iamamoto, 2000, p. 70).

Por fim, infere-se que:

o Serviço Social se materializa no âmbito de um processo de trabalho, inserido em um processo coletivo, a partir dos seguintes aspectos: possui as manifestações da ‘questão social’ como objeto de ação profissional; conta com instrumentos de intervenção firmados nas bases teórico-metodológicas, apreendidas enquanto profissão regulamentada, que se materializam em entrevistas sociais, reuniões, encaminhamentos, pareceres sociais etc.; os ‘produtos’, ou os resultados desse trabalho, podem contribuir ou não para a construção de outra sociedade onde seja superada a contradição capital e trabalho que potencializa a ‘questão social’; por estar inserido em um processo coletivo de trabalho o Serviço Social não atua de forma isolada de outros profissionais, podendo estabelecer alianças e desenvolver estratégias conjuntas para o enfrentamento da ‘questão social’ (Escurrea; Iamamoto, 2020, p. 102).

A partir do referencial teórico marxista, a autora evidencia a pertinência do Serviço Social como trabalho e, desse modo, da concepção e problematização sobre os processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais se inserem. Por isso, Iamamoto (2000) desenvolve suas formulações a respeito dos processos de trabalho aos quais o Serviço Social pode estar vinculado, problematizando-os – tal como já comentado, mas aqui de forma mais acurada.

A tão citada mudança de rumo na análise da prática profissional no Serviço Social, para a autora, é um refinamento para a análise da prática, agora considerada um tipo de trabalho especializado realizado no âmbito de relações e processos de trabalho (Iamamoto, 2000). O processo de trabalho seria a forma concreta pela qual o trabalho vai se realizar, incluindo os elementos que determinam e/ou condicionam o trabalho.

Observa que a tradição profissional, tratando o fazer profissional enquanto prática, busca dar um estatuto teórico a tal noção com a categoria da práxis social. Pondera, então, que, apesar de ultrapassar uma visão focalista, a sua adoção ainda requer a explanação de muitas mediações que particularizam a prática profissional, a fim de evitar um salto ao vincular prática profissional e prática social (Iamamoto, 2000).

Por isso, atraindo a análise para a contemporaneidade, a autora evidencia que a leitura de prática profissional predominante hoje é a de que ela não deve ser considerada isoladamente, mas em seus condicionantes internos, os dependentes do desempenho profissional, e externos, que fogem de tal desempenho, que são determinados pelas circunstâncias sociais. Isto é, “como esta atividade é socialmente determinada, consideram-se também as condições sociais nas quais se realiza, distintas da prática e a ela externas, ainda que nela interfiram” (Iamamoto, 2000, p. 93). Desse modo:

Uma interpretação distinta do exercício profissional, que pode possibilitar à categoria profissional ampliar a transparência na leitura de seu desempenho, é focar o trabalho profissional como partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza, as quais não são idênticas em todos contextos em que se desenvolve o trabalho do assistente social (Iamamoto, 2000, p. 94).

É de importância, assim, ao tratar de processo de trabalho, considerar o conjunto de mudanças que ocorram na sociedade, mesmo que tal movimento seja desafiador, o que envolve a constituição da política social no Brasil, os novos arranjos do Estado e dos movimentos sociais, os ajustes econômicos (Almeida, 1996).

Assim, ela finalmente responde: a mudança de “prática” para “trabalho” não é só de nomenclatura, mas de concepção. O que chama-se de prática é, na verdade, elemento constitutivo do processo de trabalho, o próprio trabalho. Mas para tal trabalho existir, são imprescindíveis elementos (objeto da ação; meios de trabalho e o próprio trabalho) que existem em determinadas condições e relações sociais, de modo a atribuir a tais processos de trabalho significados sócio-históricos particulares (Iamamoto, 2000).

Dessa forma, a prática não é o geral, mas é apenas uma parte constituinte de todo um processo de trabalho. Esta pode ser analisada, mas é preciso compreendê-la como parte integrante de algo mais amplo, que, por sua vez, é constituído de elementos, condicionantes etc. que, caso não considerados, pode suscitar uma análise incompleta. Percebe-se, desse modo, a importância dessa mudança de concepção.

Posteriormente, é justamente a questão da análise que é expressa pela autora: o que muda, quanto à análise, desfocando da prática e focando nos processos sociais? A fim de responder, é válido resgatar uma citação da autora:

A exigência de analisar o exercício profissional no âmbito de processos [...] e relações de trabalho impõe-se em função da condição de trabalhador ‘livre’, proprietário de sua força de trabalho qualificada; que envolve uma relação de compra e venda dessa mercadoria. É, portanto, a condição de trabalhador assalariado, como forma social assumida pelo trabalho, que revela a insuficiência da interpretação corrente de prática profissional, tal como anteriormente referida, para explicar o exercício profissional no conjunto de seus elementos constitutivos. Aquela interpretação supõe que a atividade

do assistente social depende, fundamentalmente, do profissional, como se ele dispusesse da autonomia necessária para acioná-la e direcioná-la conforme suas próprias e exclusivas exigências, o que se choca com a condição de assalariamento (Iamamoto, 2000, p. 95-96).

Se o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho em troca de um salário, de modo que o empregador pode consumi-la pelo tempo que comprou, estando submetido às exigências impostas por quem a comprou, neste limbo que encontra-se a autonomia relativa (Iamamoto, 2000). Acerca disso, Barbosa, Cardoso e Almeida (1998) expressam que há dois fatores de caráter coercitivo no trabalho: o assalariamento e a burocratização, considerando que o(a) trabalhador(a) assistente social está condicionado(a) à sua condição de assalariamento, ou seja, a venda de sua força de trabalho em troca de um salário para sobreviver e, desse modo, “fica privado ou tem reduzido o controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços” (Barbosa; Cardoso; Almeida, 1998, p. 117).

Desse modo, sendo (o)a assistente social um(a) trabalhador(a) “livre” dos meios de produção, portanto necessitando vender a sua força de trabalho para sobreviver, sua atividade não depende apenas dele(a) próprio(a). Sua atividade está cercada de condicionantes que freiam a sua relativa autonomia. Criar estratégias para aumentar a sua autonomia e atuar em direção a um projeto emancipador, sim, depende do conhecimento crítico e estratégico do(a) profissional. Mas, a sua condição de trabalhador(a) assalariado(a) torna insuficiente a perspectiva de prática profissional, pois nem tudo o que constitui o processo de trabalho está ao alcance do(a) assistente social, ou, como expressa Iamamoto (2000), (o)a assistente social é alienado(a) de parte dos meios de condições de trabalho, que são indispensáveis para a realização do trabalho, terreno que viabiliza tal realização, constitutivo, e não externo.

É possível somar às ideias aqui colocadas a concepção exposta por Barbosa, Cardoso e Almeida (1998). Estes autores trazem uma análise do processo de trabalho desvencilhando-o de uma análise endógena e isolada, tal como foi aqui exposto anteriormente. Isto é, o necessário estabelecimento de sua correlação à realidade e a um contexto mais amplo: o capitalismo, o que, certamente, associa-se à relativa autonomia do profissional e ao trabalho assalariado. Desse modo, afirmam:

Se aquela natureza geral do processo de trabalho era possível de ser operada na relação simples de transformação entre sujeito, objeto e instrumentos tendo em conta um produto, sob o capitalismo o trabalho e seu processo respondem às exigências características do seu sistema de dominação baseado na propriedade do trabalho por parte do capitalista e conseqüente controle sobre o modo de trabalhar; e, na propriedade sobre o produto que deixa de responder somente a necessidades sociais de reprodução (valor de uso) e adquire valor de troca por meio da transformação da força de trabalho e do produto em mercadorias. Por isso, para Marx *o processo de trabalho e o processo de formação de valor* constituem uma unidade do processo de

produção capitalista e aquele não pode ser apreendido em suas particularidades somente por seus elementos simples – objeto meios e finalidade. Na medida em que são apreciadas as relações sociais que atravessam o *processo de trabalho* nos diferentes contextos históricos – as relações entre os trabalhadores, deste[s] com o patronato, as condições técnicas, sociais e políticas em que o *processo de trabalho* se desenvolve, enfim, o modo como é garantido a partir de certos *processos de trabalho* essa valorização ao capitalista (Barbosa; Cardoso; Almeida, 1998, p. 112)

Então, se anteriormente não se considerava os elementos que constituem um processo de trabalho, e estes são dispostos pelos empregadores, logo cerceiam, em certa medida, a autonomia profissional. A visão de que a atividade profissional depende fundamentalmente dos(as) profissionais é insuficiente, unilateral, relativamente descolada da realidade. “É esta óptica de externalidade, tão cara às análises correntes da ‘prática profissional’, que vem sendo contestada” (Iamamoto, 2000, p. 99).

Ademais, considerar os processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais estão inseridos(as) requer considerá-los enquanto integrantes do processo de produção de produtos ou serviços e, que no capitalismo, estão intimamente subordinados ao processo de valorização, enquanto processo que implica na produção ou distribuição do valor e do mais-valor (Iamamoto, 2000). Assim, a autora atenta-se para a discussão, já anteriormente citada, das diferenças entre o trabalho realizado no âmbito do Estado, que para ela não está submetido à razão do capital, mas do Estado, voltado para fins públicos e com a distribuição de parcela do mais-valor social metamorfoseada em “fundo público”, enquanto nas empresas capitalistas há uma conexão direta entre trabalho e produção de valor (Iamamoto, 2000). Entende-se, portanto, que há particularidades específicas no trabalho dos(as) assistentes sociais nessa esfera.

Além disso, é de conhecimento que os indivíduos carregam particularidades em todos os âmbitos de suas vidas, e sendo o(a) assistente social um(a) profissional inserido(a) nessa totalidade diversa, não será diferente. Então, se o trabalho é atividade social do sujeito, deve-se atentar para os indivíduos sociais que o realizam, no que tange a suas características econômicas, socioculturais e políticas (Iamamoto, 2000). E, infelizmente, há uma carência de produção que trate acerca dos(as) assistentes sociais enquanto sujeitos profissionais, pois o foco é o Serviço Social enquanto profissão, tendendo a um sumiço do sujeito das análises que a ela se dedicam. (Iamamoto, 2000). Destarte, deve-se pesquisar não somente a profissão, mas os indivíduos que fazem-na acontecer. Muitos(as) assistentes sociais estão inseridos(as) em condições de trabalho e de vida semelhantes aos usuários para os quais seu trabalho destina-se. Estão, igualmente, sendo privadas de direitos, não só no âmbito do trabalho, mas em suas vidas. E, nem sempre, tais condições são acompanhadas por uma consciência de classe.¹⁶

¹⁶ A fim de melhor compreender a temática, ver, por exemplo, Mauricio (2021).

A partir do exposto, Iamamoto (2000) observa sobre algumas implicações para a análise. Primeiramente, não há um único e igual processo de trabalho do(a) assistente social. Por isso, adere-se à ideia de processos de trabalho nos quais se inserem assistentes sociais, sendo o trabalho uma atividade do sujeito, e não da profissão (Iamamoto, 2000). Portanto, o trabalho de um(a) assistente social em uma empresa privada e no serviço público irá ser efetuado de forma diferente, constituído por processos de trabalho em suas particularidades. Até mesmo no interior de uma mesma instituição, a autora afirma haver diferenças.

Granemann (1999), ratifica a questão da pluralidade dos processos de trabalho em Serviço Social, somando-se à essa formulação não apenas os diferentes processos de trabalho em Serviço Social, mas também pluralidade de trabalhos operários. Entretanto, acerca disso, a autora evidencia:

Esta conclusão não deve nos remeter ao entendimento de que desta forma não há como igualar diferentes tipos de trabalho – o trabalho concreto –; ao contrário, somente é possível a troca na esfera de circulação porque há algo igual neste mar de diferenças: todos os trabalhos têm em comum – apesar de suas qualidades diferenciadas – o dispêndio da força humana. E, como este esforço despendido pode ser computado e contabilizado em horas de trabalho – o capitalismo assim o faz – torna-se possível a equalização de diferentes trabalhos, isto é, o *trabalho abstrato*. (Granemann, 1999, p. 163-164, grifos no original).

Desse modo, “processos de trabalho”, no plural, portanto, é também não apenas uma mudança de nomenclatura, mas de concepção e esses contêm particularidades importantes de serem consideradas na análise. No entanto, isso não exclui o fato de todo o trabalho poder ser igualado como trabalho abstrato, mero dispêndio de força humana a ser contabilizado.

Uma segunda questão é o fato de que o processo de trabalho no qual o(a) assistente social está inserido(a) não é por ele(a) organizado e não lhe é exclusivo, visto que os processos não se moldam em função do Serviço Social, e o(a) assistente social desempenha a sua função estando inserido(a) em processos de trabalho coletivos (Iamamoto, 2000). Para a autora, reconhecer a cooperação presente nos processos de trabalho em que se inserem assistentes sociais é crucial para identificar o seu lugar, de forma a detectar suas possibilidades de contribuições particulares na formulação de um produto comum. Há, portanto, outras especialidades e categorias profissionais que irão fazer parte do processo de trabalho, sendo importante a perspectiva de totalidade. Essa visão permite compreender o Serviço Social inserido em um processo amplo de relações tanto em processos de trabalho quanto em suas relações com a produção e reprodução social, em interação com outras categorias profissionais e, justamente, uma especialização dentro de um trabalho coletivo.

Por fim, os produtos dos processos de trabalho nos quais inserem-se os(as) assistentes sociais situam-se no campo da reprodução da força de trabalho, mas também no âmbito de

reiteração do instituído, como de criação e reinvenção da vida em sociedade (Iamamoto, 2000). Ou seja, como especialização do trabalho, o(a) assistente social está inserido(a) no âmbito das relações sociais de produção e reprodução social. Em suma, sendo o(a) assistente social um(a) trabalhador(a) assalariado(a) e, portanto, necessitando vender a sua força de trabalho para sobreviver, é válido discorrer acerca dessa temática, o que será feito a seguir.

1.2 O(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a)

O tópico anterior debruçou-se sobre a temática do processo de trabalho, bem como no que tange à discussão do assalariamento de assistentes sociais. Aqui, pretende-se discutir acerca dos(as) assistentes sociais como trabalhadores(as) assalariados(as). São realizadas, ainda, aproximações a consideração do trabalho como serviço e suas relações com o trabalho produtivo e improdutivo, considerando o trabalho de assistentes sociais.

Antes de tudo, é importante considerar que a heterogeneidade que rege a classe trabalhadora, e aqui especificamente a brasileira, intensificada com a flexibilização da acumulação capitalista. Antunes (2002), evidencia que, apesar de serem iguados no sentido abstrato, o trabalho, concretamente, é dotado de diferenças e especificidades importantes de serem consideradas. E isso inclui os trabalhadores em atividades caracterizadas como serviços, o que inclui os(as) assistentes sociais.

Considera-se a importância de debruçar-se sobre uma característica que rege não apenas o mundo do trabalho e a classe trabalhadora, mas a vida social sob as relações sociais e produção e reprodução social capitalistas: as transformações que se desenvolvem sob este específico modo de produção. No que tange especificamente ao mundo do trabalho, é possível observar tal característica, por exemplo, a partir da seguinte perspectiva:

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...] (Antunes, 2002, p. 48)

Observa-se, dessa forma, processos nos quais a chamada classe operária industrial é diminuída, concomitantemente à expansão do denominado assalariamento de trabalhadores no âmbito dos serviços, inclusive caracterizado como um setor particular que se expande frente aos setores primário e secundário da economia. Tais processos demonstram as transformações que se dão na realidade social sob o modo de produção capitalista. Seu revolucionamento permanente com o avanço das forças produtivas e as metamorfoses pelas quais passa, de forma a garantir a acumulação capitalista (Mandel, 1990; Harvey, 2008) constituem estratégias que, certamente, regem o mundo do trabalho e a classe trabalhadora – aliás, como foi visto, são os trabalhadores necessários e condição mesma para garantir a produção do valor e do mais-valor – como tal, são regidos e tem o controle e consumo produtivo de sua força de trabalho também regidos a partir da lógica do capital.

O capitalismo, como sabemos, reinventa-se e inova a partir de metamorfoses econômico-políticas e socioculturais, que permitam garantir a produção e sua reprodução como modo de produção dominante. Apesar da permanência e centralidade da exploração do trabalho humano e das expropriações, essas metamorfoses do capital necessitam de estratégias que permitam sua ocorrência. Como já apresentado na introdução e que também será retomado mais adiante, a última reestruturação produtiva representa estas estratégias levadas a efeito a partir da crise do capital, especialmente a partir dos anos 1970. As mudanças da produção e gestão do trabalho somadas às mudanças da base técnica, uma produção diversificada e segmentada à escala mundial e a ofensiva do capital frente ao trabalho expressam essas estratégias de restauração capitalista frente aquela crise (e as que se seguem). Afinal, o capitalismo opera característica que é inerente ao capital. (Mandel, 1990; Harvey, 2008).

Tais processos incidiram fortemente sobre a classe trabalhadora, evidenciando sua recomposição heterogênea e diversificada, combinando trabalhos produtivos e improdutivos – quando se considera o trabalho abstrato, como já apresentado – e incidindo fortemente também sobre a regulação do trabalho, a partir de uma ofensiva do capital que argumentará pela flexibilização de mercados, processos, relações e condições de trabalho. (Harvey, 2008).

É nesse sentido que é possível se respaldar a Antunes (2009), quando, ao observar essas metamorfoses da classe trabalhadora, evidenciando o aprofundamento de sua heterogeneidade e fragmentação expressa em uma nova morfologia do trabalho, argumenta quanto a noção de classe trabalhadora de forma ampliada. Para este autor,

A expressão ‘classe-que-vive-do-trabalho’ [...] tem como primeiro objetivo conferir *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*. Quando tantas formulações vêm afirmando a *perda da validade analítica da noção de classe*, nossa designação pretende enfatizar o *sentido atual da classe trabalhadora*, sua *forma de ser*. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim

da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua *efetividade*, sua *processualidade* e concretude (Antunes, 2009, p. 101).

Sob o contexto de crise do capital nos anos 1970 e frente às transformações do trabalho sob o capitalismo da “acumulação flexível” (Harvey, 2008), várias formulações teóricas argumentaram pelo fim do trabalho e/ou a perda de sua centralidade – já nos reportamos, como exemplo, anteriormente a Gorz (1982) e também à perspectiva de crise da sociedade salarial, em Castel (1999). Se contrapondo a essas formulações, Antunes (2009) argumenta, quanto aos processos que metamorfosearam o capitalismo das últimas décadas, pela denominação de “classe-que-vive-do-trabalho” a fim de caracterizar a ampliação e diversificação da classe trabalhadora, a fim de incluir “[...] a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho [...]” (Antunes, 2009, p. 102), sejam eles trabalhadores produtivos ou improdutivo, visto que “Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando [...] assalariados do setor de serviços” (Antunes, 2009, p. 103).

Ao nos reportar a esta formulação do autor, consideramos que ela explicita adequadamente a concepção que pretende-se ratificar nesta dissertação. Isto é, a importância de afirmar que “Compreender contemporaneamente a *classe-que-vive-do-trabalho* desse modo ampliado, como sinônimo da *classe trabalhadora*, permite reconhecer que o *mundo do trabalho* vem sofrendo mutações importantes” (Antunes, 2009, p. 104), e estas são constantes e inerentes ao modo de produção capitalista demandando a atenção às suas metamorfoses.

Desse modo, ao considerar o exposto anteriormente acerca do Serviço Social circunscrito e incluso em uma realidade ampla, não esgotando-se em si mesmo (Iamamoto, 2000), é possível reconhecer que na classe trabalhadora estão incluídos os(as) assistentes sociais, o que permite se voltar para o trabalho que desenvolve, como trabalhador(a) assalariado(a) nos marcos das determinações e condicionantes do capitalismo em sua face atual. Entende-se que estes(as) não configuram trabalhadores(as) do “chão de fábrica”, retratados por Marx na Inglaterra do século XIX, berço do capitalismo, mas configuram trabalhadores e trabalhadoras do século XXI, que vivenciam um capitalismo que inova-se concomitantemente ao desenvolvimento societário, das formas de extração de mais-valor, e da reprodução do trabalhador. Trabalhador esse que, importante lembrar, é reconhecido como trabalhador livre, isto é, livre dos meios de produção, restando para sua sobrevivência a venda da força de trabalho, submetido a condições de assalariamento, inclusive considerando o que tange ao

avanço atual das forças produtivas, a partir da evolução tecnológica e de sua aplicação econômica.

Assim, a partir do exposto, de que forma tem se desenvolvido tal trabalho? Além de diversos outros pontos que tangem o trabalho, incluindo aquele realizado como serviços, Antunes (2018) destaca a expressão e disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como uma característica do trabalho hoje. Para ele, ao invés da observância da eliminação do trabalho pelo “maquinário informacional-digital”, há a expansão do “*novo proletariado da era digital*” que conecta, pelos celulares e/ou por demais meios tecnológicos, diversas modalidades de trabalho, culminando em um fenômeno de “*crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*” (Antunes, 2018, p. 27-28). Há com isso, o advento e intensificação nos últimos anos, por exemplo, dos trabalhadores de aplicativos com o Uber, Ifood, Rappi e Uber Eats, sujeitos às mais precárias formas de aviltamentos capitalistas, bem como o ingresso e ampliação desse processo de uberização do trabalho para outras atividades e áreas e setores econômicos.

Embora não caiba aqui maior desenvolvimento a respeito, cabe ressaltar, no entanto que os impactos das TICs não ficam restritos às atividades de trabalho mais plataformizados e uberizados. Entende-se o uso das TICs também no âmbito de serviços nos quais assistentes sociais estão inseridos(as), que são anteriores à pandemia, mas intensificados por ela – perspectiva esta que se mostrou como uma das questões centrais a esta pesquisa, conforme será exposto no terceiro capítulo. Tais tecnologias podem ser marcadas por possibilidades e perspectivas, mas também contradições, sendo importante abordá-las criticamente (Botão; Pastorini; Veloso, 2024). Desse modo, negar que a inovação e desenvolvimentos das TICs possibilitaram impacto positivo no trabalho e aqui, especificamente de acordo com nosso objeto de estudo, no trabalho de assistentes sociais, seria falacioso. No entanto, ao compreender que “em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em *potencial* gerador de mais-valor” (Antunes, 2018, p. 28), pode-se afirmar que, por vezes, no setor de serviços e em variados espaços sócio-ocupacionais, o uso destas tecnologias pode ser feito de forma aviltante, tanto para os(as) trabalhadores(as), quanto para os usuários dos serviços.

Entende-se, desse modo, que o capitalismo é capaz de usufruir de qualquer âmbito para impor a sua lógica destrutiva e garantir a exploração do trabalho frente ao objetivo de obter mais-valor. Cada trabalho é regido por particularidades e especificidades, concretamente. Ou seja, o trabalho desenvolvido em uma fábrica e o desenvolvido no setor de serviços, como uma secretaria municipal de assistência social, são diferentes. Está presente aqui a característica concreta deste trabalho, destinado a um fim específico. No entanto, a partir da concepção de

trabalho abstrato, estes podem ser, no fim, mero coágulos de tempos (Marx, 2013). Todavia, ao considerar que “o assalariamento dos trabalhadores do setor de serviços aproxima-se cada vez mais da lógica e da racionalidade do mundo produtivo [...]” (Antunes, 2009, p.111), entende-se que o capital usufruirá de artifícios para que em qualquer âmbito, inclusive no setor de serviços, seja obtida alguma vantagem para o mesmo. Desse modo, chega-se a uma questão central: o trabalho no setor de serviços é produtivo ou improdutivo? Ele é capaz de gerar mais-valor?

Primeiramente, considera-se importante tangenciar o debate do mais-valor, elemento definidor do trabalho produtivo ou improdutivo. A partir de Marx (2013), entende-se que na fórmula D-M-D, ambos seus extremos são dinheiro, diferenciando-se, assim, apenas quantitativamente, enquanto o M corresponde à mercadoria. Mas, quando se conclui o processo, mais dinheiro foi tirado de circulação do que foi lançado no começo, sendo assim, a fórmula completa do processo é D-M-D', onde D' corresponde ao dinheiro inicial mais o que foi incrementado. E a esse incremento Marx (2013) chama de mais-valor. Essa valorização transforma o valor em capital.

No que diz respeito ao trabalho ser produtivo ou não, Vera Cotrim, embasando-se na teoria marxiana, explicita que, ao determinar um trabalho como produtivo e improdutivo, é de importância que ocorra o assalariamento, bem como uma análise sobre a relação entre o que compra e o que vende a força de trabalho em questão (Cotrim, 2009), pressupondo, necessariamente, esta relação. Desse modo, é possível que uma mesma atividade seja produtiva ou improdutiva, a depender da análise da relação de compra e venda.

Destarte, é, então, trabalho produtivo, todo aquele que diretamente cria mais-valor, valoriza o capital, acresce ao capital, que é diretamente produtivo para o capital, assim como é trabalhador produtivo todo aquele que exerce trabalho produtivo (Cotrim, 2009). Outrossim, “A atividade deve não apenas produzir um resultado objetivo qualquer, ou ter um produto, mas resultar em um produto determinado” (Cotrim, 2009, p. 16). É válido recuperar uma passagem do Livro I de O Capital para melhores esclarecimentos a respeito do conceito de trabalho produtivo:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (Marx, 2013, p. 382).

Por outro, lado, há o trabalho improdutivo. É improdutivo aquele trabalho que não produz diretamente mais-valor ao capital, não o valoriza diretamente, bem como é trabalhador improdutivo aquele que exerce o trabalho improdutivo. Cotrim (2009) sintetiza, a partir de

Claudio Napoleoni, a seguinte abordagem: é produtivo o trabalho que se troca por capital, é improdutivo o que se troca por renda. Desse modo, entende-se o trabalho improdutivo como aquele trocado por renda, por dinheiro, e não por capital (Dal Rosso, 2014). É viável destacar uma citação explícita por Marx:

Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. [...] O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem alfaiataria (*gardening, tailoring*) etc. pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman*) a serviço de um capitalista industrial ou um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador produtivo, e noutro, de improdutivo, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não (Marx, 1978, p. 76).

Assim, é possível entender que um mesmo trabalho, exercido por um mesmo trabalhador, pode ser produtivo e improdutivo, bem como tal análise depende da relação de trabalho e do lugar ou não do trabalho no processo de valorização do capital. No entanto, isso não quer dizer que o trabalho improdutivo será completamente inútil ao capital, e que de nenhuma forma auxiliará na produção de mais-valor e conseqüente valorização do capital. De alguma forma, tal trabalho terá alguma utilidade para propiciar a obtenção de mais-valor. Tal feito pode não acontecer de forma direta, mas, por exemplo, a partir da etapa da circulação da mercadoria.

Como explicita Karl Marx (2013, p. 168) “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital”. Entende-se que “O ciclo do capital só se desenrola normalmente enquanto suas distintas fases se sucedem sem interrupção” (Marx, 2014, p. 143), sendo, então, de grande importância que a mercadoria não apenas seja produzida, mas circule e seja paga e consumida, para que assim efetive-se o mais-valor. Exemplo ilustrativo de muita validade é a indústria de transportes:

Mas o que a indústria dos transportes vende é o próprio deslocamento de lugar. O efeito útil obtido é indissolúvelmente vinculado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria dos transportes. Homens e mercadorias viajam num meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial, é justamente o processo de produção efetuado. O efeito útil só pode ser consumido durante o processo de produção; ele não existe como uma coisa útil diferente desse processo, como algo que só funciona como artigo comercial, só circula como mercadoria depois de ter sido produzido. [...]. Também em relação a seu consumo, esse efeito útil se comporta do mesmo modo que as outras mercadorias. Se consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo; se consumido produtivamente, de modo que ele mesmo constitua um estágio da produção da mercadoria transportada, seu valor é transferido à própria mercadoria como valor adicional. A fórmula para a indústria dos transportes seria, portanto, $D-M < T M_p \dots P-D'$, já que aqui se paga o próprio processo de produção, e não um produto dele separado (Marx, 2014, p. 145).

Ou seja, o deslocamento finaliza, transporta a mercadoria para que ela e o processo de produção sejam finalizados. É, então, processo de grande importância para que haja a produção de mais-valor, mesmo que não tenha um resultado material do seu trabalho ou que não esteja diretamente produzindo um produto que irá gerar mais-valor.

É importante, contudo, ressaltar que aqui debruça-se sobre um trabalho específico, o trabalho realizado como serviço. É importante reter a observação de Marx (2013) de que o serviço se define pelo efeito útil de um valor de uso e que não importa se este é derivado do trabalho ou de uma mercadoria. Como observa Cotrim (2009, p. 48): “O serviço se define como uma atividade comprada com a finalidade de obter seu efeito útil, e portanto, como trabalho concreto, e pode ser material ou imaterial, isto é, o efeito útil que produz pode ou não recair sobre objeto material”.

Acrescenta-se, ainda, que tratamos do trabalho de assistentes sociais especificamente desenvolvido no âmbito do Estado. Nesse sentido, destaca-se que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais¹⁷ e embora o serviço que o assistente social presta, nesse âmbito, não seja trabalho produtivo no sentido marxiano, é trabalho assalariado, se colocando na “linha de frente” na prestação de serviços sociais “dada a exigência de administrar uma série de atividades que, apesar de não serem produtivas, são necessárias ao movimento do capital e para a produção e reprodução capitalista.” (Escurre; Iamamoto, 2020, p. 108). Sobre a específica inserção no âmbito estatal, lembramos a perspectiva colocada por Dal Rosso:

O Estado não assalaria indivíduos para produzir ganhos com o labor desses servidores. Contrata-os para responder por meio de prestação de serviços públicos, gratuitos em sua maior parte, às demandas populares. Tais atividades públicas não produzem mercadorias que, vendidas no mercado, geram ganhos econômicos. Se não há mercadoria, não há valor, nem mais-valor, não cabendo, portanto, a questão do labor produtivo ou não produtivo. Obviamente, esse argumento não se aplica a situações em que o Estado reveste-se da *persona* de empresário, quando possui empreendimentos de exploração mineradora e empresas estratégicas, fabrica aviões e mísseis, circunstâncias em que produção de mercadorias, valores e mais valores encontra-se totalmente imbricada (Dal Rosso, 2014, p. 86).

A partir desta colocação, é possível complementar a argumentação de que o trabalho no âmbito do Estado não produz mais-valor e sim presta serviços à população, sendo, assim, improdutivo. No entanto, estamos caminhando cada vez mais para uma tomada de empresas públicas pelo setor privado, fundações denominadas como públicas, mas não estatais e/ou as Organizações Sociais na gestão e/ou execução de serviços públicos, como foi definido pela “reforma do Estado”, por exemplo, a partir da “administração gerencial”, que superaria a gestão

¹⁷ Publicação recente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – “Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional” – é observado que cerca de 59,8% dos(as) assistentes sociais brasileiras declaram serem trabalhadores(as) do setor público estatal. (CFESS, 2022).

burocrática, como previsto no Plano Diretor da Reforma do Estado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990. (Brasil, 1995¹⁸). A partir dessa adoção de processos denominados como de flexibilização, novas questões se colocam quanto a problematização quanto a natureza do serviço prestado no que se refere ao trabalho abstrato e, portanto, em sua caracterização como produtivo ou improdutivo. Exemplos a respeito e em destaque podem ser reportados aos serviços de saúde, seja com o Estado revestindo-se de uma "*persona* de empresário", ou a partir da contratação de terceiros pelo Estado. Também destaca-se que, cada dia mais, trabalhadores(as) são contratados(as) pelo Estado sob diferentes modalidades de vínculos e a organização do trabalho passa a adotar a lógica e estratégias da esfera privada na gestão de seus trabalhadores, o que também denota a necessidade de considerar as relações estabelecidas e o desenvolvimento e problematização quanto ao trabalho produtivo e improdutivo.

Como visto, independentemente de ser material ou não, o serviço prestado não necessariamente terá como resultado dele um objeto material, visível, concreto, podendo, de acordo com as relações estabelecidas, ser identificados serviços geradores de mais-valor. Quando improdutivo, o serviço não deixa, contudo, de ter um resultado – por exemplo, o acesso do usuário atendido à política de educação, a um transporte que propicie a efetivação de um tratamento de saúde.

Cabe destacar também o papel dos serviços e trabalhos improdutivos como inseridos na produção e reprodução das relações sociais capitalistas, com os serviços sociais contribuindo diretamente para a reprodução da força de trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2011; Escurra; Iamamoto, 2020). Isso porque, neste processo, o trabalhador pode repor o seu o consumo individual e/ou outras necessidades que garantem a vida do trabalhador, que é o que garante a oferta de sua força de trabalho e seu efetivo consumo produtivo. Serviços que também o possibilitam a comprar meios de subsistência com o que lhe foi pago, abastecendo a si e a sua família de elementos essenciais de reprodução que irão manter funcionando a sua força de trabalho e essa produzir mais-valor (Marx, 2013).

Ainda no que se refere aos serviços sociais e, portanto, diretamente relacionados ao Serviço Social e ao trabalho de assistentes sociais, reafirma-se, portanto os seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social, ainda que não diretamente associada à produção de valor e mais-valor (Iamamoto; Carvalho, 2011; Escurra; Iamamoto, 2020).

¹⁸ Sobre essas denominadas “reformas”, compreendidas como “contrarreformas” do Estado (Behring, 2003) se tratará mais adiante.

Ao retomar o debate do caráter produtivo e improdutivo do trabalho, entende-se o Serviço Social como não inscrito, majoritariamente, como uma atividade associada diretamente à criação de valor, ou seja, como um trabalho produtivo. Mas, ainda assim, tem a sua contribuição no processo de produção e reprodução social, visto que, tendo como seu alvo principal o trabalhador e sua família, estes últimos possuem ou têm potencial para ter e vender a mercadoria mais especial de todas – a força de trabalho –, que, por sua vez, irá se inserir na produção de valor e mais-valor (Iamamoto; Carvalho, 2011). O trabalho do(a) assistente social contribui, portanto, para a reprodução da força de trabalho, propiciando condições para que os trabalhadores se portem como potenciais vendedores de suas forças de trabalho, tendo assim um papel importante na valorização do capital.

Em síntese, O Serviço Social “intervém [...] *na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho*, através das mediações de serviços sociais” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 101, grifos no original), e tais serviços, por sua vez, na perspectiva capitalista, “tornam-se *um reforço para a garantia dos elevados níveis de produtividade do trabalho* exigidos [...]” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 109). Isto é, esse serviço prestado atua na reprodução seja material ou espiritualmente, o que sublinha que o trabalho desenvolvido irá atender às demandas tanto do capital quanto do trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2011), ou seja, há atividades que “embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo”, podendo contribuir “para reproduzir as contradições fundamentais que conformam as relações sob as quais se baseia essa sociedade.” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 93-94).

É dentro deste quadro geral que se situa o trabalho do Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 2011): como trabalhadores(as) assalariados(as), mesmo que, na maioria das vezes, nas atuais condições de produção e reprodução social, os(as) assistentes sociais também estão inscritos sob condições de mercantilização de sua própria força de trabalho, contando, de um lado, com seu projeto profissional que propõe a emancipação humana e, de outro, atendem às necessidades de seus empregadores, o que lhe confere sua “autonomia relativa” (Iamamoto; Carvalho, 2011; Yamamoto, 2000; 2009; Escurra; Yamamoto, 2020). Certamente este é um debate importante a ser amadurecido pelos estudiosos, sendo aqui apresentadas estas aproximações à questão, valendo ressaltar também a necessidade de analisar as relações de trabalho entre empregador e empregado, bem como o campo de atuação e espaço sócio-ocupacional, para compreender o sentido de trabalho produtivo e improdutivo quando de sua caracterização como serviço.

1.3 O Estado capitalista e as políticas sociais: as organizações públicas como espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social

A concepção de Estado é histórica e tem uma materialidade concreta vinculada ao modo e relações de produção na ordem do capital (Marx; Engels, 2007). Portanto, relaciona-se à dinâmica dos processos sociais inerentes a constituição da sociedade capitalista conforme destaca Marx e posteriormente Lenin ao discutir a teoria do Estado. Estas contribuições são consideradas essenciais para compreender o objeto tomado para estudo na pesquisa realizada para esta dissertação.

Assim, ter a perspectiva de Estado moldado pela materialidade da realidade, pelo modo de produção no qual está inserido, assim como pelas relações de produção aí estabelecidas implica na compreensão de que não é um Estado que advém da consciência humana, que emerge da forma como o desejo humano o vê, mas está para além e fora desse controle, conformado pela materialidade e realidade postas, independente da imaginação humana.

Lênin, em sua obra “O Estado e a Revolução”, traz seu objetivo primeiro: “restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado” (Lênin, 2011, p. 36). Desse modo, Lênin já inicia expressando o significado de Estado para o marxismo:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (Lênin, 2011, p. 37).

E é nessa perspectiva que começa a deturpação do pensamento de Marx, visto que a burguesia o corrompe, de modo a afirmar que o Estado “é um instrumento de conciliação das classes” (Lênin, 2011, p. 38). Para Lênin (2011), essa concepção é, inclusive, introjetada pelos socialistas revolucionários e mencheviques, o segundo grupo do partido social-democrata russo. Lênin chama essa “teoria da conciliação” de “oportunista” (Lênin, 2011, p.38). Entende-se, assim, que se tais classes são opostas, contraditórias, inconciliáveis, não é possível que seus interesses sejam conciliados por um Estado. Portanto, a ideia de Estado conciliador, aqui, não é verídica, e é contraditória, visto que é da impossibilidade de conciliação de classes que deriva o Estado.

Empenhado em retomar o que é de essencial no pensamento marxiano, Lênin disseca e analisa uma perspectiva fundamental colocada por Engels (s.d.)¹⁹, que pode ser melhor explanada a partir de suas próprias palavras:

As classes desaparecerão tão inelutavelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e igual de todos os produtores, enviará a máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze (Engels, s.d. *apud* Lênin, 2011).

Se o Estado é o produto do antagonismo entre as classes inconciliáveis, e as classes desaparecerão, o seu destino é, igualmente, o desaparecimento. Engels (s.d) explicita o processo: o proletariado apodera-se do Estado, tornando os meios de produção em sua propriedade. Com isso, o próprio proletariado se autodestrói enquanto tal, visto que são abolidos os antagonismos entre as classes e, também, as próprias classes. O Estado era necessário em uma sociedade movida pelo antagonismo entre as classes, mas se agora ele representa a sociedade como um todo, torna-se supérfluo. Não há mais uma classe a ser oprimida, não haverá mais o que reprimir e, desse modo, um poder especial de repressão, o Estado, não é mais necessário. Sendo, agora, a maioria do povo que oprime seus opressores, é dispensável uma força especial de repressão, e “Em vez de instituições especiais de uma minoria privilegiada [...] a própria maioria pode realizar directamente isto [funções do poder de Estado]” (Lênin, 2011, p. 80). Esse apoderamento do Estado pela classe proletária não se dá, todavia, almejando a liberdade, mas para “triunfar contra o adversário” (Engels, s.d. *apud* Lênin, 2011, p. 137), contra a classe burguesa, até então dominante.

Se há uma abolição de um Estado, essa é “do Estado burguês pela revolução proletária” (Lênin, 2011, p.50), e se há uma morte, é a dos “vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista” (Lênin, 2011, p. 50), porque “o Estado burguês não "morre"; é "aniquilado” pelo proletariado na revolução. O que morre “depois” dessa revolução é o Estado proletário ou semi Estado” (Engels, s.d. *apud* Lênin, 2011, p. 50). Então, de fato, a abolição aparece, mas essa refere-se ao Estado burguês propriamente dito e, posteriormente, morre o que ficou de resquício do Estado proletário, e não mais burguês, pois um Estado não será mais necessário. Por isso, “[...] o proletariado, segundo Marx, só tem necessidade de um Estado em definhamento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar” (Lênin, 2011, p. 58).

¹⁹ Aqui, e em outras partes do trabalho, Marx e Engels são citados sem, no entanto, virem acompanhados das datas das obras. Isso se dá porque a leitura realizada se deteve na obra de Lenin (2011) e nela não são explicitadas as obras específicas mencionadas por esse autor.

Outrossim, se no Estado nos moldes capitalistas há uma “força especial de repressão do proletariado pela burguesia” (Lênin, 2011, p. 50), essa deve ser substituída pela “força especial de repressão da burguesia pelo proletariado” (Lênin, 2011, p. 51). É essa a denominada “ditadura do proletariado”, “uma das mais notáveis e importantes ideias do marxismo a propósito do Estado” (Lênin, 2011, p. 57) e que corresponde a “um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas” (Lênin, 2011, p. 60). Substitui-se, assim, a ditadura burguesa pela ditadura do proletariado. Nesse momento, o proletariado exerce o domínio, de forma centrada e armada. Tal ditadura é considerada necessária, a única forma de exercer o domínio, visto que a burguesia não o entregaria por sua própria vontade.

Neste aspecto, a perspectiva de Lênin coloca a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário exclusivamente pela ação violenta e situa que a abolição deste só é possível pelo seu ‘definhamento’” (Lênin, 2011, p. 55), e a única classe capaz de retirar da burguesia o domínio, é a classe proletária. Assim, a destruição da máquina governamental burguesa se impõe como concepção central em Marx e em Lenin e ao tomar para si o poder político o proletariado constitui um Estado proprietário dos meios de produção, mas que, posteriormente, irá definhar. Inclusive, não ter lançado mão dessa tarefa, para Lênin (2011), foi uma das causas da derrota da Comuna de Paris.

Já na transição para o comunismo, o aparelho de repressão ainda é necessário, mas essa é exercida por uma maioria de explorados sobre uma minoria de exploradores, sendo um Estado não propriamente dito, mas já em transição (Lênin, 2011). Aqui, a necessidade de uma força de repressão não é totalmente anulada. Ela ainda se faz necessária. Mas a repressão, ao contrário do que ocorre no capitalismo, é exercida pela classe explorada sobre a classe que explora, constituindo a primeira uma maioria. Não tem-se o Estado enquanto Estado. Ele já é configurado diferentemente, por estar em transição.

No comunismo, o Estado torna-se supérfluo, pois, no sentido social, não há mais alguém a ser coagido, não há mais a imprescindibilidade de uma luta contra parte da população (Lênin, 2011). Foi alcançada a vitória, as classes desaparecem, e com elas o Estado, não havendo mais a necessidade deste. Isso não quer dizer que não haverá mais os excessos. Lênin (2011) afirma que os excessos ainda podem acontecer, mas tendem, igualmente, a definhar, considerando que a principal causa dos excessos é a exploração, e esta será suprimida.

Por fim, ressalta-se, a transição de um modo por outro não se dará bruscamente. Lênin (2011, p. 87) menciona sobre as “formas intermediárias entre uma e outra”, bem como em

“transformações revolucionárias” entre estas (Marx, s.d, *apud* Lênin, 2011, p.133). Não se dispensará, repentinamente, qualquer administração e subordinação (Lênin, 2011).

Em suma, compreender esse debate sobre a concepção de Estado na teoria marxista contribui para desmistificar a visão de um Estado conciliador, que tão forte presença teve na história do Serviço Social, e que só foi superada quando da ruptura com o conservadorismo e as formulações a partir da teoria social de Marx no âmbito do Serviço Social (Netto, 2009). Certamente, outras concepções de Estado estão presentes na teoria marxista e embora não sejam tratadas aqui, é importante ainda reter a consideração de que o Estado, sob o modo de produção capitalista e estando a serviço do capital e das classes dominantes, desenvolve importante papel em sua sustentação. Isto é, tem papel decisivo na conciliação de classes e, sobretudo, exercendo-o na garantia deste ordenamento, especialmente nos momentos de crise, caracterizando-se assim sua funcionalidade anticrise e anticíclica. (Mandel, 1990; Harvey, 2008).

As políticas sociais do Estado capitalista – lócus central do trabalho de assistentes sociais – são expressão desse movimento entre as classes sociais. É nessa direção que, embora a serviço do capital, as políticas sociais são assumidas pelo Estado de acordo com a correlação de forças impostas pela luta de classes e, nesse aspecto, expressa, por vezes, a incorporação de parcela de reivindicações da classe trabalhadora.

Quando o tema é política social, não se pode relegar o debate do *Welfare State*, debate este de grande importância por inúmeros motivos, e inclui-se na lista a confusão conceitual em torno do Estado e de seus sistemas de proteção social. Por vezes, o *Welfare State* é utilizado como sinônimo de política social, mas esta última tem caráter genérico, enquanto aquele carrega uma especificidade histórica (Monnerat; Senna, 2007).

A seguridade social é marcada por falta de clareza no seu conceito, o que contribui para as dificuldades em sua operacionalização na realidade concreta (Monnerat; Senna, 2007). Por isso, esclarece-se que a Seguridade Social é apenas uma das dimensões do *Welfare State*, de modo que o segundo não se esgota com o primeiro (Boschetti, 2003 *apud* Monnerat; Senna, 2007). O *Welfare State* em um determinado contexto histórico e em um determinado país pode abarcar a seguridade social que, por sua vez, abarca políticas sociais específicas, como no caso do Brasil, as políticas de Assistência Social, Previdência Social e Saúde, a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Ainda, no que tange ao debate das políticas sociais, de antemão, já é possível afirmar uma questão: há diferentes padrões de incorporação de demandas sociais em cada país (Fleury, 1994). Desse modo, o *Welfare State* resulta da história de formação social, como também é instituição primordial no que concerne aos diferentes modelos de capitalismo no segundo pós-

guerra (Esping-Andersen, 1990 *apud* Fleury, 1994). Assim, cada país possui um padrão de proteção social, de enfrentamento da pobreza e de incorporação das demandas sociais, com diferentes configurações de modelos de *Welfare State*, de seguridade social e/ou de políticas sociais. Um modelo de *Welfare State* desenvolvido na Europa, por exemplo, não é incorporado da mesma forma no Brasil, um país de capitalismo periférico, retardatário, com assalariamento tardio, incompleto e desemprego estrutural e que, de fato, não contou nem conta com um Estado de Bem Estar Social. Desse modo, igualmente, as políticas sociais, expressão da incorporação de demandas sociais, também terão diferentes configurações a depender da formação social, cultural e política de um continente ou país.

Ao considerar a formulação quanto as particularidades de cada país no que tange à configuração das políticas sociais, é válido, aqui deter-se ao Brasil. O Brasil possui diferenças e particularidades quanto aos outros países capitalistas e especialmente àqueles de capitalismo central. Behring e Boschetti (2016) demonstram que o fato de ser um país de capitalismo periférico, marcado pela colonização e pelo escravismo já são fatores significativamente incisivos quanto aos moldes das políticas sociais no país.

O que se pode constatar a partir disso é que a implementação de políticas sociais no Brasil não se dá no mesmo tempo histórico do que seu surgimento em países de capitalismo central, o que está associado à ausência de uma radicalização das lutas operárias (Behring; Boschetti, 2016). No Brasil, a emergência do sistema de proteção social brasileiro relaciona-se à redefinição do papel do Estado, que passa a intervir sobre as questões originadas do processo de industrialização do país, nos anos 1930 (Behring; Boschetti, 2016).

Há, assim, um “desenho instável, restrito e segmentado” (Behring; Boschetti, 2016, p. 79) presente nas políticas sociais brasileiras desde os primórdios, da mesma forma como é marcado por uma distância entre as definições dos direitos em lei e sua implementação real, algo que ainda persiste (Behring; Boschetti, 2016). Evidencia-se, então, estas características inerentes às políticas sociais na formação social brasileira: instabilidade, restrição e segmentação, além da ausência de consonância entre o que está estabelecido em lei e sua implementação na realidade.

A concepção de Mota (1995) não foge ao que se expõe até aqui, além de permitir maior clareza das relações entre Estado e sociedade, nos marcos do modo de produção capitalista e, especificamente, no que concerne às políticas sociais. Para ela, as políticas sociais não são exclusivamente um instrumento de controle da classe burguesa, como também não são somente resultado de conquistas da classe trabalhadora, pois o próprio capital é impelido a incorporar suas demandas, mas assim age de forma que mantenha-se a ordem e que também sejam

funcionais a suas necessidades (Mota, 1995). Percebe-se, então, a sua análise em torno das políticas sociais considerando a totalidade e a correlação de forças presentes.

No que diz respeito à uma mudança da concepção para atividades públicas e de “ajuda”²⁰, a intervenção estatal se deu junto às mudanças nos mecanismos de acumulação, como o aumento da produtividade da força de trabalho e aumento do emprego do capital constante em relação à variável (Altvater, 1989 *apud* Mota, 1995). Mudanças estas que suscitam em ampliação do escopo das lutas coletivas dos trabalhadores, de modo que, com o desenvolvimento do trabalho assalariado, a proteção social expressa-se como uma das condições essenciais para a estabilização do salariato (Mota, 1995). Ainda, quando assunto é a publicização do privado, a pressão da classe trabalhadora, na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, impõe tal feito, de modo a implicar na intervenção do Estado nos contratos de compra e venda da força de trabalho, no âmbito das condições de trabalho, da saúde e da segurança social dos trabalhadores (Mota, 1995). Assim:

É dessa forma que os sistemas de proteção social passam a compor o conjunto das práticas que se institucionalizam nas sociedades capitalistas ocidentais, a partir do início deste século [século XX], como expressão concreta da presença de uma esfera pública, reguladores das condições necessárias ao desenvolvimento do processo de acumulação extensiva (Mota, 1995, p. 125)

E, ainda:

[...] é no interior de um processo de disputas políticas que o capital incorpora as exigências do trabalho. É no leito das lutas ofensivas dos trabalhadores e da ação reativa do capital, que os sistemas de seguridade social são incorporados na ordem capitalista, como mecanismos potencialmente funcionais ao processo de acumulação e afetos ao processo de construção de hegemonia (Mota, 1995, p. 131)

Fica evidente a influência da luta da classe trabalhadora em tais feitos. Tanto na mudança da concepção da ajuda para atividades públicas, quanto a publicização do privado. Por isso, Mota (1995) explicita o “processo de disputas políticas.” Apesar disso, a autora não deixa de destacar que as demandas ou reivindicações da classe trabalhadora são incorporadas, mas também por serem potencialmente funcionais à acumulação. Ademais, ressalta algo que já foi anteriormente discutido aqui, quando dissertou-se acerca da questão social: houve reivindicação e lutas por parte da classe trabalhadora, e o capital apresentou uma “ação reativa”, conforme as próprias palavras da autora – o que imprime e corrobora a intervenção estatal em seu papel de garantia e reprodução da ordem social.

Destaca-se que a emergência e consolidação das políticas sociais no país acontecem, paradoxalmente, em dois momentos ditatoriais: o governo Vargas, na década de 1930, é de

²⁰ Ressalta-se que esta autora conta com importante livro que esclarece as ações sociais empresariais, estabelecendo forte crítica ao “feitiço da ajuda” – título de seu livro. Cf. Mota (2008).

importância no que refere-se à emergência de um sistema de proteção social nacional e coordenado pelo Estado frente ao desenvolvimento da industrialização a avanço do trabalho assalariado. Já na ditadura civil-militar, há a consolidação de um sistema de proteção social com a unificação dos institutos previdenciários. Segundo Monnerat e Senna (2007), aqui, a incorporação das demandas se dá burocraticamente, pautada na coerção e repressão à ação coletiva.

Ao retratar o contexto pós-64, Mota (1995) evidencia que houve mudanças nas políticas sociais, promovidas pelo Estado militar-tecnocrático, que procurou funcionalizar as demandas de acordo com seu projeto político. Isto é, através da expansão de determinados serviços sociais seletivamente, como também o seu acesso relacionado de forma intrínseca à formalização do emprego - características sempre presentes nas políticas sociais brasileiras até então.

Mota (1995) apresenta como características do pós-1964: o favorecimento do setor privado, a centralização político administrativa e a supressão das formas de participação da população no controle. Monnerat e Senna (2007), a respeito disso, também ressaltam relativas ampliações de cobertura. E acrescentam: a intervenção estatal impermeável às demandas populares; o privilegiamento do setor privado; além de questões específicas de certas políticas. Por exemplo, na Saúde, o privilegiamento da medicina curativa e a precariedade das ações preventivas e, na Previdência Social, a permanência de seu custeio pautado no seguro social, sendo a lógica que permanece atualmente, inclusive como contradição que impede a concretização da seguridade social. Soma-se, ainda, o fato de as características populista e corporativas serem intrínsecas à proteção social brasileira, de modo que as conquistas são fragmentadas e, como já apresentado anteriormente, não incorporam a classe trabalhadora como um todo, o que também se expressa sob o autoritarismo do período ditatorial (Monnerat; Senna, 2007).

Compreende-se que as características intrínsecas às políticas sociais na ditadura militar fazem jus ao momento histórico. Destaca-se a supressão da participação da população, algo recorrente na época em todos os contextos, e aí incluem-se as políticas sociais. As políticas sociais eram executadas da forma como eram estabelecidas unilateralmente, funcionalizando as demandas, sem participação de seus usuários.

Chega-se, então, aos anos posteriores à ditadura militar e às configurações assumidas pelas políticas sociais naquele momento histórico. Para além da saída do arbítrio e violência então perpetrados pela ditadura civil-militar, o saldo do período era de uma crise interna em diferentes âmbitos, destacando-se a crise econômico-política do fim do milagre econômico, o arrocho salarial e as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. E no âmbito do

capitalismo mundial, uma crise sem precedentes – a crise estrutural do capital frente ao equilíbrio instável conseguido no período do keynesianismo-fordismo e do *Welfare State* em alguns países centrais e com diferenças entre eles, conforme já exposto.

Um destaque deve ser feito àquele momento, tendo em vista as características já mencionadas que fundamentam as ações do Estado e suas relações com a classe trabalhadora e sociedade sob o modo de produção capitalista: a organização dos trabalhadores e suas lutas que reivindicam e suscitam em conquistas no que tange aos direitos da população em meio ao processo de redemocratização do país a partir de 1985. Desse modo, na década de 1980, em decorrência dessa organização, tem-se mudanças no campo das políticas de proteção social, e que serão institucionalizadas na Constituição Federal de 1988 (Mota, 1995).

O texto constitucional é, portanto, um marco no processo de redemocratização e de conciliação entre classes –dentro dos limites que se colocam em seu antagonismo sob o capitalismo – e que acaba por imprimir uma série de avanços no que se refere ao reconhecimento de direitos e, inclusive, o resgate da temática e de proposições relacionadas às políticas sociais (Monnerat; Senna, 2007).

É na citada Constituição que se instaura o conceito de seguridade social, fazendo-se presente um esforço para romper com a cobertura restrita aos trabalhadores e trabalhadoras inseridos(as) no mercado formal de trabalho e abrandar os vínculos entre benefícios e contribuições (Monnerat; Senna, 2007) o que, como já explícito anteriormente, em um país em que o pleno emprego não se faz presente, é de suma importância.

Na seguridade social incluem-se, então, o tripé Previdência Social, Assistência Social e Saúde. A Saúde é universal e não exige contribuição prévia; a Assistência Social é estabelecida a quem dela necessitar (Brasil, 1988)²¹, o que quer dizer que, a qualquer momento, qualquer um que antes não necessitava de tal política, mas agora tem necessidade, pode acessá-la. Já a Previdência Social exige contribuição prévia, o que significa que se trata de uma política social contributiva. A formulação da seguridade social constituída pelo tripé significa que a execução dessas três políticas deve ser realizada de forma que as integrem em uma unidade comum e não separada e isoladamente.

Desse modo, a perspectiva de seguridade social colocada pela Constituição Federal de 1988 "consagrou o entendimento de política social como conjunto integrado de ações e como dever do Estado e direito do cidadão" (Monnerat; Senna, 2007, p. 131). A responsabilidade

²¹ O artigo 194 da Constituição Federal de 1988 estabelece que "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (Brasil, 1988).

primeira sendo do Estado é significativa, bem como a não-estigmatização dos usuários das políticas, visto que estas são direitos inerentes aos mesmos, e não símbolo do seu “fracasso social”. Vianna também tece comentários acerca desse avanço, de modo a afirmar uma outra concepção que procura se distanciar de uma atribuição a problemas individuais para se reconhecer como uma responsabilidade social e pública as condições que fazem com que um cidadão não consiga prover seu próprio sustento (Vianna, 2001 *apud* Monnerat; Senna, 2007), sendo necessário reconhecer, contudo, que tais concepções de fracasso social e de individualização de expressões da questão social ainda permanecem na sociedade e não são, portanto, extintas.

Essas formulações, presentes do ponto de vista jurídico-legal significam, em tese, avanços nas concepções e na perspectiva e implementação das políticas sociais no país, sejam daquelas incluídas na seguridade social, sejam as demais políticas e direitos sociais expressos no texto constitucional. No que se refere especificamente à implementação das políticas sociais em consonância com o texto constitucional, apesar dos avanços, considerando ser a construção das políticas sociais um processo não linear, também constituído por retrocessos, conquistas e perdas, a manutenção e consolidação destas enfrentam desafios e dilemas. O desafio já iniciase com o fato de haver um consenso entre analistas da área de que a seguridade social, como a retratada na Constituição de 1988, ainda não foi implementada de fato (Boschetti, 2003; Fleury, 2006; Monnerat; Senna, 2007). Os retrocessos podem ser exemplificados pela própria fragmentação no tripé previsto para a seguridade social, na medida em que não são implementados os mecanismos de custeio integrando as três políticas, quebrando a articulação prevista e fazendo com que tomem caminhos distintos (Monnerat; Senna, 2007). E, certamente, tal fragmentação traz consequências negativas ao não suprir as necessidades integrais dos usuários, tratando-os, a eles próprios, como seres igualmente fragmentados.

Ademais, o contexto imediatamente posterior irá se interpor no sentido da restauração capitalista e de uma reorientação econômico-política neoliberal que se consolida, no caso brasileiro, nos anos 1990 frente a crise capitalista, posta desde os anos 1970. Se as mudanças na gestão e organização da produção e do trabalho já se expressavam, os anos 1990 irão consolidar tais transformações e, inclusive, com sua incidência no âmbito do Estado que será objeto de “reformas” – na verdade, contrarreformas, na medida em que retrocedem nos direitos e políticas sociais, destituindo o significado de reformas tal como concebido no passado, em que significavam avanços em conquistas para os trabalhadores e a população. (Behring, 2003).

Iniciadas ainda no governo de Collor de Mello, a reforma – na verdade contrarreforma do Estado – mais expressiva se deu no governo de Francisco Henrique Cardoso, com

privatizações, descentralização das ações estatais, terceirização e o mecanismo denominado de publicização, mas que, na prática, significava a transferência de atribuições do Estado para organizações da sociedade civil, configurando o que, no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE) era considerado como um setor público, mas não estatal. Tomando a crise do capital como crise do Estado, frente a qual caberiam ajustes fiscais – que se tornariam permanentes desde então – e sob o argumento de modernização do Estado, considerado burocrático caberia sua flexibilização, alterando as funções estatais para atividades de regulação e transferindo à esfera privada e/ou às denominadas organizações da sociedade civil tarefas de gestão e execução de políticas públicas e sociais. (Brasil, 1995; Behring, 2003).

Sob as crises do capital e as respostas estratégicas do Estado e também do próprio capital se voltará no próximo capítulo, mas aqui é importante lembrar e reafirmar, como já explicitado: as políticas sociais e/ou os sistemas de seguridade social são funcionais à acumulação capitalista, mas, no momento em que a situação complexifica-se para o capital, esses podem, e irão, sofrer desmontes. A “acumulação flexível” (Harvey, 2008) precisa do fim do controle do Estado sobre as condições da força de trabalho e do livre mercado (Mota, 1995). Os anos 1980 já haviam experimentado as orientações econômico-políticas neoliberais nos países centrais – especialmente na Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA) e como observa Mota (1995), há mudanças da seguridade social enquanto uma tendência mundial, que ocorre no seguinte contexto: para superar as crises de superprodução é posta uma nova divisão internacional do trabalho e de mercado, de modo a ocorrer o fracionamento do trabalhador coletivo e a desvalorização da força de trabalho (Mota, 1995). No entanto, isso afeta também os direitos sociais dos trabalhadores, motivando processos institucionais de desregulamentação da relação entre capital e trabalho pelo Estado (Mota, 1995).

Chega-se, então, a um fato: a instauração de uma crise societal/global, que está para além da dimensão econômica, com rebatimentos na reprodução social (Mota, 1995) e, obviamente, considerando o capitalismo em sua totalidade, o Brasil também não deixou de experimentar seus rebatimentos. A despeito da efetiva crise do capital, demarcada nos anos 1970, no Brasil se desenvolve um dado modo de construção de uma “cultura da crise”, como formulado por Mota (1995). Isto é, fundamentada no pensamento neoliberal, há uma tentativa de obtenção do consentimento ativo da classe trabalhadora, formulando sua indistinção entre as classes sociais de modo a possibilitar uma visão socializadora da crise (Mota, 1995). Adotando a concepção de políticas sociais a partir de uma perspectiva política e de totalidade, não é coincidência que os rebatimentos alcancem a seguridade social e demais políticas sociais brasileiras. Por isso, as tendências da seguridade social e demais políticas sociais brasileiras

expressam uma relação entre a crise econômica e os instrumentos e estratégias de seu enfrentamento (Mota, 1995).

A perspectiva de socialização da crise, então adotada, quer impelir aos trabalhadores a crença de que todos devem fazer sacrifícios em decorrência desta crise, e abrir mão de direitos árdua e secularmente adquiridos através das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa perspectiva desconsidera não só as diferentes condições através das quais cada classe enfrenta a crise, como também o faz a partir da busca em capturar o consentimento ativo das classes oprimidas. Isso é perceptível ainda nos dias correntes.

No que tange às mudanças na seguridade social, estas ganham ênfase nas reformas liberais surgidas nas décadas de 1980 e 1990, com argumentos fundamentados nos déficits orçamentários dos programas de previdência social, embasados em argumentos que vão desde as mudanças no perfil demográfico às repercussões da crise econômica no emprego e na renda (Mota, 1995). A partir disso, observa-se: a constituição de mecanismos de seletividade, a redução de benefícios; a segmentação das fontes de custeio do tripé da seguridade social; o incentivo às instituições privadas de previdência complementar e a focalização na pobreza (Mota, 1995).

Ou seja, é notável a presença de retrocessos, que irão impactar não apenas para os(as) usuários(as) da política social, mas também os executores destas políticas, incluindo os(as) assistentes sociais. E, acrescenta-se, se há uma tendência em privatizar programas da Previdência Social e da Saúde, há uma tendência em ampliar programas assistenciais, concomitante às mudanças no mundo do trabalho e às propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado (Mota, 1995).

O argumento de Mota (1995) é de que o processo de periferização dos países centrais, como a dicotomia entre incluídos e excluídos do mercado de trabalho, a informalização, precariedade e autonomização dos empregos (Druck; Borges, 1993 *apud* Mota 1995), e a acentuação desse quadro nos países periféricos definem os cursos das denominadas “reformas” da seguridade social.

Essa dualidade é reforçada por Mota (1995), que ancora-se em Mandel (1986 *apud* Mota, 1995) para afirmar que a solução encontrada pelo capital para a contradição da redução absoluta do trabalho humano e as possibilidades de obtenção de mais-valor contido nas mercadorias é a sociedade dual, cuja divisão dos trabalhadores em grupos antagônicos é um fator presente: parte dos trabalhadores encontram-se inseridos no processo capitalista de produção, e os que não estão inseridos e sobrevivem de outra forma que não seja através da

venda da força de trabalho, como por exemplo, através da Assistência Social (Mandel, 1986 *apud* Mota, 1995).

E isso traz consequências: os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho inclinam-se a defender as conquistas alcançadas corporativamente, enquanto os não inseridos são alvos da decadência de suas formas coletivas de organização (Mota, 1995). Da mesma forma, tende-se a criar sistemas de seguridade social próprios das empresas para aqueles trabalhadores inseridos no mercado formal, enquanto para os não inseridos há a expansão da Assistência Social pois, não sendo trabalhadores formalmente reconhecidos pelo capital e pelo Estado, irão ser usuários dessa política social (Mota, 1995).

Observa-se aqui a problemática da segmentação e heterogeneidade entre os trabalhadores, como já havíamos evidenciado a partir de Antunes (2009), no alcance de conquistas de forma fragmentada, corporativa, defendendo cada qual seus interesses individuais, de modo que a classe trabalhadora em sua coletividade tem diferenciações no seu interior, quanto a conquista de direitos. Entretanto, também é perceptível que, na ausência do trabalho formal, entra em cena a Assistência Social.

As dificuldades são acentuadas com a concepção neoliberal que aflige o país, na década de 1990, suscitando um debate acerca da reorganização do modelo de seguridade social que acarreta em redução do gasto social federal; desarticulação das redes de serviços sociais existentes e robustecimento do clientelismo e patrimonialismo na administração das políticas sociais, originando a recentralização das decisões nas mãos do executivo federal e a refilantropização da política social (Monnerat; Senna, 2007), de modo que o último realociza a responsabilidade para a sociedade civil, tal como já mencionado acerca da contrarreforma estatal.

Soma-se aos argumentos pressupostos uma das principais fragilidades da seguridade social brasileira, de acordo com as autoras: o orçamento, de modo que possibilita a observância de uma histórica subordinação da política social à econômica (Monnerat; Senna, 2007). Com uma prioridade à economia, recorrentemente desmontes e cortes nas políticas sociais são justificados pelo bem da economia – de acordo com a perspectiva aqui adotada quanto à concepção de Estado capitalista e seu papel na garantia e sustentação desse ordenamento econômico-político e sociocultural essa argumentação e justificativa torna-se clara.

É por isso que, com os princípios da universalização da seguridade social, assegurados pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), há uma reação do grande capital e da burocracia estatal, que busca a negação das conquistas obtidas sob o argumento da necessidade de adequação da seguridade social às então recorrentes “reformas” econômicas do país (Mota,

1995). Mas esse processo é realizado de uma forma específica: como vimos, a partir da formulação da autora quanto a “cultura da crise”, busca-se “realizar mudanças com o consentimento ativo dos trabalhadores” (Mota, 1995, p. 147), de modo a socializar com estes e tornar uma problemática dos assalariados um suposto dilema da equidade e da justiça capitalistas (Mota, 1995).

Com isso, a destituição da seguridade social é realizada sem uma reação efervescente o suficiente, visto que conquista-se o “consentimento ativo” dos trabalhadores, fundamentando o processo pela crise e a conseqüente necessidade de “reformas”. Como vimos, também a partir de Behring (2003), no discurso dominante a crise é do Estado e não do capital.

Compreende-se, assim, que a partir dos anos 1980 há um conjunto de “reformas” econômicas e sociais intrínsecas ao Estado, às políticas sociais e que Mota (1995) trata especificamente em relação à seguridade social no Brasil. Se no período ditatorial fazia-se presente a necessidade de os governos militares demonstrarem uma imagem de Estado Social que lhes conferisse alguma legitimidade, aderindo à certas demandas de forma funcional, a partir e no decorrer dos anos 1980, há uma fragilização das bases de sustentação do modelo até então adotado e que se agudiza a partir dos anos 1990 (Mota, 1995). Assim, apesar da necessidade de aderir a certas demandas para manter a legitimidade, chega o momento em que complexifica-se a situação, e apela-se para o desmonte. A agudização nos anos 1990 é, de fato, concomitante à uma intensificação das orientações neoliberais que, justamente, veem o investimento de políticas sociais como gastos, bem como defendem uma redução do Estado. A adoção da abertura comercial, dos ajustes fiscais, da intensificação da internacionalização do capital, de reestruturação da produção e da financeirização como opção dominante ao mundo do capital darão a tônica da condução econômico-política neoliberal desde então.

Considerando todo o cenário aqui colocado, chega-se, então, ao que é de mais específico ao Serviço Social e aos(as) assistentes sociais: os espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos(as). Estes espaços estão inseridos na totalidade capitalista e, então, não estão isentos a todas as problemáticas que foram aqui discutidas. Assim como as metamorfoses que regem o mundo do trabalho, as políticas sociais, a concepção de Estado e a sua atuação também regem os espaços sócio-ocupacionais. Assim sendo:

As alterações verificadas nos espaços ocupacionais do assistente social têm raízes nesses processos sociais, historicamente datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito (Iamamoto, 2009, p. 3)

Alterações estas que podem variar de um espaço sócio-ocupacional para outro, mas sofrem reverberações que são comuns, em maior ou menor intensidade. A prevalência da

rentabilidade das finanças que se coloca na regência do Estado suscita em espaços com condições precárias de trabalho, que vão desde a estrutura física aos meios e equipamentos de trabalho e à precariedade estrutural da força de trabalho que é repostada por tais processos em sua gestão atual (Souza; Melo; Vasconcellos, 2020). A oferta de serviços para a população usuária é diretamente atingida, pois tais espaços sofrem, então, a partir da execução de ideias neoliberais, ou ultraneoliberais – como apresentamos mais à frente –, a implantação de contrarreformas cuja tônica é o desfinanciamento, o sucateamento frente a expressões agudas da questão social com a precarização do trabalho e o retrocesso de direitos e políticas sociais.

Os(as) assistentes sociais inseridos(as) nestes espaços sofrem duplamente as consequências. Desse modo, a precarização relaciona-se não somente à lógica de rentabilidade que orienta a condução do Estado capitalista nesse contexto, mas enquanto trabalhadores em tempos de acumulação flexível. E tais repercussões e impactos se dão de diversas formas. Pode-se citar o desenvolvimento de forças produtivas até o desmonte dos direitos trabalhistas, como explicita Yamamoto:

Mas os espaços ocupacionais refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica e outras inovações tecnológicas e organizacionais, que potenciam a produtividade e a intensificação do trabalho. É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições (Yamamoto, 2009, p. 3).

As inovações tecnológicas são pontos em voga nos últimos anos. A partir da autora citada, destaca-se a consequente intensificação do trabalho, bem como a exigência de adequações às novas demandas, habilidades e atribuições. Além disso, não pode-se deixar de ressaltar as necessárias reflexões quanto à ética frente à utilização de tecnologias.

Apesar deste panorama geral, é importante evidenciar que o trabalho nos diferentes espaços apresentam especificidades, a despeito da tônica semelhante e sua transversalidade na utilização das estratégias de gestão e organização da produção e do trabalho. No que tange às empresas capitalistas, a partir da reestruturação produtiva na década de 1980, tem-se requisições de um perfil de trabalhador em que se efetiva ainda mais o consumo produtivo, controle, reprodução material e espiritual da força de trabalho, convocando-o ao envolvimento e engajamento às metas e objetivos da empresa (Amaral; Cesar, 2009) – sua adesão e consentimento como foi visto anteriormente a partir de Mota (1995).

A partir disso, tem-se, também, as requisições de um(a) assistente social que contribua a propiciar o impulsionamento de inovações, principalmente no que tange a uma denominada “democratização” das relações de trabalho, que, em tese, beneficiaria tanto

trabalhadores quanto empresas, de modo a adequar atitudes. (Amaral; Cesar, 2009). O(a) assistente social é convocado, então, a atuar sobre serviços sociais e salários indiretos, que possam propiciar esse maior engajamento dos trabalhadores para com a empresa; ações socioeducativas e/ou outras ações e atividades devem contribuir para propiciar um maior rendimento e produtividade dos trabalhadores.

Entende-se, então, a relevância da discussão anteriormente realizada. No espaço sócio-ocupacional das empresas capitalistas, assistentes sociais exercem essas atividades que incidem, em grande parte das vezes, propiciando a produção e mais-valor e a valorização do capital. Como se vê, trata-se de serviços que contribuem fortemente para que a valorização se desenvolva produtivamente ao capital. No entanto, importante frisar que tais infortúnios que atingem também assistentes sociais como trabalhadores(as).

No que tange ao trabalho na esfera pública, Raichelis (2009) chama atenção para a contrarreforma conservadora no âmbito do Estado que suscita em um processo de sucateamento dos serviços públicos e dos direitos constitucionais, que ocorre de forma crescente e persistente. Para além disso, observa-se “o esvaziamento da própria noção de direitos relacionado a uma suposta desnecessidade de tudo que é público e estatal” (Raichelis, 2009, p. 6). Assim, ao ocorrer o processo de sucateamento dos serviços públicos e a ratificação de uma perspectiva de desnecessidade do que é estatal, tem-se rebatimentos claros não apenas para a população usuária, mas também para assistentes sociais que “tem nas políticas sociais seu campo de intervenção privilegiado” (Raichelis, 2009, p 7).

Para além disso, observa-se o impacto para assistentes sociais devido a redução de postos de trabalho no Estado, a intensificação da terceirização e da subcontratação através dos trabalhos temporários, privados e/ou por tarefas (Raichelis, 2009). Entende-se, desse modo, uma lógica de racionalização intrínseca, também, no setor público trasladando para esse espaço estatal as concepções, estratégias e mecanismos de gestão próprios da esfera privada, como já exposto. Tais processos se expressam na precarização das condições e relações de trabalho no âmbito do Estado e especificamente, como objeto desta pesquisa, no trabalho de assistentes sociais aí inseridos(as). As contratações precárias vulnerabilizam os(as) trabalhadores(as), incluindo-se os(as) assistentes sociais, que ficam ainda mais à mercê da gestão, imprimindo nuances ao exercício de sua autonomia, que já é relativa. (Iamamoto, 2000)

Dessa forma, em suma, entende-se que, mesmo com a perspectiva de Estado, cuja concepção foi apresentada inicialmente neste tópico, particularmente em sua crítica e definhamento em outra forma de sociedade, suas feições, aqui brevemente apresentadas, confirmam sua natureza e funcionalidade ao modo de produção capitalista, inclusive e

persistentemente ao reforçar os interesses capitalistas em sua perspectiva de classe. Tais características relacionam-se aos moldes e perspectivas assumidas pelas políticas sociais, principalmente a partir de 1990, sob os desmontes promovidos pela perspectiva neoliberal e pela reestruturação produtiva, sob o capitalismo mundializado e financeirizado. E, conseqüentemente, traz reverberações nos espaços sócio-ocupacionais seja para os(as) assistentes sociais, em suas condições e relações de trabalho, seja para os(as) usuários que veem ainda mais restritos seus direitos frente as necessidades que refratam a questão social em suas determinações e condicionantes atuais.

Entende-se, então, que o Serviço Social, assistentes sociais e seus espaços sócio-ocupacionais, o Estado capitalista, as políticas sociais e os sujeitos de direitos sociais estão sob a ofensiva do capital, nas últimas décadas, apontando, no entanto, para as particularidades do contexto brasileiro. Considera-se em desenvolvimento, a importância do enfoque em um dos momentos mais marcantes da história mundial e também brasileira: a pandemia de Covid-19. É a respeito que se volta o próximo capítulo, expondo os resultados da pesquisa na contextualização da realidade brasileira quando essa é assolada pela pandemia de *coronavirus disease* (a Covid-19) e suas expressões particulares no país.

2 O CONTEXTO BRASILEIRO COMO SUBSTRATO DA PANDEMIA DE COVID-19

Intenciona-se aqui frisar que a pandemia traz sim novos elementos e mudanças. No entanto, não é a ocasionadora de todas as problemáticas observadas no momento pandêmico que tangem à questão econômica, trabalhista, social e política. Assim, a pandemia já encontra um cenário complexo e longe do ideal, sendo um elemento intensificador. A seguir, pretende-se debruçar-se sobre algumas características da realidade brasileira quando da ocorrência da pandemia e como estes elementos conformavam o contexto do país quando da ocorrência da pandemia

2.1 As ofensivas do capital: mudanças do trabalho e (ultra)neoliberalismo no Brasil como substrato do contexto pandêmico

Toda pesquisa se dá em um contexto e realidade amplos, com determinações e condicionantes do tema e objeto de estudo pesquisado. Pensando de forma mais abrangente, esta se dá, portanto, em uma realidade capitalista que, nesse modo de produção, é atravessada por crises. Por exemplo, a indústria mecanizada é assolada por um ciclo em que ora tem-se prosperidade, ora crise e estagnação (Marx, 2013), de modo que as crises não são acidentais ou coincidências, mas sim inerentes ao capitalismo, e “[...] exposta[s] pelos próprios limites internos, convertendo-se numa autonegação da genética das relações sociais que formam o capital” (Barbosa, 2018, p. 252)²². Mota (1995), como apresentado anteriormente, também observa acerca de uma crise societal/global, que ultrapassa o aspecto puramente econômico, e torna-se um conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais que interferem no processo de produção e reprodução social.

Ao considerar essas crises como elementos intrínsecos ao sistema capitalista (Mandel, 1990), é possível identificar momentos da história em que estas emergem. Para alguns autores da perspectiva marxista, por exemplo, desde 2007/2008, os países capitalistas enfrentam uma crise estrutural do capital (Boschetti, 2016)²³. Nos reportamos inicialmente, contudo, a crise

²² Ainda que nos limites deste trabalho não se detenha a respeito, é importante reconhecer que a ocorrência de crises como inerentes ao capitalismo pode ser identificada, por exemplo, em Mandel (1990). Todavia, há autores marxistas que a reconhecem como crise estrutural do capital, como por exemplo, Mészáros (2002). Como observa Barbosa (2018), a questão das crises é objeto de um debate intenso entre os marxistas, tendo sido retomada, principalmente, a partir dos anos 1970.

²³ Ver nota de rodapé anterior.

dos anos 1970. Ao fim da Segunda Guerra Mundial as economias industrializadas experimentavam uma onda de crescimento que, no entanto, no início dos anos 1970, explicita indícios de seu esgotamento, culminando no início de uma longa onda recessiva (Mandel, 1990). Ou seja, principalmente a partir dos anos 1970, observa-se uma crise econômica mundial, expressando suas crises cíclicas ou, como mencionado, para alguns autores, uma crise estrutural do capital.

É válido ressaltar que, para Boschetti (2016), todas as crises do capital após a década de 1970 impuseram derrotas à classe trabalhadora, com perdas no âmbito do trabalho e política social, de modo a propiciar alteração do sentido do Estado social, instituindo à classe trabalhadora um processo de expropriação social. Com a considerada crise do capital, os países capitalistas aderem às diretrizes e bússolas instituídas pelo Banco Mundial, e instituem contrarreformas, visto que o Estado social é acusado de reprimir o crescimento econômico e, dessa forma, estratégias de restauração capitalista almejando a ampliação das taxas de lucros são praticadas, e não é surpresa que o ônus rebata sobre a classe trabalhadora (Boschetti, 2016).

Frente ao exposto contexto de crise, aflora-se a demanda por uma “reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais” (Mota, 1995, p. 65), que compõe novas estratégias do capital a fim de enfrentar sua crise. Assim, tem-se a reestruturação produtiva, sustentando as estratégias de “acumulação flexível” (Harvey, 2008), que irá reverberar em problemáticas complexas para a classe trabalhadora. Ademais, com o intuito de “amortecer a crises cíclicas de superprodução” (Mota, 1995, p. 71), toma-se um conjunto de medidas anticrise, incluindo-se em seu rol as políticas sociais. (Behring; Boschetti, 2016), tendo o Estado capitalista um papel central neste contexto, tal como apresentado no capítulo anterior.

Ao considerar o exposto, é imprescindível reportar-se à organização e gestão da produção e do trabalho adotadas a partir do histórico percorrido, considerando-as como inflexões experimentadas a partir dessas estratégias gerenciais adotadas sob a acumulação flexível, que ainda fazem-se presentes. Com o declínio da produção fordista e taylorista, tem-se o fenômeno da reestruturação produtiva como expressão da acumulação flexível, principalmente a partir de 1980, como uma forma de superar a crise, impondo novos padrões de produção embasados em elementos do toyotismo, principalmente com a utilização de tecnologias mais avançadas e de distintas estratégias de gestão da força de trabalho.

As transformações contemporâneas do trabalho vêm conformando, desde então, um padrão híbrido de gestão que tanto mantém elementos do taylorismo/fordismo quanto do toyotismo, entre outros métodos e estratégias de organizar e gerir o trabalho. Se essas novas

estratégias de gestão se voltaram inicialmente para o âmbito das organizações privadas, posteriormente tal processo se espalhou para a esfera pública estatal e, no Brasil, como já exposto, especialmente a partir da “contrarreforma do Estado” nos anos 1990 (Behring, 2003). No contexto brasileiro, Cesar (1998) expressa que estas não substituem as tradicionais e conservadoras relações de trabalho, mas sim reforçam-nas, ao introduzir novos padrões de produção.

Com isto, verifica-se a busca por maior produtividade do trabalho, ancorada em estratégias de gestão baseadas em metas e avaliação de desempenho, o que incide nas políticas salariais e de gestão da força de trabalho. Levam, sobretudo, a processos de intensificação do trabalho, com maiores requisições e exigências aos(as) trabalhadores(as), bem como salários e possíveis benefícios adequados às diferentes modalidades contratuais, entre outros aspectos. (Amaral; Cesar, 2009).

Como consequência, alguns elementos são intensificados, a exemplo da flexibilização do trabalho, expressa nas novas modalidades de contratação, nas novas formas de gestão do trabalho, em seu controle e consumo produtivo, e na retirada de direitos sociais (Cesar, 1998). E, em decorrência de tais elementos, é possível destacar: o desemprego; a introdução de tecnologias mais avançadas; a precarização das condições de trabalho; a fragilização da organização sindical; novas formas de contratação, com relações de trabalho ainda mais precárias; a demanda por trabalhadores qualificados; a polivalência/multifuncionalidade; a intensificação no ritmo de trabalho; a explicitação de uma nova cultura do trabalho, requisitando um trabalhador orgânico e cooperativo; a adoção de padrões mais rígidos de controle e desempenho do trabalhador; a racionalidade técnica subordinada à eficácia e eficiência (Cesar, 1998; Amaral; Cesar, 2009; Druck, 2013).

De fato, a submissão a essas formas de trabalho é influenciada, dentre outros fatores, por outra consequência do processo de reestruturação produtiva: o desemprego estrutural. Acometidos pelo medo deste fenômeno, e considerando a necessidade de sobrevivência relacionada à compra e venda da força de trabalho em troca de um salário, sob o modo de produção capitalista, como foi revisto anteriormente, os(as) trabalhadores(as), submetem-se a tais condições e relações *de e no* trabalho, necessariamente, uma vez que, como vimos essa é a condição da força de trabalho sob o capitalismo.

Druck (2013) também traz contribuições acerca do cenário da precarização do trabalho. A autora resgata resultados de pesquisas anteriores (Druck, 1999; Franco; Druck, 2007; 2009; Franco; Druck; Seligmann-Silva, 2010 *apud* Druck, 2013), sintetizando e identificando cinco grandes dimensões da precarização do trabalho: 1) nas formas de mercantilização da força de

trabalho, visto as formas precárias de inserção dos trabalhadores nas relações de assalariamento, destacando-se a subcontratação, terceirização, pejetização, cooperativas, o próprio desemprego e a conseqüente perda de direitos sociais e trabalhistas; 2) na organização e nas condições de trabalho, considerando a intensidade do trabalho, controle da autonomia, metas inalcançáveis, rotatividade, polivalência, extensão da jornada, dentre outros elementos; 3) nas condições de segurança do trabalho – na verdade, a sua fragilização –, considerando a exposição a riscos e a sujeição às condições aviltantes, com um ritmo mais acelerado de trabalho como forma de alcance da produtividade desejada. Condições essas que fragilizam a saúde dos trabalhadores; 4) “no reconhecimento, na valorização simbólica, no processo de construção da identidade, individual e coletiva” (Druck, 2013, p. 62), de modo que complexifica-se o estranhamento no trabalho. A descartabilidade das pessoas aprofunda o processo de coisificação humana; 5) nas condições de representação e de organização sindical. (Druck, 2013).

Cesar (1998) contribui, ainda, com essas formulações, ao discutir acerca das novas exigências postas aos(as) assistentes sociais, problematizando especificamente sobre as novas formas de organização e gestão do trabalho no que se refere a essa categoria profissional. Destacam-se as novas formas de consumo e controle da força de trabalho de assistentes sociais, que acarretam na exigência de um comportamento produtivo adequado às metas de qualidade e produtividade; as necessidades de ampliação do conhecimento; domínio de tarefas executadas por toda equipe; participação em treinamentos; exigência de um perfil comportamental com os requisitos de conhecimento, competência, de manutenção de uma atmosfera positiva no ambiente de trabalho, cooperação, e esforço extra, realizando mais do que é demandado; por fim, as exigências de flexibilidade e dinamismo.

Mas, para Cesar (1998), a reestruturação evidencia, ainda, questões que explicitam as implicações desses novos padrões de organização e gestão para as condições de trabalho. 1) A intensificação do trabalho, com um maior ritmo que se conjuga à extensão da jornada; 2) A racionalização do trabalho, de modo a manter as tarefas-chaves e eliminar o que não é considerado importante ou mensurável; 3) A redução dos postos de trabalho, que pode implicar na demissão sem substituição, na absorção das tarefas de assistentes sociais por outros trabalhadores diversificados, a partir de uma dinâmica de polivalência ou de transferência da atividades dos profissionais para terceiros, na forma de consultorias; 4) a instabilidade e insegurança produzidas, que são intrínsecas à redução dos postos, que suscitam o estabelecimento de vínculos precários e precarização salarial; 5) à desqualificação, devido à flexibilização funcional, podendo culminar na descaracterização de suas funções, tarefas e responsabilidades; 6) multifuncionalidade, que passa a exigir do profissional um conhecimento

acerca das tarefas dos demais trabalhadores e possibilita maior interdependência de responsabilidades 7) esquemas de controle e aferição das performance individual ou grupal, aferindo o desempenho por meio do cumprimento ou não das metas.

Também é verificado que novas demandas e requisições são postas aos(às) assistentes sociais que trabalham nas empresas e que relacionam-se às citadas alterações nas modalidades de consumo e controle da força de trabalho, com estratégias persuasivas e adequadas às políticas de benefícios e incentivos (Cesar, 1998). No entanto, em decorrência de tal reestruturação da produção, que forja novas estratégias de gestão e organização do trabalho, bem como do receituário neoliberal, se espraiam para todas as organizações públicas e privadas, afetando o conjunto da classe trabalhadora, de uma forma geral, mais ou menos incisivamente, considerando ser a classe trabalhadora heterogênea e plural.

Ademais, também observa-se implicações na reprodução material e espiritual da força de trabalho. Na reprodução material, a presença dos “salários indiretos” (Amaral; Cesar, 2009, p.8), o que possibilita a formação de consensos em torno das metas, e a ampliação dos benefícios e incentivos, acarretando um reforço da dependência dos trabalhadores e subordinação à disciplina, são fatores a serem considerados (Amaral; Cesar, 2009). Já no que diz respeito à reprodução espiritual da força de trabalho, observa-se um processo de implantação de um discurso ideológico que preza por uma “moral do envolvimento” (Amaral; Cesar, 2009, p. 9) que suscite em um comportamento produtivo dos trabalhadores favorável aos novos métodos de produção, de modo que a prerrogativa de um “engajamento dos colaboradores” faça-se presente (Amaral; Cesar, 2009, p. 9).

Entende-se que o(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a) e, portanto, como partícipe da classe trabalhadora, é acometido(a) pelas inflexões inerentes aos processos mencionados. Tal se dá, seja através das mudanças na organização do trabalho advindas da reestruturação produtiva, seja pelas demandas profissionais que lhe são apresentadas em um contexto de precarização, desemprego e esvaziamento das políticas sociais, com exacerbação das expressões da questão social.

Ao ponderar o exposto, entende-se que os(as) assistentes sociais também são acometidos(as) pela precarização das condições e relações de trabalho e, assim, submetidos(as) às condições estruturais inadequadas nos ambientes de trabalho, inclusive, a situações de assédio moral²⁴ (em diferentes configurações, mas principalmente por parte de chefias), baixos

²⁴ Raichelis e Silva (2015) observam que o assédio moral nas relações de trabalho se caracteriza como uma expressão destas novas estratégias de organização e gestão de trabalho a partir da reestruturação produtiva. Ou seja, uma estratégia do capital para aprofundar o processo de dominação do trabalho, que acaba por provocar o

salários, entre outros elementos, como tem sido apontado pelas formulações teórico-acadêmicas sobre o contexto contemporâneo do denominado mundo do trabalho. Da mesma forma, são contratados(as) por meio de formas cada vez mais precárias, como a terceirização e modalidades de contratação “flexíveis”, temporárias e/ou por contratos que redundam em pejetização, entre outras as mais diversas e que, muitas vezes, não possibilitam um exercício profissional relativamente autônomo. Também são inflexões dos processos relacionados à organização do trabalho, a polivalência/multifuncionalidade, com a exigência de cumprimento de diversas funções, algumas delas que não são de sua atribuição; e a intensificação do ritmo de trabalho, com atendimentos em grande volume, com cobranças de avaliação de desempenho vis-à-vis a metas pré-estabelecidas, nas quais preponderam os aspectos quantitativos em detrimento dos conteúdos qualitativos de seu trabalho profissional, inclusive relacionando tal intensificação ao cumprimento de demandas que nem seriam de sua atribuição.

Ainda, cabe acrescentar que a adoção de padrões rígidos de controle do trabalhador também pode fazer-se presente, como exigências de jornadas de trabalho por vezes extensivas e/ou intensivas de trabalho, visto que, como anteriormente expresso, ao considerar que o interesse do capitalista é o mais-valor, exige-se que o trabalhador forneça sua força de trabalho por uma jornada, além do que é necessário para pagar o valor de sua força de trabalho. Ademais, retomando os mecanismos de extração de mais-valor absoluto e relativo, Marx (2013, p. 324) atenta para o surgimento de “um fenômeno”: a intensificação do trabalho. O que era “grandeza extensiva”, transforma-se em “grandeza intensiva/de grau” (Marx, 2013, p. 325), entre outros aspectos a serem verificados pela pesquisa. Acredita-se que tais elementos também podem estar relacionados com a busca de maiores eficácia e eficiência, na prescrição de metas e na avaliação de desempenho para a categoria profissional de assistentes sociais, ainda que considerando suas especificidades como serviços e, na maioria das vezes, no trabalho realizado na esfera estatal. Tal é realizado em detrimento de uma orientação voltada à efetividade das políticas sociais frente as múltiplas manifestações da questão social – seja no contexto de crise, reestruturação e neoliberalismo, seja no que se refere às especificidades que se colocam no contexto pandêmico e que se quer verificar com esta pesquisa.

A partir do exposto, é possível compreender que os(as) assistentes sociais também sofrem inflexões em seu trabalho pelo processo de reestruturação produtiva, como trabalhador(a) assalariado(a) que são, como vimos, considerando não só consequências aviltantes que afligiram os trabalhadores em geral, mas questões mais específicas relacionadas

adocimento físico e mental dos trabalhadores. As autoras apontam, inclusive, para dados de pesquisas que o demonstram entre assistentes sociais.

à profissão e à realização de seu trabalho, uma vez que seu objeto central de trabalho é a questão social e suas refrações. Tal fato evidencia a necessidade da pesquisa proposta a fim de evidenciar seus possíveis impactos para os(as) assistentes sociais como trabalhadores(as) assalariados(as).

Dessa forma, considerando o exposto, para este estudo, cabe observar que as condições de trabalho são compreendidas aqui como as condições objetivas e subjetivas de trabalho, portanto englobando desde as condições materiais de trabalho até as relações *de* e *no* trabalho. No primeiro caso, estão envolvidos os recursos físicos e instrumentais, como salas com privacidade, estrutura dos equipamentos, telefones e computadores, por exemplo, como também, na atualidade e, inclusive, aprofundado pelo necessário distanciamento social, previsto pelo contexto pandêmico, a disponibilidade de internet, entre outros recursos necessários, em contexto pandêmico a trabalhadores(as) e a usuários(as) das políticas sociais.

De outro lado, no que se refere às relações de trabalho, os(as) assistentes sociais ainda que trabalhadores(as) assalariados(as) nem sempre estão contratados sob a forma de emprego regular e protegido. Frente a essa questão que também já se expressava anteriormente, cabe considerar se e como estas relações estiveram impactadas pelo contexto da pandemia. De forma complementar, se colocam as relações *no* trabalho, referindo-se à relações hierárquicas com chefias, com os demais trabalhadores, bem como determinações e condicionantes mais abrangentes, considerando o que é emanado pelos demais entes institucionais e regulamentações das políticas sociais e/ou das organizações públicas ou privadas em que atuam os(as) assistentes sociais e como estes elementos moldam a organização dos processos de trabalho em que assistentes sociais se inserem.

Integrando estes processos e suas inflexões tem-se o fenômeno do neoliberalismo, cujas primeiras proposições já eram formuladas no contexto do segundo pós-guerra, como uma reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar, mas não avançadas ainda (Anderson, 1995). Com a crise do capital, clara a partir dos anos 1970, as ideias neoliberais conquistam espaço, dentre essas a de um “Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”, implantação de reformas fiscais e restauração da “taxa ‘natural’ de desemprego” (Anderson, 1995, p. 2; 10). Ou seja, observa-se um Estado mínimo, no sentido de que esse está afastado de sua necessária intervenção nas políticas sociais. Esses processos influem não apenas pelo recuo do Estado no que se refere ao atendimento das necessidades da população em detrimento de sua intervenção em prol do capital, mas se dão em um contexto de normalização do desemprego e do avanço de precárias condições e relações de trabalho. Esses processos se

dão diante da reestruturação da produção e do trabalho à escala mundial, conjugada à orientação neoliberal, cujas mudanças no mundo do trabalho (Stampa, 2012), entre outras problemáticas, expressam retrocessos da questão social para o conjunto da classe trabalhadora, tanto na esfera da produção quanto da reprodução social.

Destarte, percebe-se um sistema capitalista que ao determinar, em sua essência, a existência da questão social, o faz sob as novas dimensões históricas contemporâneas – em uma conjuntura de crise, das respostas do capital sob a direção da acumulação flexível e do neoliberalismo. Afeta-se, com isto, a classe trabalhadora em suas condições de trabalho e de vida, com um impacto primordial, no que diz respeito ao âmbito da temática aqui discutida, as políticas sociais – espaços onde se desenvolve o trabalho de assistentes sociais, como foi exposto no capítulo anterior. De um lado, se tem, frente a crise, uma maior degradação das condições de vida e de trabalho, com o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho. E, de outro, nesse contexto, o retraimento do Estado no que se refere às políticas sociais. Tais processos, somados, acabam por se expressar em distintas manifestações da questão social com suas pressões e que atingem o conjunto da classe trabalhadora. Assim, a partir da discorrida crise do capital e as formas de enfrentamento a essa, medidas como as citadas são tomadas e, assim, tem-se a intensificação do desmonte dos direitos dos trabalhadores.

Entende-se, desse modo, que o cenário já era complexo nos anos 1970, visto que, a partir desta década, “as economias cêntricas passam a viver uma espiral descendente com recorrentes epifenomênicas recessões” (Barbosa, 2018, p. 249). Até o final da década de 1980 foi possível observar uma “queda da taxa média de lucro, observado em indicadores dos principais países cêntricos” (Barbosa, 2018, p. 249), de modo a emergir uma agenda neoliberal e de financeirização da economia.

Tal cenário de agenda neoliberal perpassa os anos 1990 espraiando-se para os anos 2000, observando-se a partir deste último período a presença marcante do neoliberalismo, podendo-se, inclusive, argumentar que este último passa a se caracterizar como ultraneoliberalismo, uma forma mais recente do neoliberalismo, considerando uma inflexão mais profunda que acomete o neoliberalismo desde a crise de 2008 (Behring; Cislighi; Souza, 2020). Ademais, marco significativo das consequências da estratégia de financeirização adotada é a “bolha das hipotecas [momento em que] a desproporção dos recursos do capital fictício em relação à economia real atingiu o limite e precipitou a crise” (Barbosa, 2018, p. 249), observada em 2008.

Ao considerar a particularidade da realidade brasileira, observa-se, como anteriormente apresentado, o “ciclo neoliberal dos anos 1990, iniciado por Fernando Collor de Mello e

amadurecido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso” (Barbosa, 2018, p. 262). Década essa em que observa-se o Brasil inserido em uma “nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial” (Behring, 2008, p. 113).

Ainda, “A partir da década de 1980 a economia brasileira entra numa volátil configuração de crescimento lento [...] atingindo sua maior recessão em 2016” (Barbosa, 2018, p. 264). Desse modo, entende-se que este cenário complexifica-se ainda mais a partir daquele ano, com o golpe sofrido pela então presidente Dilma Rousseff. Entende-se que “O vice-presidente Michel Temer quando assume já o faz com a incumbência de reorganizar as medidas neoliberais” (Barbosa, 2018, p. 267).

Desde então, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro implantaram medidas que intensificam a precarização e o desmonte de direitos, e assim, marcam o cenário com o aprofundamento de contrarreformas. Como já expresso, uma dessas medidas, no governo Michel Temer é, a PEC 95/2016 (Brasil, 2016), que congelou por 20 anos os “gastos”²⁵ públicos, medida essa que vem afetando direta e efetivamente as políticas sociais.

Posteriormente, o então presidente, ainda, frente a um cenário favorável²⁶ para a implantação de tal medida, implementa a contrarreforma trabalhista. A Lei 13.467/2017, que altera a Consolidação das Lei de Trabalho (CLT) em diversos pontos, explicita que o fim é o de “adequar a legislação às novas relações de trabalho” (Brasil, 2017). Relações essas que, no capitalismo, sempre foram desiguais e injustas, e foram intensificadas a partir da crise do capital. Assim, já é possível entender a problemática inerente a tais mudanças.

Tem-se, então, a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. Bolsonaro vence as eleições realizadas em 2017, tomando posse em 2018, em uma disputa acirrada que foi levada ao segundo turno, vencendo o candidato Fernando Haddad em um processo em que a polarização política na sociedade foi marcante. Bolsonaro carrega em seu governo um discurso reacionário e de ataque à democracia. Para o que é de maior interesse nesta discussão, ressalta-se a condução econômica realizada pelo governo Bolsonaro, junto à Paulo Guedes, Ministro da Economia.

Fazem-se presentes no seu governo a perspectiva da “gestão eficiente e equilíbrio de gastos, típico da política ultraliberal”, além da “modernização do Estado”; o “estímulo ao

²⁵ Da mesma forma como anteriormente ressaltado, utiliza-se as aspas por entender que não se considera o investimento em políticas sociais como gastos.

²⁶ Se desde 1990 o Brasil era assolado por um pensamento neoliberal, a partir 2016, ano em que ocorre o golpe ao governo Dilma Rousseff, há a exacerbação de tal questão, com o já citado ultraneoliberalismo (Behring; Cislighi; Souza, 2020). Desse modo, a lógica dos desmontes e contrarreformas (Behring, 2003) perdura.

empreendedorismo” e a “redução da atuação estatal no campo social” (Behring; Cislighi; Souza, 2020, p. 111-112). Toda a problemática se intensifica a partir da inserção da Previdência Social na pasta econômica, visando a garantia do equilíbrio das contas pública e a visão desta política como uma “alavanca da economia e garantidora das metas fiscais (Behring; Cislighi; Souza; 2020, p. 113), perspectiva esta, a da contenção da dívida pública, que guia as contrarreformas presentes em seu governo, que se dão sobre o que sobra do equipamento estatal. (Behring; Cislighi; Souza, 2020). Percebe-se então a predominância do interesse econômico sobre o interesse social e público, com a priorização da eficiência sobre a efetividade; responsabilização da classe trabalhadora, a partir do estímulo ao empreendedorismo, pela questão do desemprego; a omissão do Estado no aspecto social, trazendo o que é de mais característico do ultraneoliberalismo

Como consequência tem-se, além de outros retrocessos, a contrarreforma da Previdência Social que, compondo a pasta econômica, é vista como aquilo que irá auxiliar no equilíbrio econômico, e não como um direito social que compõe a Seguridade Social (Brasil, 1998). A partir disso, não é surpresa que a Previdência Social seja alvo de contrarreformas e fundamentada pela perspectiva neoliberal, sendo mais um ponto a ser somado na precarização dos direitos dos trabalhadores, dificultando o acesso à aposentadoria através de medidas como o aumento da idade mínima e a necessidade de, concomitantemente, atender aos requisitos de tempo mínimo de contribuição (Brasil, 2019), além de diversos outros retrocessos dessa contrarreforma para o mundo do trabalho, como também em outros âmbitos, presentes nos seus discursos, ações e omissões.

Frente a este cenário, intensifica-se ainda mais as relações e condições de trabalho precárias. Tem-se o trabalho intermitente e, principalmente, a possibilidade do negociado sobre o legislado, medida que atua em favor dos empregadores, considerando que empregadores e trabalhadores “livres” estão em uma relação de desigualdade. A prevalência do negociado em detrimento do legislado impõem um contexto em que, mais do que antes, e agora regulamentado por lei, o trabalhador submete-se ao que estipula o empregador em suas condições de trabalho, inclusive na pandemia, como será apresentado, mesmo que isso coloque em risco a própria vida e a dos que com ele convivem.

É primordial considerar que a realidade brasileira é uma particularidade inserida em uma universalidade maior: o sistema capitalista de produção, e as relações sociais neste modo de produção são desiguais e injustas, na qual faz-se presente a contradição entre capital e trabalho, de modo que os(as) prejudicados(as) são sempre os(as) trabalhadores e trabalhadoras, como procuramos evidenciar a partir dos fundamentos teóricos que orientam esta pesquisa. Sob

o contexto da pandemia de Covid-19 tais questões serão mais fortemente desnudadas como também agravadas, como será discutido em sequência.

2.2 A pandemia de *Coronavirus Disease (Covid-19)*, as especificidades no Brasil e as respostas do governo Bolsonaro

Discutido o contexto brasileiro antes da chegada da pandemia de *coronavirus disease* (a Covid-19), pretende-se, agora, discorrer sobre esse momento tão marcante na história não só brasileira, mas sim, mundial. Desse modo, neste tópico é apresentada a pandemia, o contexto de seu surgimento e suas interrelações com o sistema capitalista etc., bem como as respostas do governo Bolsonaro, governo federal na época da eclosão da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Antes de tudo é importante considerar em qual contexto eclode a pandemia. Isto é, importante considerar todas as questões anteriormente colocadas, que dizem respeito ao trabalho no capitalismo, o Estado capitalista e as políticas sociais, as crises do capital, tal como procuramos desenvolver até aqui. Mas, soma-se ainda ao debate “as devastações ambientais” e “destruição ilimitada da natureza”, que encontram um cenário mais favorável a partir das crises de 1968/73, e principalmente em 2008-2009 (Antunes, 2022 p. 16-17). Tal destruição ambiental é intrínseca a tal modo de produção, sendo “resultado de uma de suas novas formas de existência” (Antunes, 2022, p. 18), bem como resultado de explorações desenfreadas dos recursos naturais em prol do lucro, sem quaisquer considerações sobre as limitações postas.

Existe, então, um modo de ser no capitalismo em que a valorização do lucro está acima da produção de valores de uso necessários, estando intrínseco a isto a obsolescência das mercadorias, ou, até mesmo, da vida. Desse modo, a lucratividade do capital é desproporcionalmente associada ao tempo de vida útil das mercadorias, em que se faz presente a destrutividade e a impulsão de sempre serem criadas mais e mais mercadorias (Antunes, 2022). Tem-se, então, uma pertinente argumentação que evidencia os processos autodestrutivos que o capital engendra:

O que se pode dizer, então, de um *sistema de produção de mercadorias* (para usar a conceituação de Kurz) que se expande ao *reduzir o tempo de vida útil de seus produtos*, aumentando assim sua tendência autodestrutiva? Seria de fato um milagre que esse verdadeiro *Frankenstein* não demonstrasse, com o tempo, a *virulência* e a *letalidade* de seu *modo de ser* e de se *reproduzir*. (Antunes, 2022, p. 19, grifos no original).

Entende-se, então, que cada vez mais faz-se presente uma intensa exploração da natureza e do meio ambiente, inclusive ocasionando devastações como, por exemplo, as que

acometem a Floresta Amazônica, e interferindo nas diversas formas de vidas que habitam tais ambientes naturais. Desse modo, hodiernamente, cada vez mais seres humanos e outros seres vivos, como animais silvestres, convivem de forma mais próxima relativamente a tempos anteriores. A destruição do habitat destes seres pelos humanos e o avanço na destruição dos ambientes florestais tornam cada vez mais próximos uns dos outros, bem como tornam mais próximas certas doenças com os quais os seres humanos não possuíam contato e, portanto, não dispõem de defesas biológicas para combater. Desse modo, entende-se que:

O risco de pandemias diminuiria significativamente com a redução das atividades que impulsionam a perda da biodiversidade, maior conservação das áreas protegidas e redução da exploração insustentável de regiões de alta biodiversidade, tornando menos frequente o contato entre a vida selvagem, o gado e os humanos e prevenindo a propagação de novas doenças (IPBES, 2020). No entanto, os esforços pela preservação do meio ambiente, em sua diversidade de formas de vida, nem sempre conseguem resultados efetivos ante as frentes de destruição (Medeiros, 2021). Por ignorância ou por indiferença, temos causado danos irreparáveis ao meio ambiente, comprometendo o bem-estar e a vida (ONU, 1972). Aplicada errônea ou imprudentemente, a capacidade do ser humano de transformar o que o rodeia pode causar danos incalculáveis a si e ao seu meio, o que se manifesta na contaminação da água, do ar, da terra e dos seres vivos; no desequilíbrio ecológico da biosfera; e no esgotamento de recursos insubstituíveis, levando a graves deficiências, nocivas para a saúde humana, em seu ambiente (ONU, 1972). (Medeiros; Vasconcellos, 2023, p. 3).

Assim, como resultado desses fatores anteriormente expostos, eclode em 2020 a pandemia da Covid-19. Evidentemente, em seu início, não foi considerada uma pandemia, perpassando alguns momentos até que fosse denominada enquanto tal. Em 2019, ocorre a entrada do vírus Sars-CoV-2 em alguns países, com destaque para a emergência ocorrida em Wuhan, na China, a partir de casos de pneumonia. Identifica-se, então, vários focos de epidemias em países da Europa, espalhando-se para o mundo em 2020 (Freitas; Barcellos; Villela, 2021), processo este que ocorre em considerável velocidade. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já alerta acerca da situação, considerada uma “emergência de Saúde Pública de importância internacional devido à velocidade com a qual se espalhava entre os continentes” (Souza, 2020, p. 2470) ocasionando estratégias de contenção da transmissão, bem como a preparação para o impacto ocasionado pela, então, epidemia (Freitas; Barcellos; Villela, 2021).

No que tange a esse fato, é de considerável importância considerar a realidade capitalista atual, de mundialização do capital, em que a intensa circulação de mercadorias e pessoas faz-se presente pelo globo. Isso porque “O capitalismo contemporâneo é marcado pela articulação das nações no interior de um ‘organismo’ que funciona mundialmente” (Souza, 2020, p. 2470). A intensa integração entre os continentes e países possibilita a disseminação, por exemplo, de informações, de mercadorias, de movimentos sociais e políticos. No entanto, possibilita,

também a circulação e disseminação de doenças pelos continentes e, logo, pelo mundo. Desde o momento das navegações no período da colonização, momento em que tem-se o impulsionamento da acumulação primitiva, sente-se os efeitos sobre a saúde global (Souza, 2020). Essa globalização de doenças, isto é, a disseminação dos mesmos panoramas mórbidos pelo mundo, inicia-se em 1492 com a descoberta das Américas (Berlinguer, 1999). Essa realidade faz-se, ainda, presente nos dias atuais, intensificado com maiores possibilidades de deslocamento e o “encurtamento” da distância entre os continentes e países, dado o desenvolvimento de outras formas de transporte mais eficazes e rápidas que as existentes anteriormente.

Entende-se, assim, que a transmissão da Covid-19 não ficaria contida em apenas um continente/país. Tem-se, então, o espraiamento da transmissão do vírus e, assim, tem-se a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que essa era, agora, uma pandemia, sendo denominada “Covid-19” (Freitas; Barcellos; Villela, 2021), classificação esta ocorrida já em 11 de março, sendo que em fevereiro o vírus já havia se alastrado em quase todos os continentes (Souza, 2020).

De início sendo um vírus não profundamente conhecido pela ciência, a vacinação em busca de imunidade e/ou um tratamento não eram uma possibilidade no momento. Com sintomas semelhantes aos gripais, crescendo-se a possibilidade de desenvolver sintomas respiratórios graves, mas, ao mesmo tempo, não sendo apenas uma “gripezinha”²⁷, inicialmente expressava-se uma maior preocupação com os grupos de risco, como idosos, pessoas com comorbidades e com questões de baixa imunidade. No entanto, não tardou a percepção da gravidade da doença para toda a população – que, somada a sua alta transmissibilidade e disseminação (Cortés *et al.*, 2021), juntamente com o desconhecimento científico acerca do comportamento do vírus –, se tornou digna de grandes preocupações.

A partir do que foi aqui discutido acerca da saúde, englobando desde a exploração do meio ambiente até as características do atual momento de mundialização e financeirização do capital, entende-se que tratar da Covid-19 implica considerar diferentes facetas desta pandemia. Por exemplo, como se relaciona com as condições de vida e de trabalho, pois a saúde abarca dimensões não apenas biológicas, mas também econômico-políticas e socioculturais, sendo os modos de viver, trabalhar, adoecer e morrer profundamente entrelaçados. (Souza, 2016).

²⁷ Em alusão à indiferença do tratamento dado à Covid-19 pelo então presidente do país, Jair Bolsonaro, que, por vezes, denominou a doença de “gripezinha”. Cf. BBC News Brasil. *2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega*. 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 22 mar. 2024

Importante passo foi dado frente à uma concepção de saúde que mais condiz com a realidade, a perspectiva desta em seu conceito ampliado, indo para além da ausência de doença, mas estando também circunscrita a determinações e condicionantes como “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (Brasil, 1990, Art. 3º). Desse modo, ações preventivas e de promoção à saúde também são tomadas como imprescindíveis, desviando o foco restrito apenas à recuperação de uma saúde já degradada.

Para além disso, portanto, um conceito adequado é o de processo saúde-doença a fim de contemplar tanto essa dimensão individual/biológica quanto a dimensão social e coletiva. Processo este que se inscreve na vida e sociedade de nosso tempo, que é marcada pelo capitalismo em seu estágio avançado desse modo de produção e reprodução da vida social. Afirma-se, então, que a saúde é um processo determinado socialmente – isto é, para além da dimensão biológica, trata-se de um processo detentor de um caráter social, com múltiplas determinações, e dentre outros aspectos, é constituída pelo “padrão de reprodução social e historicamente determinado pelo modo como nos apropriamos da natureza” (Souza, 2016, p. 338). A saúde “se apresenta como dimensão particular de um processo de complexidade maior, aquele do qual se constitui o ser social” (Souza, 2016, p. 339). Ainda, importa ressaltar que o processo saúde-doença é dotado de dinamismo, devendo-se superar a dicotomia saúde-doença, entendendo que saúde e doença não se excluem, mas sim são dois momentos de um mesmo processo (Souza, 2020).

Entende-se, desse modo, a relação imbricada entre saúde e capitalismo. O movimento de acumulação capitalista, de produção e reprodução do capital, torna as condições de vida da classe trabalhadora precárias. Primeiramente, ressalta-se a necessidade de obtenção de valorização e de mais-valor, valendo das estratégias que tornem tal processo de extração o mais lucrativo, inovando-se para adequar-se ao momento histórico. Tal movimento implica em consequências como reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, como vimos e se tem, desse modo, o trabalho ainda mais precarizado, intensificado, que resvala não apenas em doenças do trabalho, tanto doenças físicas quanto mentais, mas, até mesmo e inclusive, a valorização do capital a partir de processos de adoecimento e de mortalidade.

Para além disso, importa considerar a necessidade de reprodução do trabalhador como tal, capaz de dispor e vender sua força de trabalho, “livremente”, no mercado. Como aquele que tem esta como única opção em troca de um salário para sobreviver e, portanto, submetendo-se, assim, a formas de trabalho cada mais deletérias, por mera necessidade, e igualmente ocasionadoras de deterioração da saúde.

Quando considerada uma perspectiva de gênero, ainda, pode-se ressaltar a responsabilidade de reprodução da família e que eminentemente recai sobre a mulher. A partir desta perspectiva, a mulher cumpre um papel importante para o capitalismo ao contribuir para a reprodução de potenciais forças de trabalho. Papel este feito sem remuneração. Ao assumir também uma posição como vendedora de força de trabalho e assalariada, a mulher expõe-se a jornadas exaustivas de trabalho que deteriorem sua saúde, seja física ou mentalmente, se desdobrando em sua inserção no trabalho tanto na produção quanto na reprodução da força de trabalho. Em tempos pandêmicos, em que o isolamento social e o “ficar em casa” fez-se necessário, para quem pôde usufruir deste direito, pode-se observar uma intensificação desta problemática.

Soma-se a isso a compreensão das crises capitalistas, que resvalam em estratégias de defesa, como o ultraneoliberalismo, tornando as condições de vida da classe trabalhadora ainda mais precárias. Tal feito relaciona-se, também, com os serviços e políticas públicas que serão acessadas por este trabalhador. Dentre elas, a política de saúde, também alvo de desmontes e processos de precarização cada vez mais intensas – seja das políticas de saúde em sua materialidade nos serviços e instituições públicas, seja das condições de vida e de trabalho para os(as) trabalhadores(as) e de seus usuários e usuárias como suas necessidades sociais e, entre elas, as de saúde. A falta de perspectiva de vida, ou melhor, de melhores condições de vida, trabalho e sobrevivência, também relacionam-se ao processo saúde-doença para os trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, submetem-se a trabalhos intensos, com cargas horárias estendidas e/ou jornadas de trabalho intensivas, em busca do mínimo da sobrevivência e/ou, até mesmo, a impossibilidade ou as restrições para acessar cultura e lazer, o que submete a cargos, riscos e formas adoeedoras relacionadas direta ou indiretamente ao trabalho.

Todo esse contexto, em um momento pandêmico, torna-se mais expressivo quando se desenvolve a pandemia da Covid-19 – se somando às expressões da questão social e suas inflexões. Ao eclodir pelo mundo, encontra uma população submetida a um modo de produção que adoce a população e, no que é de mais específico ao aqui discutido, a classe trabalhadora. Não só isso, mas também retira direitos e desmonta as políticas públicas e sociais a que teriam acesso, após suas lutas e que, em realidade, também atendem, justamente, à realidade do sistema capitalista.

Em suma, a partir deste entendimento da Covid-19 como uma pandemia, mas inscrita em um dado contexto econômico-político e sociocultural cujos elementos mais significativos procurou se expor até aqui, evidencia-se todo o desenrolar das discussões e problemáticas a ela inerentes, sendo inegável que essa causa impactos consideráveis em todo o mundo. No entanto,

considerando a saúde como um processo social, imbricada com a realidade na qual está presente, entende-se que essa pode atingir em maior grau a classe trabalhadora, com recorte para os mais pobres e dependentes da submissão a formas precárias de trabalho, bem como considerando a sua dependência das políticas públicas estatais, estas também afetadas pela perspectiva ultraneoliberal, como já exposto. Aqui também há um recorte racial, além daquele de gênero como acima apresentado, quando se considera que segmentos negros da classe trabalhadora estão submetidos a formas de emprego mais degradantes, como as que demandam um trabalho braçal.²⁸

Tal diferenciação dos impactos da pandemia relaciona-se também aos diferentes continentes/países. Atinge-se, assim, com maior ou menor intensidade e com diferenças a depender do país e da gestão da pandemia pelos chefes de Estado. Isso porque:

Uma das principais características da Saúde Global, e que a diferencia das formas tradicionais da saúde internacional, é o reconhecimento dos contextos regionais e locais, das diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais entre os países e as internas, em cada país, assim como as consequências e respostas diferenciadas a eventos globais (Fortes; Ribeiro, 2014, p. 370).

Destarte, apesar de a pandemia de Covid-19 afetar o mundo, a forma como os países são afetados e enfrentam tal situação de emergência sanitária se dá de diferentes formas. Estas são intrínsecas à realidade social, econômica, política, isto é, à particularidade histórica de cada país em questão. Assim, importa deter-se acerca da realidade brasileira no que concerne ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, um país de capitalismo retardatário e periférico e profundamente atingido pelos processos de financeirização e mundialização do capital, bem como pelas estratégias de gestão da produção e do trabalho e pelas orientações econômico-políticas ultraneoliberais sob as quais esteve e está subordinado nas últimas décadas. Especialmente, cabe também compreender como esse processo se deu sob um governo não apenas ultraneoliberal, mas também marcado por uma perspectiva conservadora, com traços fascistas e também genocidas – o governo Bolsonaro como a instância máxima de poder político do Executivo no país, à época.

Ao adentrar a realidade brasileira, afirma-se que os primeiros casos registrados de Covid-19 no país vêm da Europa, para São Paulo e Rio de Janeiro, apenas dois meses depois da China alertar sobre a emergência sanitária em decorrência do vírus, sendo essas grandes metrópoles as primeiras a declararem a transmissão comunitária do vírus, de modo que, em março de 2020, as comunidades científicas começavam a se organizar para o enfrentamento da

²⁸ G1. Brancos são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas. *In: Globo*, G1. 14 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2024

pandemia (Codeço *et al.*, 2021). Com o desenvolvimento da pandemia da Covid-19, o *Imperial College London*, a partir de estimativas da situação global e de certos países, incluindo o Brasil, considerou o país um dos epicentros da pandemia, tanto no nível global, quanto regional (*Imperial College Covid-19 Response Team*, 2020 *apud* Freitas; Barcellos; Villela, 2021). Tem-se, então, a pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil.

Não é surpresa que a pandemia impacte com maior intensidade a classe trabalhadora, e no interior desta, suas frações mais empobrecidas. O fato de a primeira morte confirmada pelo vírus ser a de uma empregada doméstica negra, contaminada pelos patrões que chegaram de viagem da Europa, é uma de suas demonstrações. Tal fenômeno, ainda que nos momentos originais de transmissão da doença, evidencia não apenas a permanência das consequências de um país cuja história carrega a mácula social da escravização dos povos negros, mas também evidencia a perversidade do trabalho ao qual tal população está submetida. A posição em que esta mulher negra, que exerce o trabalho de empregada doméstica, encontrava-se, fez com que, mesmo sob risco da contaminação e da morte, esta fosse ao trabalho e fosse contaminada pelos seus chefes, brancos, que trouxeram o vírus de uma viagem ao exterior, possibilidade esta que, dificilmente, tal mulher teria. Entende-se, assim, a intersecção entre raça e classe²⁹, bem como que “a alocação concreta do trabalho total da sociedade é socialmente organizada de formas racializadas [...]” (Bhattacharya, 2015, p. 22).

Ratifica-se, desse modo, que não estão todos “no mesmo barco”, mas sim são afetados de maneiras diferentes pela pandemia. Não à toa, Mendes (2021) coloca a “a importância do trabalho na determinação social da pandemia da Covid-19 no Brasil” e da “visibilidade da categoria trabalho como uma expressão central da determinação social da pandemia da Covid-19 no Brasil” (Mendes, 2021, p. 353-354).

É importante ressaltar, mais uma vez, que a pandemia da Covid-19 chega ao Brasil no contexto que foi percorrido até o momento. Isto é, um contexto de crise do capital que se estende desde os anos 1970 e que foi inflexionado pela reestruturação da produção e suas estratégias sobre o conjunto da classe trabalhadora e pelo (ultra)neoliberalismo e, portanto, das inflexões que daí decorrem em relação à questão social, às políticas sociais e ao trabalho. Em um país em que a desigualdade, a precarização e desmonte da Saúde Pública, o desemprego estrutural e o trabalho precário já faziam-se presentes, como demonstrado, observa-se a intensificação dessas problemáticas.

²⁹ Matéria da BBC escrita por Gragnani (2020) menciona o fato de a Covid-19 matar mais pessoas negras e pobres no mundo. Também Santos *et al.* (2020) demonstram o mesmo cenário.

Para Raichelis e Arregui (2020), a origem de tal crise não está na Covid-19, mas na configuração do chamado “sistema de metabolismo antissocial do capital” (Antunes, 2020, p. 12) e, a crise sanitária apenas desnudou a forma como o capitalismo vinha respondendo às crises desde 1970, como estratégia para reverter a queda tendencial das taxas de lucro (Raichelis; Arregui, 2020). E, acrescenta-se, também que não apenas revelou como contribuiu para aprofundar tais processos.

Todo o cenário torna-se mais complexo, contudo, com a má gestão da pandemia, principalmente por parte do governo federal. No governo Bolsonaro no momento pandêmico, observou-se a negação da ciência e da gravidade de doença. Considerada não só pelo então presidente, mas também pela família Bolsonaro, também partícipe da política, como uma “gripezinha”, com a desconsideração da gravidade da Covid-19 e de seu potencial de letalidade. Tendo como uma das únicas armas contra a transmissão da pandemia em momentos iniciais e de relativo desconhecimento acerca da doença e, conseqüentemente de medidas efetivas para seu enfrentamento, não apenas no Brasil, mas no mundo, o isolamento social e o uso de máscaras eram as recomendações centrais. Recomendações essas emanadas de órgãos sanitários e por parcela expressiva da comunidade científica mundialmente, mas foram, igualmente, desestimulados e criticados por Bolsonaro. Os discursos eram feitos publicamente, sem disfarces, contribuindo também para a possibilidade de disseminação do vírus, pela proximidade, para parte da população, já que eram realizados, por vezes, em interações públicas e sem o uso de máscaras. Se essas manifestações de Bolsonaro, bem como de políticos e de outros sujeitos que lhe eram próximos, por si só, já contribuía para agravar mais diretamente as possibilidades de disseminação do vírus, não deixavam também de publicizar comportamentos completamente contrários às recomendações de saúde pública.

A priorização do econômico sobre a saúde e a vida era o que fundamentava tal crítica ao isolamento social. Sob manifestações veementes de que “a economia não pode parar”³⁰, obtinha-se o apoio de parcela de empresários e criticava-se o isolamento social e o afastamento do trabalho – claro, isto para os que tinham este direito. Sob o argumento de que uma tragédia ainda maior aconteceria se a economia não fosse movimentada (CNN, 2020), elucidava-se um discurso característico ao capitalismo – a priorização da economia e da continuidade da acumulação capitalista em detrimento da saúde da vida.

³⁰ CNN Brasil. Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. *In*: CNN Brasil. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-cao-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 23 mar. 2024

Ademais, a disseminação das denominadas *fake news* também foi uma arma utilizada pelo governo Bolsonaro. Se sua utilização já havia iniciado anos antes da pandemia, como um artifício de campanha para as eleições de 2018; no momento pandêmico, tal estratégia continuou a ser utilizada. As *fake news* eram utilizadas para contestar e questionar a existência e a gravidade da doença, desestimular o uso de máscaras e o isolamento social e, no que é também de grande gravidade, foi um meio utilizado para divulgar propagandas de remédios sem eficácia comprovada. Argumentava-se sobre uso de medicamentos – como a ivermectina e a cloroquina –, que seriam úteis para prevenção e tratamento da doença, como também para disseminar mentiras acerca das vacinas, em momento posterior, quando se passou a contar com a existência desse recurso.

As vacinas, submetidas a testes e a aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), eram passíveis de argumentos amedrontadores e mentirosos por parte de Bolsonaro³¹, além de alimentar a continuidade de disseminação das *fake news*. Em relação às vacinas, a questão mais séria, contudo, se refere ao atraso em sua aquisição pelo governo federal³². Bolsonaro ignorou três ofertas de compras de 70 milhões de doses de vacinas da Pfizer para auxiliar no combate da Covid-19 (BBC News Brasil, 2020).

Se a gravidade dessas questões já se coloca de forma inestimável, também a instabilidade na condução da gestão do Ministério da Saúde se constituiu em fator adicional. Ou seja, reportamos aqui às trocas de ministros e em pleno enfrentamento da pandemia – três passaram por aquele ministério durante o período –, e isso, justamente, devido à discordância na condução do enfrentamento à pandemia, o que contribuiu para conflitar ainda mais um contexto pandêmico já extremamente grave.

A partir da negação da gravidade da pandemia, ações que poderiam ser tomadas até mesmo em momentos iniciais, quando o vírus ainda estava circulando na Europa, deixaram de ser tomadas. As fronteiras não foram fechadas, o que associa-se diretamente à mundialização do capital e a prevalência na continuidade de circulação de mercadorias e pessoas – prioriza-se, mais uma vez, a valorização do âmbito econômico em detrimento da saúde e da vida das pessoas.

³¹ Entre outras, chegando a promover, por exemplo, a cômica (porém, não menos, irresponsável) manifestação sobre a possibilidade de “virar um jacaré AFP. Bolsonaro sobre vacina: se você tomar e virar um jacaré, é problema seu. In: *Carta Capital*, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-sobre-vacina-se-voce-tomar-e-vice-um-jacare-e-problema-seu/>. Acesso em: 23 mar. 2024

³² BBC News Brasil. CPI da Covid: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas. In: *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57104347>. Acesso em: 23 mar. 2024

Como se não fosse suficiente todos os citados feitos, a ocultação dos reais dados sobre a pandemia também se adicionou a este contexto, o que incluía a quantidade de contaminados e mortos pela pandemia. Foi necessária a criação de um consórcio de veículos de imprensa³³ para que a transparência de informações acerca da pandemia fosse garantida à sociedade, como observado por Souza (2020):

A prioridade dada à esfera econômica, quando, sobretudo, evita-se obstáculos ao livre comércio, seja nacional seja internacionalmente. Tal condição teve forte influência nas decisões tardias dos governos nacionais em fecharem as fronteiras e adotarem medidas mais rígidas de afastamento social (Souza, 2020, p. 2475).

No cenário da área da política de Saúde, a pandemia encontra um Sistema Único de Saúde (SUS) que sofreu reiterados desmontes, inclusive pela já mencionada PEC 95/2016 (Brasil, 2016). Todavia, há encaminhamentos que lhe são anteriores, já desde os processos contrarreformistas da década de 1990. Por exemplo, a contratação de terceiros para a gestão seja de hospitais públicos, seja daqueles vinculados as universidades, como, respectivamente, as Organizações Sociais (OS) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Esses processos vêm contribuindo ao desmonte do SUS, como também devem ser consideradas as condições em que se dá a gestão em vários hospitais.

Observa-se, frente às sucessivas contrarreformas e demais medidas de subfinanciamento e sucateamento dos serviços públicos, o desinvestimento nas políticas sociais, aqui reportados à área de Saúde, como já discutido anteriormente. (Mota, 1995; Behring, 2003; Behring; Cislighi; Souza, 2020). Como argumenta Souza (2020, p. 2476), trata-se de uma “fragilização dos sistemas públicos de saúde, fruto, em boa medida, da dinâmica financeira particularizada nos mecanismos das dívidas públicas que implicam sistemas de saúde subfinanciados.”

Expressa-se, dessa forma, qual o cenário em que a política de saúde vivenciava no Brasil quando a Covid-19 torna-se uma emergência sanitária. Os desmontes das políticas sociais e, especialmente, aqueles inerentes ao SUS evidenciam a falta de estrutura e recursos necessários para vivenciar uma emergência sanitária como a ocorrida, podendo ser mencionado, inclusive, que se aliaram ao próprio processo de desindustrialização do país com a abertura ao capital internacional e sua dependência na importação de produtos básicos, aqui os de saúde, o que também ocorreu naquele contexto.

Os processos mencionados contribuíram para o aumento não só do adoecimento, mas da mortalidade por Covid-19. Símbolo desta perspectiva é a tragédia anunciada ocorrida em

³³ G1. Consórcio de veículos de imprensa completa 500 dias de trabalho colaborativo. In: *Globo*, G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/20/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-completa-500-dias-de-trabalho-colaborativo.ghml>. Acesso em: 23 mar. 2024

Manaus, em que a falta de cilindros de oxigênio ocasionou a morte de vários pacientes, sendo necessário fazer uso da ventilação manual para que parte dos pacientes não fossem à óbito.³⁴

Entende-se, desse modo, que o que regeu o enfrentamento da pandemia pelo governo Bolsonaro foi uma lógica de necropolítica (Mbembe, 2018), a partir da qual o Estado carrega um poder em que a tomada (ou não) de ações possibilita a morte de um grupo. Desse modo, apesar de o vírus ser “democrático”, pessoas negras e pobres, sujeitas a modos de vida aviltantes e acesso a políticas públicas precarizadas, são as mais profundamente afetadas. Resultado de todo esse processo são os quase 39 milhões de infectados e quase 711 mil mortos pela pandemia da Covid-19, segundo dados do Ministério da Saúde em 21 de março de 2024³⁵, dentre estas 105 assistentes sociais, a maioria trabalhadores(as) do SUS (Leal *et al.*, 2022).

De fato, o que se observou foi, em realidade, não simplesmente uma pandemia isolada, mas sim um “capitalismo pandêmico” (Antunes, 2022). Se antes da pandemia vivenciava-se as expressões da acumulação flexível, como a reestruturação produtiva, as orientações neoliberais que levaram às contrarreformas trabalhista e da Previdência Social e à “PEC da morte”, compreende-se, então, a intensificação da questão aqui explicitada. Antunes (2022) sintetiza tal perspectiva afirmando:

O que vivenciamos na primeira metade do governo Bolsonaro pode ser assim resumido: desmonte avassalador da legislação social protetora do trabalho, destruição da política de seguridade social, com a aprovação de reforma da Previdência Pública (em verdade, sua destruição), em dia 22 de outubro de 2019, pela qual os assalariados mais pobres foram excluídos de uma efetiva previdência pública, restando-lhes, no máximo, um assistencialismo vergonhoso e acintoso (Antunes, 2022, p. 77).

O desmonte e a precariedade, no que tange à política e, principalmente, o trabalho, de fato, não se restringe ao SUS. Como expõem Raichelis e Arregui (2020)

A situação de pandemia expõe com muita crueza as dimensões contraditórias desse processo: de um lado, a falência das medidas ultraneoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o Suas, os sistemas de proteção social mais requisitados no contexto da pandemia. E, ao mesmo tempo, a necessidade de mais Estado e do fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento dessa grave crise (Raichelis; Arregui, 2020, p. 143).

É preciso se ater aqui, contudo, especificamente às relações e condições de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores e as trabalhadoras, incluindo-se os(as) assistentes sociais, e como se expressavam no contexto pandêmico. No que tange às particularidades do Brasil, é importante lembrar que o pleno emprego não ocorreu e não se faz presente no Brasil,

³⁴ BBC News Brasil: Covid em Manaus: sem oxigênio, pacientes dependem de ventilação manual para sobreviver em Manaus. In: *BCC News Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55674229>. Acesso em: 23 mar. 2024.

³⁵ Os dados foram obtidos em site do governo federal, que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://covid.saude.gov.br/>

bem como considerar o acúmulo dos processos que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e que até aqui se procurou discorrer. Ratifica-se, portanto, que o cenário no qual a pandemia da Covid-19 está circunscrita é aquele da realidade do capitalismo no Brasil e seus traços característicos de país dependente e periférico.

Entende-se, desse modo, que se antes da pandemia a classe trabalhadora no Brasil já era composta por “trabalhadores informais, terceirizados, precarizados, flexíveis e intermitentes” (Antunes, 2022, p. 42), na pandemia observa-se o aumento do empobrecimento e miséria da classe trabalhadora. Para o mesmo autor, “com Bolsonaro, o quadro se tornou verdadeiramente desesperador para a classe trabalhadora” (Antunes, 2022, p. 43).

Havia a parcela que não deteve o direito de ficar em casa, arriscando-se a uma contaminação e, conseqüentemente à morte, pois não era cercada pelos direitos trabalhistas que a CLT proporcionava, e estes, por sua vez, igualmente desmontados e vitimados pela contrarreforma. Havia, também, a parcela dos trabalhadores que puderam “ficar em casa”, fazendo uso do teletrabalho, ou *home office*, arcando com os custos dos meios de trabalho, e no que tange à discussão de gênero, ressalta-se o anteriormente exposto relativo a duplas e triplas jornadas de trabalho que acometem as mulheres que ocupam-se dos cuidados da reprodução da força de trabalho, seja aos filhos ou idosos.

Antunes é cirúrgico ao afirmar que:

A política econômica do seu governo expressa um enorme desprezo pela *vida* dos(as) assalariados(as), as maiores vítimas da pandemia. O dilema da classe trabalhadora tornou-se mais rude e duro: se voltam a trabalhar ou se permanecem em seus postos de trabalho, convertem-se em reais candidatos à vala comum dos cemitérios; se acatam o isolamento e a quarentena, a classe trabalhadora que se encontra na informalidade morre de fome. A proposta do governo de oferecer R\$600,00 durante três meses (vale lembrar que a proposta inicial de Paulo Guedes era de R\$ 200,00) às parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora é acintosa, uma vez que é absolutamente insuficiente para garantir o mínimo de dignidade (Antunes, 2022, p. 43)

De fato, cabe destacar que, visto a insuficiência do auxílio-emergencial de R\$600,00 reais, os(as) trabalhadores(as) arriscam-se à contaminação para obtenção de uma renda que garanta, minimamente, sobreviver. Sendo este um trabalhador “livre”, livre dos meios de produção, a exposição a tal risco é a única forma de sobreviver. A centralidade do trabalho no contexto pandêmico é, portanto, significativa, seja nas condições da atual precarização do trabalho, seja naqueles(as) em condições de informalidade e/ou de desemprego.

Na formalidade, tem-se dois cenários: os trabalhadores que continuam a trabalhar presencialmente, arriscando-se à contaminação, e os que inserem-se na modalidade remota, ou *home office*. Neste segundo caso, tem-se a dissolução da linha que delimita os ambientes de trabalho e de vida privada e, inclusive, de descanso e/ou de lazer, de modo que o trabalhador

sinta-se inserido em uma jornada de trabalho constante, trabalhando mais horas do que a estabelecida contratualmente. Demanda-se o trabalhador a qualquer momento, por e-mail, *WhatsApp* e outros recursos. Tal fenômeno pode acometer, inclusive, em agravos à saúde dos trabalhadores. Mas, além disso, propicia distanciamento entre os trabalhadores, o que pode suscitar em uma maior dificuldade para organização e reivindicações. Soma-se a isso o fato de que, majoritariamente, o próprio trabalhador arca com os meios de trabalho, como internet, computador, luz, energia e toda estrutura física necessária para exercer o trabalho, além de ser retirados outros salários indiretos, essenciais à sobrevivência, tais como o auxílio-passagem e auxílio-alimentação para aqueles que a eles tinham acesso.

Raichelis e Arregui (2020) explicitam que, no que concerne ao cenário do trabalho, no movimento sociometabólico do capital, o qual é composto pelas crises, como também já apresentamos anteriormente, como as estratégias capitalistas que são colocada em curso e/ou aprofundadas. O capital incorpora as inovações tecnológicas, principalmente as de base digital, que economizam trabalho vivo e amplia as populações relativa e sobranje – questão central que aprofunda as taxas de desemprego e a precarização do trabalho (Raichelis; Arregui, 2020). Tal perspectiva ratifica que os fenômenos de precarização do trabalho, como flexibilização, terceirização, e todos os outros fenômenos que expressam sua precariedade não só faziam-se presentes antes, como são intrínsecos ao capitalismo.

Em suma, entende-se que

A precarização do trabalho assume eminência no conjunto dessas repercussões [sociais], articulando-se e acentuando-se com a pandemia, em todas as suas dimensões: os vínculos de trabalho e relações contratuais precárias ganham maior amplitude ante um contexto de contrarreforma trabalhista, que também se reflete no alcance das medidas governamentais durante a pandemia; a organização e as condições de trabalho tendem a piorar, sobretudo pelo *home office* (conforme tende a se configurar) e a uberização; a precarização da saúde dos trabalhadores é sentida na medida em que as ocupações precárias não pressupõem medidas de proteção à saúde juridicamente consistentes, e com a pandemia, a questão da exposição ao novo coronavírus catalisou o processo, tanto pela infecção em si quanto pelas suas repercussões psicológicas e sociais; o processo de construção das identidades individual e coletiva, a representação e a organização coletiva, ainda que sejam dificultados pela dinâmica da acumulação flexível, desdobram-se ante um processo histórico que é, sempre, dialético [...] (Souza, 2021, p. 12).

Ao considerar os argumentos expostos, é perceptível o impacto da pandemia para a classe trabalhadora de forma incisiva e, inclusive, os(as) assistentes sociais, que também a integram. No que tange ao Serviço Social especificamente, Raichelis e Arregui (2020) evidenciam a erosão dos sistemas públicos de proteção social e as políticas públicas, como o lugar institucional privilegiado de sua atuação, onde ocorre sua mais ampla inserção. A precarização e degradação de tais espaços explicitam um aspecto agravante da incidência da

precarização do trabalho e das políticas sociais para assistentes sociais como trabalhadores(as). Trabalhadores(as) como todos os(as) outros(as) e aqui especificamente trabalhadores(as) mais diretamente afetados. Acerca do tema retratado na pesquisa, explicita-se:

No que se refere às condições e relações de trabalho, assistentes sociais, na condição de trabalhadores(as) assalariados(as), são submetidos(as) aos mesmos processos de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto da classe trabalhadora, no interior da heterogeneidade que a caracteriza. Dentre esses processos, ao lado do(a) servidor(a) público, estatutário com contrato regido por regime jurídico próprio (profundamente atacado nesse momento), encontramos os mais variados vínculos contratuais, entre os quais: os chamados PJs ou 'pejotização' no jargão da área; a terceirização; o trabalho temporário; o trabalho em tempo parcial, por tarefa, por projeto; o trabalho intermitente, entre outros (Raichelis; Arregui, 2020, p. 144).

E essa heterogeneidade, característica do capitalismo e deliberadamente expressa no contexto de reestruturação produtiva, explicita a nova morfologia do trabalho, que, como vimos, promove profundas metamorfoses no mercado de trabalho profissional, também no espaço estatal, de modo a estimular a individualização do trabalho e a avaliação de desempenho fundamentadas em metas de produtividade e remuneração diferenciada, suscitando em competição e desmobilização dos trabalhadores (Raichelis; Arregui, 2020).

Desse modo, explicita-se, mais uma vez, que a pandemia desvela o que já estava estabelecido e contribui para seu aprofundamento. Raichelis e Arregui (2020) observam a centralidade e adensamento no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Isto porque, com a pandemia, o trabalho remoto ou teletrabalho são modalidades que generalizam-se e contribuem, na forma capitalista como são utilizadas, para promover novas formas de subsunção do trabalho ao capital.

A falta de estrutura dos equipamentos públicos para proporcionar o distanciamento social adequado e a indisponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPI), álcool em gel, limpeza constante, entre outros, também acomete esses(as) trabalhadores(as). É evidente, assim, as condições de trabalho, a pressão e o grau de sofrimento aos quais os(as) trabalhadores(as) da Saúde estavam submetidos, e inclui-se aqui assistentes sociais.

Outrossim, sob uma perspectiva mais ampla, a pandemia afetou a população mundial e, especificamente, a brasileira de forma incisiva. Destaca-se, nesse sentido, alguns indicadores. Em pesquisa elaborada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no período de 24 de abril a 24 de maio de 2020, é expresso que 59,2% da população permaneceu em casa, só saindo para ir ao mercado e farmácia, enquanto 15,1% das pessoas só saíram para atendimento médico. Além de afetar a sociabilidade, entende-se que isso afeta o trabalho e o rendimento da população (Almeida *et al.* 2020). E, ainda, 20,6% perderam

o trabalho/ficou sem trabalhar enquanto 28,9% não trabalhava antes e continuou sem trabalhar. 29,4% trabalharam mais do que o normal. Quanto à renda familiar, 30,3% entre aqueles que integravam os dados pesquisados argumentaram que a renda diminuiu um pouco, 24,8% relatam que diminuiu muito, e 7,0% relatam que ficaram sem renda. No entanto, considerando a perda do poder de compras da população durante a pandemia, a situação é agravada, destacando-se que os dados aqui considerados são relativos ao início da pandemia (Almeida *et al.* 2020).

São perceptíveis, desse modo, os impactos social, econômico e sanitário da pandemia sobre a realidade brasileira. Impactos este que ocasionam sobrecarga e tensionamento das políticas sociais brasileiras e sua materialização nos espaços sócio-ocupacionais – lócus de atuação de assistentes sociais. É esse reconhecimento que guiou esta pesquisa a fim de conhecer, problematizar e analisar os traços singulares que conformam o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico na realidade brasileira. Realidade essa inscrita nos marcos do atual momento de acumulação capitalista, sob a financeirização e mundialização do capital e de orientações econômico-políticas ultraneoliberais assumidos pelo Estado na condução das políticas sociais, cujos traços e elementos mais substantivos se procurou até aqui problematizar. A fim de caracterizar e problematizar as relações do trabalho de assistentes sociais ao contexto pandêmico, de acordo com a pesquisa realizada sobre a produção acadêmico-profissional é que se volta a exposição no próximo capítulo, procurando evidenciar, especificamente, como esses processos se deram em diferentes espaços sócio-ocupacionais nos quais o Serviço Social se insere.

3 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO PANDÊMICO E A PRODUÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

3.1 Considerações metodológicas e caracterização da produção acadêmico-profissional de Serviço Social selecionada

3.1.1 O corpus constitutivo do estado da arte e procedimentos de pesquisa

A pesquisa da produção acadêmico-profissional realizada caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, em estudo de sistemática revisão, que se aproxima daqueles denominados como do tipo estado da arte. O que aqui se denomina como produção acadêmico-profissional corresponde ao material identificado e selecionado junto a três bases específicas – os trabalhos apresentados e publicados nos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XVII ENPESS) e do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes sociais (XVII CBAS), ambos realizados no ano de 2022 e os artigos publicados nos periódicos acadêmico-científicos classificados como “A1”, na área de Serviço Social, pela Classificação de Periódicos Qualis/CAPES na avaliação quadrienal de 2017-2020. A partir da identificação das produções e aplicando-se critérios de inclusão e exclusão – abaixo qualificados –, a fim de selecionar o material, constituiu, então, o *corpus* de pesquisa. O objetivo foi de conhecer e analisar o que está sendo produzido, na área do Serviço Social, acerca do trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico, procurando identificar e problematizar os principais resultados e tendências sobre esta questão. E isto, como previsto inicialmente no projeto de pesquisa, independentemente se relacionados a organizações públicas ou privadas e nas distintas políticas sociais que sejam contempladas nesta produção.

Tal movimento de aproximações ao objeto de estudo veio complementar a pesquisa sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico, cuja exposição dos principais fundamentos, em suas diferentes dimensões, foi realizada nos capítulos precedentes. Como foi exposto na Introdução dessa dissertação, complementa-se aqui um processo de aproximações sucessivas, que procura ter por referência o materialismo histórico-dialético (Marx, 2013), especialmente no sentido de procurar superar a aparência dos fenômenos investigados e, portanto, ir além, a fim de atingir sua essência.

Compreende-se a concretude e materialidade presente na pesquisa, no que tange ao trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico, no sentido de que os conteúdos explicitados na produção acadêmico-profissional selecionada e analisada podem expressar

aproximações à realidade concreta, experimentada nos distintos espaços sócio-ocupacionais aos quais esses trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Social estão inseridos(as). Também cabe reconhecer que as perspectivas e expressões da realidade retratadas nesta produção acadêmico-profissional são condicionadas por escolhas e omissões que homens e mulheres concretos fazem, no que tange às ações estatal e do capital, à organização e gestão do trabalho. Como aqui se volta, especificamente, ao trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia de Covid-19, entende-se que esses espaços sócio-ocupacionais são impactados por tais escolhas e omissões, entre outros elementos que se relacionam a esse objeto tomado para estudo.

Se tem ainda em consideração que a pesquisa é provida de um movimento dialético, de modo que, ao mesmo tempo que intenciona-se conhecer e se aproximar dessa realidade concreta específica – o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico a partir a produção acadêmico-profissional selecionada –, também pretende contribuir para transformar a realidade. É reconhecido, assim, que a partir do desenvolvimento da pesquisa e com os resultados com ela obtidos, esse processo também transforma a pesquisadora, agrega conhecimentos, experiência e mudança de percepções, bem como pode suscitar reflexões e contribuir para o Serviço Social.

Esclarecendo um pouco mais sobre os procedimentos metodológicos mais diretamente relacionados à pesquisa bibliográfica a partir de sistemática revisão, cabe esclarecer, no entanto, quanto à utilização dos termos “estado do conhecimento”, “estado da arte”, “pesquisa bibliográfica” e “revisão de literatura.” Lima e Miotto (2007) expressam que, apesar de a pesquisa bibliográfica ser comumente caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica, a revisão de literatura é pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, enquanto “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo” (Lima; Miotto, 2007, p. 38). Desse modo, apesar de ser necessária a revisão de literatura também para a pesquisa aqui realizada, aqui o percurso investigativo se qualifica como uma pesquisa bibliográfica, sustentada por sistemática revisão sobre parcela da produção acadêmico-profissional do Serviço Social acerca do objeto proposto.

É importante, todavia, reter algumas formulações sobre essas diferenciações quanto a estes tipos de pesquisa. Romanowski e Ens (2006), por exemplo, afirmam distinções entre estado da arte e estado do conhecimento, quando assim observam:

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada ‘estado da arte’, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções [...]. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’ (Romanowski; Ens, 2006, p. 39-40).

Romanowski e Ens (2006), como evidenciado, não consideram “estado da arte” e “estado do conhecimento” como sinônimos. Enquanto o “estado da arte” seria caracterizado por uma pesquisa mais abrangente e ampla, no sentido de englobar diferentes setores da produção de conhecimento, como revistas científicas, eventos, congressos, produções acadêmicas (dissertações, teses), o estado do conhecimento considera apenas um setor das publicações sobre o tema. Aqui, adota-se, contudo, a nomenclatura *estado da arte* para denominar a pesquisa bibliográfica realizada, a despeito das definições colocadas pelas últimas autoras supracitadas, evidenciando, todavia, os critérios adotados para a seleção do material e os temas circunscritos, bem como o detalhamento dos procedimentos metodológicos.

As possibilidades presentes em uma pesquisa de estado da arte são diversas, proporcionando “uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área [...] além de identificar as lacunas ainda existentes” (Romanowski; Ens, 2006, p. 43). Por isso, é inegável a importância deste tipo de pesquisa e a contribuição que pode oferecer a respeito do que é produzido em uma determinada área ou temática. É possível perceber isso a partir das colocações de autores revisados acerca da imprescindibilidade deste tipo de pesquisa: Para Soares e Maciel (2000), por exemplo,

As pesquisas [...] chamadas, usualmente, de pesquisas do ‘estado da arte’ [...] são, sem dúvida, de grande importância, pois [...] podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. Essa compreensão do ‘estado do conhecimento’ sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos [...] [como também a] ordenação que permita [...] a determinação e lacunas ou vieses (Soares; Maciel, 2000, p. 9).

Já, Romanowski e Ens (2006) expressam a

[...] abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. [...] Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram [...] apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática. [...] Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas [...] (Romanowski; Ens, 2006, p. 38-39).

Desse modo, “A sensação que parece invadir esses pesquisadores é a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento que apresenta crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo” (Ferreira, 2002, p. 258-259). Dessa forma, tomada por esta citada sensação de não conhecimento acerca do trabalho de assistentes sociais na pandemia, bem como através da percepção de que são relativamente insuficientes as pesquisas que tomem como temática central o trabalho de

assistentes sociais (Gouveia de Oliveira, 2021c), o que permite supor lacunas a respeito, é que se propôs e foi realizado este estudo.

Há um fator que deve ser levado em consideração na pesquisa em questão: a relação entre a universidade e a produção científica. Lima e Miotto (2007) expressam diversos pontos a respeito. Primeiramente, evidenciam a perspectiva de um modo de produção do conhecimento conduzido por uma “articulação universidade-empresa-Estado”, ocasionando uma “diminuição da influência da hierarquia acadêmica na condução da prática científico-tecnológica” (2007, p. 38), que está associado ao conceito de “universidade operacional” formulado por Chauí (1999 *apud* Lima; Miotto, 2007), cujo o “índice de produtividade” (Lima; Miotto, 2007, p. 38) é um critério de avaliação, ocasionando o incentivo às pesquisas e sua publicação, bem como o aumento da oferta de congressos e eventos destinados à, dentre outras questões, publicação de trabalhos científicos (Lima; Miotto, 2007).

Sem aqui aprofundar o mérito das problemáticas inerentes à exigência comentada pelas autoras, é importante reconhecer a importância da questão que trazem, pois, como observam, há aí não apenas implicações ético-políticas, mas também a possibilidade de questionamento quanto a qualidade de produções, com destaque, entre outros, para os procedimentos metodológicos e rigor científico e, como crítica geral, aos rumos acadêmico-científicos possíveis a partir dessa caracterização de “universidade operacional” (Lima; Miotto, 2007). Esta produção pode também estar relacionada a outros fatores, como, por exemplo, aqueles inerentes ao amadurecimento da área de Serviço Social e sua maior publicização. Como mencionado, não cabe aqui discussão mais abrangente desta questão, mas a relevância de conhecer melhor a produção acadêmico-profissional do Serviço Social sobre o trabalho de assistentes sociais, particularmente quando voltada ao recente fenômeno social da pandemia de Covid-19, como já antes justificado em sua pertinência. De outro lado, observa-se que eventos, como o CBAS e o ENPESS, e revistas científicas recebem uma gama de trabalhos de estudantes, pesquisadores e trabalhadores das diferentes políticas sociais, proporcionando um acervo que abre possibilidades a este tipo de pesquisa e de estabelecer um panorama frente ao objeto proposto, ainda que se considere possíveis limitações, inerentes a toda pesquisa (Minayo, 1999).

Ademais, ressalta-se que este estudo “não se restringe a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas” (Romanowski; Ens, 2006, p. 39). Desse modo, não restringe-se a identificar as produções, mas, de fato, analisá-las no que tange ao seu conteúdo. E é o que foi proposto para esta pesquisa acerca do que está sendo tratado quanto ao trabalho de assistentes sociais na pandemia. Assim, é analisada a

produção acadêmico-profissional selecionada sobre este objeto proposto para a pesquisa, em uma caracterização geral e em uma análise mais detida, como abaixo é explicitado.

Apesar de cada pesquisa carregar suas particularidades, Ferreira (2002) expõe que os pesquisadores que optam por uma pesquisa de estado da arte têm em comum a opção metodológica, devido ao fato de serem pesquisas de levantamento e avaliação de conhecimento sobre algum tema. Desse modo, ao ponderar o que foi exposto até o momento, torna-se perceptível “a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos [...] de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta” (Lima; Mioto, 2007, p.39). Também são aqui considerados: o volume de trabalhos que foram identificados; as opções e critérios de inclusão e exclusão adotados após sua identificação a fim de selecionar aqueles que comporiam o material de análise e como esse processo foi desenvolvido. Esta explicitação é pertinente e necessária para que o resultado corresponda ao mais próximo possível da realidade, prezando-se, portanto, pela citada definição dos procedimentos metodológicos, tal como se expõe a seguir.

Desse modo, o início do levantamento do material deu-se em julho/agosto de 2023, não tendo sido definido previamente um intervalo temporal como período em que os trabalhos foram produzidos, mas sim daqueles que tratavam sobre a pandemia de Covid-19, sendo que duas das bases escolhidas e utilizadas, disponíveis online, se referem aos anais de dois eventos nacionais de Serviço Social – XVII CBAS³⁶ e XVII ENPESS³⁷ –, ambos ocorridos em 2022, o que por si só já antecipava a data de sua produção. Quanto aos artigos de periódicos, optou-se por circunscrever o recorte da produção a ser identificada e selecionada àqueles periódicos de Serviço Social classificados, pela área, como A1 no Qualis/CAPES, na avaliação de 2017-2020³⁸, correspondendo às revistas constantes do Quadro 1 apresentado em sequência. Como a busca foi realizada em agosto de 2023 e considerando a eclosão da Covid-19 em 2020, este foi o período inicial considerado para o processo de busca e presumível em sua identificação –

³⁶ Anais do XVII CBAS: Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>. Acesso em: 1 ago. 2023

³⁷ Anais do XVII ENPESS: Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/edicoes/2022/temas> (mesas temáticas coordenadas); <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/edicoes/2022/oral> (apresentações orais). Acesso em: 1 ago. 2023.

³⁸ A consulta prévia foi realizada no site da Classificação de Periódicos Qualis Periódico/CAPES, relativa à avaliação quadrienal de 2017-2020. Também contamos com a gentil colaboração da pesquisadora e docente Profa. Dra. Inez Stampa (PUC-Rio), para confirmação de periódicos nacionais considerados como da área específica de Serviço Social. Cf. CAPES. *Qualis periódicos*. Brasília, DF, CAPES, 2017-2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.xhtml>. Acesso em: 18 ago. 2023.

entre o primeiro trabalho identificado e o final do intervalo como sendo julho de 2023, considerando a coleta do material e o tempo hábil para a pesquisa.

Quadro 1 – Periódicos científicos nacionais, segundo classificação A1 da área de Serviço Social: Qualis / CAPES, 2017-2020³⁹⁾

| Revista | Periodicidade | Vinculação |
|--|----------------------|---|
| Argumentum | Quadrimestral | Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) |
| Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea | Quadrimestral | Faculdade de Serviço Social da UERJ |
| O Social em Questão | Quadrimestral | Programa de Pós-graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) |
| Revista de Políticas Públicas | Semestral | Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) |
| Revista Katálysis | Quadrimestral | Programa de Pós-Graduação/Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) |
| Serviço Social e Sociedade | Publicação contínua | Cortez Editora |
| Textos e Contextos | Semestral | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) |

Fonte: Elaboração própria a partir de Qualis Periódicos/CAPES, área de Serviço Social, 2017-2020. (A autora, 2024).

Para a identificação da produção acadêmico-profissional, a fim de considerar se os trabalhos traziam o tema de estudo, foram adotados como critérios de inclusão, inicialmente que tratassem da pandemia e, em sequência, da pandemia e do trabalho de assistentes sociais. Inicialmente, os recursos utilizados eram as leituras dos títulos, resumos e descritores/palavras-chaves.⁴⁰ Quanto a esses últimos se recorreu a possíveis variações e, portanto, foram utilizados:

³⁹ Recorde-se que este é o período da última avaliação quadrienal de periódicos da área, pela Classificação Qualis/Capes.

⁴⁰ Lembra-se aqui a advertência de que os títulos devem expressar a ideia, da forma mais exata possível, do conteúdo abordado. (Severino, 2013). E, ainda, Romanowski (2002, p. 16) chama a atenção para importantes procedimentos a serem considerados no que tange às pesquisas de estado da arte, sendo um destes a “definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas”.

pandemia; pandêmico; covid; covid-19; corona-vírus, coronavírus e corona vírus; sindemia; sars-cov-2; nCoV; 2019-nCoV; vírus, vacina, sanitário, sanitária e novo normal para ampliar as possibilidades alternativas de identificar os trabalhos que tratavam sobre pandemia.

No que se refere aos anais do XVII ENPESS e do XVII CBAS, para selecionar os trabalhos com base no título, foi utilizado os recursos de filtragem dos próprios sites em que se encontravam publicados seus anais, descritores ou palavras-chave que remetesse à pandemia. Já, quanto aos periódicos, nem todo site das revistas científicas⁴¹ apresentavam a possibilidade de filtrar os artigos que tratam sobre determinado tema, utilizando-se, assim, o recurso do próprio navegador para filtrar os títulos que tivessem um dos descritores/palavras-chave.⁴² Ao acessar o arquivo, observava-se o resumo e as palavras-chaves. Garrido (1993) *apud* Ferreira (2002) expressa a importância dos resumos para a promoção da divulgação, bem como para facilitar o acesso aos estudos, sendo indispensável a sua inserção em catálogos e base de dados, visto que proporciona agilidade na seleção em buscas bibliográficas. No entanto, nem todos os resumos dos trabalhos indicavam explicitamente que o trabalho de assistentes sociais era uma temática tratada, visto que os resumos procuram “informa[r] ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam” (Ferreira, 2002, 268). Por isso, mesmo sendo um levantamento inicial, se fez necessária a leitura do conteúdo dos trabalhos, muito frequentemente, considerando que “Cada resumo deve ser lido e analisado numa relação de dependência com o trabalho na íntegra” (Ferreira, 2002, p. 270).

Ferreira (2002) explicita que pesquisadores do “estado da arte” tomam posições diversas frente às dificuldades enfrentadas no processo e que uma das possibilidades encontradas é: primeiramente, acessar as pesquisas através do resumo e, posteriormente, buscar o trabalho na íntegra. Apesar do resumo e palavras-chaves serem orientadores para a leitura das produções e, principalmente o título, que foi o guia para selecioná-las no primeiro momento de identificação do que havia disponível, ao mínimo indicativo de que a produção poderia tratar do trabalho de assistentes sociais na pandemia, através destes recursos, o corpo do texto da produção era lido.

⁴¹ Sites pesquisados: Revista Katálysis: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/archive>
 Revista Argumentum: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/issue/archive>
 Revista O Social em Questão: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Acervo
 Revista de Políticas Públicas da UFMA: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/archive>
 Revista Em Pauta: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/issue/archive>
 Revista Serviço Social e Sociedade: <https://www.scielo.br/j/ssoc/grid>
 Revista Textos e Contextos: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/issue/archive>

⁴² A busca utilizou a combinação Ctrl+F, sendo que em todas as três bases, as expressões que mais apareceram foram “pandemia”, seguida de “covid-19.” Destaca-se, também, que palavras-chave como “vacina, sindemia, Sars-cov-2, 2019-ncov, nCoV não foram identificados em títulos.

Este procedimento foi adotado tendo em vista uma importante advertência que deve aqui ser feita – no processo investigativo foram verificadas inconsistências tanto nos títulos quanto no conteúdo dos resumos e, mesmo, nas palavras-chave atribuídas. Aponta-se assim uma advertência importante aos pesquisadores na identificação de suas produções acadêmicas. De fato, como observa Ferreira (2002), é certo que nem todo resumo traz de forma idêntica tudo o que é convencionado a constar no gênero resumo (Ferreira, 2002), sendo essa uma crítica formulada por vários autores – a questão da imprecisão e/ou da qualidade dos resumos.

Romanowski (2002, p. 16) também observa como procedimento importante o “estabelecimento de critérios para a seleção do material que [...] [irão compor] o corpus do estado da arte”. O critério de inclusão adotado, portanto, no primeiro levantamento foi o de identificar as produções que tratavam sobre a pandemia, independentemente da temática, e excluindo-se os demais trabalhos. O material identificado e selecionado nesse primeiro momento corresponde a 494 trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional identificada sobre a pandemia nas três bases escolhidas.

Posteriormente, uma segunda filtragem foi realizada em busca das produções, utilizando como critério de inclusão as que tratavam sobre o trabalho de assistentes sociais, o que foi feito a partir da leitura integral das produções,⁴³ em meio a este total de 494 trabalhos identificados como aqueles, cujos títulos se vinculavam ao contexto pandêmico, a partir de distintas palavras-chave. Inicialmente, portanto, a filtragem se deteve na seleção, considerando o segundo critério de inclusão adotado – aqueles que tratassem do trabalho de assistentes sociais na pandemia –, descartando-se todos os que não tratassem dessa questão, ainda que estivessem voltados para a pandemia. Este tratamento sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia poderia se dar como central ao conteúdo, ou mesmo abordado de forma mais parcial. Portanto, neste momento, foram excluídas todas as produções que não tratavam do trabalho de assistentes sociais na pandemia, como também foram descartados, como critérios de exclusão: não corresponder a texto completo (casos em que foram identificados trabalhos que se qualificavam como editorial, resenha e homenagem de vida); não eram em língua portuguesa; e apenas um caso em que se

⁴³ Lembra-se aqui que, quando da apresentação e defesa do projeto de pesquisa, no momento de qualificação do mestrado, o estudo estava circunscrito a condições e relações de trabalho de assistentes sociais. Todavia, na leitura do material, foi verificado que estes termos não estavam identificados em muito dos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional identificada e/ou poderiam remeter a diferentes conteúdos, não sendo precisa e/ou consensual o entendimento acerca de condições e relações de trabalho. Dessa forma, a opção recaiu para todos aqueles que contassem como objeto de discussão o trabalho de assistentes sociais na pandemia, independentemente dos recortes adotados. E, posteriormente, como será descrito em sequência, de forma detalhada, foram adicionados outros dois critérios de inclusão a fim de permitir uma abordagem mais aprofundada. São eles: experiências concretas de trabalho de assistentes sociais na pandemia em espaços sócio-ocupacionais específicos e que se inscrevessem em três temáticas centrais que foram identificadas como predominantes nos trabalhos selecionados.

identificou duplicidade (trabalho similar apresentado no XVII CBAS e no XVII ENPESS). Com isso, nesse segundo momento de seleção do material para integrar o estudo, foram identificadas 144 produções, nas três bases pesquisadas, e descartados 350 trabalhos de acordo com os critérios de inclusão e de exclusão mencionados.

Assim, foi realizada a leitura integral do texto completo de toda essa produção acadêmico-profissional selecionada⁴⁴, correspondendo aos 144 trabalhos identificados. Processo que contribuiu, efetivamente, para melhor conhecimento do material que atendia ao objeto de pesquisa, suscitando muitas reflexões sobre o encaminhamento a ser dado em continuidade. E, nesse momento do percurso investigativo, foi considerado que a melhor opção para a continuidade do estudo era a de se voltar para aqueles que correspondiam à realidade concreta de trabalho de assistentes sociais na pandemia em espaços sócio-ocupacionais específicos⁴⁵. Também, a partir desta leitura, foi possível identificar que havia temáticas prevalentes, majoritariamente, no material, a saber: a *adoção das tecnologias de informação e comunicação* (TICs); as *requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais*; e a *precarização do trabalho*. Essa leitura e análise levaram, então, à adoção de dois critérios de inclusão de trabalhos que contemplassem: *experiências concretas de trabalho de assistentes sociais na pandemia em espaços sócio-ocupacionais específicos* e, entre esses, os que detivessem *centralidade na abordagem de uma das três temáticas identificadas como centrais*.

Em detalhamento, cabe esclarecer que, nesta leitura dos textos completos das 144 produções selecionadas anteriormente, foi possível verificar que a produção acadêmico-profissional selecionada correspondia a diferentes tipos de pesquisa e/ou se qualificavam como relatos de experiências e, mesmo, trabalhos voltados para sistematização do trabalho profissional⁴⁶. Foi realizada, então, a classificação do material segundo a sua natureza, selecionando aqueles que correspondiam a experiências concretas de trabalho de assistentes sociais na pandemia em espaços sócio-ocupacionais específicos. Foram critérios de exclusão

⁴⁴ Recorde-se a necessidade de recorrer ao texto completo, mesmo quando ainda em fases iniciais de seleção.

⁴⁵ Exemplos de experiências concretas de trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico são aqueles que apresentam os espaços sócio-ocupacionais específicos, tais como estados, municípios e/ou regiões do país; hospitais, escolas, CRAS, entre outros.

⁴⁶ Deve ser aqui mencionado que entre as bases, os anais do XVII CBAS e do XVII ENPESS classificam os trabalhos segundo eixos temáticos; bem como o CBAS também os apresentam segundo sua natureza (resultado de pesquisa, reflexão teórica, relato de experiência e sistematização da prática). Já os periódicos, não apresentam este tipo de classificação dos artigos, sendo pertinente, contudo, que apresentem a metodologia adotada na introdução dos artigos. Tendo em vista esta diversidade entre as bases de pesquisa, bem como a imprecisão de algumas classificações, a opção recaiu para estabelecer uma classificação e seleção próprias desta pesquisa.

neste momento, em sua maioria, os trabalhos sustentados em revisão teórico-bibliográfica e/ou de reflexão teórica, obviamente que não por se qualificarem por esta natureza, mas por não remeter a experiências concretas. De todo modo, as questões centrais para as quais se voltam estão contempladas na caracterização geral que é apresentada no próximo subtópico em relação aos 144 trabalhos identificados e selecionados como produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia relativo às três bases pesquisadas.

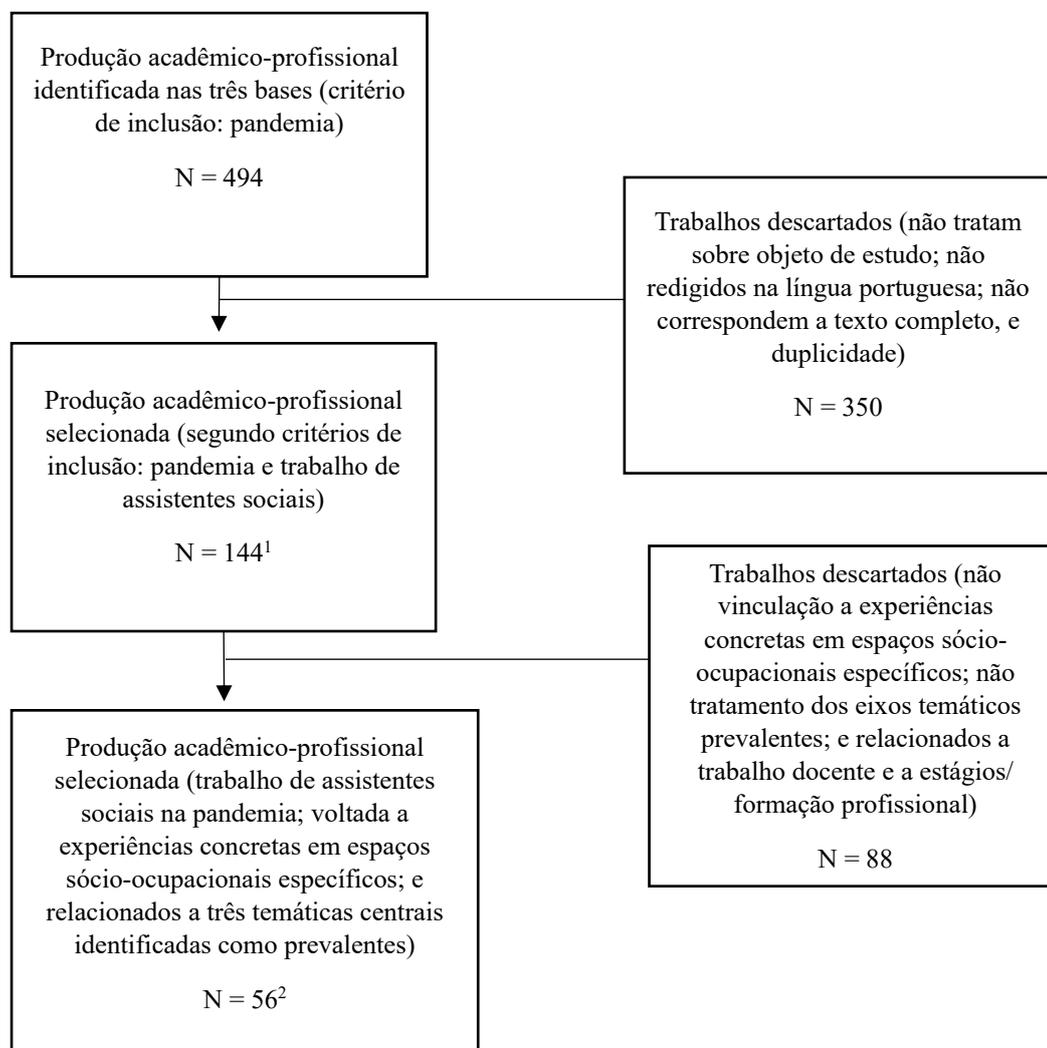
Importante destacar ainda que nesse momento foi identificado que havia, na produção selecionada, trabalhos relacionados ao estágio acadêmico-profissional e ao trabalho docente. Embora se compreenda que a formação de profissionais de Serviço Social integra as atribuições profissionais, bem como que o estágio acadêmico caracteriza-se como momento importante da formação profissional, foi feita a opção por retirada desses trabalhos do conjunto previamente selecionado. Isto porque, no primeiro caso, entende-se que as características dos processos de trabalho em que se inserem os docentes são distintas daquelas atividades exercidas pelos(as) profissionais. Quanto aos que tratam do estágio acadêmico, cabe reconhecer que não se trata, em si mesmo, de uma experiência profissional como assistente social, ainda que pudesse guardar imbricações com o efetivo trabalho do Serviço Social naquele contexto de pandemia.

A produção acadêmico-profissional identificada como fundamentada e/ou voltada para uma realidade ou *experiência de trabalho concreta em espaços sócio-ocupacionais específicos* e cujo conteúdo se voltava para um dos três eixos temáticos centrais que foram identificados como prevalentes (*adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs)*; *as requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais*; e *a precarização do trabalho*) corresponde a 56 produções. Sobre essa produção acadêmico-profissional se deteve a análise desta pesquisa e cujos resultados correspondem à exposição realizada no segundo tópico deste capítulo.

A título de melhor clarificação sobre todo o percurso empreendido, é apresentado em sequência a figura 1, na qual se pode verificar esses diferentes estágios do processo de busca, identificação, triagem e refinamento do processo de levantamento junto às três bases escolhidas.

Em suma, a título de esclarecimento do processo de identificação, triagem e seleção do material que constituiria o *corpus* de pesquisa, foram realizados vários procedimentos para filtragem conforme foi explicitado neste subtópico. Como síntese, destaca-se que foram realizados três momentos centrais de identificação e seleção, a partir de refinamento do material identificado, com filtragens e seleções específicas em cada um deles.

Figura 1 – Processo de identificação e seleção da produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos A1 (Qualis/CAPES)



Nota:

1 - Este conjunto de 144 trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia é objeto da caracterização geral exposta no subtópico a seguir.

2 - Este conjunto de 56 trabalhos, que atendeu a todos os critérios de inclusão e exclusão adotados, é objeto de problematização e análise representando o material que constitui, especificamente, o corpus de pesquisa e cujos resultados são apresentados no segundo tópico deste capítulo.

Fonte: elaboração própria a partir de identificação e seleção em bases bibliográficas escolhidas (A autora, 2024)

No *primeiro momento*, de *identificação* da produção acadêmico-profissional a ser selecionada, a filtragem se deu pelo *critério de inclusão* de *serem trabalhos relacionados à pandemia de Covid-19*, tendo sido identificadas todas as produções relacionadas à *pandemia*,

independentemente da temática nas três bases escolhidas – o que correspondeu a 494 produções. Em um *segundo momento*, foi acrescentado o *critério de inclusão* de que *a produção acadêmico-profissional identificada e selecionada como voltada à pandemia, deveria tratar trabalho de assistentes sociais*. Portanto, segundo esses dois primeiros critérios de inclusão adotados, *foram identificadas e selecionadas 144 produções sobre trabalho de assistentes sociais na pandemia*.

Posteriormente, em um *terceiro momento*, foi realizado novo refinamento, de modo a selecionar as produções que iriam compor a análise qualitativa, que relaciona-se aos *terceiro critério de inclusão* – trabalhos relacionados *a experiências concretas de trabalho de assistentes sociais na pandemia em espaços sócio-ocupacionais específicos* e o *quarto critério de inclusão* – o *desenvolvimento em seu conteúdo de um dos três eixos temáticos centrais identificados como prevalentes: a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs); as requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais; e a precarização do trabalho*. Nesta etapa final se chegou ao total de 56 trabalhos sobre os quais se deteve a problematização e análise e cuja exposição é objeto da exposição do segundo tópico deste capítulo.

Destaca-se, ainda, que *critérios de exclusão* representaram o descarte de trabalhos nos diferentes momentos de busca, triagem e refinamento, relacionados a: *não se relacionarem à temática específica do trabalho de assistentes sociais; não corresponderem a textos completos; não ser redigido em língua portuguesa; duplicidade; não se voltarem a experiências concretas de trabalho de assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais específicos; estarem relacionados ao trabalho docente e ao estágio profissional; e não tratarem de uns três eixos temáticos que foram identificados como prevalentes e transversais à maioria da produção acadêmico-profissional identificada e selecionada*.

A leitura das produções para a realização da seleção permitiu a observação de características gerais que compunham as produções acadêmico-profissionais, tendo sido usado o recurso a planilhas do Excel⁴⁷, considerado como “comumente utilizado, tanto na etapa de coleta e seleção do material quanto na análise, por meio da criação de colunas nas quais são

⁴⁷ As planilhas do Excel foram utilizadas para sistematizar informações sobre a produção acadêmico-profissional no percurso de identificação, classificação e seleção do material. Como exemplo de informações que integraram as planilhas, destacam-se as informações relativas àquelas extraídas das próprias bases: numeração do arquivo; referência completa; título; eixo/subeixo temático evento e natureza. E segundo a classificação da pesquisadora, foram incluídas as informações pertinentes a: tema central; política social a que se vincula; eixo temático para análise; espaço sócio-ocupacional e natureza/tipo de pesquisa. Esses procedimentos foram bastante úteis para o tratamento do material, bem como para proporcionar uma visão de conjunto que permitiu acompanhar o processo de classificação e refinamento e chegar à seleção final conforme aqui é apresentado.

copiadas os extratos do[s] texto[s] analisado[s] [...]” (Vosgerau; Romanowski (2014, p. 172) Desse modo, no próximo subtópico desta primeira parte deste capítulo é realizada uma caracterização geral considerando este conjunto de 144 trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia.

3.1.2 A produção acadêmico-profissional sobre trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico: caracterização geral

É apresentada aqui uma caracterização geral de toda a produção acadêmico-profissional selecionada inicialmente sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico de Covid-19. Isso é os 144 trabalhos identificados na produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, considerando aqueles descartados conforme os critérios de exclusão mencionados e que correspondem às três bases escolhidas para o estudo – relembrando os anais do XVII CBAS e do XVII ENPESS e os periódicos de Serviço Social classificados como A1, pela área e no período de avaliação 2017/2020, pela Classificação de Periódicos Qualis/Capes.

De forma discriminada, a produção acadêmico-profissional selecionada corresponde, nas diferentes bases bibliográficas, à distribuição expressa na Tabela 1 apresentada a seguir.

Tabela 1 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES), 2021-2023

| Base bibliográfica | Trabalhos/artigos (N) |
|-------------------------------|------------------------------|
| XVII CBAS | 78 |
| XVII ENPESS | 43 |
| Periódicos científicos | 23 |
| Total | 144 |

Fonte: elaboração própria (A autora, 2024).

Como já discutido anteriormente nesta dissertação, os(as) assistentes sociais se inserem em espaços sócio-ocupacionais majoritariamente, na esfera estatal e, principalmente,

vinculados a políticas sociais. Seu trabalho se materializa como serviço principalmente nesses espaços sócio-ocupacionais, inseridos em processos de trabalho que se voltam para as expressões da questão social, como foi apresentado na fundamentação teórica desta dissertação.

Nesse sentido, é importante destacar que a discussão e formulações contidas no conteúdo da maioria dos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada, embora mobilize a categoria trabalho e, por vezes, reconhece os(as) assistentes sociais como trabalhadores(as) assalariados(as), bem como inseridos(as) em processos de trabalho, não estabelece relações com este marco teórico-conceitual. O que observa-se são afirmações acerca do reconhecimento de assistentes sociais como trabalhadores(as) assalariados(as), mas sem aprofundar a discussão a partir de referências teóricas. Naqueles trabalhos e/ou artigos fundamentados em reflexão teórica e/ou revisão bibliográfica esse referencial é mais presente nas produções, quando comparados àqueles que se voltaram para a realidade concreta nas distintas experiências e espaços sócio-ocupacionais que são objeto de discussão e problematização das produções selecionadas. Ainda, tal afirmação vinha, geralmente, acompanhada de uma reflexão ou discussão acerca dos infortúnios que regem tal classe, como precarização, contrarreformas, condições de vida e de trabalho etc., evidenciando que tal categoria também é afetada por essas questões. Ratifica-se, então, que há uma concordância com uma perspectiva que orientou esta pesquisa e que já trazíamos desde inserções anteriores de formação (Gouveia de Oliveira, 2022a).

Consideramos importante, também, caracterizar tal produção no que tange às políticas sociais sobre as quais os trabalhos e artigos debruçavam-se. Tal classificação foi realizada considerando a principal política social relacionada aos conteúdos que se constituíram em objeto de discussão e/ou reflexão nas produções selecionadas. Em alguns casos, essas produções poderiam discutir o trabalho de assistentes sociais em mais de uma política social, como também houve casos em que a produção não se debruçava sobre uma política social específica.

Inicialmente, foi considerado, ainda, que a produção acadêmico-profissional selecionada poderia tratar de diferentes espaços sócio-ocupacionais, públicos e privados e relacionados a distintas políticas sociais e, mesmo, a ações sociais do empresariado e/ou demais organizações específicas da sociedade civil. Lembra-se, a partir de Yamamoto (2009), que a organização dos processos de trabalho e/ou das funções públicas nas quais os(as) assistentes sociais estão inscritos(as) possuem significados particulares no Estado, bem como quanto aos níveis federal, estadual e municipal, conformando o âmbito público estatal; em empresas

privadas ou em entidades filantrópicas, entre outros que constituem espaços sócio-ocupacionais em que se insere o Serviço Social. Como complementa a autora,

A análise dos espaços ocupacionais do assistente social – em sua expansão e metamorfoses – requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial (Iamamoto, 2009, p. 1)

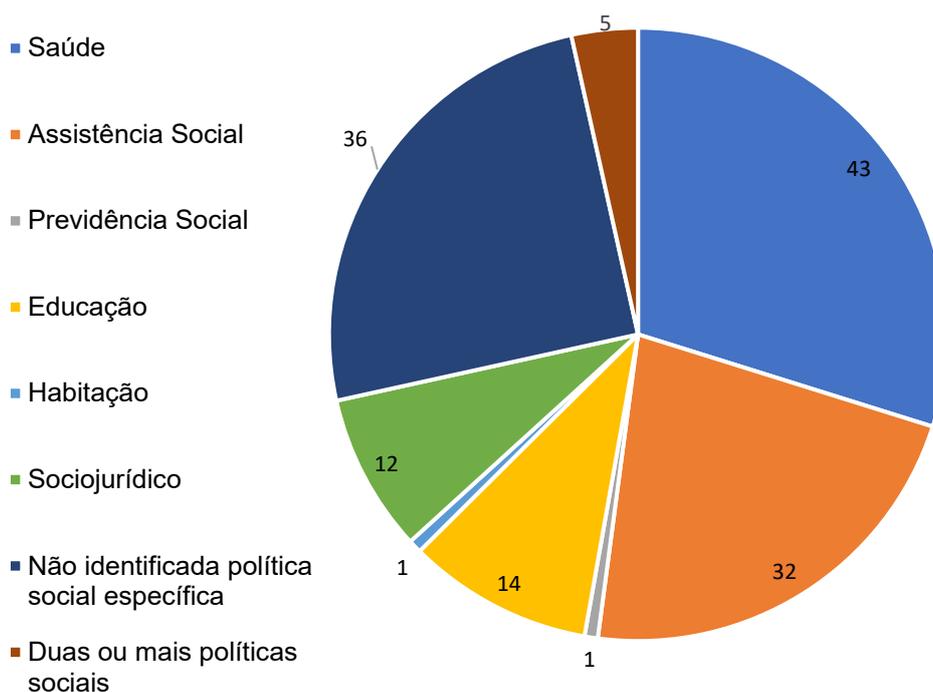
De fato, ressalta-se que os espaços sócio-ocupacionais expressam as particulares condições e relações de trabalho que prevalecem na sociedade brasileira, considerando, ainda, as inovações tecnológicas e organizacionais da gestão da produção e do trabalho, bem como das orientações econômico-políticas ultraneoliberais do atual estágio do capitalismo. Nesse sentido, foi problematizado e exposto anteriormente como tais processos vêm contribuindo para uma nova “morfologia do trabalho” (Antunes, 2009) que, ao lado do desemprego e de processos de precarização da força de trabalho, contribuem para potencializar a produtividade e a intensificação do trabalho (Iamamoto, 2009).

Foi, nesse sentido também que foi considerado importante apresentar a produção acadêmico-profissional selecionada, evidenciando a quais políticas sociais os trabalhos identificados estão relacionados. Isto é, torna-se possível observar, nessa caracterização geral, as distintas políticas sociais e espaços sócio-ocupacionais de inserção profissional do Serviço Social a que o trabalho de assistentes sociais na pandemia está relacionado e é objeto de discussão. Deve ser ressaltado, nesse sentido, que na pesquisa realizada, no entanto, não foi identificada, na produção acadêmico-profissional selecionada, nenhuma referência à inserção do Serviço Social em empresas, isto é, ao âmbito privado. O trabalho em Organizações da Sociedade Civil (OCS)⁴⁸, contudo, foi identificado e constitui, como já problematizado, um dos traços da gestão do trabalho com repercussões de precarização do trabalho, como também das próprias instituições que materializam as políticas sociais, como vimos a partir das orientações econômico-políticas ultraneoliberais e consoante à retração do Estado no que diz respeito às refrações da questão social. A distribuição da produção acadêmico-profissional selecionada

⁴⁸ Importante considerar que existem diferentes nomenclaturas para estas instâncias da sociedade civil e sua prestação de serviços para a sociedade e especialmente para o Estado, sendo suas especificidades demarcadas por critérios para o estabelecimento de contratos, prestação de serviços, convênios e/ou parcerias com o setor público. Acima foi utilizado o termo mais recente; todavia, nesta dissertação, quando é a adotada nomenclatura específica no trabalho analisado, utiliza-se aquela constante na produção acadêmica. Sobre as distintas nomenclaturas, além da OSC mencionada acima, tem-se, pelo menos, as de Organização não-Governamental (ONG); Organização Social (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Um Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) foi instituído em 2014. A respeito, ver, por exemplo: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. *Mapa das organizações da sociedade civil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2024. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/#>. Acesso em: 06 abril 2024.

segundo as políticas sociais a que se vincula é ilustrada pelo gráfico 1 apresentado em sequência.

Gráfico 1 – Produção acadêmico-profissional sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo áreas de política social: XVII ENPESS; XVII CBAS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES), 2021-2023



Fonte: Elaboração própria, a partir da sistematização de dados (A autora, 2024).

Como pode ser observado, no gráfico 1, há a predominância das políticas de Saúde e Assistência Social, seguindo a tendência de nossa própria pesquisa anterior (Gouveia de Oliveira, 2022b) e, igualmente, converge com a constatação de serem as políticas sociais que, historicamente, mais empregam assistentes sociais no país (Iamamoto, 2009). São, igualmente, políticas sociais consideradas essenciais no momento pandêmico e, possivelmente, as mais afetadas pela pandemia, sendo certa a ocorrência de sobrecarga dos serviços de saúde com o adoecimento da população por Covid-19, o que veio se somar aos processos de precarização, como antes foi apresentado, e que era uma realidade já factível antes da pandemia.

Outrossim, o advento da pandemia é um fenômeno singular que passa a adentrar no cotidiano e rotina nas unidades de saúde, alterando processos de trabalho, suscitando em novos questionamentos e dúvidas e, certamente, resvalando em novas dificuldades e desafios, inclusive no que diz respeito ao trabalho de assistentes sociais. Entende-se, assim, que o

trabalho de assistentes sociais na Saúde, considerando o contexto da pandemia é um campo necessário para produções acadêmicas e profissionais que problematizem o tema, evidenciando, inclusive, sua pertinência com a realidade concreta daquele contexto.

No que diz respeito à Assistência Social, ressalta-se que o momento pandêmico intensificou as expressões da questão social. O Brasil já vinha atravessando uma conjuntura econômico-política de desmontes e desfinanciamentos das políticas sociais promovidos pelas contrarreformas e que assolaram intensamente a classe trabalhadora, como problematizado nos capítulos anteriores. Vivencia-se, desse modo, situações de desemprego, fome, precarização da força de trabalho, seja em relações às condições e relações de trabalho, no que toca aos direitos sociais e trabalhistas, seja no que se refere às exigências e requerimentos dos processos de trabalho, como também da própria saúde dos(as) trabalhadores(as), como antes foi exposto. Embora tais questões sejam transversais a todas as políticas sociais, uma vez que são expressão das relações sociais de produção e reprodução social na atualidade, aqui elas se refratam em expressões da questão social que chegam até esta política social como necessidades sociais de usuários(as) que a ela demandam.

Com o advento da pandemia, a necessidade de isolamento e as consequências daí advindas, a política de Assistência Social também torna-se, portanto, um serviço considerado essencial, com mudanças em suas rotinas e no cotidiano do trabalho institucional. Além disso, a procura por programas e serviços que possam, ao menos, minimizar os impactos da pandemia para população também aumenta, inclusive considerando aqueles de transferência de renda que sofreram inflexões no período. Assim, é possível verificar que os espaços sócio-ocupacionais da Assistência Social também sofreram esses impactos, no contexto pandêmico, com uma maior procura pela população, seja na busca de orientações e/ou de inscrição nos programas e projetos desta política social.

Pelo exposto, compreende-se o predomínio de produções vinculadas a essas duas áreas de política social, compreendendo mais de 50% da produção acadêmico-profissional selecionada. Somam-se, ainda, como já mencionado, o fato de serem as políticas sociais com maior concentração da presença de assistentes sociais, além de serem políticas intensamente demandadas pela população, perpassando pelo contexto econômico-político do país, bem como sua essencialidade em uma conjuntura como a da pandemia. A política de habitação corresponde a 1 produção, assim como a previdência social. São as políticas sociais menos exploradas no conjunto das produções aqui consideradas. A política de educação e o sociojurídico, por sua vez, correspondem a 14 e 12 produções, respectivamente. Ainda, 5

produções relacionam-se à duas ou mais políticas sociais. E, por fim, uma parte considerável, 36 produções, não focam em uma política específica.

Analisando esta produção acadêmico-profissional em sua totalidade, isto é, considerando os 144 trabalhos que a integram, conforme a seleção realizada, cabe frisar que, majoritariamente, senão em todos eles, a pandemia não era vista como um fenômeno à parte. Isto é, na maioria dos trabalhos selecionados, a pandemia não é problematizada de forma descolada de um momento anterior e causador de todas as questões problematizadas e criticadas. Ao contrário, frequentemente, nesses trabalhos, a pandemia é expressa como um fenômeno social que já encontra um cenário desfavorável, principalmente para a classe trabalhadora, no que tange aos âmbitos social, econômico, de direitos trabalhistas, previdenciário etc. Coincidem, portanto, com as determinações e condicionantes que fundamentam o capitalismo em seu quadro atual tal como concebemos nesta dissertação.

Também, nessa mesma direção, foi possível observar, com muita frequência, menção e/ou citação das contrarreformas implementadas no país, com a ênfase dada principalmente a partir do governo Michel Temer e a demarcação do período que se abre em 2016, com o golpe que causa o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff – situações essas que eram constantemente apontadas nos trabalhos selecionados. A Emenda Constitucional nº 95 também é citada em grande parte da produção acadêmico-profissional selecionada para esta pesquisa, sendo que algumas produções recorrem à momentos anteriores da história e realidade brasileira para discutir sobre a pandemia, como, por exemplo, ao próprio processo de reestruturação produtiva e ao advento do neoliberalismo no Brasil, por volta das décadas de 1980 e 1990. Formulações essas que foram discutidas nos capítulos anteriores e que convergem com a maioria das questões trazidas na produção acadêmico-profissional analisada.

Ou seja, reconhece-se aqui que essas características presentes na problematização de grande parte da produção acadêmico-profissional selecionada remetem a elementos tratados em momentos anteriores desta dissertação, nos capítulos primeiro e segundo, nos quais os fundamentos do trabalho de assistentes sociais, nos marcos do modo de produção capitalista, foram apresentados, como também, suas expressões e particularidades específicas na formação social brasileira e, especialmente, nas últimas décadas, sob pressupostos econômico-políticos (ultra)neoliberais (Anderson, 1995; Behring, 2003; Behring; Cislighi e Souza, 2020). Isto é, um contexto de “acumulação flexível” (Harvey, 2008), de financeirização e mundialização do capital em suas feições próprias de uma realidade brasileira marcada pelo capitalismo dependente e periférico como expresso na realidade brasileira. (Iamamoto, 2001; 2009; Barbosa, 2018).

De forma convergente com o que foi problematizado e exposto nos capítulos iniciais desta dissertação, verifica-se que a produção acadêmico-profissional não deixa de apontar para esses elementos. Ou seja, é reconhecido e expresso que toda problemática, com a qual os(as) assistentes sociais lidam cotidianamente no trabalho do Serviço Social, expressam as múltiplas dimensões e inflexões da questão social na atualidade. Isto é, a falta ou insuficiência de recursos de saúde, a pobreza, o desemprego, o trabalho precário, com vínculos frágeis e sem os direitos circunscritos pela CLT, entre outros, não são trazidos pela pandemia, mas essa, sim, os desvelam e os intensificam.

Soma-se a isso o fato de que o fenômeno da pandemia também associa-se ao capitalismo e sua forma de explorar o ambiente, dimensão a qual também foi possível se aproximar anteriormente nesta dissertação, especialmente a partir de Antunes (2022) e Medeiros; Vasconcellos (2023). Identifica-se, assim, que os autores dos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional pesquisada entendem que a pandemia e as inflexões que promoveu constituem um fenômeno social que agudizou questões e problemáticas que já se faziam presentes anteriormente à pandemia.

Nota-se que o contexto pandêmico se dá em uma conjuntura específica do país, que, ainda que trouxesse a marca das particularidades da formação social brasileira e, especialmente, das orientações econômico-políticas neoliberais desde os anos 1990, como discutido anteriormente, experimentou uma inflexão substantiva a partir do golpe de 2016. Com isso, chega-se a um outro tema, substantivamente apontado nos textos analisados – o governo Bolsonaro e a gestão da pandemia. Como foi problematizado anteriormente, nesta dissertação, destaca-se que houve também um processo de recrudescimento da condução econômico-política sob orientações ultraneoliberais em seu governo, aprofundando o que já ocorria desde o governo Temer, caracterizando o período que se abre em 2016, para o caso brasileiro, como ultraneoliberal. (Behring; Cislighi; Souza, 2020).

A grande maioria dos trabalhos selecionados e que integram a produção acadêmico-profissional analisada tece críticas ao governo Bolsonaro e à “gestão” da pandemia ali concebida e/ou encaminhada. O negacionismo é uma das questões que aparecem com maior frequência e, com isso, também é frequente que os trabalhos selecionados apresentem críticas à visão erroneamente colocada de que “estamos todos no mesmo barco”, de modo a ressaltar, evidentemente, o ônus mais intenso à classe trabalhadora, e dentre essa, à população mais vulnerável. Entende-se, assim que os(as) autores(as) da produção acadêmico-profissional selecionada vão na mesma direção da perspectiva aqui defendida: a de que o governo Bolsonaro fez uma péssima gestão da pandemia, dotada de negacionismo, propaganda de remédios sem

eficácia comprovada, desvalorização da vacinação, com atraso na compra das vacinas e desincentivo à vacinação, bem como propagando desinformação, entre outros aspectos. Esses elementos também convergem, em sua maioria, com a apresentação que foi feita anteriormente a respeito.

Foi possível identificar, também, entre os trabalhos selecionados, a importância da atuação das organizações da categoria profissional, no momento pandêmico, como, por exemplo, o conjunto CFESS-CRESS. Isto porque este é frequentemente citado como prestador de apoio e suporte aos profissionais, através de publicações de orientações, notas, normativas etc. E, até mesmo, através de suporte oferecido via contatos telefônicos e/ou por e-mail acerca de condições de trabalho e/ou requisições indevidas, etc. Também foram identificados trabalhos que trataram de realidades regionais e/ou estaduais próprias ao contexto pandêmico a partir de pesquisas gerais com os(as) profissionais realizadas por esses organismos do Serviço Social.

Ademais, foi possível observar que a temática do trabalho feminino/divisão sexual do trabalho, explicitando o impacto da pandemia sobre mulheres trabalhadoras que também combinam e enfrentam jornadas de trabalho doméstica e de cuidados à família a jornadas de trabalho exercidas. Discute-se, assim, a sobrecarga que permeia essa realidade das mulheres trabalhadoras, visto a sujeição a jornadas duplas e até triplas de trabalho – uma singularidade do trabalho feminino que não se constitui em novidade, mas que se viu agravada sob as condições da pandemia. Essa discussão advém, majoritariamente, a partir da temática do trabalho remoto e, ainda que não tenha sido expressa em todas as produções selecionadas, também se fez presente nos trabalhos analisados, especialmente nas áreas de Previdência Social e no Sociojurídico. Aliás, se constituiu de forma significativa como um dos traços centrais do trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico, o que, inclusive, foi identificado por esta pesquisa como temática transversal a muitos trabalhos da produção acadêmico-profissional selecionada e que é melhor problematizada e exposta no segundo tópico deste capítulo.

Esta síntese geral procura apresentar as temáticas centrais que foram transversais à produção acadêmico-profissional selecionada em seu conjunto – quer dizer, aos 144 trabalhos inicialmente selecionados segundo os critérios de inclusão estabelecidos – tratar de pandemia e de trabalho de assistentes sociais nesse contexto. No entanto, alguns traços identificados neste material foram objeto de reflexão e ponderação a fim de dar continuidade ao encaminhamento ao percurso investigativo, como já apresentado ao discutir os procedimentos metodológicos específicos da sistemática revisão realizada como estado da arte, no início deste capítulo.

Especialmente, a orientação que guiou o processo de pesquisa foi a de aproximar-se o mais proximamente possível ao objeto proposto para o estudo, considerando o objetivo de

conhecer e analisar o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico de Covid-19, como proposto desde o projeto de pesquisa. Dessa forma se justifica as escolhas teórico-metodológicas adotadas de acordo com a perspectiva de se acercar ao máximo desse objeto de estudo, a fim de procurar captar elementos para além de sua aparência. Isto é, procurar revelar tendências acerca do trabalho de assistentes sociais na pandemia, a partir da própria produção acadêmico-profissional a respeito, uma vez que, acredita-se, integra a questão sob exame.

Desse modo, ainda que os aspectos procedimentais do tipo de pesquisa realizada estejam vinculados a estudos exploratório-descritivos, lembra-se aqui Lima e Mioto (2007), que o distinguem da revisão de literatura e também destacam que, mesmo com esta natureza, de pesquisa bibliográfica, estão sujeitos ao mesmo rigor exigido em projetos de cunho acadêmico-científico. Estas distinções também foram observadas na primeira parte deste capítulo, a partir de outros autores como foi exposto.

Essas ponderações foram objeto de reflexão no percurso investigativo e levaram a encaminhar procedimentos de refinamento e seleção, a partir de critérios de inclusão e exclusão, como foi explicitado na primeira parte deste capítulo.⁴⁹ Em processos de leitura mais sistemáticos e analíticos, de interpretação dos trabalhos selecionados (Lima; Mioto, 2007), e verificando-se a possibilidade de identificar aqueles trabalhos que se voltavam diretamente para experiências concretas de trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico em distintos espaços sócio-ocupacionais, optou-se para a problematização e análise desta parcela da produção acadêmico-profissional selecionada. Nesse processo, foi verificado que três temáticas centrais eram transversais à maioria dos trabalhos – relembrando, *a adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)*; *as requisições e demandas profissionais ao trabalho de assistentes sociais* e *a precarização do trabalho*. Embora as produções selecionadas pudessem tratar de mais de uma delas, também foi possível identificar qual era central em cada trabalho analisado e assim foi realizado o recorte, agrupando os trabalhos em cada uma das temáticas, de acordo com sua prevalência – seja na seleção dos 56 trabalhos, seja em seu agrupamento e vínculo a cada um dos três eixos temáticos.

Conforme os procedimentos metodológicos adotados e a caracterização geral da produção acadêmico-profissional aqui expostos, a pesquisa foi encaminhada, portanto, para

⁴⁹ Relembrando, por vezes, não havia convergência entre o que era explicitado no título e o conteúdo do trabalho, sendo que o título podia indicar claramente que o trabalho de assistentes sociais era o tema tratado, quando, na verdade, não era o seu assunto principal, ou, tampouco, era desenvolvido e aprofundado; ou vice-versa; o mesmo acontecendo também com os resumos e palavras-chave. Deve ser aqui também mencionado que, por vezes, é possível identificar, inclusive, imprecisões conceituais em alguns trabalhos, o que também apontou para este novo encaminhamento, ao invés de tratar especificamente das condições e relações de trabalho, como como havia sido previsto no projeto de pesquisa original.

uma análise mais acurada desta parcela de trabalhos que estão relacionados a *experiências concretas, em distintos espaços sócio-ocupacionais* em que os(as) assistentes sociais estão inseridos. E, ainda, que têm como temáticas centrais de seus conteúdos a *adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)*; os *requerimentos e exigências ao trabalho de assistentes sociais na pandemia* e a *precarização do trabalho*. Constituem, portanto, as 56 produções que foram objeto de análise detida pela pesquisa e que é exposta no próximo tópico, Inclusive, destaca-se, que, assim procedendo, foi possível identificar algumas tendências centrais que desvelam o trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia de Covid-19 a partir da produção acadêmico-profissional selecionada e objeto de estudo que dá origem a esta dissertação. A exposição do próximo e último tópico é, portanto, dedicada à apresentação da análise e problematização realizadas.

3.2 O trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico de Covid-19: tendências centrais da produção acadêmico-profissional pesquisada

Como explicitado, foram realizadas filtrações dos trabalhos, constantes das três bases bibliográficas que embasaram a pesquisa – lembrando os anais do XVII CBAS e do XVII ENPESS e os periódicos classificados pela Qualis/CAPES como A1 na área de Serviço Social e segundo a avaliação do quadriênio 2017/2020. A produção acadêmico-profissional aqui analisada corresponde a última filtração, conforme já exposto anteriormente.

Desta forma, aqui é apresentada uma análise detida sobre 56 trabalhos que se reportam ao trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico de Covid-19 e que integram a produção acadêmico-profissional selecionada. Conforme mencionado anteriormente, esta parcela da produção acadêmico-profissional foi identificada como aquela que remete diretamente a experiências concretas do trabalho de assistentes sociais na pandemia, o que permite uma aproximação ao objeto de estudo de forma circunscrita a espaços sócio-ocupacionais específicos nos quais se insere o Serviço Social, em distintas políticas sociais – características essas também já comentadas anteriormente.

Outra característica que justifica esta seleção para uma análise mais detida é que, após várias leituras e no momento de interpretação no percurso investigativo, foi possível verificar a tendência de que essa produção apresenta algumas temáticas centrais comuns. É possível afirmar que expressam as tendências da produção acadêmico-profissional pesquisada e é possível inferir como uma suposição importante, inclusive que pode ser aprofundada em

pesquisas futuras, que expressaria também algumas das tendências centrais que demarcaram o trabalho de assistentes sociais durante a pandemia.

Em relação a esta tendência, o que foi verificado é que era comum a esta produção o tratamento de três temáticas centrais – a *adoção das tecnologias da informação e comunicação (TICs)*; *requisições e demandas profissionais e, ainda, a precarização do trabalho*. Esses temas são recorrentemente discutidos nesta parcela da produção acadêmico-profissional aqui objeto de análise, ou seja, os 56 trabalhos recortados que aqui são apresentados a partir de sua problematização e análise. Deve ser mencionado, inclusive, que eram transversais a quase todos os trabalhos, não sendo incomum deparar-se com as três temáticas presentes no mesmo trabalho, o que fez com que se atentasse para a sua alocação em cada eixo, de acordo com a temática que era mais central, ou seja, cuja discussão era mais aprofundada, desenvolvida e/ou discutida em seu conteúdo. Quanto a essa alocação, apresenta-se a tabela 2, a seguir, que especifica o número de trabalhos alocados em cada eixo

Tabela 2 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo experiências concretas e espaços sócio-ocupacionais por eixos temáticos: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES), 2021-2023

| Eixo temático | N |
|--|-----------|
| Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) | 18 |
| Requisições e demandas ao trabalho profissional | 23 |
| Precarização do trabalho | 15 |
| Total | 56 |

Fonte: elaboração própria (A autora, 2024).

Enfatiza-se, ainda, que por espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social considera-se diferentes cenários, presentes na produção acadêmico-profissional selecionada, podendo a experiência concreta dos trabalhos de assistentes sociais no contexto da pandemia de Covid-19, ser reportada a uma instituição específica, municípios, estados e regiões. E, ainda, considerando que o lócus do Serviço Social é, por excelência, as políticas sociais, estas experiências concretas sobre as quais se voltam os trabalhos se debruçam sobre diferentes áreas de política social. Também deve ser destacado que estas produções acadêmico-profissionais poderiam ser provenientes de pesquisa de qualquer natureza – recorrerem a pesquisa documental, trabalho

de campo e/ou mesmo relatos de experiências específicas e, ainda, trabalhos fundamentados em sistematização do trabalho profissional, no jargão da área de Serviço Social, denominadas como “sistematização da prática”.

Nesse sentido, é importante ainda mencionar que os trabalhos analisados e que integram a produção acadêmico-profissional pesquisa se referem, portanto, à inserção dos profissionais de Serviço Social em distintos processos de trabalho, ainda que seja raro que os autores se debrucem sobre esse marco teórico-conceitual na produção acadêmico-profissional analisada. Nos fundamentos teóricos apresentados no primeiro capítulo desta tese foi exposta esta concepção – a de que os(as) assistentes sociais integram a classe trabalhadora, são trabalhadores(as) assalariados e se inserem em distintos processos de trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, sendo seu trabalho caracterizado como um serviço.

Acrescenta-se, ainda, como explicitado anteriormente, a concordância com Yamamoto (2009) quando esta autora coloca que, ao analisar os espaços sócio-ocupacionais, é de importância a sua inscrição na totalidade histórico-social. Como observa, retomando sua formulação de 1992 em *“Renovação e conservadorismo no Serviço Social”*, o espaço profissional se constitui como “um produto histórico, condicionado tanto: a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional.” (Yamamoto, 2009, p.3)

Consoante a esta a autora, bem como a outros revisados nesta dissertação anteriormente, evidencia-se as metamorfoses pelas quais tem passado o trabalho, em função das necessidades da acumulação capitalista atual frente as crises que essa experimenta ao longo da história. Assim, o marco mais expressivo das últimas décadas é a crise que se colocou nos anos 1970 e que trouxe inflexões substantivas que constituem o substrato dessas metamorfoses como também do contexto pandêmico de Covid-19 e, partir dele, essas também se adensaram.

Como foi exposto até aqui as últimas décadas são marcadas por esses processos, sendo que é possível demarcar que a partir, principalmente, dos anos 1990, inflexões substantivas se deram na “dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade de classes” (Yamamoto, 2009, p. 1). Tais inflexões se somam às particularidades históricas da formação brasileira (Yamamoto, 2009, p. 1) e como essas expressam as relações entre as classes sociais e como incidem, especificamente, na questão social e nas respostas lhe são conferidas a partir das políticas públicas e sociais, especialmente pelo Estado capitalista no Brasil.

É válido considerar, no entanto, o momento sobre o qual esta pesquisa se debruça: a pandemia de Covid-19. Apesar de não ser um fenômeno totalmente imprevisível, considerando

as questões problematizadas sobre a pandemia anteriormente, não era um fenômeno esperado e para o qual tinha-se quaisquer respostas previstas e, mesmo, qualquer planejamento. Assim, a sua ocorrência tem impactos importantes para a população, para a classe trabalhadora e, certamente, para os(as) assistentes sociais, como trabalhadores(as) que são e, ainda, para os espaços sócio-ocupacionais nos quais o Serviço Social se insere.

Se todos esses elementos foram expostos e problematizados até aqui, cabe agora se debruçar sobre a produção acadêmico-profissional selecionada, atendo-se aos eixos temáticos identificados e vinculados às experiências concretas sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico. Como já mencionado, esses são caracterizados pela adoção *das tecnologias da informação e comunicação* (TICs) e o trabalho de assistentes sociais na pandemia de Covid-19; *requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia e o recrudescimento de expressões da questão social e a precarização do trabalho de assistentes sociais e interfaces com a pandemia* e, em relação aos quais se volta a exposição nos próximos subtópicos.

3.2.1 A adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o trabalho de assistentes sociais na pandemia de Covid-19

É válido retomar o que foi expresso anteriormente acerca das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essas se espalharam significativamente nas últimas décadas, a partir do desenvolvimento da base microeletrônica e de vários processos de convergência tecnológica que foram adensando inovações. Inovações essas aplicadas à produção, seja de bens ou de serviços, bem como à vida social em geral, sendo que aqui o interesse recai para a sua aplicação no trabalho em serviços e, particularmente, ao trabalho de assistentes sociais.

É importante demarcar aqui que as tecnologias em si, não se constituem em uma problemática maior, que trariam prejuízos para sociedade e para a classe trabalhadora, pois, afinal, são produtos do trabalho humano, a partir do avanço das forças produtivas em geral. A questão que se coloca está relacionada à forma e ao fim para o qual essas são utilizadas, pois se inscrevem sob relações sociais específicas – as relações sociais de produção e reprodução social capitalistas. Por isso importa a perspectiva crítica na abordagem das TICs, compreendendo suas contradições e possibilidades (Botão; Pastorini; Veloso, 2024), uma vez que sua utilização está

subordinada ao processo de valorização do capital que comanda os processos de trabalho nos quais se faz o seu uso.

Como já foi visto anteriormente, resgata-se aqui que a incorporação dos mais diferentes recursos pelo capital é feita a partir de uma perspectiva de obtenção de lucro. Isso não é diferente com a incorporação das TICs, o que significa dizer que, na concepção do capital, seu uso se dá no sentido de intensificação do trabalho e elevação da produtividade. Isso pode ocorrer em menor ou maior grau, a depender dos espaços sócio-ocupacionais e das atividades a que se vinculam – isto é, se esses se caracterizam como produtores de valor, conferindo atividades e trabalho produtivos ou não, como também se procurou aproximar da discussão quando foi discutido esta questão no primeiro capítulo. Todavia, também foi abordado o quanto as mudanças tecnológicas, de gestão e de organização do trabalho incidiram não apenas na esfera privada – onde a produtividade e a obtenção de lucro se fazem presentes como sua própria razão de ser –, mas se estenderam também à esfera pública, incidindo sobre o consumo e controle produtivo do trabalho, a partir de contrarreformas diversas, sob a denominada administração gerencial do Estado. (Brasil, 1995; Behring, 2003).

Desse modo, a inserção das TICs no âmbito dos serviços também se faz presente, como explicita Antunes (2018), o que significa que as consequências negativas, de sua adoção para a classe trabalhadora, também podem ser identificadas no trabalho no setor estatal, inclusive quanto as exigências de produtividade, alcance de metas e indicadores. Negativas no sentido de que são adotadas com vistas potencializar o trabalho humano sob os interesses capitalistas e, com isso, sob novas formas de gestão e organização dos processos de trabalho que incidem no consumo e controle produtivos da força de trabalho. Como vimos anteriormente, contribuem para intensificar o trabalho e, na maioria das vezes, de forma cada vez mais aviltante, contraditoriamente à sua potencialidade em facilitar a atividade humana de trabalho.

Ao debruçar-se sobre a leitura dos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional de assistentes sociais na pandemia e aqui voltando-se especificamente para aqueles analisados sob a centralidade da adoção das TICs, observa-se que, são raros os que não têm como enfoque o trabalho remoto, *home office*, teletrabalho ou trabalho híbrido. Observa-se, também, que não há, majoritariamente, entre os trabalhos analisados uma preocupação em distinguir um do outro, ou conceituar o termo que está sendo utilizado. É possível compreender tal ausência porque “a própria conceituação de teletrabalho ainda se mostra bastante heterogênea; existem diferentes nomenclaturas se referindo às mesmas práticas, bem como situações bastante divergentes referidas pelos mesmos termos.” (Rocha, Amador, 2018, p. 2). Desse modo, “o teletrabalho é uma categoria de difícil definição e muitas variáveis e suas

combinações abrem em demasia o leque de definições possíveis” (Rosenfield; Alves, 2011, p. 215).

Ao considerar a citada imprecisão conceitual, observa-se que “em sentido restritivo, teletrabalho pode ser definido como trabalho à distância com a utilização de TICs” (Rosenfield, Alves, 2011, p. 2016), bem como “o termo *home office* [...] diz respeito a uma categoria específica dentro do contexto maior do *telework* ou *telecommuting*, que trata da peculiaridade de ser realizado na casa do trabalhador” (Rocha, Amador, 2018, p. 2, grifos no original) – ainda que se reconheça que ocorra teletrabalho sem ele ser realizado a domicílio, sendo esse último mais próximo da nomenclatura de *home office*. Apesar disto, “a Organização Internacional do Trabalho (OIT) opta pelo termo *teletrabalho* (Rocha, Amador, 2018, p. 3). Destarte, é possível que encontre-se diante dos três termos, considerando que são utilizados nas produções acadêmicas e que esses podem ser distintos quando se considera ao que a noção ou conceito está sendo relacionado.

Destaque deve ser feito, ainda, à ausência de uma problematização que reconheça as TICs como meios e instrumentos de trabalho que integram os processos de trabalho concretamente se interpondo entre o objeto e a atividade humana de trabalho, tal como foi fundamentado no primeiro capítulo desta dissertação. Isto é, ainda que possa ocorrer sua definição genérica como meio/instrumento de trabalho, não foi identificada, na maioria, a mobilização do referencial marxista sobre processos de trabalho, como também em relação à forma como esses são organizados em função do processo de valorização.

A respeito da produção acadêmico-profissional selecionada, como já colocado anteriormente, foram identificadas 18 produções sobre diferentes políticas sociais e espaços sócio-ocupacionais que tomam centralmente a adoção das TICs no trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia. A fim de proporcionar melhor visualização, elaborou-se o quadro 2, apresentado em sequência, com informações sobre os trabalhos identificados, na produção acadêmico-profissional selecionada como voltados a experiências concretas de inserção de assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais específicos cuja temática central está voltada para a adoção TICs no trabalho de assistentes sociais na pandemia.⁵⁰

⁵⁰ Lembra-se, como já mencionado, que outros trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional podem se reportar as TICs, mas aqui são considerados aqueles que tomaram a questão de forma central.

Quadro 2 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo a adoção das TICs, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS, XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES), 2022 (continua – 1/2)

| Base | Autor | Título | Política Social | Espaço sócio-ocupacional |
|--------------------|-----------------------------------|---|--------------------------------------|---|
| Anais do XVII CBAS | Pereira (2022) | O trabalho profissional do assistente social Judiciário em tempos de pandemia Covid-19 | Sociojurídico | Comarca do Tribunal de Justiça estadual |
| | Aliança (2022) | A prática profissional do serviço social no Ministério Público durante a pandemia da covid-19 | Sociojurídico | Ministério Público de Pernambuco |
| | Crivoi, Fadel, Bourguignon (2022) | Reflexões sobre os processos de trabalho do Assistente Social hospitalar em tempos de pandemia | Saúde | Hospital universitário Ponta Grossa/PR |
| | Rodrigues <i>et al.</i> (2022a) | Condições do trabalho profissional de assistentes sociais na região metropolitana da Baixada Santista em tempos de pandemia | Não identificada política específica | Baixada Santista/SP |
| | Bastos, Lira, Rocha (2022) | Covid-19, assistência estudantil e desafios ao serviço social | Educação | Assistência estudantil na Univ. Fed. do Sul da Bahia (UFSB) |
| | Silva, Soares (2022) | A atuação do assistente social na saúde e o uso das TIC's: uma reflexão no contexto da Covid-19 | Saúde | Hospital em Fortaleza/CE |
| | Machado <i>et al.</i> (2022) | O contexto pandêmico brasileiro e impactos no cotidiano profissional: relato do trabalho de Assistentes Sociais em um hospital de alta complexidade | Saúde | Hospital público de alta complexidade/RS |
| | Ferreira, Martins, Paiva (2022) | Autismo e serviço social: relato de experiência de assistentes sociais autistas no período pandêmico | Saúde e Sociojurídico | Tribunal de Justiça do Piauí/PI; Saúde-Niterói/RJ e Saúde/estado do Rio de Janeiro/RJ |
| | Silveira <i>et al.</i> (2022) | A experiência de trabalho do serviço social em um serviço de geriatria: especificidades do contexto pandêmico | Saúde | Serviço de geriatria Policlínica Piquet Carneiro |
| | Souza Filho (2022) | Notas sobre o teletrabalho no contexto da pandemia Covid-19: reflexões a partir do cotidiano profissional numa organização da sociedade civil | Assistência Social | Organização da Sociedade Civil (OSC) Mogi das Cruzes/SP |

Fonte: elaboração própria (A Autora, 2024)

Quadro 2 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo a adoção das TICs, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS, XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES), 2022 (conclusão – 2/2)

| Base | Autor | Título | Política Social | Espaço sócio-ocupacional |
|----------------------|-----------------------------|---|---|---|
| Anais do XVII ENPESS | Fonseca (2022) | O trabalho de assistentes sociais no sistema penitenciário paulista em tempos de pandemia | Sociojurídico | Sistema penitenciário no estado de São Paulo |
| | Santana (2022) | O serviço social na ara de violência doméstica e o uso das TICs no contexto pandêmico: entre fronteiras e perspectivas | Sociojurídico | Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher/ Trib. de Justiça/Estado de São Paulo/SP |
| | Moura, Cavalcanti (2022) | De volta para casa: o teletrabalho no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o acirramento da desigualdade de gênero no contexto da pandemia da Covid-19 | Sociojurídico | Tribunal de Justiça/ Estado do Rio de Janeiro/RJ |
| | Cesar (2022) | O serviço social na pandemia de <i>Coronavirus Disease</i> (Covid-19): repercussões no Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro | Assistência Social e Previdência Social | Inst de Previdência e Assist.do Munic.do Rio de Janeiro (Previ-Rio) / RJ |
| | Negri, Oliveira (2022) | O trabalho do/a assistente social no controle social e o uso das tecnologias no contexto da pandemia | Assistência Social | Controle social – Santa Catarina/SC |
| | Braga, Dias, Almeida (2022) | O trabalho social com família na proteção social básica no município de Teresina no contexto da pandemia da Covid-19 | Assistência Social | Proteção Social Básica – Teresina/PI |
| Kalysis | Souza (2021) | Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de Covid-19 | Previdência Social | Uma gerência da previdência social em cidade do estado de São Paulo/SP |
| Serv. Soc. Sociedade | Paz (2022) | Tecnologias da Informação e Comunicação na assistência estudantil durante a pandemia da Covid-19 | Educação | Assistência estudantil em Institutos Federais |

Fonte: elaboração própria (A Autora, 2024)

Como pode ser observado, são sistematizados no Quadro 2 alguns dos elementos centrais dos trabalhos, tais como: os autores e anos da produção, bem como o título, a política social específica a que se reportam nos conteúdos, bem como a identificação do espaço sócio-ocupacional específico ao qual a experiência de trabalho concreta de assistentes sociais na

pandemia está vinculada. Estão também relacionados às bases pesquisadas em que foram coletados, sendo que nos casos dos artigos publicados em periódicos – classificados como AI (Qualis/CAPES) como apresentado –, esses estão discriminados aqui a partir das revistas⁵¹ nas quais os trabalhos selecionados foram publicados, tendo em vista todo o processo de triagem e seleção final para a exposição.

Se detendo na contextualização do material, conforme ilustrado pelo Quadro 2, observa-se um destaque para o Sociojurídico, totalizando cinco produções que debruçam-se especificamente sobre o Sociojurídico; todavia, com mais um trabalho que o aborda em conjunto com a área de Saúde. Em seguida, tem-se a seguinte distribuição: a política de Saúde com quatro trabalhos; três sobre a Assistência Social; dois sobre Educação; um sobre Previdência Social; e mais uma produção que aborda espaços sócio-ocupacionais vinculados a mais de uma política social (Assistência Social e Previdência Social) e, ainda, um trabalho no qual não foi identificada vinculação a uma política social específica.

Este resultado se expressa, relativamente, na contramão da tendência explicitada anteriormente, a título de caracterização geral, na qual foi demonstrado que as áreas de Saúde e de Assistência Social eram as políticas sociais com maior número de trabalhos integrando a produção acadêmico-profissional identificada e selecionada. Isto é, aqui o Sociojurídico apresenta mais trabalhos, de forma relativa ao conjunto, mas entende-se que tal resultado pode estar relacionado com tendência já anterior de implantação do teletrabalho nestes espaços sócio-ocupacionais, com a pandemia acelerando tal processo. O próprio Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nos traz dados da área Sociojurídica – Tribunais de Justiça (TJs), Ministério Público (MP), Defensorias Públicas –, no que diz respeito às demandas relacionadas ao trabalho remoto (CFESS, 2020).

Voltando-se para a questão mencionada sobre a conformação dos processos de trabalho em função do processo de valorização, ainda que seja possível afirmar que o recurso a este quadro referencial na teoria marxista não é mobilizado, em geral, na produção acadêmico-profissional selecionada, verifica-se que a questão não deixa, contudo, de ser tratada a partir de importantes elementos que são identificados nos trabalhos. Assim, ainda que reconhecendo que a discussão aqui desenvolvida se volta à adoção das TICs no contexto pandêmico e suas repercussões, é pertinente considerá-la em termos da organização capitalista dos processos de

⁵¹ Destaca-se, inclusive, que só foram identificados trabalhos em periódicos em relação às duas primeiras temáticas consideradas como centrais. Isto é, não foram selecionados trabalhos, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão adotados, relacionados à temática da precarização do trabalho, como se esclarece mais adiante.

trabalho e que pode significar uma maior intensificação do trabalho, bem como a extensão da jornada de trabalho – estratégias que são sempre levadas a efeito pelo capital a fim de garantir a extração de sobretrabalho, como fundamentado no início da exposição desta dissertação. Obviamente, que sempre fazendo a distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo como também já exposto. (Antunes, 2009; Cotrim; 2009)

Ao ponderar o contexto em que as TICs estão inseridas, tanto em cada espaço sócio-ocupacional específico, quanto em um contexto macro, ao capitalismo, importa considerar um elemento: a produtividade, como acima foi mencionado. No que tange ao trabalho remoto, aparecem, assim, como elementos trabalhados pelos autores, na produção selecionada, a mensuração do trabalho através de metas, que é colocada, por exemplo, por Pereira (2022) Ferreira, Martins, Paiva (2022). Esses autores observam, inclusive, quanto ao trabalho realizado fora do âmbito das organizações (não presencial no local de trabalho): o estabelecimento de metas ampliadas; uma maior cobrança no trabalho; e a questão da jornada de trabalho que, por vezes, torna-se mais extensa, sem possibilidade de banco de horas, bem como com um horário de trabalho incerto, sem estabelecimento claro de início e/ou término da jornada.

Em direção ao mesmo argumento mencionado acima, Souza (2021) explicita que assistentes sociais assumiram no *home office* funções que não seriam suas, inclusive no regime de plantão, bem como Negri, Oliveira (2022) colocam a flexibilização a limite das horas trabalhadas e relações trabalhistas. Assim como tais autores, Moura e Cavalcanti (2022) também colocam a questão de cobrança de maior produtividade e entende que o trabalhador fica em desvantagem quando opta pelo teletrabalho, pois deve apresentar maior produtividade. Santana (2022) ratifica, também, um maior controle sobre a produtividade, inclusive com avaliações de desempenho. Seguindo a mesma lógica, Cesar (2022) coloca a existência de jornadas exaustivas de trabalho, com sua extensão para além da jornada, somada com a problemática de redução de pessoal – um número menor de pessoas para realizar mais trabalho e, ainda, a cobrança maior da chefia.

Em momentos anteriores nesta dissertação já foi apresentada a questão da produtividade, com o estabelecimento de metas, flexibilidade na jornada de trabalho, polivalência etc. Observa-se, nesses trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada, com a colocação dos autores, uma intensificação de tal questão com a pandemia e a conseqüente adoção do teletrabalho.

Ressalta-se, aqui, a perspectiva de Souza (2021) que explicita:

O teletrabalho que no discurso do senso comum e empresarial é um trabalho mais livre, autônomo e feito em casa, se configura como um tipo de trabalho altamente mensurável, cada atividade tem uma pontuação, sendo a liberdade cada vez mais

substituída pela necessidade constante de atingir os pontos especificados pela gestão (Souza, 2021, p. 133)

É válido lembrar que o Brasil, seguindo a tendência mundial de avanço das forças produtivas e sob as estratégias de gestão da produção e do trabalho, já vinha com um histórico de mudanças na organização do trabalho. No conjunto dessas mudanças, encontra-se a adoção de novas tecnologias e sua importância em viabilizar diferentes estratégias no consumo e controle produtivo da força de trabalho e que alteram os processos de trabalho a fim de atender os objetivos de valorização do capital. E, também, como colocado anteriormente, o fenômeno da reestruturação produtiva, principalmente a partir de 1980 e bem como o neoliberalismo, mais intenso a partir da década de 1990, já impactaram, dentre outras questões, as condições e relações de trabalho e os respectivos direitos trabalhistas. Esses processos foram acentuados continuamente a partir dos governos Temer e Bolsonaro. Desse modo, a pandemia já encontra um contexto de mudanças substantivas do mundo do trabalho, sob cenário desfavorável para a classe trabalhadora no que diz respeito aos direitos do trabalho.

De fato, na associação entre a implantação do trabalho remoto e a lucratividade que esse pode fornecer, “[...] o trabalhador, grande parte das vezes, trabalha por mais horas que trabalharia presencialmente, além de exercer funções que, em condições normais, poderiam não [lhe] ser atribuídas [...]” (Gouveia de Oliveira, 2021d, p. 653). Certamente, a adoção das TICs proporciona a ampliação de possibilidades tanto ao consumo quanto ao controle produtivo da força de trabalho que insidiosa e/ou objetivamente interfere nas condições de realização do trabalho:

A necessidade de que o trabalhador esteja constantemente conectado por meio de e-mails, mensagens, reuniões, torna seu trabalho em tempo integral, além de desgastar a sua saúde mental e física. Todavia, dessa forma, o empregador mantém, ou até mesmo aumenta, o lucro sobre a força de trabalho. É imprescindível ressaltar que o trabalhador fará o que lhe for imposto, tendo em vista a realidade do desemprego estrutural, a necessidade de renda e o crescente exército industrial de reserva (Gouveia de Oliveira, 2021d, p. 653).

Estes aspectos têm, portanto, repercussões de diferentes formas sobre como se dá a organização dos processos de trabalho, como também nas condições e relações de trabalho como vem sendo exposto aqui. E, no contexto de pandemia, com maior recurso às TICs, não só afloram, como é possível inferir também seu recrudescimento. Uma das consequências do trabalho remoto, viabilizado pelas TICs, que é enfatizada nas produções selecionadas se reporta, também, ao ônus dos custos, no que tange aos meios e condições para a realização do trabalho que recaem para os(as) trabalhadores(as), e não para os empregadores e em um processo que se deu sem que a estrutura necessária fosse garantida. Aliança (2022); Pereira (2022); Rodrigues *et al.* (2022a); Bastos, Lira, Rocha (2022); Ferreira, Martins, Paiva (2022); Silveira *et al.*

(2022); Santana (2022); Cesar (2022); Souza (2021); Paz (2022) e Souza Filho (2022) trazem essa questão. Santana (2022) explicita:

É interessante notar que em tempos de exceção, do ponto de vista do trabalho home office generalizado, como foi nos primeiros quatro meses, os instrumentos de trabalho passaram a ser do/a trabalhador/a, seja pelo uso pessoal do telefone celular, do computador (vários profissionais tiveram que comprar), da impressora, do material administrativo, do uso da energia elétrica e da água, sem qualquer tipo de reembolso. A utilização do espaço doméstico transformou-se em um estalar de dedos, como que por mágica, em espaço de trabalho, sem qualquer preocupação institucional se os/as trabalhadores/as teriam ou não esses recursos. De acordo com Raichelis (2018, p. 37), ao analisar a condição de assalariamento de assistentes sociais, a força de trabalho transformada em mercadoria ‘só pode entrar em ação através dos meios e instrumentos de trabalho que, não sendo propriedade desses/as trabalhadores/as, devem ser colocados à disposição pelos empregadores institucionais públicos’ (Santana, 2022, p. 12).

Ainda, não se pode afirmar que a adoção desta modalidade de trabalho se deu de forma que podemos denominar como democrática – ainda que se reconheça os limites postos no contexto da pandemia. Souza Filho (2022) explicita uma característica desse movimento: é uma decisão unilateral e sem possibilidade de negociações no que diz respeito aos processos adotados nesta forma de trabalho. Soma-se a isso o argumento que é ponto nevrálgico desta pesquisa: as condições de trabalho para os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) em geral e para assistentes sociais, especialmente, uma vez que sujeitos do trabalho profissional tomado aqui como objeto de estudo.

Dessa forma, o teletrabalho, além de dispor de recursos reduzidos, também está sujeito/a aos processos de opressões do patronato, pois que profissional, nesse contexto de desemprego estrutural, vai se opor às determinações de sua chefia? Que profissional terá coragem de exigir do seu empregador os recursos necessários para a execução do teletrabalho, além da reposição de gastos equivalentes ao consumo de energia, internet e manutenção de equipamentos tecnológicos? (Souza Filho, 2022, p.6)

Em trabalho anterior – que, inclusive, contribuiu para o interesse de aprofundá-lo nesta pesquisa – esta questão foi também observada:

Os recursos e o ambiente no qual o trabalho é exercido também é uma questão a ser debatida. Com o trabalho sendo exercido remotamente, a maioria das empresas se ausentam da responsabilidade de fornecimento de materiais e estrutura imprescindíveis para o exercício profissional, transferindo-a para o trabalhador, que precisa arcar com os custos de obter o que é necessário. (Gouveia de Oliveira, 2021, p. 653-654).

Com a pandemia e a necessidade de isolamento social, muitas problemáticas afloram e se relacionam aos elementos já apontados, tais como o ônus dos meios e condições de trabalho para os trabalhadores e, por fim, a decisão unilateral acerca dessas questões, bem como a aceitação dos trabalhadores, considerando serem estes assalariados e todas as consequências que advém desta condição. Essas questões aqui colocadas são ratificadas a partir da perspectiva dos autores acerca dos diferentes espaços sócio-ocupacionais nos quais estão inseridos, sendo

que também é destacada a diluição da separação entre espaço privado e espaço de trabalho, ao lado do aumento da exigência e da produtividade,

De fato, uma das questões centrais colocadas é a da discussão da linha tênue entre os espaços privado/doméstico e o de trabalho/produção. Ou seja, fundem-se ambos no mesmo espaço, seja pela pandemia em si e a efetiva necessidade de isolamento social; seja por ser uma questão que traz repercussões para o trabalho e para própria reprodução social dessa força de trabalho e, seja ainda, considerando que a categoria profissional é majoritariamente feminina, sendo que a questão de gênero atravessa a profissão (Iamamoto, 2000). Esses aspectos já foram discutidos anteriormente nesta dissertação e são também ratificados quando se analisa as produções selecionadas. Essa mescla entre ambos os espaços é colocada pelos autores das produções de forma crítica e, especialmente, em seus aspectos negativos para o trabalho e os(as) trabalhadores(as).

Além de trazer questões relacionadas a esta junção entre os espaços privado e de trabalho, assim como os(as) autores(as) acima mencionados, Rodrigues (2022a); Ferreira, Martins e Paiva (2022); Moura e Cavalcanti (2022); Cesar (2022); Souza (2021); Paz (2022); Souza Filho (2022) e Silveira (2022) também problematizam a questão do trabalho feminino, vinculando-a mais diretamente à divisão sexual do trabalho. Ou seja, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e suas distinções, associada à atribuição que é conferida ainda ao feminino como responsável pelo cuidado. Como um elemento a ser pensando no que tange à ausência de limites entre os espaços doméstico/privado e de trabalho/produção, Cesar (2022), por exemplo, observa:

As assistentes sociais passaram a enfrentar jornadas de trabalho exaustivas e vivenciaram a decaída de suas condições de vida e de trabalho, com repercussões, inclusive, na saúde física e mental. Como trabalhadoras, as assistentes sociais sofreram uma série de impactos em suas vidas, pois o trabalho remoto passou a concorrer com a rotina doméstica de cuidado com filhos e idosos, sobrecarregando, sobretudo, as mulheres, mediante a diluição das linhas divisórias entre o tempo destinado ao trabalho e à vida pessoal e familiar (Cesar, 2022, p. 12)

Considera-se de importância destacar a atenção que foi dada ao recorte de gênero nos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada. Esse tema é de vital importância, inclusive e especificamente também para o Serviço Social por ser uma profissão eminentemente composta por mulheres. Também, como mulheres trabalhadoras, lhes são socialmente destinadas ocupações com os cuidados e o trabalho doméstico; ou seja, ao trabalho de reprodução social da força de trabalho, a partir de uma perspectiva patriarcal. Trabalho doméstico este de grande importância para o capital no diz respeito ao seu lucro e reprodução dos trabalhadores. Federici (2019) traz essa perspectiva, afirmando que o trabalho reprodutivo

é trapaceado na sociedade, associando-o ao trabalho doméstico e conferindo-lhe a responsabilidade de formar trabalhadores, que vai desde a alimentação, à roupa e ao trabalho emocional.

Além disso, no que diz respeito especificamente ao Serviço Social, a partir de Yamamoto (2000) é possível entender que “A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional [...] [e] o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho” (Yamamoto, 2000, p. 101-102), o que torna possível a realização da intersecção entre as questões colocadas sobre gênero e o Serviço Social.

Assim, de um lado, se constata que a “linha tênue entre o ambiente de lazer/repouso do trabalhador e o ambiente de trabalho é diluída”, sendo que o “ambiente doméstico [...] influencia significativamente no trabalho”, com relação também especificamente ao recorte de gênero. Isto é, podem ser identificados, nesse processo, a “falta de um espaço que possibilite concentração, os cuidados com a casa, o auxílio aos filhos [...] podem ser fatores que não propiciem rendimento da mesma forma que no presencial.” (Gouveia de Oliveira, 2021, p. 653-654). De outro lado,

No entanto, por parte do empregador, há a exigência de que os resultados do trabalho sejam os mesmos, ignorando as particularidades que permeiam a vida do trabalho no período pandêmico. Como já citado, tendo a venda da força de trabalho como única forma de sobrevivência, o trabalhador fará o esforço que for necessário para que a expectativa exigida seja atendida. (Gouveia de Oliveira, 2021, p. 653-654).

Como será discutido, inclusive, na última temática relativa à precarização do trabalho, neste último tópico e ao final deste capítulo, estas questões também “suscita[m] em problemáticas no âmbito da saúde do trabalhador (Gouveia de Oliveira, 2021, p. 653-654) e foram apontadas pelos autores em termos de repercussões da adoção das TICs. Deste modo, citam a sobrecarga; os impactos à saúde que tal situação causa, especialmente em suas relações com o desgaste e/ou aos processos saúde-doença da ordem da saúde mental e a ampliação da jornada de trabalho, como, especialmente, tratado nos trabalhos de Pereira (2022); Aliança (2022); Bastos (2022) e Santana (2022).

A partir desses diferentes elementos citados, os(as) autores(as) também colocam questões relacionadas à saúde, sendo que suas consequências são muitas. De um lado, a própria desresponsabilização das organizações empregadoras quanto aos meios e condições de trabalho, que, até mesmo, pode se relacionar a possíveis acidentes que possam vir a ocorrer durante o expediente. Adiciona-se aqui a reflexão de que, com o trabalho desenvolvido no ambiente privado, há a possibilidade de esses não serem considerados como acidentes de

trabalho, mas sim acidentes domésticos, inclusive com impactos nas notificações e acidentes de trabalho que também poderão ocorrer.

De outro lado, contudo, a questão mais significativa é aquela que relaciona o trabalho, em suas determinações e condicionantes atuais à saúde mental, uma vez que estas relações estão claramente estabelecidas na relação com a organização dos processos de trabalho. E, sobretudo, é necessário considerar que o contexto de pandemia de Covid-19, em si, já trazia suas cargas e sobrecargas à saúde mental, de forma geral. Os autores dos trabalhos selecionados estabelecem, portanto, relações entre a adoção e uso das TICs com a saúde dos trabalhadores – é importante lembrar que o destaque deve ser dado ao uso que se faz delas e não às tecnologias em si – e comentam o esgotamento físico e mental, por estarem majoritariamente imersos(as) no ambiente em que seu trabalho é realizado. Cesar (2022) aponta para as repercussões na saúde física e mental e também explicita o desgaste relacionado ao esforço para se adaptar às TICs, bem como Paz (2022) também observa a questão de intensificação do trabalho e suas repercussões no adoecimento. Santana (2022) explicita o esgotamento físico e mental.

Observa-se, ainda, que há uma relação entre a diminuição da socialização no contexto de trabalho na pandemia e suas repercussões à saúde. Santana (2022) explicita que:

Outro impacto subjetivo foi a ausência da socialização do trabalho presencial, a relação de trabalho entre as profissionais (assistentes sociais e psicólogas) e entre os demais trabalhadores/as [...]. Assistentes Sociais não vivem em bolhas, pois são parte e expressão do trabalho coletivo com tantos outros trabalhadores. Isso acabou gerando angústia e adoecimento, porque acordar e não ter para onde ir a não ser o espaço doméstico, isto é, não poder se deslocar para o trabalho presencial, impôs sofrimento. Deste modo, o trabalho, ainda que explorado, desigual, alienado, precarizado, tece uma rede de sociabilidade, nos constituímos e nos construímos por ele enquanto ser social (Santana, 2022, p. 13).

De fato, foi possível observar nas produções selecionadas, que a adoção do trabalho remoto também traz consequências no que concerne à socialização no espaço de trabalho. Essa ausência suscita em dificuldades na comunicação e articulação entre os profissionais; diminuição das relações coletivas nos espaços de trabalho, culminando em individualização do trabalho, barreiras e dificuldade para a organização política e sindical, enfraquecimento dos laços de solidariedade e apoio, podendo reverberar, inclusive, em adoecimentos. Essas questões são apontadas nos trabalhos de Pereira (2022); Aliança (2022); Silveira *et al.* (2022); Santana (2022); Cesar (2022); Souza (2021) e Paz (2022). É válido ressaltar a perspectiva de Aliança (2022, p. 6), que observa que esse “novo cotidiano” impacta em “uma diminuição das relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho, além do distanciamento dos sindicatos e a tendência à eliminação e/ou cumprimento de direitos”.

Entende-se, assim, que a socialização dos trabalhadores e as relações coletivas de trabalho são aspectos importantes que foram afetados. Afinal, a convivência entre os(as) trabalhadores(as) acaba por se tornar, por vezes, rede de apoio e possibilidade de trocas, a despeito da concorrência e competitividade suscitadas pela gestão do trabalho que é percebida na atualidade. Além disso, o trabalho presencial e a socialização permitem a percepção dos aviltamentos aos quais os(as) trabalhadores(as) podem estar submetidos(as) e das condições de trabalho que estão postas. Isso gera outra consequência:

[...] o enfraquecimento do movimento sindical. Com a continuidade da adoção do trabalho remoto, a falta de socialização entre categorias e trabalhadores será uma realidade presente no mundo do trabalho. Esse fenômeno desencadeia, além do engessamento da prática e da provável falta de reflexão acerca dessa situação de forma coletiva, em dificuldades de organização sindical e, conseqüentemente, de conquistas de direitos trabalhistas (Gouveia de Oliveira, 2021, p. 655).

Outrossim, como já foi discutido, apesar da produção como resultado do trabalho coletivo, há o usufruto desigual das riquezas socialmente produzidas. Isso não seria diferente no que diz respeito às TICs. Estas não são de acesso igual para toda a população, o que não é diferente para a população usuária dos serviços públicos e dos espaços sócio-ocupacionais em que estão inseridos(as) assistentes sociais. A situação agrava-se quando esta população usuária vivencia e experimenta as mais distintas refrações da vulnerabilidade, ou seja, a população predominantemente atendida por assistentes sociais em seu trabalho.

É interessante destacar que vários foram os autores que trouxeram a discussão sobre as TICs nessa direção; isto é, tanto no que se refere à conformação do trabalho de assistentes sociais nas relações com os(as) usuários(as) mediadas por essas tecnologias, quanto em relação a seus rebatimentos para a própria população. Pereira (2022); Bastos, Lira, Rocha (2022); Silveira *et al.*(2022); Santana (2022); Cesar (2022); Negri, Oliveira (2022); Braga, Dias, Almeida (2022); Souza (2021); Paz (2022) e Souza Filho (2022) observam, assim, não apenas a dificuldade do acesso da população usuária a recursos tecnológicos, como computadores e celulares e/ou à internet, mas também, nos casos que mesmo que os obtenham, a não familiarização dos usuários com tais recursos.

Essa dificuldade culmina na recorrência ou aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), ou a atravessadores, o que suscita, por vezes, em oneração para os usuários (Souza, 2021). Isso é possível perceber através de trechos de depoimentos de profissionais entrevistadas por Souza (2021) que são aqui reproduzidas a partir da referência ao texto do autor:

[...] complicada, é que a grande maioria dos segurados acaba por não conseguir usar a internet. Então, muitas vezes, eles recorrem a uma Lan House, às vezes, ao CRAS

intermediários, sejam eles advogados ou não... Então, é difícil, na hora que precisa o acesso é complicado... (GF com AS da PS) (Souza, 2021, p. 131-132).

Tal situação demonstra a dificuldade do acesso às TICs por parte dos(as) usuários(as) e, desse modo, ao acesso a um serviço ou benefício que deveria ser gratuito, acaba por ser acessado através da necessidade de dispêndio de dinheiro em *Lan Houses*, ou por atravessadores, como advogados, por exemplo, cuja oneração é ainda maior, visto que estes retêm parte do valor do benefício como forma de pagamento pelos honorários. Ademais, quando atravessadores não são acessados, por vezes é o CRAS que é demandado pelos(as) usuários(as), o que acarreta mais uma demanda aos trabalhadores(as), bem como, por vezes, em sobrecarga de trabalho.

Tal problemática do acesso às TICs é exemplificada pela resposta de um(a) assistente social à mesma pesquisa citada acima:

Às vezes, entre um atendimento e outro, você conversa com a pessoa, pergunta: ‘você tem internet?’ ‘não’; ‘você é atendido no CRAS?’ ‘não’; ‘você tem filhos que podem te ajudar a acessar o sistema?’ ‘não’, a maioria ainda fala: ‘eu já tentei cadastrar senha e não consigo’... Isso tem gerado vindas até aqui na Agência, que está fechada, mas estou trabalhando internamente, eles ligam na Agência e falam: ‘eu preciso da sua ajuda, estou aqui na porta, não sei fazer...’ (GF com AS da PS) (Souza, 2021, p. 132)

Há usuários(as) que nem mesmo acessam ao CRAS, ou que possuem uma rede familiar ou comunitária que possam auxiliar no acesso às TICs. Auxílio este que recai, majoritariamente, sobre os(as) filhos(as), visto que grande parte destes(as) compõem uma geração com familiaridade às TICs, e acabam por serem os responsáveis na família por viabilizar questões que exigem esse conhecimento. Questões essas que podem se intensificar a partir da presença da Inteligência Artificial (IA) em diversos atendimentos diversos, desde serviços bancários até a direitos e/ou benefícios, como, por exemplo, ao próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recaindo, assim, a responsabilidade pelo acesso sobre as famílias.

Percebe-se, desse modo, questões que se evidenciam para os(as) usuários, em suas mais diversas necessidades sociais, o que acaba por se caracterizar como mais um processo de burocratização no acesso a benefícios e direitos devido à obrigatória mediação das TICs frente à tão apregoada flexibilidade e modernização que essas teriam.

Já no trabalho de Fonseca (2022, p. 8) é explicitado que o uso da TICs demandou mudanças estruturais no espaço de trabalho, como “instalação de computadores, serviços de áudio e vídeo, além de espaço privativo para a realização de entrevistas e/ou atendimentos na modalidade on-line.”

Nessa direção, foi problematizada também a dimensão técnico-operativa do trabalho de assistentes sociais, pela mediação das TICs, e, ao mesmo tempo, a necessidade de isolamento

social e, por consequência a falta de atendimento presencial. A realização de visitas domiciliares e outros aspectos para o embasamento dos estudos sociais foram prejudicados, como explicita Aliança (2022). Bastos, Lira, Rocha (2022) também concordam com tal perspectiva, explicitando a dificuldade de conhecer a realidade da população, assim como Santana (2022) observa a preocupação com a dimensão política de profissão. Nesta mesma linha, Paz (2022) explicita que uso das TICs, nesse momento da pandemia de Covid-19, levou a uma prática burocrática, mecânica e distante dos(as) usuários(as), expressando a impossibilidade de conhecer sua realidade, sendo relegadas as dimensões político-organizativa e pedagógica que orientam o trabalho profissional. Essa é considerada uma implicação ético-política do teletrabalho em Serviço Social, visto que não se espera que esse se limite à orientação procedimental, sendo de importância práticas educativas e reflexivas, bem como de orientações na direção da organização política (CFESS, 2020).

Cesar (2022) também concorda que a ausência da interação presencial traz a dificuldade à intervenção no trabalho profissional. Crivoi, Fadel, Bourguignon (2022), acerca disso, consideram que o acolhimento foi a questão mais comprometida e relatam o uso de chamadas de vídeo para procurar garantir maior aproximação e acolhimento. Já Machado *et al.* (2022, p. 8) apontam para a perspectiva de que “a estratégia de teleatendimento foi utilizada [...] com intuito de viabilizar a socialização das informações e proporcionar espaço de atendimento aos familiares dos pacientes que estavam em isolamento”.

Quanto ao dilema ético, esse também foi discutido, nos trabalhos selecionados, diante do trabalho de assistentes sociais mediados pro TICs. Silva, Soares (2022) observam, por exemplo, os dilemas pra a realização de visitas virtuais, especialmente quando dos momentos iniciais da pandemia, quando não havia orientações do conjunto CFESS/CRESS. A questão do sigilo profissional também é observada por Silveira *et al.* (2022), Santana (2022), Negri, Oliveira (2022), Paz (2022), Souza Filho (2022) e Cesar (2022). Certamente, a consideram como uma questão ética, adicionando-se a isso a possibilidade de prejudicar o trabalho na direção do projeto ético-político profissional quanto à qualidade dos serviços prestados. Tal questão é, de fato, considerada pelo CFESS, quando observa que

[...] o debate do teletrabalho, do uso das TICs no contexto da pandemia, parece indicar três eixos de reflexão: segurança do/a trabalhador/a e da população atendida; o dilema do acesso aos direitos pela população e a avaliação das condições éticas e técnicas no contexto do teletrabalho (CFESS, 2020, p. 9).

No que tange ao sigilo, privacidade e proteção de dados, no contexto do teletrabalho, não é possível saber se as condições que permitem a segurança dos dados fazem-se presentes,

visto que o usuário pode não obter tais condições (CFESS, 2020), bem como os(as) próprios(as) trabalhadores(as), quando se conhecer várias questões que vêm sendo apontadas a respeito.

Entende-se, assim, que a necessidade de isolamento social e a sociabilidade afetam também o trabalho para com usuários(as) e o trabalho de assistentes sociais em si, que preza por uma relação direta com usuários(as), pelo contato presencial, pela observação, pela interação social. Nas condições do contexto pandêmico, ficam restritas, portanto, as visitas domiciliares e os atendimentos presenciais para embasar os estudos sociais. Como colocado, isso também reverbera eticamente, principalmente no que tange ao sigilo. Explicita-se, aqui, a necessidade de não abrir mão dos princípios éticos da profissão, bem como do Código de Ética, ação essa que não pode ser justificada pela situação de calamidade e emergência.

No que diz respeito a essas questões e dilemas, verifica-se como foram importantes as orientações do conjunto CFESS/CRESS. Essa avaliação é passível de ser identificada nas produções de Silva, Soares (2022), Fonseca (2022), Souza Filho (2022), Silveira *et al.* (2022), Pereira (2022), Negri, Oliveira (2022), Paz (2022), principalmente no que diz respeito às questões éticas.

Apesar das problemáticas supracitadas, aspectos positivos acerca do uso das TICs também são observados nestes trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada. Destaca-se a viabilidade de realização de reuniões, de equipe ou em rede, como, principalmente, aquelas de cunho intersetorial, como observa, por exemplo, Pereira (2022). Alguns autores, como Bastos, Lira, Rocha (2022), inclusive, mencionam que tais reuniões remotas intersetoriais já ocorriam antes da pandemia. Paz (2022) menciona a facilitação para organização de dados e à maior agilidade; já Pereira (2022) observa a maior facilidade para confecção de documentos. Silva; Soares (2022) também comentam o uso das TICs como anterior ao período pandêmico, em atividades tais como envio de e-mail, confecção de relatórios. No entanto, com a pandemia, a situação torna-se corriqueira, como observam os(as) autores(as), mediando a relação estabelecida entre os(as) trabalhadores(as) assistentes sociais e os(as) usuários(as).

É importante destacar aqui, no entanto, a diferenciação entre trabalho remoto e ferramentas/instrumentos remotos como observa o CFESS, a fim de melhor precisar como os processos de trabalho já se caracterizavam a partir da mediação das TICs e como são inflexionados no contexto pandêmico:

Algumas ferramentas remotas já eram utilizadas pelo Serviço Social antes da pandemia e implantação do teletrabalho, tal como o contato telefônico, por exemplo. Então, compreendemos que existe uma diferença entre o trabalho remoto ou teletrabalho e o uso de ferramentas remotas. O uso dessas ferramentas pode ser utilizada nesse momento, inclusive, por serviços que estão desenvolvendo

atendimento presencial, no sentido de diminuir a necessidade ou o tempo de exposição de trabalhadores/as e usuários/as em uma sala de atendimento. No entanto, seja em um contexto de teletrabalho, seja de trabalho presencial, o uso das ferramentas remotas precisa ser avaliado em relação à finalidade do trabalho e aos limites relacionados às condições éticas e técnicas para sua execução. Assim, consideramos que, ao diferenciar trabalho remoto (teletrabalho) e instrumentos remotos, podemos compreender que já utilizávamos equipamentos remotos antes, porém o problema é estarmos limitadas/os somente a eles. Posto que o trabalho remoto (teletrabalho) apresenta uma série de repercussões e limitações ao trabalho profissional, podendo inclusive tornar algumas atividades inviáveis (CFESS, 2020, p. 6-7).

Chama a atenção, a respeito o que é colocado por Fonseca (2022) que, ao relatar sua experiência de trabalho no sistema penitenciário de São Paulo, observa que as TICs foram importantes para promover atividades essenciais como contato com familiares dos usuários; articulação com os serviços do território de moradia de usuários; orientações jurídicas prestadas aos usuários e, principalmente, digitalização de cartas dos usuários privados de liberdade para seus familiares, bem como a possibilidade de que esses últimos também pudessem responder aos usuários.

O trabalho de Paz (2022) também traz essa potencialidade das TICs como meios e instrumentos de trabalho na experiência junto à assistência estudantil, observando que:

As TICs [...] permitem, de forma rápida, traçar o perfil dos/as estudantes das IFES, construir bancos de dados dos discentes atendidos e daqueles que já se submeteram aos processos seletivos, possibilitando a constituição de indicadores sociais da política de Assistência Estudantil, bem como facilitam a gestão dos serviços e benefícios, à medida que os dados podem ser acessados com mais rapidez, permitindo o acesso às informações necessárias para o planejamento, o monitoramento e a avaliação do programa. [...] também contribuem [...] nas seleções para os auxílios estudantis, pois permitem a comunicação quase instantânea com os/as alunos/as, a troca de informações e o envio de documentação por meio eletrônico, evitando o deslocamento de discentes e profissionais, tornando possível a participação nos processos seletivos até dos/as estudantes que se encontram em outros espaços geográficos, o que antes do uso dessas tecnologias era impensável. Igualmente permitem dar mais agilidade ao trabalho, pois diante da grande demanda por auxílios estudantis e do número reduzido de assistentes sociais para as análises dos pedidos, elas proporcionam mais celeridade em todas as etapas do processo seletivo, como também possibilitam que o trabalho aconteça de forma simultânea entre os/as profissionais que precisam acessar os dados do/a mesmo/a discente (Paz, 2022, p. 183).

Na análise do conjunto da produção acadêmico-profissional selecionada, sob esta temática de adoção das TICs, é possível perceber que sobressaem as críticas. Há, da mesma forma, diferenças e particularidades no que tange à proximidade e utilização das TICs pelos(as) assistentes sociais. Considera-se importante dar relevo à experiência colocada por Ferreira, Martins, Paiva (2022) acerca das dificuldades enfrentadas por assistentes sociais autistas, que enfrentaram intensificação do sofrimento psíquico, exaustão, crises de síndrome de *burnout*, ideação suicida, comportamentos autodestrutivos, dificuldades associadas ao alto estímulo sensorial e mudanças de rotina repentinas.

Quanto às críticas, certamente, deve ser considerada a maior densidade e intensidade no ritmo de trabalho e frente às condições de trabalho nem sempre previstas e mesmo indisponíveis, como foi possível observar até aqui. Silveira *et al.* (2022), por exemplo, argumentam nesse sentido, evidenciando a perspectiva de que as TICs são capitaneadas pelo capital, assim como Paz (2022) e Negri, Oliveira (2022) trazem a característica contraditória das TICs, de ora trazer pontos positivos ora negativos.

Ou seja, concorda-se com a perspectiva de que a utilização das TICs no trabalho deve ser problematizadas, mas não devem ser ignoradas suas potencialidades, não se esquecendo, contudo, que o trabalho de que tratamos é aquele sob relações sociais capitalistas de produção e reprodução social – seja produtivo ou improdutivo, servem a esta dinâmica e, isto, como foi visto, mesmo no âmbito estatal. Desse modo, torna-se de extrema relevância considerar as TICs no trabalho de assistentes sociais a partir de suas potencialidades de uso, isto é, de que sejam utilizadas com fins a fortalecimento da classe trabalhadora e para uma melhor qualificação do trabalho no atendimento aos(as) usuários(as) que a integram. Desse modo, concorda-se com a perspectiva, já colocada anteriormente, que explicita:

Assim sendo, não se trata de negar a importância e o uso das tecnologias, mas de considerar seu caráter contraditório no cenário do capitalismo contemporâneo e sua incidência para o conjunto da classe trabalhadora e demais setores subalternos. Trata-se de um cenário complexo, marcado por contradições e limites, mas também, possibilidades e perspectivas, o que coloca em destaque a importância de se realizar uma abordagem crítica das tecnologias, visando identificar e entender os seus sentidos e significados como instrumentos a serviço de projetos societários distintos (Botão, Pastorini, Veloso, 2021, p. 2).

Em suma, complementa-se aqui com as observações de Antunes (2020), quando permite sintetizar e sistematizar as distintas contradições que permeiam os processos de trabalho sob a condução capitalista que, como foi visto, estão orientadas para potencializar o controle e consumo produtivo da força de trabalho. A incidência do uso das TICs são claros nessa direção e, inclusive, também no que se refere à reprodução material e espiritual; todavia, o que se coloca como exigência é que se observe as diferentes dimensões, contradições e potencialidades relacionadas ao uso das TICs e/ou ao teletrabalho:

Do ponto de vista empresarial, as vantagens são evidentes: mais *individualização* do trabalho; maior distanciamento social; menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho (onde floresce a consciência das reais condições de trabalho); distanciamento da organização sindical; tendência crescente à eliminação dos direitos (como já conhecemos nos *pejotizados* e outras formas assemelhadas, como o pequeno empreendedorismo); fim da separação entre *tempo de trabalho e tempo de vida* (visto que as nefastas *metas* ou são preestabelecidas ou se encontram *interiorizadas* nas subjetividades que trabalham); e o que também é de grande importância, teremos mais *duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo*, com clara incidência da *intensificação* do trabalho feminino, podendo aumentar ainda mais a desigual *divisão sociosexual e racial* do trabalho (Antunes, 2020, p. 19).

De forma geral, percebe-se que as TICs se faziam presentes antes em certa medida, mas foi claramente intensificada pela pandemia, também assumindo mediações de questões que antes não eram explicitamente cogitadas, como visitas domiciliares e atendimentos. Do mesmo modo, explicita-se, nos trabalhos selecionados e aqui analisados, que em alguns espaços sócio-ocupacionais as TICs já se faziam presentes de forma mais intensa e em outros foi um recurso que se colocou como novidade e/ou já se utilizava, pontualmente, na comunicação via aplicativo de mensagens, para confecção de documentos ou para envio de e-mails etc.

A utilização das TICs remete à nova morfologia do trabalho e às constantes metamorfoses às quais a classe trabalhadora e o trabalho estão sujeitos (Antunes, 2009). Tais mudanças, junto ao desenvolvimento das forças produtivas, como já discutido, culminam na, cada vez mais intensa, inserção das TICs no trabalho, que trazem repercussões à exploração no trabalho capitalista, ao mesmo tempo que expressam potencialidades a serem usadas pela classe trabalhadora, bem como pelos(as) assistentes sociais em seu compromisso de classe. Seguindo essa perspectiva, cabe recordar Iamamoto (2009) quando observa que

[...] espaços ocupacionais refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica e outras inovações tecnológicas e organizacionais, que potenciam a produtividade e a intensificação do trabalho. É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho. (Iamamoto, 2009, p. 4).

Nesse sentido, observa-se que as experiências concretas que aqui foram problematizadas através dos trabalhos que integram a produção acadêmica selecionada, sob a centralidade na adoção das TICs, é constituída por espaços sócio-ocupacionais que se especificam, mas que são majoritariamente vinculados à esfera estatal. Dessa forma, traduzem também, em alguma medida, como as metamorfoses do trabalho também se espraiaram no âmbito público estatal – tal como foi observado com respeito às contrarreformas empreendidas – e apontam para elementos que, viabilizados também pelas TICs, têm permitido: a intensificação do ritmo de trabalho, a adoção de padrões de avaliação e desempenho, a lógica da eficácia e eficiência, incidindo nas diferentes dimensões vinculadas à força de trabalho – seu consumo e controle produtivo, como também em sua reprodução material e espiritual. Alguns desses elementos foram até aqui tangenciados, mas, de todo modo, evidenciam como se conformam os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se inserem e aproximam-se das formulações que

revisamos a partir de diferentes autores, tais como Druck (2013); Cesar (1998); Amaral; Cesar, (2009); Antunes (2018;2020); Iamamoto (2009; 2000) entre outros. Questões essas que trazem consigo as exigências de polivalência, de desempenho com sobrecarga de demandas e requisições da instituição empregadora, ao mesmo tempo que incidem também a partir das demandas da população usuária, uma vez que são fruto de refrações da questão social na atualidade e, portanto, presentes nos distintos espaços sócio-ocupacionais nos quais os(as) assistentes sociais se inserem. Apesar de já presentes na realidade brasileira, é possível afirmar, pelo que foi apresentado, que receberam inflexões na pandemia, especialmente em termos de seu recrudescimento. Reverberam, assim, em outra temática que foi frequentemente problematizada na produção acadêmico-profissional selecionada – as requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia, constituindo, portanto, a exposição do próximo tópico.

3.2.2 Requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia e o recrudescimento de expressões da questão social

Como já observado, após sucessivas leituras e aproximações, foram identificadas temáticas centrais que são problematizadas e/ou objeto de reflexões dos(as) autores(as) e que se vinculam a experiências concretas de trabalho de assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais na produção acadêmico-profissional selecionada. No tópico anterior, a exposição se deteve na primeira delas, cabendo agora apresentar a segunda temática identificada e aqui denominada *como requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia e o recrudescimento de expressões da questão social*.

Como no material pesquisado, a despeito de permanente problematização e abordagem, nem sempre se torna clara a distinção entre requisições e demandas, não identificando-se referências a respeito nos trabalhos analisados que integram a produção acadêmico-profissional pesquisada, optou-se por construir uma formulação aqui. Inicialmente, considera-se a observação de Guerra *et al.* (2016) quando assim observa:

Requisição é uma palavra originária do latim *requisitio*, de *requirere* que significa requerimento, solicitação ou pedido. Ação, ato ou efeito de requisitar; sinônimo de pedido e também utilizada no sentido de uma exigência legal: fazer requisição de material ou de reclamação. Na linguagem jurídica, requisitar é requerer com autoridade ou exigir. Nesse sentido a requisição é a exigência legal, emanada de autoridade competente para que se cumpra, se preste ou se faça o que esta sendo ordenado. A requisição pode ser direcionada à prestação de um serviço, entrega de

coisas ou comparecimento de pessoas [...] A requisição é o que a instituição já estabelece para o assistente social. (Guerra *et al*, 2016, p. 6).

Já a respeito das demandas, “No sentido etimológico, demanda significa procura. Trata-se de ação, ato ou efeito de buscar” (Guerra *et al*, 2016, p. 6), e um dos eixos em que pode-se alocar o sentido etimológico da palavra “demanda” é “Solicitação de algo, especialmente quando se considera um direito” (Guerra *et al*.2016, p. 6). Assim, compreende-se, nesta dissertação, que requisições são advindas institucionalmente, com um aspecto de exigências de ordens emanadas por superior, empregadores e/ou gestão. Demandas, por sua vez, se relacionam ao que o(a) assistente social é chamado(a) a atuar frente à população usuária, ou melhor, para que o(a) profissional é procurado pelos sujeitos de direitos sociais.

Esta compreensão encontra ressonância, de um lado, com o reconhecimento de que o(a) assistente social é um(a) trabalhador(a) assalariado(a), especialização do trabalho coletivo, tendo na questão social seu objeto de trabalho, que se realiza, principalmente, no âmbito das políticas sociais do Estado capitalista, como formulação orientadora da pesquisa que resulta nesta dissertação. De outro, ao estabelecer relações entre as requisições e demandas com as atribuições e competências profissionais do(a) assistente social inserido no trabalho coletivo.

De fato, a discussão de atribuições privativas e competências profissionais, no âmbito do Serviço Social, foi objeto de discussões importantes pelas organizações da categoria profissional, como também no âmbito acadêmico. Expressa o amadurecimento da profissão historicamente e, em especial, a partir de seu processo de renovação crítica que aqui remete-se, em particular, a meados dos anos 1970 e seu adensamento nas décadas seguintes⁵² em torno da consolidação do que a categoria profissional denomina como projeto ético-político profissional. Não cabe, em função do que aqui se expõe, remeter a todo o debate que acompanha essa formulação, mas trata-se do reconhecimento da profissão com um projeto próprio, com fundamentação teórico-crítica, sustentado em suas regulamentações profissional e ética (Lei de Regulamentação da profissão e Código de Ética), além de normativas e regulamentações que sustentam as políticas sociais, e nas diretrizes para a formação profissional. (CFESS, 1993; Brasil, 1993) Sustentado na articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o projeto ético-político profissional demarca seu compromisso intransigente com a defesa dos interesses da classe trabalhadora e dos direitos sociais e humanos. (CFESS, 2012; 2020; Iamamoto, 2009; 2012).

⁵² Considera-se o Congresso da Virada, ocorrido em 1979, embora outras experiências viessem sendo desenvolvidas em meados daquela década (Netto, 2009); bem como a obra seminal de Iamamoto e Carvalho (2011), publicada em 1982 como marcos significativos desses processos.

Dessa forma, as atribuições privativas e as competências profissionais são orientadas por esse projeto, considerando, no entanto, a “indissociabilidade entre trabalho e profissão”, ao “elucidar a natureza da profissão” (Raichelis, 2020, p.). Tal perspectiva exige que se considere, de um lado, a profissão, nos marcos da ordem monopólica, a partir da divisão social e técnica do trabalho; em sua fundamentação teórico-crítico e nas regulamentações profissionais que a orientam e que aproximam o(a) assistente social de um(a) profissional liberal, cujas características centrais podem ser expressas pela:

singularidade na relação com usuários e usuárias; caráter não rotineiro de seu trabalho; competência para formular propostas de intervenção fundamentadas em conhecimentos teóricos e técnicos; presença de uma deontologia e de um Código de Ética; formação universitária avalizada por credenciais acadêmicas (diplomas, títulos); regulamentação legal que dispõe sobre o exercício profissional, atribuições privativas e fóruns para disciplinar e defender o exercício da profissão, por meio de entidades de representação e fiscalização profissional (VERDÈS LEROUX, 1986; YAZBEK, 2009). (*apud* Raichelis, 2020, p. 14).

Se essas características imprimem um caráter de autonomia à profissão (Iamamoto, 2009; 2012; Raichelis, 2020), essa é demarcada, no entanto, como “autonomia relativa”, pois, também vincula-se aos “constrangimentos do trabalho assalariado” (Raichelis, 2020, p. 13), já que, nesta condição de assalariamento, são contratados(as) pelo Estado, em diferentes esferas da federação no país, ou por empresas ou outras organizações da sociedade civil e dessa forma,

[...] a força de trabalho de assistentes sociais transformada em mercadoria só pode entrar em ação através dos meios e instrumentos de trabalho que, não sendo propriedade desses/as trabalhadores/as, devem ser colocados à disposição pelos empregadores institucionais públicos ou privados: infraestrutura humana, material e financeira para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e um conjunto de outros requisitos necessários à execução direta de serviços sociais para amplos segmentos da classe trabalhadora ou para o desenvolvimento de funções em nível de gestão e gerenciamento institucional. Esse processo subordina o exercício profissional às *requisições institucionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada*. (Raichelis, 2020, p. 16 – grifos nossos).

Essas formulações centrais, trazidas por Raichelis (2020), atendendo a demandas do conjunto CFESS/CRESS, como instância organizativa da categoria profissional, vem atualizar e complementar as proposições anteriores, encaminhadas principalmente a partir dos anos 2000, quanto às atribuições privativas e as competências profissionais para o Serviço Social. Uma contribuição destacada que lhe é anterior foi formulada por Yamamoto, em comunicação de 2001 (Iamamoto, 2012)⁵³. Em ambas se depreende como as atribuições e competências não são

⁵³ No âmbito do debate sobre as atribuições privativas e competências profissionais do assistente social, em proposição pelo CFESS à época, Yamamoto (2001) proferiu palestra, cujos conteúdos foram revisados e publicados sob o título “*Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade*” em 2002 e, posteriormente, republicado em 2012 como parte integrante da brochura “Atribuições privativas do(a) assistente social em questão (CFESS, 2012).

dadas apenas pelas “demandas já consolidadas”, mas como se movem a partir de potencialidades que se colocam historicamente ao Serviço Social, acompanhando a própria realidade, exigindo o “distanciamento crítico do panorama ocupacional [...] [para delas se] apropriar (Iamamoto, 2009, p. 4).

Há, assim, em ambas as formulações a preocupação em superar a endogenia de abordagem restrita à profissão para que se tome o trabalho de assistentes sociais na totalidade em que se inscreve, considerando a questão social como sua matéria, mediada pelas políticas sociais.

Em outros termos, passar da análise da profissão para o seu processamento no âmbito dos processos e relações de trabalho representa um salto importante. Incorporam os avanços teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos acumulados nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, abre um leque de possibilidades, ainda não integralmente exploradas, no sentido de afinar, com maior rigor, as propostas analíticas sobre o Serviço Social com as provocações e desafios enfrentados no dia a dia do trabalho cotidiano. Supõe considerar a inserção do assistente social nos organismos institucionais, públicos e privados, como parte de uma organização coletiva do trabalho empreendida pelos empregadores, o que interfere no conteúdo, nas formas assumidas pelo seu trabalho e nos seus resultados. *Eles estabelecem as condições sociais em que se dá a materialização do projeto ético-político profissional em contextos profissionais específicos. Isso traz um campo enorme de mediações que particularizam as funções, competências e atribuições do assistente social e as atividades desenvolvidas.* Ainda que dispondo de uma relativa autonomia técnico-profissional e ética na sua condução de seu trabalho no âmbito de organismos institucionais públicos e privados — empresariais ou não, *eles também estabelecem metas a atingir, detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização* — salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. Mais ainda, oferecem o *back-ground* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva. Portanto, articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados. (Iamamoto, 2012, p. 45-46).

É possível apreender, portanto, as *requisições profissionais* como da ordem do que são requerimentos e exigências ao trabalho de assistentes sociais pelos empregadores e que condicionam a realização de seu trabalho. De outro,

as atividades desenvolvidas sofrem outro *vetor de demandas: as necessidades dos usuários, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais*, reelaboradas na ótica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. (Iamamoto, 2012, p. 46)

É, deste ponto de vista, que se considera importante problematizar as *requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico*, isto é, considerando a “*tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho.*”

(Iamamoto, 2009, p. 16). Cabe reconhecer, nessa direção, que o(a) “assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço [...] dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. (Iamamoto, 2009, p. 19 – grifos nossos). Portanto, o espaço sócio-ocupacional deve ser visto como

[...] produto histórico, condicionado tanto: a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. Essa afirmativa fundava-se no reconhecimento de ser o trabalho profissional tanto resultante da história quanto dos agentes que a ele se dedicam. Se a correlação de forças entre as classes e grupos sociais cria, nas várias conjunturas, limites e possibilidades em que o profissional pode se mover, suas respostas se forjam a partir das marcas que perfilam a profissão na sua trajetória, da capacidade de análise da realidade acumulada, de sua capacitação técnica e política em sintonia com os novos tempos. (Iamamoto, 2009, p. 3-4).

E, ainda, quando se considera a questão social como o objeto do trabalho profissional dos(as) assistentes sociais, torna-se essencial reter as inflexões que têm recebido, identificando suas múltiplas expressões como necessidades sociais dos sujeitos que procuram os espaços sócio-ocupacionais nos quais se materializam as políticas sociais. No contexto de estratégias do capital e de ações do Estado metamorfoseadas para atender o contexto de crises,

[...] a *questão social* e as ameaças dela decorrentes assumem um caráter essencialmente *político*, cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade. A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicaliza a *questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre consentimento e rebeldia*, o que certamente encontra-se na base da tendência de ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social na última década. (Iamamoto, 2009, p. 2).

As expressões da questão social estão associadas, portanto, ao contexto econômico-político mais amplo. Desse modo, são impactadas a depender do contexto a ser vivenciado, não sendo imutáveis. Há momentos em que o acirramento das expressões da questão social torna-se mais intenso. Acerca disso, Raichelis (2020) explicita:

A crise do capitalismo que teve início nos anos 1970 e se estende até a atualidade indica que estamos diante de um processo mais abrangente, que invade todas as dimensões da vida social, mergulhando a questão social em um complexo de novas determinações, que rebatem no trabalho de assistentes sociais e, portanto, nas atribuições e competências profissionais (Raichelis, 2020, p. 19)

De forma complementar, Raichelis comenta sobre a convocação de assistentes sociais “a intervir nas mais agudas e dramáticas manifestações da questão social, que se renovam e se atualizam nas diferentes conjunturas sociopolíticas. Trata-se de novas e antigas questões decorrentes da desigualdade social em suas múltiplas faces e dimensões [...]”. (Raichelis, 2020,

p. 35-36). Desse modo, em contextos de crises capitalistas, a questão social também se recoloca e isso é verificado a partir das estratégias do capital e do Estado, como, por exemplo, mais recentemente, a partir da condução econômico-política de traços ultraneoliberais. Esse cenário é intensificado a partir da pandemia de Covid-19. Entende-se, então, que o momento atual da questão social e de suas expressões é marcado por seu recrudescimento e, conseqüentemente, é sobre esse contexto, ao qual se soma a pandemia, que se desenvolve o trabalho de assistentes sociais.

Frente a essas considerações iniciais, torna-se possível tratar das *requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais*, com as características que o atravessam também em função do contexto da pandemia de Covid-19 que, como se viu até aqui, não apenas expressou, mas também promoveu maior recrudescimento desses processos. Esta discussão remete diretamente ao conteúdo das atividades desenvolvidas no âmbito de distintos processos de trabalho, nos quais se inserem os(as) profissionais como trabalhadores(as). Trabalho esse que é mediado por áreas diferenciadas de política social (considerando que a maioria dos trabalhos selecionados se voltam para a esfera estatal) e, portanto, expressam as características do Estado capitalista, em sua face mais recente e nas particularidades da realidade brasileira.

Cabe aqui lembrar que o(a) assistente social trabalhador(a) da esfera estatal não exerce um trabalho produtivo, e sim improdutivo. No entanto, cabe retomar a concepção de Antunes (2009) acerca de uma nova morfologia da classe trabalhadora que inclui os assalariados do setor de serviços, de modo que este(a) trabalhador(a) vivencia os constrangimentos do trabalho assalariado assim como o conjunto da classe trabalhadora, mesmo que seu trabalho não seja produtivo. Inclui-se, aqui, como parte dos constrangimentos, o assolamento da esfera estatal por contrarreformas e pela denominada administração gerencial (Brasil, 1995; Behring, 2003).

Consta neste conjunto de trabalhos organizado sob esta temática, duas produções, em relação as quais foi possível identificar o trabalho conduzido por uma ONG, voltado à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na política de Assistência Social Especial (Almeida, 2022) e um outro que comenta os dados de 25% de assistentes sociais entrevistados(as) como vinculados a Organização Social (OS) na política de Saúde. No primeiro deles, a autora problematiza a gestão em organizações dessa natureza, realizando uma crítica quanto à adoção de um “mecanismo de *autocontrole e gerenciamento do que é possível realizar* dentro da realidade pela qual passa o terceiro setor, superinflado pelas demandas reprimidas do Estado, vê-se como *saída a fragmentação do público-alvo dessas instituições*” (Almeida, 2022, p. 6 – grifos nossos). Fragmentação esta realizada, por exemplo, a partir de critérios que expressam a seletividade e focalização dos serviços a serem prestados, sob avaliação baseada em modelo

biomédico e supostamente frente aos recursos que estariam disponíveis institucionalmente. (Almeida, 2022). Já, na outra produção identificada, Moreno e Wanderley (2022) evidenciam que as requisições ao trabalho de assistentes sociais é marcado por um viés burocratizante que caracteriza a gestão da Organização Social (OS).

Como todas as demais produções que são analisadas aqui, sob a temática de requisições e demandas, se voltam para o trabalho de assistentes sociais no âmbito estatal, considera-se importante fazer esta demarcação frente a essas duas outras experiências contemplando as Organizações da Sociedade Civil (OSC).⁵⁴ Isto porque a natureza dessas instituições deve ser objeto de problematização, considerando os objetivos a que atendem, em suas especificidades. Como observa Iamamoto (2009),

Ainda que as características do trabalho concreto exercido por esse profissional sejam as mesmas nos vários espaços de trabalho [...] Quando a preocupação é elucidar o significado social desse trabalho no processo de reprodução das relações sociais, é decisivo considerar as particulares condições e relações sociais que emolduram o trabalho profissional para clarificar seus efeitos nos processos sociopolíticos e culturais e no circuito global de (re)produção do capital (Iamamoto, 2009, p. 16- 17).

O que pretende-se elucidar é que, apesar dos elementos em comum para a categoria de assistentes sociais, há particularidades que tangem aos espaços sócio-ocupacionais que estes ocupam. As Organizações Sociais se orientam por interesses outros que não se equivalem aquele realizado pelo Estado – mesmo que nesse, como já exposto, venha prevalecendo medidas e condução das políticas sociais sob critérios de seletividade e focalização adequados à condução (ultra)neoliberal. A advertência de Iamamoto (2009) se coloca então no sentido de apreender o significado do trabalho aí realizado, bem como instiga a pensar em como se dão as relações estabelecidas, por exemplo, na compra da mercadoria força de trabalho de assistentes sociais. Assim, a autora observa:

Os projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica central que os diferenciam: não se movem pelo interesse público, e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto do assistente social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento –, o sentido e resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência. (Iamamoto, 2009, p. 30).

Tratar desses distintos espaços sócio-ocupacionais nos quais se materializa o trabalho de assistentes sociais implica considerar, de um lado, as diferentes determinações e condicionantes do mundo do trabalho na atualidade, cujas marcas centrais são, ao lado do

⁵⁴ A respeito conforme nota de rodapé de nº. 48

desemprego e da precarização do trabalho, as inflexões imputadas à organização dos processos de trabalho e que incidem sobre as relações e condições de trabalho estabelecidas, como já exposto. E, de outro lado, como também apresentado anteriormente, as características que tais espaços sócio-ocupacionais assumem frente à retração do Estado a partir das orientações econômico-políticas ultraneoliberais e que repercutem diretamente na gestão das políticas sociais, marcadas pelo subfinanciamento e sucateamento.

De forma complementar, o horizonte de análise necessita reconhecer também como se forja a questão social em suas expressões na atualidade frente a essas determinações e condicionantes já problematizados, frente a esses processos:

Ela é indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe – acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais –, às quais não estão imunes as políticas sociais públicas. O consenso de classe é alimentado pela mídia, pelas iniciativas empresariais no marco da reestruturação produtiva e da responsabilidade social, pela ampla re-estruturação gerencial do Estado brasileiro, condensada na contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003) e correspondentes políticas sociais. Estas passam a organizar-se mediante o crivo da privatização, focalização e descentralização, terreno onde se inscreve predominantemente o trabalho dos assistentes sociais. Verifica-se uma radical reorientação do gasto público em favor do grande capital financeiro e em detrimento da economia política do trabalho. (Iamamoto, 2009, p. 2-3).

Frente ao exposto, verifica-se que as *requisições e demandas ao trabalho* de assistentes sociais encontram vinculação com a ordem social, suas determinações e condicionantes, como contexto no qual eclode e se desenvolve a pandemia de Covid-19. Se esta última não se constitui na determinação central desses processos, também é evidente que trouxe novos desafios e questões a serem problematizadas, o que envolve as requisições e demandas profissionais. E, de fato, este é o eixo temático onde foi identificada o maior número de trabalhos, representado por 23 produções, que são expressas, de forma discriminada, no Quadro 3 apresentado em sequência.

Observa-se, como explicitado no Quadro 3, que entre a produção acadêmico-profissional selecionada, a que é representada por maior número de trabalhos é relativa à área de Saúde, com 15 produções. Segue a política de Assistência Social, com 5 trabalhos. E complementa-se com dois trabalhos não vinculados a políticas sociais específicas e 1 na área de Educação. Tendo em vista estas características, optou-se por apresentar a exposição da análise realizada de acordo com cada política social separadamente a partir de suas especificidades.

Quadro 3 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo requisições e demandas, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) (Continua – 1/3)

| Base | Autor | Título | Política Social | Espaço sócio-ocupacional |
|--------------------|----------------------------------|--|--------------------|--|
| Anais do XVII CBAS | Almeida, Lemos, Biancardi (2022) | O assistente social como ator da vigilância socioassistencial: relato de experiência na pandemia do Covid-19 do município de Oliveira/MG | Assistência Social | Oliveira/MG |
| | Veloso <i>et al.</i> (2022) | Atuação do assistente social na atenção hospitalar em tempos de pandemia: desafios e possibilidades interventivas | Saúde | Enfermarias cirúrgicas HU/UFJF |
| | Santos, Calleia (2022) | Entre um futuro incerto e um presente desafiador: O Serviço Social na atenção primária de Juiz e Fora no contexto da pandemia da Covid-19 | Saúde | Atenção primária – Juiz de Fora/MG |
| | Almeida (2022) | Sistematização da prática profissional do assistente social no serviço de residências inclusivas da proteção social especial de alta complexidade no contexto de pandemia | Assistência Social | Acolhimento institucional a PcD em OSC – Distrito Federal |
| | Silva, Silva (2022a) | Serviço Social e pandemia: perspectivas e desafios para a atuação na política de saúde | Saúde | Policlínica de saúde |
| | Gomes, Cruz (2022) | Serviço social e educação em tela: a in(ex)clusão digital e o fazer profissional nas ações da Assistência Estudantil no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) a partir da pandemia da Covid-19 | Educação | Assistência Estudantil Instituto Federal da Paraíba (IFPB) |
| | Nascimento, Medeiros (2022) | Lutas e desafios do serviço social na saúde em um hospital na região do seridó potiguar: As incongruências do exercício profissional no contexto da pandemia da Covid-19 | Saúde | Hosp. Municipal Dr. Clóvis Avelino (HMCA), Santana do Matos/RN |
| | Silva <i>et al.</i> (2022) | Dificuldades na atuação do(a) assistente social nas unidades de pronto atendimento e hospitais de campanha durante a pandemia da Covid-19. | Saúde | UPA e hospitais de campanha |
| | Rocha (2022) | Trabalho do assistente social num hospital de urgência e emergência em tempos de pandemia da Covid-19: algumas reflexões e considerações | Saúde | Hosp. Municipal Djalma Marques (HMDM) São Luís/MA |
| | Rocha, Moreira (2022) | A atuação de assistentes sociais na atenção à saúde de pessoas que vivem com HIV em meio à pandemia da Covid-19 | Saúde | Hosp. de referência a doenças infectocontagiosa |

Fonte: elaboração própria (A autora, 2024)

Quadro 3 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo requisições e demandas, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) (Continua – 2/3)

| Base | Autor | Título | Política Social | Espaço sócio-ocupacional |
|----------------------|------------------------------------|---|--------------------------------------|--|
| Anais do XVII CBAS | Morena, Wanderley (2022) | O retrato de uma profissão: os desafios do trabalho profissional do assistente social em tempos de pandemia da COVID-19 | Saúde | Hospitais de campanha e hospital público da cidade de São Paulo/SP |
| | Alvarenga <i>et al.</i> (2022) | O serviço social no contexto de pandemia da Covid-19: o caso do Hospital Estadual Dório Silva/ES | Saúde | Hospital Estadual Espírito Santo/ES |
| | Saraiva (2022) | Proteção social do SUAS no contexto da pandemia da covid-19: o que os números contam sobre o CRAS? | Assistência Social | CRAS – a Votuporanga/SP |
| | Herculano (2022) | A prática mediadora do assistente social durante o processo de internação hospitalar decorrente da covid-19 | Saúde | Hospital do interior do estado de São Paulo/SP |
| Anais do XVII ENPESS | Silva (2022b) | O serviço social e as requisições institucionais no estado do rio de janeiro em tempos de pandemia do novo coronavírus (sas-cov-2) | Não identificada política específica | Estado do Rio de Janeiro/RJ |
| | Gomes, Taquetti (2022) | Impactos da pandemia no exercício profissional de assistentes sociais na política de saúde no Espírito Santo | Saúde | Espírito Santo/ES |
| | Rodrigues <i>et al.</i> (2022b) | Requisições e respostas profissionais no contexto da pandemia da covid-19: aproximações à realidade da região metropolitana da Baixada Santista | Não identificada política específica | Região metropolitana Baixada Santista-São Paulo/SP |
| | Pinheiro <i>et al.</i> (2022) | O serviço social em tempos de capitalismo pandêmico: o exercício profissional no Sistema Único de Saúde (SUS) na pandemia de Covid-19 | Saúde | Hospital de referência em infectologia/RN |
| | Kilduff <i>et al.</i> (2022) | Crise sanitária e serviço social: implicações da pandemia de covid-19 na reorganização dos processos de trabalho em um hospital universitário | Saúde | Hospital universitário |
| | Ribeiro, Carvalho, Teixeira (2022) | O trabalho da assistente social na saúde: desafios no período de pandemia | Saúde | Saúde Pública Estado do Paraná/PR |

Fonte: elaboração própria (A autora, 2024)

Quadro 3 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo requisições e demandas, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) (Conclusão – 3/3)

| Base | Autor | Título | Política Social | Espaço sócio-ocupacional |
|-----------------------|------------------------------------|---|--------------------|---|
| Katalysis | Del Pra <i>et al.</i> (2021) | As ações profissionais da/o assistente social na atenção primária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19" | Saúde | Atenção primária à saúde (NASF) ⁵⁵ UFSC/SC |
| O Social em Questão | Camargo, Azevedo, Magalhães (2022) | Política de assistência social e pandemia :desafios à atuação profissional do/da assistente social no CRAS | Assistência Social | CRAS – Niterói/RJ |
| Rev. de Pol. Públicas | Carvalho, Carneiro (2021) | A política de assistência social no contexto da pandemia da Covid-19 no Maranhão: entre o desmonte e a essencialidade | Assistência Social | Maranhão/MA |

Fonte: elaboração própria (A autora, 2024)

Considerando o fenômeno da pandemia e a conseqüente situação de emergência sanitária instaurada no país, não é surpresa que a política de Saúde tenha sido intensamente afetada, e dessa forma, significativamente discutida em eventos do Serviço Social e periódicos científicos. É válido considerar, também, toda a questão já colocada anteriormente acerca do desmonte das políticas sociais a partir de uma perspectiva (ultra)neoliberal presente no país principalmente a partir da década de 1990. Desse modo, a pandemia se dá em um contexto, no qual a política de Saúde já se expressava de forma sucateada, a partir do subfinanciamento ocorrido nas últimas décadas e, principalmente, a partir dos cortes de “gastos” promovidos após 2016. Ou seja, diante de uma situação de emergência sanitária, a realidade desses espaços sócio-ocupacionais já encontrava fragilidades, com ausência de recursos materiais e humanos frente ao enfrentamento de um contexto grave como o da pandemia, trazendo repercussões aos processos de trabalho coletivos e, certamente, impactando também os(as) assistentes sociais neles inseridos(as) e conformando as requisições e demandas que a eles(as) se dirigem.

⁵⁵ À época de elaboração do artigo denominava-se Núcleo de Apoio à Saúde da Família, atualmente alterado para Equipe Multiprofissional (eMulti)

De fato, quando a análise se volta para a questão das requisições, no âmbito das políticas de Saúde, observa-se a centralidade da organização dos processos de trabalho em saúde, envolvendo elementos que dizem respeito a requisições institucionais aos(as) assistentes sociais que estão para além do que é de sua competência e atribuição. Vale considerar que competência diz respeito à “uma aptidão para cumprir alguma tarefa ou função; [...] aptidão, conhecimento ou capacidade em alguma área específica; [...] estar capacitado para realizar algo (Guerra *et al.*, 2016, p. 8), bem como atribuição relaciona-se a “[...] responsabilidade de determinada autoridade, responsabilidade própria de um trabalho, cargo, função ou ofício” (Guerra *et al.*, 2016, p. 5). Desse modo, entende-se que competência circunscreve atividades para as quais assistentes sociais são aptos(as) a realizar, e atribuições diz respeito ao que é especificamente responsabilidade do Serviço Social, de modo que atribuições privativas dizem respeito ao que é privativo do Serviço Social, não podendo ser executado por outro profissional (Brasil, 1993).

A questão das requisições do empregador aos(as) assistentes sociais fez-se recorrente nas produções. Na maioria delas dissertava-se de forma crítica acerca das requisições colocadas, no sentido de compreender se caberiam ou não ao Serviço Social e/ou com algum questionamento a respeito. Exemplo disso é a absorção de competências que seriam comuns a todos, mas atribuídas pela gestão – ou por lacunas deixadas por essa – aos(as) assistentes sociais.

Nota-se, assim, a partir da análise dos trabalhos, uma tendência ao direcionamento de competências, que seriam comuns a todos – sob a lógica da polivalência/multifuncionalidade – serem direcionadas ao Serviço Social, sob os diversos argumentos que perpassam o momento de emergência, a necessidade de que “todos deveriam fazer de tudo” (Moreno; Wanderley, 2022, p. 10); “o que não é de ninguém, é do Serviço Social” (Ribeiro; Carvalho; Teixeira, 2022, p. 14) e que “todos os profissionais inseridos nas equipes deveriam ‘ajudar’” (Pinheiro *et al.*, 2022, p. 5). Essa perspectiva se faz presente, além dos que acabam de ser mencionados, nos trabalhos de autoria de Pinheiro *et al.* (2022); Santos e Calleia (2022); Moreira (2022) e de Nascimento e Medeiros (2022).

Santos e Calleia (2022), por exemplo, trazem a problemática das demandas e requisições sendo demarcadas pela imagem social da profissão, imbuída pelas requisições que lhe deram origem, como um profissional de apoio e subalterno. Nessa perspectiva, colocam que assistentes sociais enfrentam a problemática de absorção de competências comuns a todos, mas que acabavam sendo restritas ao Serviço Social, sob o argumento de que seria em nome da viabilização de direitos dos trabalhadores, assim como Moreira (2022) também observa a imposição de demandas sob a justificativa da situação de emergência.

Na mesma linha, Nascimento e Medeiros (2022), também colocam a questão de que, o que não tinha definição de responsabilidades, esbarrava no Serviço Social. As autoras associaram isso à sobrecarga dos enfermeiros e consequente direcionamento de demandas para o Serviço Social, o que causou embate entre as categorias. Nascimento e Medeiros (2022), acerca disso, explicitam que muitas dessas atividades que não competem ao setor foram realizadas visando que os pacientes não fossem prejudicados, mas afirmam que existia a consciência de que tal ação culminava na descaracterização do Serviço Social na área de Saúde. Acerca disso, destaca-se também Silva *et al.* (2022), que observam como dificuldade “ter que trabalhar basicamente para resolver problemas dos setores” (Silva *et al.*, 2022, p. 6), bem como a fala de um(a) dos(as) assistentes sociais entrevistados(as) que expressa que “[...] 90% dos problemas resolvidos no dia a dia não são de cunho social” (Silva *et al.*, 2022, p. 12). Entende-se, assim, que fazia-se presente a requisição de resolução de falhas e/ou problemas associados a outros setores para assistentes sociais, além de outras problemáticas que não compunham o escopo de competência de assistentes sociais

Santos e Calleia (2022) trazem a perspectiva de que as competências comuns a todos os profissionais, mas que, no entanto, eram direcionados ao Serviço Social, se transformavam em sobrecarga para assistentes sociais, além de colocar a importância de compartilhar estas competências comuns e impor limites quanto à tal situação. Consideram, nesse sentido, que a sobrecarga pode culminar em ações mecanizadas e imediatistas – questão esta que é colocada por Rocha e Moreira (2022), conforme já comentado.

Observa-se que essa imposição de absorção de competências comuns a todos como uma atribuição do Serviço Social ocorre não apenas em momento pandêmico, mas já se expressava como tendência anteriormente. No entanto, apesar de não ser uma questão recente, ao referir-se a uma situação de emergência sanitária, superlotação de hospitais e diversas outras questões que tangem à saúde, entende-se a intensificação deste fenômeno. Também, entende-se que a partir da alta demanda para enfermeiros e médicos neste momento pandêmico, bem como a predominância do modelo biomédico e biológico, há uma tendência em resvalar para o Serviço Social atividades que não se configuram clara e/ou diretamente como atribuições ou competências claras de outras categorias profissionais, como a clínica, a administração etc. Concomitantemente, depreende-se que faz-se uso do argumento do momento de emergência e da necessidade de que a população não fique desassistida para que tais requisições colocadas sejam absorvidas. Raichelis (2020) expressa que:

No contexto atual de desregulamentação do trabalho e das profissões, novas exigências se apresentam e requisitam cada vez mais flexibilização, intensificação e polivalência, levando a um quadro de desespecialização e desprofissionalização, que

produz efeitos profundos no conjunto das profissões, entre elas o Serviço Social. A tendência de rotatividade e polivalência produzem a eliminação dos conteúdos das formações disciplinares, como parte de um modelo em que se busca diluir as particulares inserções profissionais em um conjunto de atividades comuns e cada vez mais simplificadas, requisições às quais todos/as os/as profissões devem responder. O Serviço Social não está alheio a esse processo, tanto no sentido da competição e disputa por espaços profissionais nas políticas sociais, pela sua tendência cada vez mais multiprofissional e interdisciplinar, quanto na subordinação dos objetivos, princípios e valores da profissão aos da instituição, do programa, do projeto ou da política social nos quais o/a assistente social se insere (Raichelis, 2020, p. 36).

Essa tendência se expressa através de tais requisições comuns feitas pela instituição, que preza, também, pela polivalência e/ou multifuncionalidade, de modo a abarcar diversas atividades, com a requisição de que se tenha competência para todas elas, o que significa redução de postos de trabalho e inflexões sobre o consumo e controle produtivo da força de trabalho. Raichelis (2022) observa que “O trabalho de assistentes sociais integra, pois, essa dinâmica racionalizadora, com rebatimentos nas atribuições e competências profissionais, cujas tendências se expressam, entre outras, por: crescente rotinização de atividades e padronização dos processos de trabalhos” (Raichelis, 2020, p. 33). Perspectiva essa que já foi apontada anteriormente a partir das contribuições de Cesar e Amaral (1998) e Cesar (2009) que evidenciam essa característica de racionalização do trabalho como própria às estratégias de gestão nos marcos da reestruturação da produção e do trabalho.

Essa problemática pode encontrar ressonância também na perspectiva de “elo invisível” que o Serviço Social acaba por cumprir, como formulado por Costa (2006), ao observar

Em suma [...] tudo o que compromete, dificulta ou prejudica a qualidade do atendimento ao usuário é passível da mediação do assistente social, independentemente do local de ocorrência: seja no laboratório de análises clínicas da unidade, na farmácia, no serviço de nutrição [copa e cozinha], nas enfermarias, lavanderia ou até na esfera mais privada das relações sociais e relações de trabalho, por ocasião de problemas entre usuários e equipe etc. Esse dado também demonstra que a participação dos assistentes sociais nos processos de trabalho nas instituições de saúde tem a singularidade ‘repor’ (ante a impossibilidade de recompor), com a sua ação, as lacunas da parcialização, fragmentação, superespecialização e terceirização do trabalho. (Costa, 2006, p. 47).

Importa analisar esta formulação criticamente, pois caso toda a questão que, em alguma medida, comprometa o acesso do usuário a um atendimento qualificado em saúde, acaba por ser creditada ao Serviço Social, responsabilizando-o pelo que diz respeito a outros setores, especialidades, concomitantemente ao que já se responsabiliza assistentes sociais, por problemáticas que estão para além da instituição e que são, por vezes, estruturais às próprias relações sociais de produção e reprodução social capitalistas. E, ainda, questões que, na verdade, demandam atuações e reivindicações coletivas, tanto entre categorias, quanto associando-se aos demais movimentos sociais. Se em tempos distintos ao contexto pandêmico,

tal questão fazia-se presente, pode ser inferida sua acentuação pela pandemia, em que a superlotação, a precarização, a insuficiência de recursos são exacerbadas, e o Serviço Social é requisitado e demandado a atuar nestes “elos invisíveis” (Costa, 2006, p. 47).

Tem-se, então, o Serviço Social sendo requisitado pelas instituições, e por vezes, demandado por usuários, para realização de ações fora do seu escopo de competência e atribuições. Nascimento e Medeiros (2022) trazem alguns exemplos dessas requisições:

[...] regulação de leitos da Covid-19; distribuição de máscaras para os funcionários do hospital; repasse para familiares de quadro clínico de pacientes com covid-19; preenchimento de Declaração de óbito (DO), comunicação de óbitos, e organização de viagens de pacientes para outras unidades hospitalares (Nascimento; Medeiros, 2022, p. 4)

Já Moreno e Wanderley (2022, p. 9), também dissertando acerca das requisições atribuídas equivocadas aos(as) assistentes sociais, ressaltam que estas “reforçam um viés clínico e burocratizante do exercício profissional” Colocam, assim, como requisições institucionais mais frequentes, respectivamente:

convocação de familiares para atendimento da equipe multiprofissional; [...] solicitação de ambulância; [...] comunicação do boletim médico para os familiares/responsável; [...] entrega dos pertences do paciente para os familiares/responsável; [...] recebimento de pertences dos familiares/responsável para os pacientes; [...] transferência hospitalar; [...] agendamento de exame ou consulta; [...] preenchimento de declaração de comparecimento; [...] comunicação de óbito para os familiares/responsável (Moreno; Wanderley, 2022, p. 9).

Na mesma direção, Alvarenga *et al.* (2022) mencionam requisições – da alçada de gerências e/ou administrativas – como, por exemplo, aquelas referentes à suspensão de visitas à usuários(as) internados, bem como de gerir a guarda de seus pertences; de repasse de informações aos familiares sobre atendimentos prestados por outras especialidades aos(as) usuários(as), ressaltando ainda a imposição de responder às requisições com celeridade. Soma-se a tais perspectivas as requisições colocadas por Gomes e Taquetti (2022), ao dissertar acerca das demandas que chegam ao CRESS do Espírito Santo através de assistentes sociais que o procuram em busca de orientações frente às requisições que fogem às atribuições e competências profissionais. Para essas autoras, tais requisições impostas aos(as) assistentes sociais caracterizam-se como respaldadas tanto por uma visão messiânica da profissão, sustentada em argumentos como “aptidão social” ou “jeitinho com o usuário” (Gomes; Taquetti, 2022, p.8); quanto a partir de uma visão subalternizada acerca de assistentes sociais, em uma tentativa da instituição empregadora de justificar as requisições que erroneamente lhes são atribuídas, o que retoma a visão aqui anteriormente exposta, a partir de Yamamoto (2000), acerca de atravessamentos da tradição católica que atravessou a profissão. Acerca da visão messiânica, as autoras colocam as seguintes requisições:

1) Comunicação de óbito; 2) Pesquisa de satisfação; 3) ‘Controle’ de visitas e acompanhantes; 4) Orientação para medicação externa; 5) Monitoramento comportamental de usuários/as frente às ‘regras da instituição’; 6) ‘Manejo’ de crises emocionais e 7) Ações de cunho fiscalizatório da vida dos usuários (Gomes, Taquetti, 2022, p. 8).

Já sob uma perspectiva da profissão como subalterna, tem-se:

1) Controle de agenda de médicos/as; 2) Atendimento em SAC; 3) Impressão, recorte e distribuição de tíquetes de alimentação; 4) Levantamento de orçamentos de ambulância; 5) Fazer cópias de documentos, prontuários, para pacientes que requisitam; 6) Realizar troca de receitas; 7) Controle de vestimenta e conduta de acompanhantes; 8) Fornecer declarações diversas, não diretamente ligadas ao trabalho do/a assistente social; 9) Marcação de consultas e exames e 10) Responsabilidade em organizar eventos recreativos (Gomes, Taquetti, 2022, p. 9).

Ribeiro; Carvalho; Teixeira (2022) também perpassam a perspectiva da visão subalterna do Serviço Social como associada às requisições:

[...] isso também leva a falta de conhecimento a respeito das atribuições e competências do Serviço Social por parte de outros profissionais, o que resulta na solicitação de ações incompatíveis com o trabalho profissional de assistentes sociais (Ribeiro, Carvalho, Teixeira (2022), p. 14).

Além destas, outras requisições são colocadas:

1) Participação em barreira sanitária; 2) Guarda de pertences (achados e perdidos) e de chaves de sala morgue (necrotério); 3) Armazenamento e entrega à autoridade policial de projéteis e objetos perfurocortantes extraídos em intervenção cirúrgica; 4) aferir temperatura durante a pandemia e realizar pesagem para monitoramento do Programa Bolsa Família (Gomes, Taquetti, 2022, p. 9).

Kilduff *et al.* (2022) comentam sobre requisições semelhantes e estratégias para seu enfretamento e/ou resolução. Citam a comunicação de óbito; a participação na triagem no período de maior pico, no qual criaram protocolos para se ater somente ao que era de sua atribuição; a recepção das famílias convocadas para informação de óbito, o que foi ressignificado e transformado em um espaço multiprofissional, se atendo ao que era de sua atribuição, e, de forma geral, afirmou-se as competências profissionais e atribuições privativas no que diz respeito às informações de quadro clínico de pacientes.

Entende-se que a experiência colocada pro Kilduff *et al.* (2022) considerou o que é colocado pelo CFESS (2010), acerca da possibilidade de:

construir e implementar, junto com a equipe de saúde, propostas de treinamento e capacitação do pessoal técnico-administrativo com vistas a qualificar as ações administrativas que tem interface com o atendimento ao usuário, tais como: a marcação de exames e consultas, e a convocação da família e/ou responsável nas situações de alta e óbito (CFESS, 2010, p. 53).

Desse modo, a partir do que trazem Kilduff *et al.*, entende-se que, apesar de serem identificadas requisições que não caberiam ao Serviço Social, fazendo sua devida crítica, os(as) assistentes sociais usaram de estratégias para, frente ao que lhe é requisitado, se ater ao que é

de sua atribuição e competência. Por exemplo, não é atribuição do(a) assistente social comunicar óbito; no entanto, o(a) assistente social também pode ter participação neste processo, como as orientações previdenciárias, para auxílio-funeral e o acolhimento às famílias enlutadas. A partir da requisição de envolvimento na informação sobre óbitos, os(as) assistentes sociais ressignificaram a atribuição e a transformaram, em um espaço multiprofissional, em que cada categoria possa realizar o que lhe compete.

É válido considerar a perspectiva basilar desta dissertação: aqui considera-se o Serviço Social como um trabalho. Isso significa recusa à perspectiva endógena do Serviço Social, limitando-se a si mesmo, entendendo a profissão como trabalho assalariado, inserida na realidade e não alheia ao que lhe circunda (Iamamoto, 2000). A partir, principalmente, da década de 1980, a categoria atenta-se para a importância de considerar a dinâmica e as relações de poder das instituições, como também associadas ao exercício profissional, em uma perspectiva de totalidade (Iamamoto, 2000). Isso significa que as relações institucionais de poder interferem no trabalho e, ao considerar ser o(a) assistente social um(a) trabalhador(a) assalariado(a), está sujeito a uma relação em que a correlação de forças está presente. Retoma-se, então, a perspectiva colocada por Yamamoto (2009, p. 17), acerca da contradição entre a submissão ao poder do empregador e as demandas da população usuária, reconhecendo-a como sujeito de direitos, de modo que “[...] o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho.”

Desse modo, negar-se a fazer tudo o que lhe é requisitado não é uma possibilidade palpável, mesmo que o(a) assistente social esteja sob um regime de trabalho seguro, o estatutário, visto que, ainda assim, a correlação de forças está presente. Desse modo, cabe aos(as) assistentes sociais utilizarem de estratégias para que, concomitantemente, mantenha-se a ética, de forma que atue em atividades que são de sua competência, e reafirmem as atribuições do Serviço Social e o seu lugar na instituição, mas também para que não ocorra constantemente a negação em realizar o que é solicitado pela instituição.

Soma-se ao que foi colocado o trabalho de Pinheiro *et al.* (2022, p.5), que colocam que “As/os assistentes sociais foram requisitados(as) por gestores e equipes a realizar atividades de cunho técnico administrativo”, sendo as mais frequentes:

[...] ligar para as famílias para comunicar transferências e saídas para realização de exames; ligar para solicitar documentação, medicações, materiais de higiene e exames que as unidades não dispunham; foram requisitados ao repasse das informações clínicas, os chamados boletins médicos; realização de chamadas de vídeo para as famílias de pessoas em isolamento; a guarda de pertences dos usuários em isolamento;

realização de regulação de exames, ambulâncias e leitos hospitalares (Pinheiro *et al.*, 2022, p. 5)

Assim, verifica-se a presença de requisições que são feitas aos(as) assistentes sociais em função de lacunas e fragilidades da própria gestão pública, concomitantemente ao que são chamados a atuar em atividades de suporte em ações das áreas clínica e administrativa. São observadas, também, requisições de cunho policialesco e fiscalizatório, a exemplo do controle de visitas e acompanhantes e monitoramento comportamentais (Gomes, Taquetti, 2022, p. 8). Acerca das requisições de enquadramento e controle, reforçando a concepção do(a) assistente social como profissional da coerção e do consenso, Raichelis (2020) expressa:

Esse é um contexto que favorece a retomada de requisições históricas dirigidas ao Serviço Social, de enquadramento, disciplinarização e controle das classes e grupos subalternos, que reforçam a perspectiva do/a assistente social como profissional da coerção e do consenso, como analisou Iamamoto em 1982. Embora estas requisições não sejam novas, ao contrário, estão presentes desde a gênese do Serviço Social, elas aparecem hoje refuncionalizadas e atualizadas, recebem novos influxos com a incorporação, pela esfera estatal, de modelos de gestão e organização do trabalho típicas da empresa capitalista.” (Raichelis, 2020, p. 36).

Entende-se, assim, a ocorrência de uma espécie de recolocação de uma imagem profissional do(a) assistente social vinculada ao passado da profissão e de seu reconhecimento na sociedade, que são refuncionalizadas principalmente a partir da vivência de emergência sanitária culminada por uma pandemia. Retoma-se, aqui, o colocado anteriormente por Cesar (1998), que traz as novas exigências postas ao trabalho de assistentes sociais, que incluem a necessidade de ampliação de conhecimento e o domínio de tarefas executadas por toda equipe. Dessa forma, requisitam ações administrativas e ações que seriam comuns à todas as outras categorias, mas que, na verdade, recaem apenas para o Serviço Social. Para além disso, como colocado pelas autoras, usufrui-se do argumento da necessidade de cooperação e do “jeitinho” (Gomes; Taquetti, 2022, p.8), que também relaciona-se com a exigência de um perfil comportamental que propicie a manutenção de uma atmosfera positiva no ambiente de trabalho, além da cooperação e esforços adicionais, de modo a realizar mais do que é demandado, junto à exigência de flexibilidade e dinamismo (Cesar, 1998). Dessa forma, sob o argumento da cooperação, requisita-se um profissional flexível ao que lhe é requisitado e demandado, sem confrontos e questionamentos. Destarte, argumentos como estes podem ser utilizados em uma tentativa de fundamentar requisições que não são de competência do Serviço Social. Assim, faz-se presente a multifuncionalidade e a polivalência, com a exigência de que se cumpram múltiplas funções, inclusive daquelas que não são atribuições de assistentes sociais (Cesar, 1998): um perfil com forte relação com o contexto de reestruturação, que atinge também o setor público, principalmente a partir da reforma gerencial.

Del Pra *et al.* (2021) comentam que se somam às requisições a exigência de distribuição de alimentos, arrecadados voluntariamente, para os usuários em situação de vulnerabilidade que residem no território circunscrito pelos centros de saúde. No entanto os(as) assistentes sociais sugeriram que tal distribuição fosse feita pela política de Assistência Social. É possível perceber que nesta requisição faz-se presente a supracitada imagem da profissão que remete às “protoformas do Serviço Social no Brasil” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 140) e entendendo que “[...] posturas e comportamentos messiânicos e voluntaristas tem a ver com a forte marca da tradição católica oriunda das origens da profissão” (Iamamoto, 2009, p. 59), cujos traços da imagem social da profissão perante a sociedade, e também das instituições, ainda permanece, sendo necessária a desmistificação.

Rocha (2022) a respeito de tais requisições coloca que tanto a instituição quanto familiares de usuários apresentavam demandas que não eram da atribuição de assistentes sociais, mas ratifica que os(as) assistentes sociais posicionaram-se contra elas. Um exemplo é a exigência de repasse de informações sobre usuários internados a seus familiares. Rocha (2022) explicita que o Serviço Social manteve-se sem repassar tais informações, somando-se a estratégia de organização da modalidade da visita virtual de familiares à usuários internados, questão esta que perpassa a discussão das TICs como antes apresentado. A partir disso, entende-se as críticas às requisições colocadas ao Serviço Social que fogem à competência da categoria profissional, no sentido de garantir o direito ao(às) usuário(as) de estabelecer uma conversa, diretamente e com trocas, acerca das questões clínicas que os(as) afligiam, especialmente daqueles(as) internados, bem como o direito do(a) próprio(a) assistente social de não prestar serviços incompatíveis com suas atribuições (CFESS, 1993).

Acerca de tais requisições, Herculano (2022), Gomes e Taquetti (2022), Moreno e Wanderley (2022) trazem a questão de o momento pandêmico colocar velhas práticas com novas roupagens. Acerca disso, Soares; Correia; Santos (2021) observam:

Essas requisições não são novas. Reiteram velhas práticas em saúde que concebem as ações da equipe multiprofissional de saúde não médica como mero subsídio ao “ato médico” ou por ele instrumentalizadas. Além disso, também se vinculam às práticas do Serviço Social tradicional ou conservador. Assim, em meio às contradições da política de saúde, com intensa precarização, desfinanciamento, privatização e fragmentação, sem articulação e coordenação de enfrentamento em nível federal, com expressões de uma política genocida ao mesmo tempo que extremamente privatista e ultraliberal, o Serviço Social é requisitado a reproduzir o perfil profissional tecnicista, voluntarista e conservador (Soares; Correia; Santos, 2021, p. 126).

Entende-se, então, a partir dessas autoras, que a problemática de requisições colocadas ao Serviço Social que não dizem respeito às suas atribuições e competências na área da Saúde não se constitui, de fato, em uma novidade, mas podem adquirir novas roupagens. Isso porque

a pandemia coloca uma situação de emergência sanitária, com superlotações, número acentuado de óbitos e sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos humanos e materiais, bem como questões de saúde física e mental aos trabalhadores da saúde, etc. Desse modo, colocam-se tais requisições revestindo-as de argumentos fundamentados na situação excepcional de emergência sanitária, e assim retoma-se os argumentos anteriormente colocados de cooperação, da necessidade de que todos façam de tudo etc., Assim, “reiteram velhas práticas” (Soares; Correia; Santos, 2021, p. 126), mas com novas roupagens.

Observa-se um destaque para, além da gerência de pertences pessoais dos usuários, os repasses de informações clínicas sobre usuários internados e comunicações de óbito. O CFESS (2010), 10 anos antes da pandemia, já havia contribuído para a discussão evidenciando as atribuições que são colocadas para assistentes sociais e que, no entanto, não são atribuições destes trabalhadores:

A equipe de saúde e/ou os empregadores, frente às condições de trabalho e/ou falta de conhecimento das competências dos assistentes sociais, têm historicamente requisitado a eles diversas ações que não são atribuições dos mesmos, a saber: • marcação de consultas e exames, bem como solicitação de autorização para tais procedimentos aos setores competentes; • solicitação e regulação de ambulância para remoção e alta; • identificação de vagas em outras unidades nas situações de necessidade de transferência hospitalar; • pesagem e medição de crianças e gestantes; • convocação do responsável para informar sobre alta e óbito; • comunicação de óbitos; • emissão de declaração de comparecimento na unidade quando o atendimento for realizado por quaisquer outros profissionais que não o Assistente Social; • montagem de processo e preenchimento de formulários para viabilização de Tratamento Fora de Domicílio (TFD)³², medicação de alto custo e fornecimento de equipamentos (órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção), bem como a dispensação destes (CFESS, 2010, p. 46-47).

Observa-se a problemática destas requisições colocadas em momento pandêmico, visto que quase a totalidade de atribuições profissionais que não são de assistentes sociais foram requisitadas, o que é possível verificar na análise das produções em questão. Para além disso, no que diz respeito especificamente ao momento pandêmico, o CFESS reafirma mais recentemente: “A comunicação de óbito não se constitui atribuição ou competência profissional do/a assistente social” (CFESS, 2020, p. 1); “Ao/À assistente social não cabe informar ao/à paciente e/ou seus familiares sobre as condições clínicas de saúde” ; A comunicação de óbito deve ser realizada por profissionais qualificados que tenham conhecimentos específicos da causa mortis dos/as usuários/as dos serviços de saúde” (CFESS, 2020, p. 2)

Da mesma forma, Matos (2021) coloca a tendência de relacionar a resposta à questão da necessidade de informar familiares acerca da situação de saúde como uma contribuição de assistentes sociais, uma colaboração, um acolhimento aos familiares, considerando a especificidade do momento. Outrossim, compreende a imprescindibilidade da informação

acerca do agravo da saúde dos usuários, bem como da qualidade dessa comunicação, de modo que o usuário ou familiares não sejam apenas receptáculos de informações, mas que ocorram trocas – afinal, é necessário não só o repasse de informações, mas de responder às indagações acerca do quadro clínico e/ou do óbito, por parte do profissional que traz as informações. Considerando que assistentes sociais não detêm o conhecimento clínico nem técnico para explicar a *causa mortis*, cabe a presença de um profissional qualificado e que atenda ao direito de uma informação qualificada. Por vezes requisita-se ao(à) assistente social a informação do quadro clínico ou do óbito utilizando como argumento a “aptidão social” (Gomes; Taquetti, 2022, p.8). Tudo isso evidencia ainda mais a importância de impor-se contra tais requisições de informações clínicas e de óbitos, por exemplo, visto que o direito às informações, bem como a ética profissional, não podem ser relegadas, nem mesmo em momento pandêmico e de emergência sanitária.

Por isso, autores como Herculano (2022), Nascimento e Medeiros (2022) e Rocha (2022) colocam a existência de tensionamentos, embates e posicionamentos para demarcar as atribuições e competências, de modo que algumas estratégias foram tomadas, o que permitiu, até mesmo, superações e avanços quanto à tal problemática neste momento pandêmico.

Nascimento e Medeiros (2022) colocam que as requisições incompatíveis ao trabalho de assistentes sociais foram gradativamente sendo distribuídas aos setores respectivamente responsáveis pelas requisições feitas e, ainda, a partir da problemática das demandas e requisições incompatíveis, atualizou-se o documento redigido pelo Serviço Social que disserta sobre atribuições do Serviço Social na instituição, no caso o Hosp. Municipal Dr. Clóvis Avelino (HMCA), bem como foi realizada uma reunião a fim de dissertar sobre as atribuições dos profissionais de Serviço Social, baseando-se na atualização do referido documento Já Rocha; Moreira (2022), surpreendentemente, trazem uma conquista acerca das requisições incompatíveis ao trabalho de assistentes sociais em pleno momento pandêmico: a efetivação do direcionamento das requisições que não eram da atribuição de assistentes sociais às categorias responsáveis e tecnicamente competentes pelas respectivas atribuições, rompendo com a absorção das requisições que não eram de competência da categoria. Entende-se, claro, que a questão das requisições incompatíveis ao Serviço Social não finda, havendo a possibilidade de reincidência. No entanto, tal conquista é inesperada considerando que o momento pandêmico é um contexto adverso no qual as problemáticas tendem a se intensificar, como vem sendo observado. Rocha; Moreira (2022) colocam:

Foi relatado que não só houve aumento nas demandas, mas mudanças e direcionamento de demandas que não são competência da profissão. Diante dessas tensões que historicamente vêm desafiando o trabalho de assistentes sociais na saúde

e que apareceram muito fortemente no contexto pandêmico, uma profissional destaca: ‘[...] Sobre alterações nesses dois anos, conseguimos romper algumas atividades que não eram da nossa competência’ (Questionário 8) (Rocha; Moreira, 2022, p. 7).

Essa mesma tendência é exposta por Alvarenga *et al.* (2022), que relata que, na pandemia, foi possível se desvincular da requisição de guarda de pertences pessoais. Isso porque, como havia uma quantidade relativamente maior de objetos, devido ao volume de internações por infecção por Covid-19, a gestão dos objetos pessoais ficou mais difícil, podendo acarretar descontrole dessa necessidade dos(as) usuários(as) internados. Apesar dessa conquista de desvinculação do Serviço Social desta requisição, a autora coloca que ainda é necessário ratificar que essa não se qualifica como atribuição do Serviço Social. Além disso, outra problemática que os(as) profissionais vivenciavam era a requisição de outras atividades administrativas ao Serviço Social, tendo sido uma conquista, também no contexto pandêmico, a contratação de um auxiliar administrativo do Serviço Social. Acerca disto, relata:

Há muito, era requisitado pelas assistentes sociais auxiliar administrativo para convocação de familiares, solicitação de transporte sanitário, comunicação de transferências, por se tratar de ações de caráter notavelmente técnico-administrativo (CFESS, 2010). E avaliamos que, aquele era o momento oportuno para negociarmos vagas para estes profissionais no setor, visto que demandas desta natureza aumentaram e havia urgência no giro de leito. Assim, foram incluídas duas profissionais, uma efetiva e uma contratada, com carga horária de 30h, para atender as demandas no contexto pandêmico (Alvarenga *et al.*, 2022, p. 6).

Por isso Rocha (2022) complementa, observando que:

Esse contexto exigiu da equipe atenção quanto às exigências e requisições institucionais à profissão, se posicionando pela garantia das normas legais relacionadas ao exercício profissional, ao direito do usuário e seus familiares, contrário às situações e exigências que não estivessem de acordo com as atribuições, se atentando para novas requisições que poderiam surgir, desde que não fossem ações meramente administrativas (Rocha, 2022, p. 6).

Entende-se, assim, que frente a um contexto de emergência sanitária em que as requisições às quais assistentes sociais eram convocados(as) a realizar foram assoladas pela sobrecarga, por um alto número de usuários(as) internados(as) e pela consequente dificuldade de gerência de atividades administrativas, erroneamente atribuídas aos(às) assistentes sociais, foi possível desvincular-se de tais requisições. Entende-se, no entanto, que tal conquista pode não significar que se ponha fim a questões como essas, assim como outras, pois, na maioria das vezes, estão associadas a lacunas presentes na gestão do SUS, de modo que o Serviço Social é, por vezes, convocado a se constituir como o “elo invisível” suprindo tais lacunas (Costa, 2006).

Nesse sentido, cabe se voltar aqui para as demandas de necessidades dos(as) usuários, ainda aqui, no que se refere a política de Saúde; isto é, se detém aqui às questões em torno das demandas advindas da população usuária dos serviços a partir do que é exposto pelos(as) autores(as) nos trabalhos selecionados sob a temática das requisições e demandas –

reconhecendo essas últimas como expressões de recrudescimento de expressões da questão social. Uma questão a ser destacada é a característica do SUS como um sistema único e que se pretende universal, conforme previsto na Constituição Federal. Dessa forma, o contexto da pandemia evidenciou largamente o papel que cumpre para a sociedade brasileira e que nem sempre é considerado, inclusive sob o discurso dominante e alimentado pela mídia que desqualifica o serviço público no país. Desde os anos 1990, sob a dominância do capital financeiro e, com ele, sob o discurso da responsabilidade fiscal, com ajustes fiscais permanentes (Behring; Cislighi; Souza, 2020), os cortes do que denominam como “gastos” foram intensificados e aprofundaram-se após 2016, como já comentado.

A pandemia, contudo, evidenciou a importância do SUS para a sociedade brasileira e, a despeito de toda a gestão em contrário do governo federal, tornou-se o locus para atender a todos, ainda que ao lado dos planos privados de saúde. Esta perspectiva também se faz notar nos trabalhos selecionados, sendo que como acima mencionado, sob a temática das requisições e demandas, a Saúde se constitui como a política social com o maior número de produções identificadas, nas quais é evidenciada a importância de se ter um sistema de saúde público e universal voltado à saúde dos usuários.

Veloso *et al.* (2022) problematizam a suposta diminuição de demandas que surgiriam espontaneamente pelos usuários, tendo em vista a adoção de um modelo de trabalho híbrido, com parte deste sendo realizado remotamente e parte presencial, de modo que entrevistas de avaliação social, por exemplo, eram realizadas de forma remota. A partir disso, Veloso *et al.* (2022) explicitam que a ausência do Serviço Social da enfermagem de forma presencial poderia fazer supor que houve decréscimo das demandas espontâneas, podendo denotar o “esquecimento’ dos profissionais” da área” e/ou uma possível interpretação de que o trabalho do “Serviço Social não era essencial” (Veloso *et al.*, 2022, p. 6). Todavia, essa era uma avaliação aparente, tendo em vista o afastamento físico, pois quando da busca ativa realizada posteriormente pelo Serviço Social, o que se observou foram demandas reprimidas e, inclusive, seu maior volume por parte de usuários(as).

Essa problematização das autoras remete, portanto, para uma das questões que se coloca quando da adoção das TICs nos processos de trabalho em saúde, com a possibilidade de que necessidades de saúde e/ou sociais dos(as) usuários(as) fiquem reprimidas e sem que o Serviço Social delas tenha conhecimento. E, de fato, houve no período um maior volume de demandas, mas na perspectiva de maior procura da população aos serviços do SUS, incidindo, portanto, em termos quantitativos, sem que se alterasse, contudo, o seu conteúdo. Veloso *et al.* (2022) explicitam, portanto, com esse maior volume de demandas ao Serviço Social, o que apontamos

neste tópico – o recrudescimento das expressões da questão social especialmente quanto às mudanças no mundo do trabalho. Como principais demandas são apontados: orientações previdenciárias (benefício previdenciário, auxílio doença) e encaminhamentos para rede socioassistencial (orientação para BPC), sendo destaque, também, a articulação com outros serviços e equipamentos para cuidados pós-alta – por exemplo, contatos com Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), orientações e encaminhamentos junto a instituições que disponibilizam distintos insumos, seja internamente ao SUS, seja intersetorialmente, tais como cadeira de rodas e de banho, requerimentos de fraldas, passe livre, carro de apoio, articulação com Unidade Básica de Saúde (UBS)) entre outros. E, para além do SUS internamente, destaca-se a potencialização dos encaminhamentos ao CRAS, tendo em vista os rebatimentos do adoecimento por Covid-19 e suas consequências mesmo pós-alta, com a necessidade de afastamento do trabalho, tendo em vista sequelas decorrentes que comprometem a capacidade física e/ou mental para o trabalho.

Nascimento e Medeiros (2022), na mesma perspectiva, apontam para as questões relacionadas ao trabalho frente ao adoecimento por Covid-19, como, por exemplo, demandas de usuários(as) infectados(as) por Covid-19, tendo em vista o necessário afastamento do trabalho, e que, como trabalhadores(as), necessitavam de resultados de testagem positiva para Covid-19 e/ou de atestados médicos para que não fossem demitidos. Ressalta-se aqui, que essas demandas estão relacionadas àqueles(as) inseridos no mercado formal de trabalho, cabendo, no entanto, considerar, também os(as) que não dispõem de contratos formais, sendo que essa realidade dificulta ainda mais o provimento das famílias. Frente a essas demandas, destaca-se que nem sempre havia testes de Covid-19 disponíveis e/ou suficientes.

Ribeiro, Carvalho e Teixeira (2022) problematizam a questão das demandas ao Serviço Social, no trabalho analisado, a partir de respostas de entrevistados – de um lado, um entre eles atribui o aumento de demandas relacionado à questão socioeconômica, especificamente à perda do emprego e ao cancelamento dos planos de saúde. Já, outro entrevistado, argumenta o exacerbamento de demandas já existentes, mencionando, inclusive, os cortes na atenção primária à saúde e questões de saúde mental. Nesse último caso, é apontado no trabalho mencionado, o adoecimento de profissionais e consequente afastamento que culminaram em sobrecarga de trabalho para os(as) demais trabalhadores(as) que permaneciam trabalhando (Ribeiro; Carvalho; Teixeira, 2022).

Del Pra *et al.* (2021), reportando-se ao trabalho na saúde, também explicitando acerca de demandas e orientações relacionadas à emprego e renda, colocam em destaque, respectivamente, atendimentos informativos relacionados à operacionalização do auxílio

emergencial, BPC e Bolsa-Família, e demandas relacionadas à situação financeira das famílias, de forma geral; atendimentos e encaminhamentos relacionados aos direitos trabalhistas, considerando que grande parte da população foi dispensada de seus postos de trabalho, e no que diz respeito ao auxílio-doença, visto que as agências do INSS também foram afetadas com necessidade de isolamento social e consequente suspensão dos atendimentos presenciais; orientações sobre acesso a auxílio funeral e outros serviços relacionados ao agravamento da contaminação e da mortalidade por Covid-19, e atendimento e orientações relacionados ao funcionamento dos serviços de saúde, considerando que alguns foram reorganizados durante a pandemia.

Essas demandas que tangem ao mundo do trabalho e a questão da renda remetem à discussão colocada aqui anteriormente. O advento da pandemia intensifica as expressões da questão social. Se questões do emprego e renda se relacionam à emergência sanitária, também dizem respeito a determinações estruturais do país e que, na últimas décadas, como já exposto, foram substantivamente inflexionadas, na realidade brasileira. Também dizem respeito a condicionantes de ações e/ou omissões de governantes, destacando-se, aqui, o governo federal. A própria questão do insuficiente auxílio emergencial, de R\$. 600,00, e seu debate em um contexto de emergência sanitária o evidencia, especialmente nos embates entre o governo de Bolsonaro e as iniciativas parlamentares e/ou de estados da federação. Desse modo, a pandemia já encontra um cenário desfavorável para a classe trabalhadora, de modo que o desmonte das políticas sociais e das políticas públicas de modo geral faz-se presente a partir de ações ultraneoliberais, materializando-se a partir de contrarreformas, sendo que as expressões da questão social referentes à situação do trabalho e renda no Brasil são significativamente impactadas.

Não à toa observa-se significativas demandas, mencionadas nos trabalhos analisados, que dizem respeito ao trabalho precarizado, ao desemprego, à ausência ou diminuição de renda e provimento familiar. A pandemia escancara e intensifica tais expressões da questão social, a partir da necessidade de isolamento social e paralisação das atividades. Considerando as situações de emprego informal, as escolhas colocadas são arriscar-se à contaminação e uma possível morte ou não ter renda para sobreviver. Quanto ao emprego formal, não é possível esquecer que uma parcela da população foi demitida, não mais estando inserindo nesta situação.

Entende-se, a partir das demandas colocadas pelos autores e a partir de um conceito ampliado de saúde (Brasil, 1990) e da consideração da saúde como determinada, também, pelas condições de vida e trabalho (Souza, 2016) que as questões de trabalho e as que tangem à renda colocam-se recorrentemente como demandas da população para a política de saúde. Conclui-se

que são questões que já eram colocadas anteriormente à pandemia, mas que são demandadas em maior quantidade e intensidade em razão do momento pandêmico, em que a necessidade de isolamento social impele parte da população a paralisar as atividades laborativas, o que resvala em seus rendimentos. E, claro, sem relegar a questão de que uma parte da população continua a exercer as atividades laborativas, por vezes arriscando-se à contaminação, sendo essa única opção possível frente às condições de trabalhador(as) assalariado(as).

Já Moreno, Wanderley (2022), debruçando-se sobre o trabalho na saúde, trazem como destaques de demandas no momento da pandemia as orientações quanto aos direitos sociais, reconhecendo-os como tendo maior centralidade, seguidos de rede de suporte familiar, desospitalização, orientações de óbito e situações nas quais identificam negligência a crianças e idosos.

Uma questão importante a ser considerada é aquela relativa ao contexto emergencial da pandemia de Covid-19 que fez com que o sistema público (como também o privado) de Saúde ficasse sobrecarregado e direcionado para o atendimento desta pandemia. Vários outros tratamentos específicos e sob distintas especialidades de saúde, bem como procedimentos da atenção primária, como vacinas diversas (para além da Covid) ficaram relegadas a um segundo plano. Um exemplo de uma questão que pode ter sido relegada é o acompanhamento às pessoas com diabetes, considerando o que coloca Silva, Silva (2022a) a respeito da liderança das demandas ser por kit glicosímetro, com seu aumento entre 2020 e 2021, além de outras. Da mesma forma, a demanda por suplemento alimentar que pode estar relacionada a situações de insegurança alimentar em decorrência de perda de poder aquisitivo. Também se destacam aquelas por insumos, como insulina, suplemento alimentar, fraldas, entre outros – demandas para as quais é requerida a elaboração de laudo e parecer social o que também gerou sobrecarga ao trabalho de assistentes sociais. É observado, ainda, por Silva e Silva (2022a) que o aumento de pessoas demandando pela assistência à saúde pelo SUS, associa-se à desvinculação de planos de saúde devido a perda do poder aquisitivo, assim como foi colocado por Ribeiro, Carvalho e Teixeira (2022).

Observa-se, de um lado a possibilidade de maior sobrecarga pelo maior número de pessoas aderindo ao SUS a partir da assistência à saúde diretamente⁵⁶. Apesar de o SUS ser universal (Brasil, 1988) e oferecer serviços que perpassam pela atenção primária, secundária e terciária, há uma parcela da população que opta pelo pagamento de planos de saúde privados.

⁵⁶ Menciona-se a questão da assistência direta a partir da concepção de que toda a população faz uso do SUS, de uma forma ou de outra, visto que ao SUS compete ações como vacinações, vigilância sanitária e epidemiológica, participação em ações intrínsecas ao saneamento básico, entre muitas outras (Brasil, 1990).

A problemática inerente à tal questão faz-se presente, visto que o SUS é uma política de saúde universal, mas, como tem sido observado nas últimas décadas, sofre sucateamento e desmontes que a tornam com certas fragilidades, de forma que o setor privado e a lógica da mercantilização da saúde beneficia-se com isso. No entanto, com a problemática da diminuição da renda da população, bem como do poder aquisitivo, parte dela deixou de ser adepta aos planos de saúde e passou a usufruir do SUS para atendimentos. Soma-se a isso o contexto de emergência sanitária, que aumenta a demanda pelos serviços de saúde, que nem sempre conta com recursos e estrutura para abarcar todas elas, sendo que, de fato, pelo que foi possível acompanhar, o SUS por sua trajetória e acúmulo, representa, de fato, o lócus privilegiado com capacidade e capilaridade para atender as demandas sanitárias, especialmente no contexto de uma emergência sanitária como foi a pandemia de Covid-19. O que não se traduz, todavia, em ações de comando do Estado brasileiro, através de seus governantes, em correspondente investimentos nessa política pública como vem sendo explicitado.

Ainda no que se refere às demandas, Rocha (2022) observa que as orientações sobre auxílio funeral, previdenciárias e de registros de óbito permaneceram e foram acrescidas de informações sobre funeral, de acordo com as orientações de Nota Técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)⁵⁷, considerando as particularidades da Covid-19 e os riscos de contaminação ou contágio e respectivos cuidados necessários. Não é inesperado que, em um momento de emergência sanitária em decorrência de um vírus, até então, desconhecido pela ciência, ocasione o aumento no número de óbitos. No entanto, cabe revisitar o colocado anteriormente – parte significativa das 711 mil mortes pela pandemia da Covid-19, segundo dados do Ministério da Saúde, poderiam ter sido evitadas. Mas, fez-se presente, além da má gestão, o negacionismo e a necropolítica, como já explicitado, por parte do governo Bolsonaro.

Por fim, importante trazer as contribuições de Rocha e Moreira (2022) que, debruçando-se sobre o trabalho na política de Saúde, trazem a concepção de que “Esse novo cenário imediatista impeliu o aumento das demandas” (Rocha; Moreira, 2022, p. 9) e que “Diante dessa nova conjuntura que impôs demandas imediatas, cabe aos(as) assistentes sociais firmar compromisso em romper com práticas meramente imediatistas e não se deixarem levar pelo contexto de emergência [...]” (Rocha; Moreira, 2022, p. 10). Entende-se, assim, que o contexto

⁵⁷ ANVISA. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (covid-19). Brasília: ANVISA, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.anvisa.gov.br/jspui/bitstream/anvisa/376/1/NOTATECNICA_04_2020_GVIMS_GGT_ES_ANVISA_orienta%c3%a7%b5esparaservi%c3%a7osdesa%c3%bademedidasdepreven%c3%a7%a3ocontrolaquedevemseradotadasduranteaassist%c3%aanciaaoscasosuspeitosouconfirmadosdeinfec%c3%a7%a3opelonovocoronav%c3%adrus.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2024.

de emergência sanitária e de colapso da Saúde Pública, especialmente quando se considera o serviço público de saúde – o SUS –, trouxeram a necessidade de responder às demandas de forma imediata, ainda que, por vezes, trouxessem elementos sobre os quais ainda não se tinha orientações técnicas e/ou conhecimento suficiente para responder qualificadamente.

Cabe agora expor as principais questões tratadas pelos trabalhos analisados, sobre requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia, no âmbito da política de Assistência Social. É importante notar que ainda que o trabalho de assistentes sociais nesta política social também tenha sido impactado pela pandemia, percebe-se, a partir da análise das produções aqui circunscritas, a predominância da discussão sobre as demandas colocadas ao trabalho no SUAS em detrimento das requisições institucionais. Acerca das requisições, Camargo, Azevedo e Magalhães (2022, p. 363), explicitam a acentuação de requisições institucionais na pandemia “no atendimento às solicitações emergenciais da gestão municipal que envolvem o CadÚnico e as ações sociais focalizadas realizadas pela Secretaria que são impostas pela gestão”, como se é explicitado mais à frente.

Carvalho, Carneiro (2021), que também trazem a perspectiva dessa política que requisita o trabalho de assistentes sociais para responder a situações de pobreza e miséria, como viabilização de serviços e benefícios para aqueles que, na situação de perda do trabalho, vivenciam a extrema pobreza. Ademais, mencionam:

abrigo de pessoas em situação de rua; ações de segurança socioassistenciais a pessoas idosas, a pessoas com deficiência, a crianças, a adolescentes e mulheres, expostos a diferentes formas de violência agravadas pelo isolamento social (Carvalho, Carneiro, 2021, p. 824).

Entende-se, assim, a presença da discussão colocada anteriormente acerca de um cenário anterior já desfavorável para a classe trabalhadora, e a pandemia encontrando um país em que o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas se expressava fortemente. Cenário esse de desmontes e características ultraneoliberais como já apresentado. Com a pandemia, o cenário não poderia ser diferente: a insegurança alimentar, o desemprego e a degradação das condições de vida fazem-se intensamente presentes. Desse modo, a pandemia não traz um novo cenário de fome, insegurança alimentar e desemprego, mas sim intensifica questões que já faziam-se presentes.

Com isso, observa-se a corrida aos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), principalmente aos CRAS que, além de abarcar a população já acompanhada, com a pandemia, passará a contemplar segmentos da população que antes não procuravam esses serviços, considerando que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar” (Brasil, 1988, Art. 203). Dessa forma, se antes da pandemia parte da população brasileira não fazia parte

do contingente populacional que necessitava dos programas e benefícios sociais, bem como não atingiam os critérios para ser inscrito no CadÚnico, ou não estavam em situação de vulnerabilidade social, com o advento da pandemia passam a dela necessitar. Tal questão está intrinsecamente relacionada, entre outros aspectos, ao acesso ao trabalho, conforme já discutido. Com o isolamento social, somado aos desmontes dos direitos trabalhistas, parte da população foi demitida de seus empregos formais ou, em casos de trabalhadores inseridos na informalidade, a renda foi comprometida devido à impossibilidade de exercer as atividades laborativas, ou à falta de quem comprasse e/ou fizesse uso do produto de tal atividade. E, há, claro, os casos de mortes em decorrência de contaminação por Covid-19 por parte daqueles que não puderam “optar” por ficar em casa, como aqui já exposto.

Ressalta-se, então, essa relação entre o trabalho, ou a ausência dele, e a política de Assistência Social, com uma tensão presente, quanto a relação de atração e rejeição, em menor ou maior grau, a depender do contexto. Afirma-se que a tensão com o trabalho torna-se, desse modo, uma característica marcante da Assistência Social, relacionada ao contingente de trabalhadores e trabalhadores que integram a superpopulação relativa e ingressam no exército de reserva da força de trabalho – determinação intrínseca à questão social, como foi visto no primeiro capítulo, e que expressa a lei geral da acumulação capitalista (Marx, 2013; Yamamoto, 2001; Netto, 2001). Nessa perspectiva, sendo o sujeito incapaz de prover suas necessidades e sobreviver vendendo a sua força de trabalho, torna-se usuário da Assistência Social. Da mesma forma, tendo tal capacidade, o acesso a essa política já, relativamente, não estará colocado, como observa Boschetti (2016).

É importante lembrar que, em tempos de crise, intrínsecas ao capital, e de desemprego, exacerbados com a pandemia da Covid-19, a Assistência Social assegura mais diretamente a reprodução da superpopulação relativa, ou seja, da força de trabalho expulsa das relações de trabalho estáveis (Boschetti, 2016). Em países de capitalismo periférico, como o Brasil, onde não há Estado social ampliado e não se desenvolveu uma sociedade salarial, essa tensão de atração e rejeição atinge o limite do tolerável: quanto mais desigualdade, pobreza, desemprego etc., maior a demanda por Assistência Social (Boschetti, 2016).

Constitui-se, desse modo, uma insolúvel relação de atração e rejeição, que se faz presente desde os primórdios das relações sociais de produção e reprodução capitalista. Há uma rejeição inerente ao fato de que aqueles que têm o “dever” de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da Assistência Social, mas nem sempre têm direito a ela. E há uma atração porque a ausência de um deles empurra a classe trabalhadora para o outro. Essa tensão, quando extrema, conduz a pior das servidões: a da necessidade. (Boschetti, 2016).

Ao considerar o exposto, entende-se que, no contexto da Covid-19, estando parte da população impossibilitada para o trabalho irá recorrer, certamente, à política de Assistência Social. Essa é, então, sobrecarregada com demandas da população que já era público-alvo da política, mas que passa a abarcar um novo contingente populacional; todavia, observa-se que esses segmentos que passam a procurar a política de Assistência Social, o fazem a partir de demandas de auxílios e benefícios. Tem-se, então, a concessão de benefícios eventuais, o requerimento do Bolsa-Família e do BPC. E, nesse sentido, concorda-se com Camargo, Azevedo e Magalhães (2022), quando argumentam pela preocupação com a redução do CRAS a um plantão de emergências. Isto é, o atendimento a situações emergenciais é exacerbado, diante da alta procura, relegando-se outras atividades, como as educativas, de planejamento etc.

Tal questão relaciona-se ao fato de que a crise, intensificada a partir da pandemia, reacende a tensão entre trabalho e assistência social sob novo ângulo, adensando mais fortemente sua contribuição ativa à reprodução da força de trabalho em larga escala, contribuindo para manter o que Marx chama de “reservatório inesgotável de força de trabalho disponível” (Boschetti, 2016). A Assistência Social participa, então, não apenas na manutenção de uma força de trabalho disponível ao capital, visto que há não só uma degradação do trabalho, mas um contexto e crise agravado pela situação de uma emergência sanitária. Desse modo, a preocupação capitalista não é a de emancipação política e, menos ainda de emancipação humana, para as quais a inserção da classe trabalhadora em atividades educativas que proporcionem reflexão seriam necessárias. Trata-se de manter ou reproduzir contingentes da classe trabalhadora como força de trabalho, propiciando o mínimo para que essa sobreviva – aspectos que explicitam claramente os limites do trabalho de assistentes sociais, como foi visto, quando se considera a tensão entre o projeto profissional e as requisições do trabalho assalariado. Lógica que influi, também, na política de Assistência Social e nos CRAS – como um dos âmbitos de materialização dessa política – que se tornam, como comentado por Camargo, Azevedo e Magalhães (2022), reduzidos a um plantão de emergência para concessão de benefícios, principalmente em momentos pandêmicos.

Para além disso, é válido ressaltar o auxílio-emergencial no valor de R\$600,00 foi concedido de forma a não perpassar a Proteção Social Básica, instância prevista pela política no atendimento direto à população, sem informações acerca dos critérios e acessos, o que também interfere no trabalho dos(as) profissionais dos CRAS. A problemática inerente ao auxílio emergencial é robusta, começando pelo valor inicial de R\$200,00 proposto por Paulo Guedes, o então Ministro da Economia, que foi modificado para R\$ 600,00 frente a pressão parlamentar do legislativo e foi conduzida diretamente pela Caixa Econômica Federal, em

relações diretas com aquele Ministério da Economia, rompendo com o que é previsto pela política de Assistência Social e pela própria seguridade social estabelecida no país.. Há, também, concessões indevidas do auxílio emergencial, incluindo o recebimento por empresários de alta renda, assim como militares e pessoas falecidas (Lis, 2020)⁵⁸.

Como observado, a ênfase maior de discussão nos trabalhos analisados, na política de Assistência Social esteve voltada, portanto, para as demandas de usuários ao trabalho de assistentes na pandemia. Vários são os trabalhos analisados que comentam tanto o aumento quanto a intensificação de demandas com a pandemia (Almeida; Lemos; Biancardi, 2022; Almeida, 2022; Saraiva, 2022; Camargo; Azevedo; Magalhães, 2022; e Carvalho; Carneiro, 2021).

Almeida, Lemos e Biancardi (2022), ao trazer a experiência da vigilância socioassistencial, comentam a sistematização das vulnerabilidades identificadas. As identificadas em maior frequência são, respectivamente: as situações consideradas de negligência, com mais recorrência contra as pessoas idosas, seguida mulheres e crianças; violência psicológica, com maior recorrência em mulheres e pessoas idosas; violência física; defasagem nas escolas de crianças acima dos 2 anos; abandono, violência sexual e trabalho infantil, essas na mesma quantidade; famílias que têm em sua composição adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; acolhimento institucional. Ainda, no que tange a atendimento diretamente associados à Covid-19, identificam sua maior frequência, respectivamente, em situações de baixa renda; baixa escolaridade; desemprego, agravos à saúde. Identifica-se ainda, a triplicação do número de atendimentos na Proteção Social Básica, aumento de visitas domiciliares e de demandas relacionadas aos benefícios eventuais, durante a pandemia de Covid-19.

Entende-se, assim, que em momentos de isolamento social, usuários(as) passam a estar restritos no espaço doméstico, onde, por vezes, ocorre a violação dos direitos no que se refere a violências e negligências. É de conhecimento que é um traço estruturante da política social brasileira o familismo, considerando a formação social brasileira, de modo a responsabilizar as famílias pela provisão do bem-estar (Moraes *et al.*, 2020), o que também associa-se ao ultraneoliberalismo (Behring; Cislighi; Souza, 2020) e a desresponsabilização e omissão cada vez maior do Estado frente à diversas questões, entre elas a proteção social. A respeito é possível

⁵⁸ Tais informações podem ser verificadas no G1, que publicou em reportagem da mídia (Lis, 2020). Cf. LIS, L. TCU vê irregularidade em quase 440 mil cadastros do auxílio emergencial. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2020/11/04/auditoria-do-tcu-aponta-indicio-de-irregularidade-em-quase-440-mil-cadastros-do-auxilio-emergencial.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2024

considerar que o espaço familiar, por vezes, pode potencializar a proteção aos sujeitos, mas também pode ser o espaço onde a violação dos direitos e as violências ocorram. Ademais, parte destes(as) usuários(as), que sofreram as violações, a partir da necessidade de isolamento social advinda da pandemia, deixam de frequentar ambientes em que estas violações podem ser identificadas. Por exemplo, crianças que não frequentam escolas e mulheres que não frequentam espaços de trabalho e/ou outros espaços públicos. A possibilidade de frequentar espaços públicos permite a identificação de distintos sinais que podem indicar a vivência de violência (hematomas, mudanças repentinas e/ou aparentemente injustificáveis de comportamento, entre outros).

Almeida (2022), reportando-se a um serviço que presta acolhimento para Pessoas com Deficiência (PCD,) traz a questão das muitas demandas para inclusão nos serviços de residência inclusiva. A autora entende, ainda, que tal crescimento está relacionado ao aumento de pessoas com comorbidades com Covid-19 e a necessidade de desafogar leitos, além de ser possível destacar a questão colocada acerca da diminuição do poder aquisitivo das famílias. A autora menciona, ainda, a possibilidade da ocorrência de situações de insegurança alimentar vivenciadas por famílias com PCDs em sua composição, sendo também impulsionadoras de solicitação de vaga nas residências.

Entende-se que “a Covid-19 é uma doença insidiosa e sistêmica, que não se esgota com a cura da infecção. Relatos de comprometimentos físicos e psicológicos de longa duração em pacientes que se curaram da infecção são crescentes” (Werneck, 2021, p. 39), dessa forma, a presença de sequelas, mesmo após a cura da infecção, é uma possibilidade, de modo que pode comprometer as questões de saúde e de autonomia, principalmente de PCDs que, a depender da deficiência, podem ser acentuadas, ainda que considerando a heterogeneidade desse segmento populacional. Soma-se também o comprometimento da renda familiar, a insuficiência do auxílio emergencial, bem como a “escolha” de ficar em casa ou trabalhar arriscando-se a uma contaminação, possibilidade de doença e de morte por Covid-19, junto às consequentes situações de insegurança alimentar.

Saraiva (2022), voltando-se para a experiência de trabalho no CRAS, sinaliza as demandas para atualização do Cadastro Único (CadÚnico), explicitando ser este o encaminhamento mais recorrente. Posteriormente à atualização, tem-se a demandas por inclusão no CadÚnico, seguido de encaminhamentos ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para acessar ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, por último, encaminhamentos ao CREAS.

Camargo, Azevedo, Magalhães (2022), que também trazem a experiência de trabalho no CRAS, observam tendências semelhantes às colocadas por Saraiva (2022). Por exemplo, atualização de famílias já cadastradas, aumento de trabalhadores que buscaram o CRAS e demanda por inserção de novas famílias no CadÚnico, inclusive de pessoas que não detinham o conhecimento acerca dos CadÚnico porque anteriormente não precisavam. Citam, ainda, orientações sobre os programas e auxílios emergenciais criados em virtude da pandemia, assim como já foi colocado a partir de Almeida, Lemos, Biancardi (2022). Por fim, observam a tendência de redução do CRAS “como um ‘grande plantão de emergências’, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos” (Camargo, Azevedo, Magalhães, 2022, p. 363 *apud* CFESS). Explicitam, ainda, a ideia de que tais demandas regulares e as novas demandas suscitam a necessidade de ampliação da Proteção Social Básica e Especial, no entanto sem ter a garantia das condições necessárias para efetivo atendimento e estrutura correspondente. Tem-se, então, diminuição do poder aquisitivo, a insegurança alimentar, a perda de empregos e a diminuição da possibilidade de adquirir renda com alguma ocupação.

Gomes e Cruz (2022), que trazem a experiência da política de Educação, ao considerar o momento pandêmico, apontam para requisições e demandas relacionadas à adoção e uso das TICs, como, por exemplo, as que dizem respeito a atividades de inclusão digital de estudantes. Assim, os(as) assistentes sociais são requisitados a produzir editais de auxílios emergenciais que visam a atuação sobre a inclusão digital dos alunos, bem como atuação na análise socioeconômica destes editais. Tal debate resvala na questão da exclusão digital e as demandas que têm se colocado para o Serviço Social no que tange à tal temática, intensificadas a partir da necessidade de isolamento social e conseqüente uso das TICs na pandemia.

Rodrigues *et al.* (2022b), que não se debruça sobre uma política específica, também traz demandas apresentadas pela população relacionadas às necessidades de vida e trabalho, de trabalhadores/as mais empobrecidos, cuja problemática foi acentuada na pandemia. O desemprego foi a maior incidência. conseqüências também se manifestaram através da depressão, ansiedade, do abuso de substâncias psicoativas. Soma-se a isso a insegurança alimentar, que também fez-se significativamente presentes, com um aumento significativo de demandas por alimentos ao CRAS e para o CadÚnico e auxílio emergencial. Para além dessas, fez-se presente demandas de violência presente nos domicílios, atingindo principalmente, respectivamente, mulheres, crianças e adolescentes, idosos e, por fim, pessoas com deficiência.

Em suma, ressalta-se o que Rodrigues *et al.* (2022b, p. 8) observa acerca dos resultados de sua pesquisa, argumentando que, em geral, “não houve mudanças significativas no perfil das

demandas atendidas nos espaços sócio-ocupacionais, ocorrendo, entretanto, a intensificação em virtude da agudização das condições de vida da classe trabalhadora, como vimos.”

Silva (2022), em seu trabalho, que também não se circunscreve à problematização de uma política específica e traz a experiência do CRESS do Rio de Janeiro, associando o aumento de requisições institucionais aos assistentes sociais para atuação em questões que fogem a competências e atribuições do Serviço Social a um forte apelo humanitário e de solidariedade por parte da instituição. Silva (2022, p. 8). Explicita, assim, requisições relacionadas a atividades administrativas, tais como: “contatos telefônicos para prestar informações relativas a outro setor, guarda de pertences de usuários, entrega de [...] EPI [...], manuseio de equipamentos de mídia para promover chamadas entre as famílias [...]”, entre outros. Ainda, no que diz respeito à atuação na Saúde, a autora coloca como requisições:

aferição de temperatura corporal, análise das condições clínicas, comunicação de boletim clínico e de óbito, monitoramento de quadro clínico em casos suspeitos de COVID-19, realização triagem de atendimento dos usuários e realização de regulação de vagas para procedimentos clínicos (Silva, 2022, p.8)

Também ratifica-se que fez-se presente nas produções menções ao conjunto CFESS/CRESS no que diz respeito às demandas e requisições na pandemia, seja através das publicações que norteiam o exercício profissional, por exemplo, através da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI). Nascimento; Medeiros (2022); Moreno; Wanderley (2022); Herculano (2022); Silva (2022); Pinheiro *et al.* (2022) explicitam acerca da contribuição do conjunto CFESS/CRESS frente a estes desafios. Ratifica-se, então, a perspectiva colocada na caracterização geral das produções acadêmico-profissionais da importância do conjunto CFESS/CRESS para nortear o trabalho profissional no momento pandêmico. A atuação do conjunto CFESS/CRESS em tais problemáticas vão desde à atendimentos à assistentes sociais que se deparam com as dificuldades de lidar com requisições e demandas indevidas, perpassando por visitas institucionais nos espaços sócio-ocupacionais em que assistentes sociais estavam inseridos, e até mesmo através da publicação de documentos, como notas técnicas e orientações normativas, que puderam nortear o exercício profissional neste momento de pandemia, a exemplo da Orientação Normativa n. 3/2020, que dispõe sobre comunicação de boletins e de saúde de óbitos por assistentes sociais.

Conclui-se, então, que os pontos principais no que concerne às requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia perpassam requisições institucionais que não dizem respeito às competências e atribuições de assistentes sociais, se destacando o apoio às questões clínicas e administrativas – especialmente na política de Saúde. Para além disso, entende-se, também, que destacam-se demandas relativas à renda e ao trabalho, relacionadas

ao desemprego e à maior precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora que, apesar de ser anterior à pandemia, são acirradas com ela. O resultado é a busca pela política de Assistência Social, principalmente em relação a benefícios e auxílios previdenciários e socioassistenciais, que não resolvem o problema, mas propiciam o mínimo para a reprodução da classe trabalhadora.

Nos trabalhos analisados, sob a temática das requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais às quais é atribuída, nesta pesquisa, relações com o recrudescimento das manifestações da questão social, observa-se, também, elementos associados à organização do trabalho, as relações e condições de trabalho, como a intensidade, a partir da quantidade e complexidade das demandas e requisições colocadas, a polivalência/multifuncionalidade, autonomia profissional entre outros elementos que exigem reflexões e estratégias e problematização das atribuições e competências do Serviço Social, inclusive em termos daquelas que não correspondem ao trabalho de assistente sociais. Alguns desses elementos estão relacionados à precarização do trabalho, em suas diferentes dimensões – a última das temáticas identificadas como prevalentes na produção acadêmico-profissional que foi selecionada para análise neste tópico e que é abordada a seguir.

3.2.3 Precarização do trabalho de assistentes sociais e interfaces com a pandemia

Por fim, a última temática identificada como central à produção acadêmico-profissional selecionada é representada pela problematização da precarização do trabalho de assistentes sociais. Temática que também foi identificada como transversal à maioria dos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada, representada por 15 trabalhos.

Os processos de precarização do trabalho vêm atingindo a classe trabalhadora brasileira, em menor ou maior grau, considerando que esta não é homogênea. Isso inclui assistentes sociais. Também importa evidenciar que a precarização não vem com a pandemia, mas sim é exacerbada por ela.

Nesta dissertação, foi apresentada, anteriormente, a problemática da precarização do trabalho de assistentes sociais relacionada à reestruturação produtiva e ao neoliberalismo por uma via de mão dupla: tanto enquanto inseridos(as) nas políticas sociais como trabalhadores(as), quanto como integrantes que são da classe trabalhadora em geral. Soma-se a isso as distintas contrarreformas que tomaram curso no país, destacando-se o processo iniciado ainda nos anos 1990, como observado por Raichelis (2009), mas, certamente, também sua

continuidade, sendo que todas elas impactaram os serviços públicos, suscitando o seu sucateamento, como também observado por Behring; Cislaghi e Souza (2020).

A temática precarização do trabalho é aqui problematizada tal como é formulado por Druck (2013), quando esta autora apresenta cinco de suas dimensões a fim de demonstrar seu caráter processual e sua multidimensionalidade. Sucintamente, podem ser qualificadas como relacionadas: à mercantilização da força de trabalho; à organização e condições de trabalho; às condições de segurança e saúde no trabalho; ao reconhecimento dos trabalhadores em seu processo de construção da identidade; às condições de representação e organização sindical.

A fim de desenvolver a exposição de forma clara, optou-se por apresentar os elementos identificados nos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada, sobre a precarização do trabalho, procurando relacioná-los às essas distintas dimensões que a integram, seguindo a perspectiva de Druck (2013). Todavia, deve ser reconhecido que todas elas guardam relações estreitas e estão imbricadas no que se refere ao consumo, ao controle, à reprodução material e espiritual da força de trabalho, como tratado anteriormente a partir de Cesar (1998) e Amaral e Cesar (2009). Por vezes, inclusive, essas dimensões são de difícil identificação em separado, na medida em que guardam interações muito próximas entre elas, procurando-se, sempre que possível, demarcá-las.

Da mesma forma, verifica-se articulação da precarização do trabalho com as temáticas tratadas anteriormente – a adoção das TICs e as requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia, considerando os distintos processos de trabalho em que se inserem, em experiências concretas de trabalho em diversos espaços sócio-ocupacionais específicos. É importante também reiterar, mais uma vez, que as problemáticas relacionadas aos processos de precarização do trabalho aqui tratadas já se faziam presentes nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, mas interessa aqui apresentar como elas se relacionam ao contexto da pandemia de Covid-19, tal como apresentado na produção acadêmico-profissional analisada e tomando os quinze trabalhos agrupados neste tópico.

Assim, a partir dos trabalhos aqui sistematizados e analisados, procura-se compreender de que forma a precarização do trabalho se relaciona e afeta os(as) assistentes sociais, no contexto pandêmico e, para tanto, inicialmente, apresenta-se o quadro 4, em sequência, com a disposição dos trabalhos agrupados sob esta temática.

Quadro 4 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo precarização do trabalho, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) (Continua 1/2)

| Base | Autor | Título | Política Social | Espaço sócio-ocupacional |
|--------------------|----------------------------------|---|--------------------------------------|---|
| Anaia do XVII CBAS | Souza <i>et al.</i> (2022) | Serviço social em tempos de pandemia: as estratégias do Conselho Regional de Serviço Social CRESS-AM na efetivação da garantia das condições éticas técnicas das/os assistentes sociais no Amazonas | Não identificada política específica | Amazonas/AM |
| | Fuzinato <i>et al.</i> (2022) | Apontamentos sobre as condições e formas do trabalho de assistentes sociais no período da pandemia nos caps, CREAS e CRAS da região Macro Metropolitana de Porto Alegre | Saúde e Assistência Social | CAPS; CRAS e CREAS Região Macro Metropolitana – Porto Alegre/RS |
| | Oliveira; Duarte; Zacaron (2022) | Condições de trabalho de assistentes sociais na saúde em tempos de pandemia | Saúde | Hospitais Natal/RN |
| | Alves; Lima; Brito (2022) | Precarização do trabalho na política de assistência social em tempos de pandemia em um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS | Assistência Social | CRAS – Salvador/BA |
| | Andrade <i>et al.</i> (2022) | Viver ou sobreviver: dilemas do trabalho dos/as assistentes sociais na pandemia | Não identificada política específica | Manaus/AM |
| | Araújo; Gomes (2022) | Serviço social em tempos de pandemia: breves reflexões sobre a atuação profissional das/os assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Belém | Assistência Social | CRAS - Belém/PA |
| | Santos; Jesus; Gomes (2022) | Precarização da política de saúde para população em situação de rua na pandemia: um relato de experiência da atuação profissional no Consultório na Rua de Salvador/BA | Saúde | Consultório de Rua – Salvador/BA |
| | Camargo; Lima (2022) | A atuação do/da assistente social na gestão do suas no contexto da pandemia: elementos para reflexão | Assistência Social | Gestão do SUAS – Niterói/RJ |
| | Souza (2022) | A organização das trabalhadoras do suas em tempos de pandemia: a luta pela sobrevivência | Assistência Social | SUAS – São Paulo/SP |
| | Calazans <i>et al.</i> (2022) | Acolhimento a profissionais da assistência social em um período pandêmico: relato de experiência | Assistência Social | SUAS – Estado do Paraná/PR |
| | Silva; Silva (2022b) | O serviço social no contexto pandêmico: impactos nas condições de trabalho dos assistentes sociais no Centro de Referência de Assistência Social | Assistência Social | CRAS Arapiraca/AL |

Fonte: elaboração própria

Quadro 4 – Produção acadêmico-profissional selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia, segundo precarização do trabalho, por autores, títulos, política social e espaço sócio-ocupacional: XVII CBAS; XVII ENPESS; Periódicos de Serviço Social A1 (Qualis/CAPES) (Conclusão – 2/2)

| Base | Autor | Título | Política Social | Espaço sócio-ocupacional |
|----------------------|-----------------------------------|---|--------------------|---|
| Anaia do XVII ENPESS | Ribas (2022) | A pandemia da covid 19 e as condições de trabalho dos profissionais do SUAS no estado de Santa Catarina | Assistência Social | Estado de Santa Catarina/SC |
| | Pereira <i>et al.</i> (2022) | Impactos e desafios aos assistentes sociais na política de assistência social na pandemia nos municípios da Paraíba | Assistência Social | Municípios da Paraíba/PB |
| | Carmo; Machado; Nascimento (2022) | Política de assistência social e pandemia da Covid-19 em Feira de Santana – Bahia | Assistência Social | SUAS – Feira de Santana/BA |
| | Chagas (2022) | O serviço social na linha de frente do novo coronavírus: alguns apontamentos acerca do trabalho profissional | Saúde | Hospital Coronel Pedro Macedo – município de Nhamundá/AM. |

Fonte: elaboração própria

Inicialmente, considera-se, portanto, a mercantilização da força de trabalho, sendo claro que uma questão que se torna nevrálgica é aquela do regime de contratação do trabalho, isto é, os vínculos estabelecidos com a instituição empregadora e que estão relacionados a essa primeira dimensão apontada por Druck (2013), caracterizada pelas relações e mercado de trabalho através da mercantilização da força de trabalho. Explicitam esta questão, em menor ou maior grau os trabalhos de Souza *et al.* (2022); Fuzinato *et al.* (2022); Alves; Lima; Brito (2022); Andrade *et al.* (2022); Santos; Jesus; Gomes (2022); Camargo; Lima (2022); Souza (2022); Silva; Silva (2022b); Pereira *et al.* (2022); Carmo; Machado; Nascimento (2022). Ou seja, a maioria dos trabalhos aqui agrupados, sendo que, de forma geral, o que é expresso, refere-se, majoritariamente, à precarização dos vínculos e regimes de contratação, ainda que se caracterizem como trabalho assalariado.

Em termos de dados quantitativos, expressos nos trabalhos analisados, quanto a composição da força de trabalho. Silva; Silva (2022b) trazem a presença de vínculos precários, fragilizados e realizados através de Processo Seletivo Seriado (PSS), bem como Pereira *et al.* (2022) exprimem, acerca da pesquisa realizada com assistentes sociais na política de Assistência Social nos municípios da Paraíba, as seguintes declarações quanto a composição da

força de trabalho de assistentes sociais das quatro regiões geográficas intermediárias paraibanas: 10% estatutários, 46,6% trabalham por contrato temporário, 33,3% por serviços prestados e 6,6% pelo regime celetista, entendendo-se, assim, que a maior parte está sujeita à vínculos precários, com destaque para o contrato temporário, que corresponde à maior porcentagem. Da mesma forma, Souza *et al.* (2022) observam a realidade da contratação com vínculos precários, expressando que mais da metade, 56% assistentes sociais da realidade pesquisada (o estado do Amazonas), estão sob o regime de contratação em uma dessas opções: CLT, contrato temporário, cargo comissionado e, no que é de mais precário, profissional liberal ou voluntário⁵⁹. Souza *et al.* (2022) apontam, ainda, que os contratos temporários estão, de fato, associados ao déficit de profissionais, ocasionando na necessidade de contratações temporárias, visto a alta demanda ocasionada pela pandemia. Também Camargo e Lima (2022) trazem a presença de um quadro de servidores contratados na política de Assistência Social em Niterói/RJ, considerando que o quadro de servidores efetivos não supre as necessidades colocadas para atuar nos espaços sócio-ocupacionais desta política no município.

Fuzinato *et al.* (2022) também comentam sobre os vínculos precários, embora apontem que grande parte são funcionários públicos estatutários, mas não todos. Alves, Lima e Brito (2022) também trazem a presença expressiva de servidores temporários e cargos comissionados. Acerca disso, declaram que um vínculo fragilizado pode diminuir a relativa autonomia de assistentes sociais, visto que “precisa desempenhar seu fazer profissional a partir das diretrizes e normas da instituição, entretanto, sem deixar de efetivar o projeto político da profissão no seu dia-a-dia em prol da população atendida” (Alves; Lima; Brito, 2022, p. 8), Essa questão da autonomia profissional é, ainda, observada por Oliveira, Duarte e Zacaron (2022), que abordam o trabalho de assistentes sociais nos hospitais de Natal, no Rio Grande do Norte, observando que, em seus resultados de pesquisa, identificam que apenas 36,4% afirmam existir autonomia no trabalho neste espaço sócio-ocupacional, o que os autores associam ao “fato de que muitas das decisões do hospital vêm de cima” (Oliveira; Duarte; Zacaron, 2022, p. 9).

Os resultados que esses(as) autores(as) apontam convergem com a revisão realizada, especialmente a partir de Druck (2013), quando se observa que a precarização está relacionada

⁵⁹ O voluntarismo carrega a questão de que o(a) assistente social não é visto como trabalhador(a) no espaço sócio-ocupacional, mas sim como um voluntário, de modo a não receber um salário e não adentrar uma relação trabalhista, conseqüentemente não acessando aos direitos trabalhistas. Outrossim, imprime ao Serviço Social uma visão, de fato, de voluntarismo, e não de uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e regulamentada por lei. A permanência do voluntarismo na profissão é digna de preocupação quanto à desprofissionalização do Serviço Social, e traz uma tendência apontada por Raichelis (2020) de desregulamentação do trabalho e das profissões, fazendo-se claro a precarização do trabalho.

aos vínculos de trabalho que são, a cada dia, mais desregulamentados. Por exemplo, Alves, Lima e Brito (2022, p. 7) argumentam que “o empregado tem um vínculo totalmente fragilizado, pois não tem seus direitos básicos (carteira assinada, férias remuneradas, auxílio-doença etc.) garantidos, porque são [...] temporários que exercem uma função regida por regras específicas”. Além disso, complementam que:

[...] a forma de contratação também vem atrelada a interesses que denotam relações clientelistas da organização do trabalho, e mesmo na gestão pública, muitos utilizam os cargos como moeda de troca durante as eleições, pois em muitos municípios a gestão não propicia a efetivação de concursos públicos, como no caso do município estudado, em que o último concurso ocorreu em 2010 e teve no seu quadro de vagas um montante exíguo de aprovados, o que não satisfaz a ampliação que os serviços tiveram em todos esses anos (Alves; Lima; Brito, 2022, p. 7-8).

Andrade *et al.* (2022, p. 9) trazem a realidade, no contexto pandêmico, de “equipes temporárias, em situações de contratos precários de trabalho e sem as condições necessárias que garantissem a proteção de sua saúde e sob o risco de perder a própria vida”, fazendo-se presente a terceirização. Terceirização que também é problematizada no trabalho de Santos, Jesus e Gomes (2022), ao analisar o trabalho realizado em Consultório na Rua, sendo sua particularidade a de ter sua gestão realizada através de uma Organização Social (OS) que, como vimos anteriormente, a partir da revisão realizada, trata-se de uma organização fundamentada em direitos privados e que expressa, portanto, interesses de segmentos sociais específicos, distintos da esfera estatal. Voltaremos mais adiante a essa questão.

As problemáticas daí advindas são apontadas pelos(as) autores(as) a partir de distintos ângulos. Por exemplo citam, dentre elas, a falta de experiência com o público específico, gerada por postos precarizados de trabalho, influenciando na qualidade do serviço; as renovações sucessivas de contratos que, por vezes, atingem a dois anos sem os devidos direitos trabalhistas, o que inclui férias; a alta rotatividade. Esses aspectos ainda são relacionados à fragmentação da classe trabalhadora. Acerca disso, os autores evidenciam que:

Nos Consultórios de SSA, observa-se, mesmo em um curto período de expansão, a grande rotatividade de profissionais, a fragmentação da classe trabalhadora, o mal-estar nas relações interpessoais, ficando evidente, conflitos dentro das equipes e com as equipes das unidades que atendem o público geral. [...] [o que] acarreta na desmobilização da classe trabalhadora. (Santos; Jesus; Gomes, 2022, p. 8-9).

Deve ser aqui lembrado que as diferentes modalidades de vínculos contratuais de trabalho e, especialmente aqueles mais precarizados, guardam relação com as dimensões da construção de identidade como trabalhadores(as) que, de fato, são; e da organização coletiva dos trabalhadores, respectivamente como duas das dimensões apontadas por Druck (2013). Ou seja, os diferentes estatutos de trabalho assalariado contribuem, nessa atual morfologia do

trabalho, no sentido de maior heterogeneidade e fragmentação da classe trabalhadora, nos termos de Antunes (2009).

Os processos de trabalho organizados sob as diferentes modalidades contratuais encerram a fragmentação e heterogeneidade entre os coletivos de trabalho, como já exposto, sendo importante apresentar algumas de suas distinções. O trabalho por prestação de serviços, com contratos temporários ou, mesmo, pela pejotização (empresas constituídas por trabalhadores, mas que, na maioria das vezes, encobrem relações de assalariamento), envolve a desresponsabilização da instituição empregadora quanto aos direitos trabalhistas, procurando transmutar uma relação de trabalho em uma relação de prestação de serviço entre empregador e uma Pessoa Jurídica (PJ), o que também acarreta na falta de estabilidade e/ou não acesso a direitos trabalhistas para os(as) trabalhadores(as), aqui reportando especificamente aos(às) assistentes sociais.

O vínculo através da CLT, apesar de acesso a direitos trabalhistas, considerando que o trabalho se dá no setor público, também envolve questões a serem criticadas – especialmente, destaca-se que profundas mudanças se deram na contrarreforma trabalhista, de 2017 no país, retrocedendo em vários direitos previstos no regime celetista. A estabilidade do(a) assistente social na CLT não se dá da mesma forma que com o vínculo estatutário. Há, no âmbito estatal, relações e interesses políticos envolvidos. O contrato por CLT pode ser findado, por exemplo, sem a necessidade de implantação de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), o que é necessário no vínculo estatutário (Brasil, 1990b), o que denota o caráter especial da coisa pública e de sua gestão. Para além da estabilidade, o contrato por CLT não abrange uma série de direitos estabelecidos para servidores públicos estatutários, como as diferentes licenças. (Brasil, 1990b).

Além disso, junto à tal perspectiva tem-se os cargos comissionados que, sendo de livre nomeação e livre exoneração (Brasil, 1988), também não trazem a estabilidade necessária, podendo o vínculo de trabalho ser desfeito a qualquer momento. O regime de cargo comissionado também pode carregar consigo o envolvimento de interesses políticos, o que prejudica ainda mais a autonomia, que já é relativa (Iamamoto, 2000).

Retomando a questão das Organizações da Sociedade Civil (OSC)⁶⁰, especificamente, observa-se a tendência de transferência da gestão dos serviços públicos a elas, principalmente em políticas sociais como as de Saúde e a Assistência Social, como constatado a partir das produções analisadas. A problemática inerente é a de predominância de interesses econômico-

⁶⁰ Vide nota de rodapé de n. 48.

políticos e socioculturais diversos e, inclusive, interesse do lucro sobre o interesse público. As fundações estatais de direito privado, as empresas públicas, como é o exemplo da EBSEH, ilustram a situação à qual o serviço público brasileiro está sujeito, quando a gestão dos hospitais públicos federais fica sob responsabilidade de uma empresa pública de direito privado, evidenciando a sobreposição do interesse econômico em detrimento do interesse público. Soma-se a isso que as terceirizações firmam relações entre empresas, e não entre instituição empregadora e trabalhadores. Além de todas as problemáticas ocasionadas, é possível observar, a partir da análise das produções acadêmicas selecionadas, sob a temática da precarização do trabalho como aqui se expõe, a fragmentação da luta da classe trabalhadora e dificuldade de organização e reivindicação, questão esta que não é inédita, mas já estava colocada anteriormente à pandemia e sobre a qual voltaremos mais à frente.

A precarização do trabalho perpassa as contrarreformas no âmbito do Estado (Behring, 2003) colocadas frente as crises capitalistas que culminam em uma reorganização econômico-política (ultra)neoliberal consolidada, principalmente, a partir dos anos 1990. Destaca-se em tal processo os governos de Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, em que as terceirizações e privatizações estatais deram a tônica, culminando na transferência de atribuições do Estado para Organizações da Sociedade Civil (OSC), como a gestão e a execução de políticas públicas e sociais (Behring, 2003; Brasil, 1995). Tais processos se fizeram acompanhar no período seguinte até chegar a uma nova rodada de austeridade fiscal, a partir do golpe de 2016, conforme já discutido.

As questões supracitadas somadas à flexibilização de mercados, processos, relações e condições de trabalho (Harvey, 2008) – como característica da acumulação flexível advinda desde a crise do capital nos anos 1970 –, com destaque para a questão trabalhista, vêm sendo, portanto, aprofundadas em contrarreformas no país, a partir dos governos Temer e Bolsonaro. Uma de suas faces é a precarização das relações de trabalho no setor público, o que rebate também para as condições de trabalho de assistentes sociais, trabalhadores(as) de espaços sócio-ocupacionais, que têm as políticas sociais como mediação privilegiada na atenção às expressões da questão social (Raichelis, 2009). Ou seja, observa-se a presença das contratações precárias e não estáveis no setor público, associadas, também, à transferência da execução e/ou gestão das políticas sociais, principalmente a Saúde e a Assistência Social, para fundações públicas de direito de privado, diferentes OSCs e empresas públicas, cujo interesse não é público, mas sim o lucro.

Os vínculos contratuais diversos incidem também a partir da dimensão da organização e gestão do trabalho, colocando questões à qualidade do trabalho profissional desenvolvido,

como observado por Raichelis (2020). Essa ressonância pode ser identificada a partir da seguinte argumentação desses autores:

Nas unidades de saúde os/as profissionais dos consultórios estão sempre lidando com o 'não lugar', seja pelo vínculo fragilizado de trabalho que os coloca em uma posição de marginalidade em relação aos direitos trabalhistas, ou pelo não reconhecimento enquanto parte da equipe convencional do SUS. Logo, o processo de terceirização gera um grau de precarização ao ponto dos profissionais do CnaR não serem considerados enquanto parte do serviço público, assim como intensifica as barreiras de acesso à pessoa em situação de rua, uma vez que as demais equipes das UBS's/USF's tratam os usuários/as como 'assistidos de um determinado projeto inserido na unidade' (Santos; Jesus; Gomes, 2022, p. 9).

Nesse trabalho citado, a experiência de trabalho concreta problematizada se volta para o trabalho desenvolvido a partir da gestão de Organizações da Sociedade Civil (OSC), estruturada sob a terceirização de serviços que, a rigor, cabem ao Estado, para empresas terceiras que, como vimos, expressam interesses de segmentos sociais que são distintos daqueles que tratam da coisa pública, no espaço estatal.

A partir do que é colocado acima por Santos, Jesus e Gomes (2022), é possível perceber a manifestação das dimensões da precarização do trabalho apontadas por Druck (2013) de forma imbricada entre elas. As autoras ao destacarem o caráter precário das relações de assalariamento às quais os(as) assistentes sociais estão vinculados(as), observam que a inserção no trabalho através de contratos temporários traz a instabilidade de sua duração e, especialmente, quando de seu término ou encerramento. Instabilidade essa que aflige os(as) trabalhadores(as) assistentes sociais, entre os(as) demais trabalhadores(as), que a qualquer momento podem ser dispensados(as) do vínculo e não dispor mais de um salário para sobreviver. Se assim fica demonstrada a fragilidade decorrente desse processo de mercantilização, verifica-se também sua incidência na dimensão das condições de trabalho e da organização dos processos de trabalho. Isto porque são tanto o conteúdo do trabalho quanto a sua resolutividade que podem ser colocados em questão, na medida em que a instabilidade de inserção desses(as) trabalhadores incide também nos vínculos estabelecidos com os(as) usuários(as), pois esses podem ser prejudicados com a alta rotatividade, bem como na continuidade do cuidado, considerando, por exemplo, o conhecimento acerca do histórico do acompanhamento etc.

A realidade da gestão das Organizações da Sociedade Civil (OSC) também é colocada por Souza (2022). A autora explicita que 93% da política de Assistência Social de São Paulo é executada pela rede socioassistencial terceirizada, sendo 900 servidores públicos e 17.000 trabalhadores da OSC. A autora também traz essa cisão entre os trabalhadores, com diferenciações de condições de trabalho e também com sindicatos diferentes. No entanto,

observa que, em assembleia, é colocada a pauta da unificação das lutas entre os servidores e os terceirizados, a partir da qual floresce movimentos conjuntos – importante questão quando se volta para a precarização do trabalho em sua relação com a dimensão da organização coletiva dos trabalhadores.,

A remuneração, ou seja, a questão salarial, também é objeto de problematização nos trabalhos analisados, e especificamente considerando-a como uma baixa remuneração, nas produções de Souza *et al.* (2022); Andrade *et al.* (2022) e Pereira *et al.* (2022). Esses últimos autores mencionam que a média salarial da remuneração de assistentes sociais, identificada na pesquisa que realizaram, situa-se entre 1 salário-mínimo e meio a 3 salários-mínimos e meio; já Araujo e Gomes (2022) observam que há uma estagnação dos salários de assistentes sociais.

Oliveira, Duarte e Zacaron (2022) indicam o fato de assistentes sociais recorrerem a mais de um vínculo, tendo em vista a má remuneração recebida. Ademais, como resultado de pesquisa realizada, afirmam que tal fenômeno não é raro. As próprias autoras trazem como resultado de sua pesquisa que 72,7%, afirmaram possuir outro vínculo; enquanto 27,3% informaram que não o possuíam. As autoras expressam que isso interfere na remuneração global recebida, aumentando-a, visto que 63,6% informaram receber entre 3 e 5 salários; 18,2%, recebe igualmente entre 1 e 3 salários-mínimos. Por fim, as autoras afirmam: há discrepância entre os salários porque não há piso salarial, sendo essa uma das reivindicações da pauta de trabalhadores(as) assistentes sociais, mas que ainda não foi conquistada, embora exista processo em tramitação, em nível federal, por sua regulamentação.

Não se pode esquecer, portanto, que os(as) como trabalhadores(as) assalariados(as) estão submetidos às mesmas determinações que subordinam o conjunto dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as). (Raichelis, 2018). Essa autora, assim como Iamamoto (2009) e Escurra e Iamamoto (2020) observam quanto a importância de ser considerada esta dimensão abstrata do trabalho de assistentes sociais. Embora na esfera estatal as relações de trabalho assalariado não se caracterizem como trabalho produtivo, é importante considerar que o achatamento salarial e as disputas quanto ao valor da força de trabalho dos servidores públicos estão relacionados a punções do fundo público que são dirigidas a outros interesses. Interesses esses do capital, ainda mais considerando os ditames rentistas subordinados à lógica e comando do capital financeiro no contexto atual (Behring; Cislighi; Souza, 2020; Raichelis, 2020). Com isso, observa-se sua incidência sobre o valor da força de trabalho e os aviltamentos experimentados também para este segmento de trabalhadores(as) assalariados(as).

Ainda, considerando que o(a) assistente social é um(a) trabalhador(a) assalariado(a) e integra distintos processos de trabalho (Granemann, 1999), lembra-se que o consumo e o

controle da força de trabalho, no processo de trabalho capitalista, estão sob a gestão do empregador, e que as exigências na relação de venda da força de trabalho são feitas por quem as comprou, os empregadores (Iamamoto, 2000), sendo o assalariamento um dos fatores constrangedores e, mesmo, coercitivos presentes no trabalho, visto o condicionamento do(a) assistente social à tal condição (Barbosa; Cardoso; Almeida, 1998). Desse modo, mesmo que a remuneração seja baixa e não proporcione boas condições de vida, por vezes sendo insuficiente até mesmo para a sobrevivência, os(as) assistentes sociais submetem-se ao recebimento de baixos salários, considerando não ter outra opção – como trabalhador(a) assalariado(a) é esta a mercadoria da qual dispõe para vencer no mercado.

Entende-se, dessa forma, novamente, a presença da dimensão da precarização nas formas de mercantilização da força de trabalho, com destaque para a precariedade nas relações de assalariamento (Druck, 2013) a partir dos baixos salários, bem como destaca-se a condição de trabalhador(a) assalariado(a) à qual os(as) assistentes sociais estão sujeitos.

Alguns dos trabalhos selecionados, sob a temática da precarização do trabalho, problematizam e/ou tecem reflexões acerca da jornada semanal de trabalho, considerando a normatização prevista quanto a sua limitação em 30h, como direito garantido por legislação específica. Santos; Jesus; Gomes (2022) trazem a discussão sobre o cumprimento desse limite da jornada semanal para assistentes sociais, relatando que a carga horária é a de 30 horas semanais. Souza *et al.* (2022) comentam que a jornada de trabalho efetivamente cumprida pelos(as) por assistentes sociais é acima de 30 horas semanais, relatando ser esta a carga horária de forma geral, sem especificar o contexto pandêmico. Fuzinatto *et al.* (2022) também trazem essa questão e apontam dados a respeito, observando que apenas 22,2% de assistentes sociais (SUS) e 24% (SUAS) da região Macro Metropolitana de Porto Alegre realizam 30 horas semanais, com os(as) demais profissionais de Serviço Social cumprindo 40 horas, também trazendo a questão de forma geral. Andrade *et al.* (2022) também observam quanto ao cumprimento de jornada de trabalho superior a 30 horas semanais, destacando que, no contexto pandêmico, era frequente a realização de plantões com duração acima de 12 horas ininterruptas. Chagas (2022) também relata que a carga horária, em tempos de crise sanitária, é frequentemente ultrapassada, sem adicional de remuneração correspondente. Já para Ribas (2022), é possível estabelecer relações entre a extensão da jornada de trabalho e a implantação das TICs no trabalho de assistentes sociais. Por outro lado, Pereira *et al.* (2022) observam que houve a manutenção da carga horária normal mesmo em um momento complexo vivenciado, como o da pandemia, evidenciando, segundo Pereira *et al.* que a jornada de trabalho semanal, de 30h foi mantida, ainda que um cenário de emergência sanitária como o da Covid-19: “26,6%

relataram terem trabalhado 40h, e apenas 6,6% declararam ter carga horária reduzida no início da pandemia para 20h, o que significa [...] de 30h [...]. (Pereira *et al*, 2022, p. 10).

Observa-se, assim, o não cumprimento da Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que estabelece a jornada de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais, vedada a redução do salário, o que demonstra que mesmo os direitos já conquistados legalmente são violados. Os artifícios para tal violação incluem a denominação de cargos genéricos, a exemplo de “analista do seguro social”, para cargos de assistentes sociais do INSS; ou “analista de políticas públicas”, para cargos de assistentes sociais em algumas prefeituras, a exemplo da prefeitura de Belo Horizonte- Minas Gerais⁶¹. Certamente que essa questão deve ser objeto de críticas, considerando que, de fato, esses(as) trabalhadores(as) estão sendo recrutados para atuar especificamente em suas áreas profissionais e, no caso do Serviço Social, se especifica como uma burla ao direito resultante de lutas da categoria profissional.

Iamamoto (2000) traz a questão do consumo produtivo da força de trabalho pelo empregador, que compra a mercadoria força de trabalho e a consome pelo tempo que a comprou, estando o(a) trabalhador(a) submetido às exigências de quem a comprou, como foi apresentado no primeiro capítulo, a partir da perspectiva marxista. Desse modo, sob o modo de produção capitalista, o objetivo é a captura do mais-valor, estendendo-se a jornada de trabalho e/ou a intensificando, o que evidencia a diferença entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente (Marx, 2013). Também como já exposto, esta formulação caracteriza o trabalho produtivo, o qual depende das atividades e das relações de trabalho assalariado estabelecidas. Todavia, é possível afirmar que, mesmo que haja atividades que não irão produzir e extrair mais-valor por não se caracterizarem como produtivas, serão conduzidas sob a mesma lógica no que se refere aos constrangimentos do trabalho assalariado. E, ainda, a intermediação de serviços do Estado através de empresas e/ou outras organizações da sociedade civil, como discutido acima, traz novas questões no que se refere ao trabalho produtivo e improdutivo, exigindo a análise e problematização quanto a organizações ou empresas que são contratadas pelo Estado para prover serviços relacionados às políticas públicas e sociais que cabem ao Estado prover. Dal Rosso (2014, p. 86), por exemplo, menciona a questão do Estado revestido de “*persona* de empresário”.

⁶¹ Essa é uma estratégia já conhecida e comentada entre a categoria profissional, sendo que um dos casos mencionados pode ser verificado em: BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. MG. Edital SMASAC nº02/2022 - Concurso Público - Analista de Políticas Públicas/Psicologia e Serviço Social. In: *Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Oportunidades de Trabalho*. Belo Horizonte, MG, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/oportunidades-de-trabalho/concurso-publico-02-2022>, em que é divulgado concurso público para provimento de vagas nos cargos de “analista de políticas públicas” nas especialidades “Psicologia” e “Serviço Social”. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

Esta perspectiva das estratégias de gestão e organização do trabalho como extensivas aos demais processos de trabalho e para o trabalho assalariado em geral; especificamente na esfera estatal, foi intensificada a partir das contrarreformas do Estado, sob o discurso de sua modernização e flexibilização como também foi apresentado. Essa questão, no entanto, não aflige apenas assistentes sociais, sendo a tônica presente, de forma geral, para o trabalho assalariado, como explicita Raichelis (2020). Entende-se, aqui, a expressão de uma das características (a jornada de trabalho) da precarização do trabalho relacionada à dimensão da organização do trabalho, como formulado por Druck (2013).

Ainda no que se refere à dimensão das condições e organização do trabalho relacionada à precarização do trabalho, outro quesito que aparece é em relação à estrutura e recursos das instituições para enfrentar as particularidades de um momento pandêmico. Fuzinato *et al.* (2022), a partir dos dados de pesquisa realizada, expressam:

[...] foram recomendadas diversas medidas preventivas para o controle de propagação da Covid-19. As mais citadas pelos/as assistentes sociais vinculados ao SUS e ao SUAS foram a readequação do local de trabalho (30,4% e 40,8%, respectivamente) em termos de espaço físico (para atender as recomendações sanitárias) e a medição de temperatura (26,1% e 30,6%). Dos serviços do SUS, 21,7% adotaram a triagem clínica para atendimento e 8,7% o atendimento médico específico para suspeitas de Covid-19 para avaliação de sintomas e testagem. Já no SUAS, a triagem clínica foi a medida menos utilizada e 4,1% das respostas indicaram que não foram adotadas medidas para controle da propagação da Covid-19 (Fuzinato *et al.*, 2022, p. 7)

Já em Oliveira; Duarte; Zacaron (2022), que trazem a experiência de trabalho em Hospitais em Natal/RN, observam que a estrutura e recursos para um trabalho seguro frente a pandemia aparecem atreladas a uma concepção de desvalorização profissional e falta de reconhecimento da instituição para com os trabalhadores. Observam, como evidência a respeito, que 72,8% dos participantes de sua pesquisa, mencionaram questões como a ausência de infraestrutura e recursos materiais, por vezes, de instrumentos básicos de trabalho e falta de espaço de trabalho adequado. Considerando que esta experiência concreta de trabalho de assistentes sociais se refere ao âmbito hospitalar – o que, por vezes, pode implicar, inclusive, em realização de plantões – os autores mencionam insuficiências e/ou ausência de recursos tais como: espaço insuficiente para comportar todos(as) os(as) assistentes sociais da equipe; banheiro com chuveiro e falta de conforto e adequação do espaço de trabalho em função de localização da sala do serviço, que fica ao lado da recepção de entrada das consultas médicas, interferindo no descanso. Se essas lacunas e insuficiências de recursos já eram realidade antes da pandemia, para Oliveira; Duarte e Zacaron (2022), foram agravadas em um contexto de intensificação e complexificação do trabalho e, especialmente, considerando a pandemia de Covid-19 e as necessidades de distanciamento social e da própria necessidade de higienização

como essencial para evitar a própria contaminação e a de quem teria contato com o(a) trabalhador(a), seja fora ou dentro do hospital.

Se esta questão pode ser observada a partir da dimensão da organização do trabalho e das condições de trabalho, também guarda interrelação com as dimensões da saúde dos trabalhadores e segurança no trabalho e da questão da identidade e reconhecimento, valorização dos trabalhadores – todas elas dimensões da precarização do trabalho como vimos problematizando neste tópico a partir de Druck (2013).

Ainda no que tange à organização do trabalho e as condições de trabalho, também é possível identificar nas produções selecionadas, a preferência pelo trabalho remoto. No caso das produções das autoras Alves; Lima; Brito (2022); Souza (2022); Silva; Silva (2022b), assim como Ribas (2022) é explicitada a preferência da realização do trabalho remotamente, por parte dos respondentes da pesquisa, devido às condições precárias encontradas no espaço físico para atendimento presencial. Identificavam que esses espaços colocavam em xeque a segurança no trabalho e, portanto, manifestavam resistência ao trabalho presencial. Carmo; Machado; Nascimento (2022) também explicitam a falta de recursos, tendo os(as) trabalhadores que utilizarem os seus próprios, somando-se às críticas à ausência de recursos tecnológicos, físicos, financeiros e de recursos humanos. Em ambos os casos, observa-se a interrelação de elementos da organização e condições de trabalho com a adoção das TICs e a precarização do trabalho.

Não se pode relegar a menor importância a constatação fática de que a ausência de recursos adequados pode contribuir e resvalar para questões éticas. Esta questão é objeto de reflexão no trabalho de Oliveira, Duarte e Zacaron (2022), quando afirmam que a ausência de espaço físico adequado influi no sigilo profissional. Andrade *et al.* (2022) também colocam as condições de trabalho precárias como relacionadas à ausência das condições éticas e técnicas, o que contribui para a precarização do trabalho vinculada à dimensão das condições e organização do trabalho. Já Pereira *et al.* (2022) observam que, para 40% dos assistentes sociais, as questões do trabalho remoto e a necessidade do atendimento de porta aberta resvala em implicações éticas, mais especificamente para resguardar o sigilo profissional. Chagas (2022) também explicita acerca do deslocamento da única assistente social do espaço sócio-ocupacional para o espaço físico do Serviço de Atendimento Médico e Estatístico (SAME), onde trabalham auxiliares administrativos, o que comprometia expressivamente a questão ética e de sigilo.

Santos; Jesus; Gomes (2022), também observam quanto a esta limitação de recursos, a partir da experiência do Consultório na Rua. O trabalho é realizado em uma minivan e, diante da falta de estrutura, por vezes, o local utilizado para atendimento ao público, pelo Serviço

Social, é a sala do apoio administrativo. Acerca da falta de estrutura, o trabalho de Souza (2022) explicita que, durante a pandemia, foi redigida uma carta aberta à população a fim de expor que os serviços socioassistenciais não desfrutavam de espaços físicos apropriados que garantissem o distanciamento exigido pelas autoridades sanitárias.

Desse modo, para além do que está diretamente relacionado à Covid-19, observa-se a fragilidade das instituições públicas no atendimento à população, que, no trabalho de assistentes sociais, é expresso pela ausência de instrumentos e recursos básicos de trabalho. Como vimos anteriormente, a responsabilidade de fornecer as condições de trabalho é dos empregadores que contratam o trabalho assalariado e detêm também a condução e direção do trabalho (Almeida, 1996; Yamamoto, 2009; 2012; Raichelis, 2020), ditando as formas de consumo e controle da força de trabalho, bem como a organização do processo de trabalho. E como também foi apresentado, as mudanças e estratégias adotadas pelo capital e pelo Estado, sob a condução de contrarreformas e políticas de austeridade de cunho (ultra)neoliberal, vêm impactando as políticas sociais, ao mesmo tempo em que as manifestações da questão social se agudizam e, sobretudo, no contexto de pandemia de Covid-19.

Ainda no que se refere à organização dos processos de trabalho, nos trabalhos selecionados, são apontadas questões relacionadas ao produtivismo, ao estabelecimento de metas., à polivalência, entre outros aspectos, que são problematizados em termos de sobrecarga de trabalho. Calazans *et al.* (2022) colocam a questão do produtivismo e sobrecarga de trabalho, saindo do controle as horas trabalhadas na jornada de trabalho. Camargo e Lima (2022) também indicam recorrentes cobranças de metas quantitativas de atendimentos determinadas pelos gestores municipais. Questão semelhante é colocada por Souza (2022), que destaca a pressão por produtividade e cumprimento de metas, somando ao debate as questões em torno das decisões verticalizadas e autoritárias, bem como demissões em massa, perseguições e assédio moral.

Camargo e Lima (2022), por exemplo, exprimem as relações com a gestão dotada de verticalidade: “As diretrizes para execução dos serviços nessas unidades já vêm pré-definidas pelos gestores da Secretaria, deixando de considerar apontamentos realizados por profissionais que estão lidando com a população usuária diariamente” (Camargo; Lima, 2022, p. 8). Ademais, evidenciam também a decisão pelo retorno às atividades de forma presencial feita sem diálogo e verticalmente, o que suscitou em uma paralisação dos trabalhadores, ao considerar os riscos da retomada as atividades presencialmente.

Também Souza (2022) apresenta questões que tangem à falta de suporte recebido pelos(as) assistentes sociais por parte da gestão:

As respostas da SMADS foram tímidas e lentas. Esperaram-se tragédias anunciadas para tomarem decisões e, assim, colocaram em risco a vida das trabalhadoras. Faltou, por parte da Secretaria diálogo, pró-atividade, ações planejadas e coordenadas, já que não tivemos um comando único que alinhasse à atuação da política na cidade de São Paulo (Souza, 2022, p. 10).

A presença de uma lógica produtivista, a partir de requisições relacionadas ao alcance de metas quantitativas, por vezes revestida de argumentos sustentados em melhoria de indicadores, pode resvalar em uma gestão do trabalho que prioriza o aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo. A absorção desta lógica resvala não só para os(as) usuários(as), que podem estar sujeitos à prestação de um serviço cuja preocupação maior é a quantidade, e não a qualidade, mas também para os(as) trabalhadores(as) em geral e para os(as) assistentes sociais, em particular, cujas exigências da gestão do trabalho assim conduzida constrange e limita a autonomia na construção de projetos profissionais próprios do Serviço Social.

Já no texto de Calazans *et al.* (2022) a questão do assédio moral⁶² é problematizada, sendo que articulada à lógica produtivista, sendo também possível identificar suas relações com a saúde dos trabalhadores – outra das dimensões da precarização do trabalho, nos termos de Druck (2013). Acerca de maior fragilidade da segurança no trabalho – aqui entendida como saúde dos trabalhadores –, a autora observa:

Esses aspectos, amalgamados à precarização das condições de organização e condição de trabalho, implicam maior exposição a riscos e, dada a perda de estatuto dos trabalhadores, maior sujeição a condições aviltantes e (in)suportáveis, como as metas e os ritmos acelerados que levam aos ‘atalhos’ e às manobras para aumentar a produtividade e fragilizam a saúde e a segurança no trabalho (Druck, 2013, p. 62).

Como se vê vários são os elementos que, identificados nos processos de trabalho, em sua organização e gestão e em dadas condições de trabalho, acabam por impactar as relações com o processo saúde-doença para os(as) trabalhadores(as), incluindo-se as(os) assistentes sociais. Ao considerar o momento pandêmico, é possível inferir como esses diferentes elementos que se expressam, associam e interatuam no mundo do trabalho, constituem um terreno frágil e ao mesmo tempo hostil e que passam a contar também com a sobrecarga de trabalho específica do trabalho relacionada à pandemia e todos os seus próprios aspectos singulares. É possível mencionar o momento de emergência sanitária, o desconhecimento acerca do vírus e em momentos iniciais sem perspectivas de terapêuticas a serem adotadas, com inexistência de vacinas e tratamentos.

⁶² A questão do assédio moral, compreendida como uma questão advinda das novas estratégias de organização e gestão de trabalho a partir da reestruturação produtiva, contribui para maior controle, aprofundando estratégias de dominação sobre o trabalho. (Raichelis; Silva 2015). Desse modo, a partir do assédio moral impõe-se a lógica produtivista no direcionamento ao trabalho. Isso porque inclui-se no assédio moral as ameaças, por vezes, efetivadas, de mudanças do(a) trabalhador(a) do espaço sócio-ocupacional e demissões, o que é acentuada a partir de um regime de contrato precário.

A situação da saúde física e mental, ou melhor, o adoecimento e sofrimento em decorrência de todo o cenário, também é citada por Alves, Lima e Brito (2022); Andrade *et al.* (2022); Araújo e Gomes (2022); Ribas (2022); Carmo; Machado; Nascimento (2022) e Souza (2022). Souza (2022), por sua vez, explicita a realização de atos pela vida das profissionais mortas por Covid-19, sem EPIs suficientes e condições de trabalho adversas. Santos; Jesus e Gomes (2022) acrescentam à problematização, a avaliação de que não foi feito o acompanhamento adequado pelo setor de Saúde Ocupacional.

Calazans *et al.* (2022), a partir da experiência de trabalho voltada ao acolhimento a partir do serviço de psicologia aplicada aos(as) trabalhadores(as) do SUAS em sofrimento psíquico, argumenta que a motivação da pesquisa realizada se deve ao sofrimento psíquico intenso que regeu os(as) profissionais em seu trabalho no momento pandêmico. Observa-se que a “sobrecarga de trabalho associada ao medo do desconhecido com a nova doença causada pelo coronavírus, COVID-19, propiciaram o desenvolvimento de fragilização da saúde mental dos trabalhadores do SUAS” (Calazans *et al.*, 2022, p. 3).

Desse modo, relembra-se que o processo saúde-doença está para além da determinação biológica e da dicotomia saúde-doença, estando sujeito à uma determinação que é também social e, portanto, imbricada nas relações sociais capitalistas de produção e reprodução social, como antes foi apresentado – os modos de viver, o processo saúde-doença e a mortalidade estão entrelaçados ao trabalho. (Souza, 2016). Obviamente que aspectos biológicos, genéticos, entre outros também se associam, mas o processo saúde-doença está intimamente relacionado ao trabalho, como também as próprias condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras. Ao considerar o contexto capitalista, é inegável a relação entre saúde e este modo de produção. Isso porque o modo de ser no capitalismo envolve condições precárias de trabalho e de vida da classe trabalhadora a partir da acumulação e do seu objetivo principal: o mais-valor. Mais diretamente relacionada ao contexto do trabalho, as relações entre os processos de trabalho e o processo saúde-doença devem ser verificadas, pois o trabalhador experimenta, no trabalho, um desgaste físico e mental, além de estar sujeito a riscos e cargas presentes, podendo ou não se expressar como doenças.

Assim, há as estratégias para chegar à acumulação capitalista, como a lógica produtivista, os métodos de organizar e gerir o trabalho, as requisições e exigências feitas aos trabalhadores, as condições ambientais de trabalho, entre outros elementos, que promovem o desgaste e, também, o adoecimento e os acidentes. Também as condições de assistência em saúde, os programas de prevenção de doenças e de promoção da saúde influíram no processo saúde-doença e a um dado perfil de saúde dos trabalhadores, além do assédio moral sobre a

saúde dos trabalhadores, o que inclui assistentes sociais. Também a própria responsabilidade de oferecer serviços voltados à saúde dos trabalhadores pelas organizações públicas e privadas influem nestes processos, sendo que, cada dia mais, nos marcos da acumulação capitalista atual, o que se verifica são iniciativas de desresponsabilização pelos empregados da questão da saúde dos trabalhadores, por vezes, responsabilizando os próprios trabalhadores individualmente. (Souza; Melo; Vasconcelos, 2020).

Além de todas as questões que circunscrevem o trabalho no momento pandêmico, acrescenta-se o medo de contrair Covid-19 ou de perder entes queridos em decorrência da contaminação. Oliveira; Duarte; Zaccaron (2022), ao realizar sua pesquisa, destaca que 100% dos(as) assistentes sociais participantes alegavam ter medo de contrair Covid-19, apesar de 27% declararem terem sido contaminados, enquanto o restante, não. Pereira *et al.* (2022, p. 13) somam à tal questão, a recorrência de “adoecimentos com nexo laboral, dificuldade para dormir, relaxar, cansaço físico e mental, estresse, nervosismo, ansiedade e muita tensão”, apesar de, em seu estudo, identificarem que a maioria não foi contaminada por covid-19 (73%), mas, ainda assim, apresentavam o medo de contaminar-se e/ou seus familiares. Apesar de essas questões afligirem o conjunto dos trabalhadores, bem como o conjunto dos(as) assistentes sociais, em menor ou maior grau, entende-se que os(as) assistentes sociais trabalhadores(as) das políticas de Saúde e Assistência Social foram mais intensamente atingidos. Isso porque foram atividades consideradas essenciais, cuja suspensão das atividades não foi prevista, bem como por serem atividades de contato direto com o público. Inclusive, no caso da Saúde, a possibilidade maior de contato direto com pessoas, de fato, contaminadas por Covid-19, especialmente em dados espaços sócio-ocupacionais.

Araújo e Gomes (2022) acrescentam ao sentimento de medo, o de insegurança, tensão, abalo emocional, desproteção e pânico. Estes não apenas em decorrência do medo da contaminação em si, mas também em relação às aglomerações em frente às unidades dos CRAS em busca de informações e acesso à serviços e, vale ressaltar, que, nos momentos iniciais, não existiam e/ou não foram disponibilizadas aos(as) profissionais. Soma-se, ainda, a ausência de respostas efetivas por parte da gestão frente às demandas apresentadas.

Semelhanças a esta problematização e as reflexões apresentadas acima, provêm da experiência relatada por Camargo e Lima (2022), quando mencionam, ao lado dos sentimentos acima descritos, bem como de casos de adoecimentos que afligiam os gestores e trabalhadores do CRAS. Silva; Silva (2022b), que também trazem a experiência do CRAS, mencionam a exaustão profissional suscitada pela grande quantidade de atendimentos diários, mencionando as recorrências aos CRAS de forma emergencial, além das novas famílias que buscam pelos

serviços, pois anteriormente à pandemia não necessitavam. Ainda, menciona-se o direito à vacinação dos(as) trabalhadores(as) da Assistência Social, pois é evidente o:

[...] risco [...] [de] seu próprio bem-estar, diante das possibilidades de adoecimento e perda da própria vida, uma vez que a assistência social foi reconhecida como serviço essencial, não podendo deixar de ser ofertada no marco da pandemia do Coronavírus, mas o governo federal não reconheceu os profissionais que atuam na referida política como público prioritário para a vacinação contra o vírus da COVID-19 (Silva; Silva, 2022b, p. 6).

Essa especificidade da exaustão e da sobrecarga da experiência do CRAS associa-se à perspectiva aqui colocada anteriormente, tanto em capítulos anteriores, como no item anterior, que trata sobre as requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais, em que se identificam elementos acerca da Assistência Social como política social que assegura a reprodução da superpopulação relativa e a tensão entre trabalho e assistência (Boschetti, 2016). Perspectiva essa que, é possível inferir, se relacionada ainda à intensificação da degradação das condições de vida da classe trabalhadora, anteriores, mas também em função da própria pandemia a partir, principalmente, da questão do trabalho. Soma-se a isso a problemática da redução dos CRAS a um “grande plantão de emergências” (Camargo; Azevedo; Magalhães, 2022, p. 363) como uma caracterização que assumiu no contexto da pandemia de Covid-19.

Evidentemente a questão da sobrecarga também é um elemento a ser considerado e que se faz presente nos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada e aqui apresentada como tendo a precarização do trabalho como temática central. Esta sobrecarga pode ser relacionada, também, ao aumento exponencial de demandas, como foi discutido no tópico anterior, mas também à diminuição do quadro de trabalhadores(as) devido aos afastamentos por questões de saúde. Trazem estas reflexões os trabalhos de Oliveira, Duarte e Zacaron (2022); Araújo e Gomes (2022); Camargo e Lima (2022); Souza (2022); Silva e Silva (2022b); Ribas (2022); Pereira *et al.* (2022); Carmo, Machado e Nascimento (2022) e Chagas (2022), que observam, nas experiências de trabalho de que tratam nessas produções, a existência de apenas um(a) único(a) assistente social na instituição, realizando 5 horas diárias, com uma hora a mais por dia, na qual permanecia de sobreaviso – podendo e efetivamente sendo sempre acionado, seja em finais de semana, feriados ou durante a madrugada. Desse modo, além dos(as) assistentes sociais afastados(as) por questões de saúde, estes(as) que continuavam trabalhando estavam sujeitos à intensidade do trabalho, questão esta que também resvala para a saúde dos(as) trabalhadores(as) e relaciona-se com a dimensão da precarização que diz respeito às condições de trabalho (Druck, 2013).

Uma discussão presente, na maioria dos trabalhos, é a relacionada à existência e disponibilidade de equipamentos e proteção individual (EPI), tais como máscaras, álcool em

gel, *face shield* e qualquer outro instrumento ou material que permitisse a proteção à exposição ao vírus. Nem sempre tais materiais eram disponibilizados pela instituição empregadora. Alves; Lima; Brito (2022, p. 6) relatam que “foi repassado para toda equipe de funcionários do centro quatro máscaras e um par de luvas durante todo esse período de trabalho”; Andrade *et al.* (2022) expressam que a dificuldade do acesso aos EPIs foi um dos principais tensionamentos vividos pelos(as) trabalhadores(as). Araújo e Gomes (2022) também comentam quanto a insuficiência de EPIs e suas possíveis relações com um número significativo de afastamentos por Covid-19. Insuficiência essa também indicada por Carmo, Machado e Nascimento (2022), indicando que, por vezes, ocorria a ausência total de qualquer equipamento de proteção. Souza (2022) menciona, ainda, a testagem insuficiente, bem como a necessidade de protocolar um ofício, por parte do sindicato, para requerer EPIs suficientes, higienização do local de trabalho e proteção aos trabalhadores terceirizados e, caso o contrário, iriam ao local de trabalho somente para assinar a presença e retornariam para casa. Silva e Silva (2022b) também mencionam a insuficiência de EPIs e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), de modo que os(as) trabalhadores os adquiriram por conta própria. Já Ribas (2022) indica, além da falta de EPIs, a falta de higienização do local de trabalho.

Souza *et al.* (2022); Fuzinato *et al.* (2022); Oliveira; Duarte; Zacaron (2022); Pereira *et al.* (2022) apresentam dados quantitativos em suas produções. Souza *et al.* (2022) expressam que:

[...] 73,7% afirmam ter recebido os EPI's, apenas 7% informaram não terem tido acesso aos EPI's. Contudo 19% dos/as assistentes sociais informaram que por estarem trabalhando de forma remota não houve a necessidade do uso de EPI's. [...] A saber 64 % dos profissionais informa que receberam luvas, 62,3% toucas, 55,3% receberam máscara cirúrgica, 45,6% viseiras, 44,7% avental impermeável, 35,1% máscara N 95, 24,6% óculos, 21,9% propé, 19,3% informaram que não receberam nenhum tipo de EPI' em razão de estarem trabalhando de forma remota, 5,4% informaram que a instituição forneceu álcool em gel. Contudo 6,3% dos profissionais responderam que não receberam nenhum tipo equipamento fornecido pela instituição, utilizando-se de seu próprio recurso para adquiri-los (Souza *et al.*, 2022, p. 8-9).

Já Fuzinato *et al.* (2022) observam que cerca de 30% tanto entre trabalhadores(as) do SUS quanto do SUAS mencionaram que receberam EPIs, mas que esses foram insuficientes. Quanto aos tipos e qualidade de materiais, a “máscara cirúrgica é o equipamento referenciado com mais frequência pelos trabalhadores do SUS (28,6%), seguido pela Máscara N95 ou FFP2 (‘bico de pato’) (25%), pelo capote/avental (14,3%) e luvas (14,3%).” No que se refere aos trabalhadores do SUAS, o EPI que é relatado como mais usado “no local de trabalho é a proteção ocular (20,9%) e ‘outros tipos de máscara’ (20,9%), que não foram especificadas pelos participantes.” Em complementam, informando que “Apenas 13,2% indicaram a utilização de

máscara N95 ou FFP2 ('bico de pato'), que comprovadamente se trata da forma mais indicada (COFEN, 2022)". (Fuzinato *et al.*, 2022, p. 7-8)

Por sua vez, Oliveira; Duarte; Zaccaron (2022) observam, que embora os trabalhadores de uma instituição hospitalar afirmem, em sua maioria, que os EPIs foram fornecidos pelo empregador; 72,7% também responderam afirmativamente à questão se haviam comprado, eles(as) próprios(as), tais EPIs e apenas 27,3% afirmaram que não. (Oliveira; Duarte; Zaccaron, 2022, p. 7)

Por fim, Pereira *et al.* (2022) obtiveram como resultado:

[...] 46,6% dos participantes declararam que atuaram de forma presencial, mantendo o distanciamento social exigido pelos decretos e seguindo as normas de higiene obrigatórias com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) com máscaras, *face shield*, higienização das mãos com álcool 70% e readequação dos espaços de trabalho. [...] Com relação aos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos (EPIS) recebidos, 33,3% declararam que se sentem seguro(a) pela qualidade, quantidade e confiante em relação à eficácia do produto oferecido, 53,3% sente-se inseguro(a) pela quantidade oferecida ou desconfiança em relação a eficácia do produto, e 6,6% declararam não terem recebido da instituição onde atuam EPIS (Pereira *et al.*, 2022, p. 10)

Dessa forma, é possível compreender, em menor ou maior grau a depender do espaço sócio-ocupacional, que a disponibilização do acesso a EPIs e outros materiais que visam a proteção e a prevenção à contaminação é passível de críticas. Isto porque os dados indicam que parte dos(as) assistentes sociais não tiveram acesso à EPIs e/ou essa quantidade foi insuficiente, ou, ainda, com a qualidade questionável para evitar a contaminação por Covid-19. Com isso, pode-se inferir que grande chance de contaminação se colocava, tendo em vista o grau de exposição a que assistentes sociais estiveram expostos(as) em função da função exercida. (Leal *et al.*, 2022). Estes autores apontam que esta exposição resultou no número 105 óbitos de assistentes sociais no Brasil e também para o número de 711 mil mortos e quase 39 milhões de infectados pela pandemia da Covid-19 no Brasil⁶³, visto que, ao não utilizar EPIs de qualidade, ou na ausência de seu uso, é possível a transmissão também para a população usuária atendida. Frente ao exposto, é possível enfatizar a dimensão da saúde dos trabalhadores, caracterizada por Druck (2013) como segurança no trabalho. Ademais, em alguns casos, é possível arguir, inclusive, sobre o nexos causal – isto é, estabelecer relações entre o trabalho realizado e o adoecimento, em menor ou maior grau, a depender do espaço sócio-ocupacional – apresentando-se como doença relacionada ao trabalho, especificamente para alguns trabalhadores e trabalhadoras.

⁶³ Como colocado anteriormente, os dados foram obtidos em site do governo federal, que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://covid.saude.gov.br/>

Vale ressaltar que a ANVISA estabelece a necessidade de uso de EPIs, bem como de capacitações e treinamentos para profissionais de saúde no que tange o uso de EPIs (ANVISA, 2020), o que inclui assistentes sociais. Acerca desses treinamentos, Souza *et al.* (2022) identificaram em sua pesquisa que, quanto às orientações sobre uso e descarte correto de EPIs, 43,9% relatam não ter recebido as devidas orientações, bem como Fuzinato *et al.* (2022) demonstram, em sua pesquisa, que 36,4% dos trabalhadores(as) do SUS não passaram por nenhum treinamento, enquanto para o SUAS a porcentagem é de 74,5%. E, por fim, Pereira *et al.* (2022) identificam que 36,6% afirmaram que a instituição não ofereceu capacitação.

Souza *et al.* (2022), ao se debruçarem sobre a realidade do estado do Amazonas, explicita que cerca de 15 assistentes sociais foram à óbito em decorrência da Covid-19. Andrade *et al.* (2022), ao discorrer sobre experiência de trabalho de assistentes sociais em Manaus/AM, comentam que o Amazonas foi o estado com maior número de assistentes sociais que morreram em decorrência da Covid-19⁶⁴. Além disso, Andrade *et al.* (2022) destacam a existência de assistentes sociais que morreram em função das sequelas da Covid-19, bem como os que tiveram afastados do trabalho em decorrência de tais sequelas.

Em suma, entende-se, pelo exposto até aqui, que na pandemia de Covid-19, “[...] a/o assistente social, na condição de trabalhador(a) assalariado(a), não [...] [esteve] isento do processo de precarização do mundo do trabalho [...]”. Isto porque convive “não somente com as dificuldades estruturais das políticas sociais, como dos próprios desafios em manter-se como força de trabalho [...]” Camargo; Lima, 2022, p. 9)

Finalmente, cabe apontar para as relações entre a precarização do trabalho e a organização/representação coletiva e/ou sindical dos trabalhadores, que se soma às demais dimensões (Druck, 2013). Souza (2022), ao colocar a experiência de trabalho em que parte da política de Assistência Social é gerida por uma OSC, explicita a ocorrência da cisão entre os(as) assistentes sociais servidores(as) públicos(as) e contratados(as) pela OSC, visto as diferentes representações sindicais. Esta tendência do enfraquecimento da organização sindical também foi explícita no eixo temático das TICs, a partir da ausência de sociabilidade, com limitações à organização coletiva, tendo em vista a adoção do teletrabalho. A problemática em torno da fragilização da sindicalização já vem sendo problematizada por vários(as) autores(as). Nessa dissertação, foram referenciados diretamente os trabalhos de Antunes (2020), Cesar (1998),

⁶⁴ De acordo com o memorial feito em homenagem aos(as) assistentes sociais mortas em decorrência da Covid-19, ocorreram por volta de 14 mortes de assistentes sociais devido à infecção por Covid-19. Entende-se a possibilidade da ocorrência de outras mortes não registradas no referido memorial. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial>. Acesso em: 08 jun. 2024

Amaral e Cesar (2009) e Druck (2013), que observam as limitações para a organização dos trabalhadores tendo em vista a ofensiva do capital, demarcada especialmente pelas novas estratégias de gestão da produção e do trabalho, como, por exemplo, através da reestruturação produtiva, bem como pelo papel assumido pelo Estado em suas orientações econômico-políticas (ultra)neoliberais – um Estado omissivo no âmbito social (ou ativo, quando se considera as contrarreformas e a submissão aos anseios do capital), mas certamente com forte influência sobre rompimento do poder dos sindicatos, como já afirmava Anderson (1995). Observa-se, assim, intensificação deste fenômeno a partir da flexibilização das relações e condições de trabalho – em realidade um processo de reposição da estrutural precariedade da força de trabalho sob o capitalismo (Souza; Melo; Vasconcellos, 2020), com a consequente divisão dos trabalhadores em diferentes vínculos e categorias, de modo que a unificação de sua representação, organização e reconhecimento como classe trabalhadora, submetidos aos aviltamentos capitalistas, fica fragilizada.

Em suma, a partir do observado acerca dos trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada, que tratam mais diretamente da precarização do trabalho, constata-se o foi aqui anteriormente mencionado: os(as) assistentes sociais são afetados(as) por esses processos multidimensionais de precarização do trabalho, como caracterizado por Druck (2013). Precarizações estas que, inclusive, relacionam-se com os subtópicos anteriores, que dissertam acerca das TICs e requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais. Vale ressaltar, também, que a precarização que rege os(as) assistentes sociais como trabalhadores(as) são anteriores à pandemia, sendo estes(as) afetados(as) tanto como classe trabalhadora, quanto como profissionais que têm como locus privilegiado de atuação das políticas sociais, também impactadas por desmontes e ultraneoliberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto de estudo o trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico e cujo objetivo foi o de conhecer, problematizar e analisar a produção acadêmico-profissional de Serviço Social a respeito, procurando, ainda, indicar suas principais tendências. Além de revisão realizada como fundamentação teórica cuja exposição consta dos capítulos iniciais, de pesquisa documental em legislações e alguns dados secundários, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica com sistemática revisão e análise de parcela da produção acadêmico-profissional de Serviço Social. Isto é, foi utilizado como material os trabalhos identificados e selecionados a partir da consulta a três bases bibliográficas – os que integram os anais do XVII CBAS e do XVII ENPESS, ambos realizados no ano de 2022, bem como os artigos publicados em periódicos científicos classificados como A1, pela área de Serviço Social, realizada pela classificação de periódicos Qualis/Capes, na avaliação do quadriênio 2017-2020, última disponível quando da coleta junto a essas bases.

Inicialmente foi considerado pertinente tratar dos fundamentos teórico-conceituais centrais que envolvem a temática. Assim, o ponto de partida foi a categoria trabalho, em Marx (2013), para tornar possível contextualizar o trabalho de assistentes sociais. Este encaminhamento exigiu também que fossem tratados o conceito de processo de trabalho e as formulações quanto ao reconhecimento do(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a) e, portanto, as contribuições dos principais autores do Serviço Social sobre esta questão foram também revisadas. Soma-se a isso aproximações às formulações sobre o trabalho como serviços, indicando sinalizações sobre questões eventuais que as atuais configurações do trabalho podem trazer à sua caracterização hoje e que podem exigir sua atualização.

Considerando o trabalho do(a) assistente social como trabalho assalariado e, preponderantemente realizado no âmbito estatal, foi apresentada discussão sobre o Estado, em uma perspectiva marxista – essa, especialmente, a partir da revisão da própria formulação marxiana, como também leninista. Embora, outros autores marxistas contribuam com essa discussão, esses não foram visitados, mas, de todo modo, foram reconhecidas as contradições expressas pelo Estado capitalista que, embora cumpra funções ao capital, por vezes, nessa mesma perspectiva e/ou pela correlação de forças, própria à luta de classes, reconhece e atende à esfera do trabalho, ou seja, à classe trabalhadora.

Foi visto que, justamente por isso, frente às crises do capital, há uma retração do Estado nessa direção, como pode ser verificado pela erosão da intervenção estatal no que se refere aos direitos e políticas sociais. Este papel anticrise do Estado foi problematizado à luz das

transformações operadas pelo capital frente as crises que lhe são inerentes e, especialmente, a partir da crise dos anos 1970, e que expressam as estratégias tomadas diretamente pelo capital para lhes fazer face. Nesse sentido, foram abordados os processos de reestruturação produtiva, com as consequentes mudanças na produção e no trabalho, incidindo na organização dos processos de trabalho, com repercussões nos mecanismos de controle e consumo produtivo da força de trabalho, como também sua incidência na reprodução material e espiritual da força de trabalho em uma forte ofensiva à classe trabalhadora. Esses processos, a partir dos autores revisados, se dão em articulação com as orientações econômico-políticas neoliberais e, no Brasil, especialmente a partir de 2016, compreendidas como ultraneoliberais, sob a égide e comando do capital financeiro e cada vez mais articulado à esfera mundial, com a intensificação da internacionalização do capital.

A busca desses fundamentos procurou (re)constituir o quadro de referência para problematizar o trabalho de assistentes sociais – como mencionado, qualificado como assalariado e como uma especialização do trabalho coletivo, evidenciando a formulação teórica da inserção de assistentes sociais em processos de trabalho. Como tal, os(as) assistentes sociais, estão sujeitos às relações de produção e reprodução social capitalistas quando requisitados, tendo o controle de seu trabalho submetido aos empregadores que os contratam, a despeito de guardar características do trabalho liberal em seu trabalho. De forma adicional, foi reconhecido o trabalho de assistentes sociais como serviço e realizadas aproximações às relações que precisam ser consideradas tanto no que se refere à contratação da força de trabalho quanto ao papel que cumprem na reprodução das relações sociais.

Esta fundamentação teórico-bibliográfica realizada procurou atender também à qualificação do trabalho de assistentes sociais como predominantemente desenvolvido na esfera do Estado, embora também possa ser desenvolvido junto a ações sociais do empresariado, bem como de outras organizações da sociedade civil. No caso da produção acadêmico-profissional selecionada, a maioria dos trabalhos se volta para experiências concretas de trabalho de assistentes sociais em distintos espaços sócio-ocupacionais da esfera estatal. Dessa forma, são então caracterizadas as políticas sociais, no Estado capitalista, destacando-as como a principal mediação do trabalho de assistentes sociais. Isto é, respostas do Estado e do capital frente à questão social em suas mais distintas manifestações. São realizadas, ainda, aproximações à configuração das políticas sociais nas últimas décadas e como os processos contrarreformistas incidiram frente a sua materialização nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que os(as) profissionais de Serviço Social se inserem, como trabalhadores(as) assalariados(as). Em realidade, a abordagem privilegia as organizações públicas, tendo em vista sua convergência

com a produção acadêmico-profissional identificada e selecionada e que é objeto de análise. Isto é, no conjunto da produção acadêmico-profissional selecionada, são identificados apenas cinco trabalhos que voltam sua problematização para experiências de trabalho em organizações da sociedade civil (OSC). Nesses casos, ao abordar estes trabalhos, na exposição dos resultados da pesquisa no último capítulo, essa característica do espaço sócio-ocupacional analisado é mencionada, reconhecendo sua especificidade, embora nos limites desta pesquisa não houvesse possibilidades de maior desenvolvimento a respeito.

Este caminho investigativo e de pesquisa foi essencial para que se demarcasse o contexto pandêmico de Covid-19, nos marcos da sociedade brasileira à época e, então, o trabalho de assistentes sociais na pandemia – abordando em detalhe o objeto de estudo da pesquisa realizada. Destaca-se, nesse sentido, que também foi caracterizada a pandemia de Covid-19, especialmente em sua expressão no Brasil, procurando identificar as respostas que lhe foram dadas pelo Estado brasileiro e como foi submetida à gestão negacionista do governo federal à época, demonstrando a realidade do país antes do assolamento da pandemia de Covid-19 e o cenário que esse se encontrava quando de sua eclosão. Este percurso investigativo também contribuiu como quadro de referência para o exame complementar da pesquisa proposta, que se voltou então para uma sistemática revisão da produção acadêmico-profissional selecionada junto a três bases bibliográficas já mencionadas.

Na produção acadêmico-profissional, junto as bases consultadas, foram identificados 494 trabalhos sobre pandemia e, entre eles, 144 que tratam do trabalho de assistentes sociais na pandemia. Um dos resultados centrais a partir deste material identificado e selecionado se refere a confirmação de que há ainda, relativamente, na produção acadêmico-profissional brasileira de Serviço Social, número pouco expressivo de produções voltado ao trabalho de assistentes sociais e, particularmente, a esse trabalho no contexto da pandemia de Covid-19. Essa afirmação é cotejada com a constatação de que, por exemplo, apenas o XVII CBAS contou, e tem publicado em seus anais, com 1293 produções, enquanto os anais do XVII ENPESS é composto por 718 trabalhos, totalizando 2.011 produções apenas nestes dois eventos, sem considerar os periódicos científicos consultados. Essa conclusão considera a concepção de que o momento pandêmico foi um fenômeno significativamente desafiador para assistentes sociais em seu trabalho, de modo que se poderia supor uma quantidade mais expressiva de produções debruçando-se sobre a temática. Constatação essa que vem corroborar a permanência de tendências, identificadas em estudos anteriores desta pesquisadora, quanto ao reduzido número de produções acadêmicas sobre o trabalho de assistentes sociais (Gouveia de Oliveira, 2021b; 2021c).

A partir da produção acadêmico-profissional selecionada e analisada, também foi possível verificar a tendência ao foco de abordagem do Serviço Social ser a do trabalho concreto de assistentes sociais, com a dimensão abstrata não adquirindo centralidade na literatura de Serviço Social, conforme questionamentos já apontados, por exemplo, em Yamamoto (2009); Escurre e Yamamoto (2020). Embora a produção acadêmico-profissional selecionada caracterize e qualifique, a partir de diferentes elementos, as expressões e experiências de trabalho, enquanto processos de trabalho concreto nos quais os(as) assistentes sociais se inserem, não há, na maioria dos trabalhos identificados, a elevação de sua problematização como trabalho abstrato. Dessa perspectiva, o trabalho de assistentes sociais é substantivamente problematizado, destacando-se: seu reconhecimento como trabalhadores(as) assalariados; a precarização do trabalho a que estão também submetidos(as), relacionando-a à constatação de que estão sujeitos aos aviltamentos do capital, por exemplo, nas suas formas de contratação, na remuneração, na sobrecarga de trabalho, isto é, no que se refere ao consumo e controle produtivos de sua força de trabalho. Há também a problematização de aspectos mais diretamente relacionados ao conteúdo das atividades que desenvolvem, enquanto trabalho concreto, que dizem respeito ao que é de específico ao Serviço Social e de sua finalidade no âmbito das relações sociais de produção e reprodução social capitalistas.

No que se refere ao trabalho abstrato, embora identifique-se várias questões relacionadas como as exigências de produtividade; a baixa remuneração, bem como a multifuncionalidade/polivalência e/ou número insuficiente de postos de trabalho – que podem significar impactos sobre o valor médio da força de trabalho; a extensão da jornada de trabalho, entre outros aspectos, essas não são problematizadas à luz das categorias e conceitos relacionados. E, adicionalmente, caberia identificar as relações de trabalho desenvolvidas, reconhecendo que no âmbito estatal, não há produção de valor e mais-valor; todavia, as inflexões operadas, com a contratação de empresas e/ou as denominadas OSC trazem questões a essa problematização que exigem um exame mais detido e que pela especificidade desta pesquisa não é possível maior desenvolvimento.

Em relação a esses 144 trabalhos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada foi possível verificar alguns resultados centrais sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia que foram objeto de reflexões e/ou de problematização pelos(as) autores(as) nestas produções selecionadas e analisados por esta pesquisa. Apresentadas sob a forma de uma síntese geral, as características centrais da produção se qualificam por: predominância de estudos sobre políticas de Saúde e Assistência Social; o recrudescimento de expressões da questão social frente ao acirramento da desproteção social e de inflexões das

contrarreformas do Estado brasileiro no contexto pandêmico; a problematização de fortes críticas à gestão da pandemia pelo governo federal e, pelo, então à época, presidente Bolsonaro; a divisão sexual do trabalho – inclusive, estabelecendo relações com o fato de assistentes sociais serem predominantemente do sexo feminino, mas, sobretudo evidenciando que a divisão sexual do trabalho incidiu, também, de forma específica no contexto da pandemia de Covid-19. Também foi observado que a pandemia não é concebida, nos trabalhos, de forma isolada, mas associada a um contexto anterior, com destaque para a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, a partir da década de 1970, bem como às inflexões do capital e do Estado nas décadas seguintes e que a pandemia agudiza questões que já se faziam presentes. Também foi apresentada uma avaliação positiva de orientações de órgãos da categoria profissional, especialmente do conjunto CFESS/CRESS, no momento de pandemia, a partir de atendimentos aos(as) trabalhadores(as) e divulgação de notas, orientações técnicas e materiais, entre outros.

Após sucessivos procedimentos visando sistematizar o material selecionado e circunscrever o que se constituiria o *corpus* da pesquisa, de forma específica e sob uma análise mais detida, foram realizadas várias leituras, de cunho integral, dos textos que integram a produção acadêmico-profissional selecionada. Dedicando-se a análise de conteúdo foram selecionadas 56 produções, desses 144 trabalhos, a partir de dois critérios de inclusão. O primeiro deles considerou os trabalhos que se debruçavam sobre experiências concretas de trabalho de assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais específicos, tendo em vista o objetivo proposto para esta pesquisa de conhecer e analisar o trabalho de assistentes sociais na pandemia de Covid-19. E o segundo critério de inclusão foi estabelecido a partir da constatação de temáticas centrais que eram transversais ao conjunto das produções. Isto é, embora outras temáticas pudessem ser contempladas, bem como aquelas selecionadas pudessem estar presentes nos trabalhos, a classificação se deu a partir das que fossem tomadas como mais centralmente tematizadas nos trabalhos, relativamente ao conjunto da produção acadêmico-profissional selecionada.

Os três eixos temáticos, então, se debruçam sobre: a adoção das TICs; os requerimentos e demandas e a precarização do trabalho – todos eles relacionados ao trabalho de assistentes sociais na pandemia. Estas temáticas são intituladas na dissertação como *A adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o trabalho de assistentes sociais na pandemia de Covid-19; Requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia e o recrudescimento de expressões da questão social* e, por fim, *Precarização do trabalho de assistentes sociais e interfaces com a pandemia*. Sua problematização e análise é exposta no último capítulo da dissertação.

A partir desta leitura mais apurada, constata-se que, no que diz respeito à temática das TICs, as principais questões retratadas e/ou problematizadas pelos(as) autores(as) são: a diluição do espaço de trabalho que passa a ser composto com o espaço privado/doméstico, o que foi visto de forma negativa por incidir na conciliação entre trabalho e vida privada, bem como por prejudicar a socialização, a sindicalização e organização dos trabalhadores; o ônus dos custos dos meios de trabalho para o trabalho remoto recaindo sobre os(as) trabalhadores(as), nesta pesquisa, os(as) assistentes sociais; o estabelecimento de metas de produtividade; repercussões do trabalho mediado pelas TICs na saúde física e mental; as dificuldades para os(as) usuários(as) em acessar às TICs; o caráter prejudicial das TICs à dimensão técnico-operativo da profissão; e dilemas éticos, especialmente em relação à questão do sigilo. E, ainda, um aspecto valorizado positivamente, nos trabalhos selecionados, refere-se à facilitação que as TICs proporcionam para a realização de reuniões em rede.

Entende-se que o uso das TICs no trabalho já estava posto anteriormente à pandemia, em menor ou maior grau a depender do espaço sócio-ocupacional, com um destaque para a área Sociojurídica em sua implementação nos espaços de trabalho. No entanto, a pandemia e a necessidade de isolamento social aceleraram o uso das TICs no trabalho de assistentes sociais – processo esse que se deu sem a adequada infraestrutura de suporte para a introdução mais intensa das TICs nos processos de trabalho, o que fica retratado também pelas questões colocadas acima, perceptíveis a partir do que é colocado pelos(as) autores(as) nas produções.

Destarte, conclui-se a necessidade de olhar para o uso das TICs no trabalho de assistentes sociais de forma crítica e considerando a totalidade das questões envolvidas, recusando uma visão unilateral, e compreendendo suas contradições e possibilidades, tal como apontado, inclusive, por autores revisados nesta dissertação. Concomitantemente, é importante, portanto, que se considere também as potencialidades que encerram, com a citada facilidade para reuniões em rede, como seu uso, por exemplo, para vencer distâncias quando necessário; o apoio que presta à sistematização do trabalho profissional; a facilidade da comunicação com outras instâncias e políticas etc. Também é preciso compreender que o capital utiliza-se do avanço das forças produtivas para a maior produtividade, visto que estas constituem uma poderosa alavanca nesta direção e, por sua vez, para a obtenção de lucro (Marx, 2013). Desse modo, é preciso atentar-se para a finalidade para a qual as TICs estão sendo utilizadas no trabalho, se para benefício do capital ou da classe trabalhadora, sendo que podem ser potenciais instrumentos a serem utilizados também por essa última.

Assim, urge atentar-se para a utilização das TICs em tempos atuais, em que a Covid-19 não configura mais uma pandemia. Ou seja, atentar-se para suas possíveis interferências na

socialização e conseqüente organização sindical; compreender a qual interesse serve a manutenção de atividades remotas mesmo após o momento pandêmico; quais são suas repercussões para a saúde-doença de assistentes sociais, para a qualidade do atendimento prestado aos(às) usuários(as) do Serviço Social e/ou na fusão entre os espaços da vida privada e o de trabalho; de que forma as TICs podem impactar o atendimento à população usuária com qualidade; e, portanto, aprofundar em pesquisas futuras, o acompanhamento e caracterização da incorporação das TICs ao trabalho de assistentes sociais.

No que tange às requisições e demandas ao trabalho profissional, foi verificada que a maioria de trabalhos, relativamente ao conjunto analisado, está voltada para as políticas de Saúde. Os trabalhos voltados para os espaços sócio-ocupacionais nesta área de política social, evidenciam, de um lado, a incidência de requisições que já acompanhavam os processos de trabalho em saúde, tais como diluição de competências entre as diferentes especializações que os integram e a polivalência. Também foi possível identificar a presença de uma imagem da profissão que insiste em se recolocar, lembrando o passado profissional de Serviço Social e a concepção de assistência que a acompanhava, mas, agora, sob as lacunas que a própria gestão do trabalho deixa em função das condições e relações de trabalho e da gestão do âmbito público sob orientações próprias ou comuns à esfera privada. Tais questões relacionadas à gestão e organização dos processos de trabalho na atualidade, impactaram o trabalho de assistentes sociais, seja pela absorção de requisições e demandas consideradas comuns a todos, bem como por aquelas que podem ser consideradas como “indevidas”, com destaque para atividades voltadas ao suporte em questões clínicas e de óbito, bem como em atividades administrativas que evidenciam lacunas na própria gestão do trabalho,

Se foi possível constatar uma maior intensidade no volume das requisições feitas aos assistentes sociais nos processos de trabalho de que participam, esta é mais substantiva ainda no que se refere às demandas representadas pelas necessidades sociais de usuários e usuárias do SUS. Destaca-se, nesse sentido, o recrudescimento da questão social e que em tempos de pandemia são mais expressivas ainda. E, de outro lado, a própria constatação de que o SUS, de acordo, inclusive, com o que lhe é próprio – de se constituir em um sistema público, universal –, passou a atender, no contexto pandêmico, parcela da população que era atendida por planos de saúde privados. Certamente, que embora se reconheça a importância de reconhecimento do SUS – o que, a princípio, deveria chamar à atenção o próprio Estado brasileiro, bem como suscitar a organização da população em sua defesa –, esta procura intensa por atendimento, legítima e extremamente vital em uma emergência sanitária, proporciona maiores demandas e sua intensificação.

As situações de desemprego, precarização e informalidade de significativa parcela da população brasileira também levam, mesmo na área de Saúde, a maior volume de demandas relacionadas ou não diretamente a essa área, tendo em vista o recrudescimento da questão social, em suas diferentes manifestações. Nos trabalhos analisados, elas são mencionadas como demandas trazidas por usuários(as) em relação ao reconhecimento de diferentes direitos sociais e benefícios que já se faziam presentes, mas que se tornam mais necessários ainda no contexto analisado, especialmente em suas relações com a exposição ao vírus, possível contaminação, adoecimento e/ou mortalidade por Covid-19, tais como: ao comprometimento da renda e as próprias características pandêmicas, que levam a deixar o uso de planos de saúde privados e aderir à assistência em saúde via SUS; as demandas relacionadas ao trabalho e aos direitos trabalhistas e à renda, como orientações previdenciárias, para benefícios, como o BPC, relacionados ao adoecimento e conseqüente dificuldades para realizar atividades laborativas, que tangenciam a Previdência Social.

Quanto à Assistência Social, fizeram-se presentes demandas de negligência e violências no âmbito familiar, como também destacam-se aquelas relacionadas à renda e insegurança alimentar, o que ocasiona sobrecarga para os(as) profissionais, principalmente para a Proteção Social Básica. Isto porque, além de abranger novos usuários, que antes não necessitavam da política, atualizam cadastros e orientações sobre benefícios eventuais e auxílios. Ademais, acerca de experiência sobre a política de Educação, são apontadas demandas relacionadas à in(ex)clusão digital de estudantes.

Assim, a respeito das demandas e requisições, entende-se que não há uma efetiva mudança frente àquelas que já se faziam presentes no cotidiano profissional. Isso porque demandas quanto à benefícios socioassistenciais, que envolvem a renda e situações de insegurança alimentar, as que envolvem questões do trabalho e previdenciárias, o acesso à saúde, entre outras, sempre fizeram-se presentes. O que ocorre é que, na pandemia, há um acirramento das expressões da questão social, o que culmina no aumento do volume de tais demandas, seja por impactar nas necessidades sociais dos usuários e usuárias, seja porque esses também aumentaram, em número e com demandas semelhantes, a procurar as políticas sociais.

A pandemia já encontra um cenário que se dá em um contexto específico: um país de capitalismo periférico, no qual o pleno emprego e um possível Estado de Bem-Estar Social não se fizeram e não se fazem presentes. Se a partir dos anos 1990, várias inflexões se deram sob as orientações econômico-políticas de cunho neoliberal, verifica-se que a partir de 2016 esse quadro é aprofundado em termos de austeridade fiscal e de medidas contrarreformistas que assolam o país e que reverberam significativamente para as condições de vida e de trabalho da

classe trabalhadora, bem como nas atividades do setor público, destacando-se o subfinanciamento e sucateamento das políticas sociais. Cenário esse que leva ao que se denomina como ultraneoliberalismo, como vimos ao longo da dissertação, através de diferentes autores e autoras revisados.

A partir da pandemia e de necessidade de isolamento social, há a restrição da população em sua circulação pública, ficando contida ao espaço doméstico – àqueles e àquelas que possuem um. Também ocorre sua incidência sobre as (im)possibilidades de realização de atividades laborais, com seus impactos no que se refere ao emprego e a renda. Esses aspectos somados ao cenário acima traçado culminam no acirramento dos aviltamentos das condições de vida da classe trabalhadora e das diferentes expressões da questão social. Com isso, a classe trabalhadora coloca questões como o acesso a benefícios que propiciem uma renda familiar; acesso aos serviços previdenciários, a partir da inviabilidade de exercer atividades laborais; demandas relacionadas a violências que acometem parcela da sociedade, como idosos, mulheres e crianças; problemáticas de acesso ao denominado mundo digital, a partir da imposição da necessidade do uso das TICs etc. Soma-se a isso uma parcela da classe trabalhadora que deixa de fazer uso da saúde privada e adere à assistência direta do SUS, como já mencionado.

Desse modo, as requisições profissionais ao trabalho de assistentes sociais no contexto pandêmico são adensadas, ainda que não se coloquem como novidade. Todavia, por vezes, se traduzem sob novas formas, inclusive tornando-se possível inferir que uma imagem social do passado profissional se interponha, como foi verificado e apresentado a partir de distintos trabalhos selecionados. Essas requisições, por vezes, querem ser justificadas, pelas instituições empregadoras, sob o argumento da situação excepcional de emergência sanitária e da consequente necessidade de cooperação de todos e, particularmente, de assistentes sociais – questões também trazidas por trabalhos que integram este conjunto da temática das requisições e demandas que integra a produção acadêmico-profissional selecionada e analisada por esta pesquisa. Entende-se, dessa forma, que no momento pandêmico também se faz presente a questão do(a) assistente social com o profissional que integra o “elo invisível” a partir das lacunas existentes no SUS (Costa, 2006, p. 47). No entanto, destaca-se a necessidade de um trabalho dotado de criticidade e na direção do projeto ético-político profissional, de modo que o(a) assistente social possa realizá-lo de acordo com as atribuições e competências que o integram, bem como o direito de usuários de acesso à informação pela categoria competente para prestá-la (Matos, 2021).

Ao abordar a precarização do trabalho, como última temática que foi identificada como central à produção acadêmico-profissional selecionada, sua problematização e análise tomou como referência principal as formulações de Druck (2013) que a caracteriza como processo multidimensional que vem sendo recolocada no mundo do trabalho atual. Suas diferentes dimensões são apontadas como relacionadas aos processos de mercantilização da força de trabalho, às condições e organização do trabalho; à saúde e segurança no trabalho; ao reconhecimento e construção de identidades pelos(as) trabalhadores e, ainda, à organização coletiva e/ou sindical (Druck, 2013). Dimensões essas que, na maioria das vezes, se dão em articulação, isto é, em um processo de interação entre elas.

Desse modo, entende-se que os processos de precarização do trabalho são anteriores à pandemia de Covid-19, associando-se ao conjunto das inflexões experimentadas no contexto da “acumulação flexível” (Harvey, 2008) e daquelas provenientes da condução econômico-política (ultra)neoliberal (Behring; Cislighi; Souza, 2020), sob o comando do capital financeiro e de aprofundamento da internacionalização do capital. Processos esses que impactaram substantivamente a classe trabalhadora em geral e, no âmbito estatal, estão intimamente relacionados às denominadas contrarreformas seja no que se refere aos servidores públicos como trabalhadores(as), seja na condução das políticas sociais sob contínuo desfinanciamento.

O trabalho do(a) assistente social é impactado, então, como profissional que tem nas políticas sociais seu lócus privilegiado de atuação, bem como um(a) trabalhador(a) assim como todos os outros, sujeito aos aviltamentos do capitalismo. No que se refere à dimensão de mercantilização da força de trabalho, a precarização do trabalho de assistentes sociais se dá pela sujeição também destes(as) trabalhadores(as) a vínculos precários, através de distintas modalidades de contratação e que incidem nas relações e mercado de trabalho, desregulamentando-os e, portanto, eliminando diferentes direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, em geral; e ainda pela transferência de responsabilidades do Estado à esfera privada.

Nesse sentido, se articula também à dimensão da organização e condições de trabalho, destacando-se a gerência, e mesmo execução, de serviços próprios ao Estado e às políticas sociais pelas OSCs, processo esse intrínseco à reorganização econômico-política neoliberal posta, no país, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. Isto é, relaciona-se à crescente presença e práticas de privatização e terceirização estatal, transferindo responsabilidades do Estado às OSCs como expressão de projetos contrarreformistas (Behring, 2003) e que continuaram sendo aprofundadas no período posterior, especialmente a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 e os governos de Temer e

Bolsonaro, aprofundando as contrarreformas e retração dos Estado sob uma perspectiva ultraneoliberal conforme autores(as) revisados na dissertação.

Esses processos de precarização do trabalho são expressos nos trabalhos analisados a partir de questões relacionadas às políticas salariais, evidenciando a baixa remuneração de assistentes sociais; a possível extensão, por vezes, da jornada de trabalho – inclusive em termos da especificidade de 30h semanais, no caso de assistentes sociais, e que nem sempre é cumprida. Também foram apontados elementos da organização dos processos de trabalho, caracterizada por estruturas verticalizadas de gestão, diluição de competências e polivalência; e requisições fundadas em metas e indicadores, com a exigência de produtividade, entre outros elementos. E, no que toca às condições de trabalho, situações de ausência de infraestrutura e de recursos materiais e humanos básicos ao trabalho, o que, para alguns autores(as) dos trabalhos analisados, é apontado como desvalorização por parte da instituição para com os trabalhadores.

Esses elementos, que foram apresentados nos distintos trabalhos analisados e que expressam a precarização do trabalho se traduzem em sobrecarga de trabalho, a partir de fragilidades e lacunas da gestão, bem como por requisições e exigências ao trabalho expressas na atualização do consumo e controle produtivo da força de trabalho. Evidenciam que a gestão, mesmo na esfera estatal, é orientada por uma concepção produtivista do trabalho, seguindo estratégias orientadoras do âmbito privado nas organizações públicas do Estado. As repercussões destes elementos do trabalho de assistentes sociais na pandemia, embora traduzam condições e relações de trabalho que lhes são anteriores, podem ser compreendidas como aprofundadas e/ou agudizadas no contexto pandêmico.

A dimensão da saúde dos trabalhadores, ou segurança no trabalho, como caracterizado por Druck (2013), contribui para o desgaste e, mesmo, adoecimento físico e mental dos trabalhadores em geral e, também, para os(as) assistentes sociais. As questões relacionadas ao processo saúde-doença, tanto física e mentalmente, também estão presentes nos trabalhos analisados e guardam relação com diferentes elementos apresentados e problematizados na análise realizada, principalmente no último capítulo dessa dissertação.

A dimensão da saúde dos trabalhadores também se especifica no contexto pandêmico de Covid-19, tendo em vista a não paralisação das atividades, o que ocorreu também na política de Assistência Social e não só na área de Saúde. Todavia, nem sempre foram ofertadas condições favoráveis de trabalho. Destaca-se, nesse sentido, que, em alguns casos, cabe, inclusive, o questionamento se o adoecimento por Covid-19 se deveu ao próprio trabalho, evidenciando a possibilidade de nexos causais como doença relacionada ao trabalho –

entendimento esse que relaciona-se à concepção do processo saúde-doença e de suas relações com o trabalho, evidenciando sua determinação social. (Souza, 2016).

A saúde dos(as) trabalhadores(as) é particularizada, portanto, pelas possibilidades e especificidade de exposição ao vírus, de contaminação, adoecimento e/ou de mortalidade por Covid-19. Uma questão que foi bastante frequente nos trabalhos foi a referência ao acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), inclusive com dados sendo apresentados nessas produções. Há uma avaliação de que nem sempre este acesso foi garantido pelos empregadores e/ou o foram de forma insuficiente, bem como questionada a qualidade dos materiais oferecidos e as diferenças de acesso aos EPIs entre trabalhadores(as) assistentes sociais nas áreas de Saúde e Assistência Social. São mencionadas, assim, a necessidade de aquisição de EPIs pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), incluindo-se os(as) assistentes sociais, e, também, limitações no que concerne a orientações/treinamentos para a atuação profissional naquele contexto.

Desse modo, na análise, foram identificadas tendências de expressão dessas múltiplas dimensões da precarização do trabalho também para os(as) assistentes sociais na pandemia, sendo possível identificar, inclusive, elementos das temáticas abordadas nos tópicos anteriores – a adoção das TICs e as requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais na pandemia. Esses elementos contribuem para o processo multidimensional da precarização, uma vez que relacionados ao conteúdo e a forma de condução dos processos de trabalho, quando são analisadas as experiências concretas do trabalho de assistentes sociais nos distintos espaços sócio-ocupacionais para os quais os trabalhos selecionados se voltam em sua problematização. Esta imbricação entre diferentes elementos evidenciam a importância da abordagem dos processos de trabalho em sua totalidade, considerando que as distintas estratégias de gestão e organização do trabalho adotadas visam atender a interesses dos empregadores e incidem no consumo e controle produtivo, bem como na reprodução material e espiritual da força de trabalho na atualidade (Cesar, 1998; Amaral, Cesar, 2009).

Conclui-se, desse modo, que os impactos da pandemia de Covid-19 ao trabalho de assistentes sociais se deu, principalmente, quanto à adoção no uso das TICs no trabalho; nas requisições e demandas ao trabalho de assistentes sociais e na precarização do trabalho. Entende-se, também, que tais desafios não são completamente novos, mas foram exacerbados com a pandemia. Há, com isso, a necessidade de atenção aos possíveis contornos que permanecem no mundo do trabalho atualmente a fim de aprofundar o conhecimento sobre o trabalho de assistentes sociais frente às metamorfoses do trabalho.

Em termos de limitações identificadas nesta pesquisa, destaca-se, inicialmente aquelas relacionadas ao acesso às bases de dados, com padrões diferenciados e nem sempre amigáveis

no sentido das filtragens que permitem que sejam estabelecidas. Mas, sobretudo, destaca-se as discrepâncias entre títulos, resumos e palavras-chave e o conteúdo dos trabalhos. Essa questão já é apontada por autores no que se refere à metodologia de pesquisa; no entanto, reforça-se aqui a necessidade de maior atenção a esses aspectos em relação à produção acadêmico-profissional de Serviço Social, embora certamente não se restrinja a essa, mas é aqui a que foi tomada para a pesquisa. Estas inconsistências identificadas acabaram por resultar em processos exaustivos de operacionalização da pesquisa e, na maioria das vezes, a exigência de leituras recorrentes, inclusive de textos completos desde os momentos iniciais de coletas dos dados nas bases mencionadas.

Outra questão percebida é a da identificação de que muitos trabalhos se detêm intensiva e extensivamente nos conteúdos de revisão teórica, mas com menor desenvolvimento sobre as experiências concretas de trabalho de assistentes sociais. Também, por vezes, identifica-se imprecisões conceituais, o que exigiu redimensionar a pesquisa a fim de poder se acercar melhor do objeto de estudo, o que levou a um processo meticuloso e acurado não apenas de filtragens que se complementaram no processo, mas de leituras sucessivas e do corpo integral dos trabalhos e as opções feitas e que recaíram na análise que é exposta no último capítulo. Certamente, desafios acompanharam esses processos, envolvendo além de leituras bastante exaustivas do material, ou *corpus* da pesquisa, bem como na escolha e identificação dos trabalhos e seu agrupamento nos três eixos temáticos escolhidos, a partir da consideração de quais conteúdos eram efetivamente centrais aos trabalhos. O volume de trabalhos identificados também pode ser considerado um desafio que foi transposto e, ainda, o tempo disponível para a realização desta pesquisa – desafio considerado central, tendo em vista a inserção da autora no mercado de trabalho, mais especificamente na atenção primária à saúde.

Esses processos foram facilitados com o uso do programa Excel, o que permitiu uma visão de conjunto da produção acadêmico-profissional identificada e selecionada, inclusive estabelecendo uma classificação de vários atributos relacionados como foi exposto na dissertação. Por fim, acredita-se que as distintas filtragens e a definição de critérios de inclusão e exclusão, bem como as escolhas metodológicas quanto a apresentação por temáticas mais centrais e transversais à produção acadêmico-profissional identificada e selecionada sobre o trabalho de assistentes sociais na pandemia acabaram por resultar em um bom desfecho, significando também uma importante aprendizagem para a pesquisadora.

A partir dos resultados apresentados, é reconhecido como necessário que novos estudos e pesquisas sobre as temáticas que transversalizam o objeto tomado para o estudo nesta pesquisa sejam desenvolvidos. Particularmente, ressalta-se aqui os estudos que dizem respeito a uma

temática específica: o uso das TICs no trabalho de assistentes sociais, inclusive considerando-se que sua utilização é mascarada como uma maior comodidade do *home office* e do teletrabalho e das facilidades que pode proporcionar ao trabalho, mas que podem também impactar na permanência e intensificação das questões aqui anteriormente colocadas.

A aceleração que a pandemia trouxe para as modalidades de trabalho remoto e a inserção das TICs nos processos de trabalho em que os(as) assistentes sociais se inserem é um fenômeno digno de preocupação, com diferentes temáticas que o atravessam. Tem-se a hipótese de que, mesmo no momento atual, em que a Covid-19 não configura mais uma pandemia, a tendência à incorporação cada vez mais abrangente e intensa das TICs nos processos de trabalho está colocada. A problemática não está apenas no uso das TICs, mas para que fim, com qual intuito, em quais atividades. Até que ponto as TICs irão ocupar espaço no trabalho de assistentes sociais? A tendência do uso da Inteligência Artificial (IA), principalmente o que vêm ocorrendo na política de Previdência Social, é uma preocupação no que tange à substituição de assistentes sociais nestes espaços sócio-ocupacionais? Mais do que isso, como fica a qualidade da oferta dos serviços para a população usuária? A tentação do discurso da diminuição do tempo de deslocamento entre trabalho e residência, conforto e possibilidade de ocupar-se aos trabalhos de cuidado – inclusive, importante reconhecer, dotado de cunho sexista – pode propiciar uma menor resistência à adesão do trabalho remoto? Qual o preço da conectividade e facilidade de contato no que tange à saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras e, em continuidade a esta pesquisa, de assistentes sociais? Será que o uso das TICs no trabalho de assistentes sociais está sendo suficientemente problematizado? São questões importantes sobre as quais pretende-se debruçar em novas pesquisas.

Por fim, considera-se que diferentes problemáticas e temas que atravessaram a formação profissional e a maior qualificação com a realização do mestrado, bem como nesta pesquisa, foram importantes e possibilitaram a obtenção de um conhecimento mais aprofundado e, por sua vez, como desdobramento, o aperfeiçoamento do trabalho profissional – com certeza, dotado de maior criticidade, graças aos aprendizados do processo. Problemáticas essas, já presentes na realidade brasileira, mas exacerbadas com a pandemia, sendo que o cenário atual coloca a necessidade de constante qualificação profissional, para que se tornem possíveis exercícios em direção à uma práxis dotada de criticidade, bem como a organização da categoria profissional de Serviço Social em direção aos seus direitos enquanto trabalhadores(as). A saída, certamente, é coletiva.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro. Nov. de 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024

AFP – Agence France-Presse. Bolsonaro sobre vacina: se você tomar e virar um jacaré, é problema seu. In: *Carta Capital*, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-sobre-vacina-se-voce-tomar-e-virar-um-jacare-e-problema-seu/>. Acesso em: 23 mar. 2024

ALEGRETTI, L. Não é só efeito da pandemia: por que 19 milhões de brasileiros passam fome. In: *BBC News Brasil*. 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57530224#:~:text=Em%202014%2C%20%20Brasil%20inclusive,%2C3%25%20dos%20domic%C3ADlios%20pesquisados>. Acesso em: 10 set. 2021

ALIANÇA, J.M. A prática profissional do serviço social no Ministério Público durante a pandemia da Covid-19. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso brasileiro de assistentes sociais*, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

ALMEIDA, A.P.; LEMOS, L.S.; BIANCARDI, J. S. N. O assistente social como ator da vigilância socioassistencial: relato de experiência na pandemia do Covid-19 do município de Oliveira/MG. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022

ALMEIDA, J. A. Sistematização da prática profissional do assistente social no serviço de residências inclusivas da proteção social especial de alta complexidade no contexto de pandemia. In: CFESS/ABEPSS. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS,, 2022.

ALMEIDA, W.S. *et al.* Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. *Rev. Bras. Epidimol*, nº 23, 2020.

ALMEIDA, N. L. T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 52, p. 24-47, 1996.

ALMEIDA, N.L.T. ALENCAR, M.M.T. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, nº 34, ano XVIII, 161-180, 2015.

ALVARENGA, M.S. *et al.* O Serviço Social no contexto de pandemia da covid-19: o caso do Hospital Estadual Dório Silva/ES. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

ALVES, C. C. J.; LIMA. I. S.; BRITO, A. E.C. Precarização do trabalho na política de assistência social em tempos de pandemia em um Centro de Referência de Assistência Social

– CRAS. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

AMARAL, A.S.; CESAR, M.J. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas In: CFESS/ABEPSS (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANDRADE, R. F. C. *et al.* Viver ou sobreviver: dilemas do trabalho dos/as assistentes sociais na pandemia. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P.(Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8º edição. São Paulo: UNICAMP, 2002.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. [recurso eletrônico]

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009

ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANVISA. *Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (covid-19)*. Brasília: ANVISA, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.anvisa.gov.br/jspui/bitstream/anvisa/376/1/NOTATECNICA_04_2020_GVIMS_GGTES_ANVISA_orienta%c3%a7%b5esparaservi%a7osdesa%bade medidasdepreven%a7%a3oecontrolequedevemseradotadasduranteaassist%aanci aaoscasossuspeitosouconfirmadosdeinfec%a7%a3opelonovocoronav%adrus.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2024.

ARAUJO, K.J.D.F.; GOMES, L.M.S. L. Serviço Social em tempos de pandemia: breves reflexões sobre a atuação profissional das/os assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Belém. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

BARBOSA, R.N.C.; CARDOSO, F.G.; ALMEIDA, N.L.T. A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 58, p. 109-130, 1998.

BARBOSA, R.N. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao serviço social na contemporaneidade. *Socied. em Deb*, Pelotas, v. 24, n. 2, p. 245-272, mai/ago. 2018.

BASTOS, A.S.F.; LYRA, M.C.A.; ROCHA, R.S. Covid-19, assistência estudantil e desafios ao serviço social: relato de experiência na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). In:

CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

BBC News Brasil. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. *In: BBC News Brasil*. 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 22 mar. 2024

BBC News Brasil. CPI da Covid: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas. *In: BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57104347>. Acesso em: 23 mar. 2024

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BEHRING, E.; CISLAGHI, J.F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. *In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C. de; FREIRE, S.M. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando, 2020, p. 103-122.

BERLINGUER, G. Globalização e saúde global. *Estud. av.*, nº 13,1999.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. MG. Edital SMASAC nº02/2022 - Concurso Público - Analista de Políticas Públicas/Psicologia e Serviço Social. *In: _____*. Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. *Oportunidades de trabalho*. Belo Horizonte, MG, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/oportunidades-de-trabalho/concurso-publico-02-2022>, em que é divulgado concurso público para provimento de vagas nos cargos de “analista de políticas públicas” nas especialidades “Psicologia” e “Serviço Social”. Acesso em: 10 de jun. 2024.

BHATTACHARYA, T. *Como não deixar a classe de lado: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global*. Tradução: Tradução por Rebecca de Oliveira Freitas. *Viewpoint Magazine*, 2015. Original disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/10/31/how-not-to-skip-class-social-reproduction-of-labor-and-the-global-working-class>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BOSCHETTI, I. *Assistência social e trabalho no capitalismo* - São Paulo: Cortez, 2016.

BOTÃO GOMES, M.R.; PASTORINI, A.C.; VELOSO, R. S. Trabalho, avanços tecnológicos e serviço social. *O Social em Questão* (online), v. 1, p. 1-12, 2024.

BRAGA, I.A.; DIAS, A.A.P.; ALMEIDA, J. N. *O trabalho social com família na proteção social básica no município de Teresina no contexto da pandemia da Covid-19* *In: ABEPSS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. 140p.

BRASIL. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm. Acesso em: 23 mar. 2024

BRASIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO (MARE). *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, MARE, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 01 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm. Acesso em: 26 maio 2024

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 19 jul. 2023

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm. Acesso em: 18 jul. 2023

CALAZANS, C. M. Acolhimento a profissionais da assistência social em um período pandêmico: relato de experiência. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

CAMARGO, J.A.; AZEVEDO, C.A.; MAGALHÃES, C. D. Política de assistência social e pandemia :desafios à atuação profissional do/da assistente social no CRAS. In: *O Social em Questão*. nº 54, Ano XXV, p. 351-372, set-dez/2022

CAMARGO, J.A.; LIMA, C.A.A. A atuação do/da assistente social na gestão do suas no contexto da pandemia: elementos para reflexão. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento* – Brasil: JK-JQ. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

CARMO, J. S.; MACHADO, S.M.N.; NASCIMENTO, J., F. Política de assistência social e pandemia da Covid-19 em Feira de Santana – Bahia. *In: ABEPSS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

CARVALHO, J.M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*: Rio de Janeiro, n. 2, 1995.

CARVALHO, A.M.P.; CARNEIRO, A. M. F. A política de assistência social no contexto da pandemia da covid-19 no Maranhão: entre o desmonte e a essencialidade. *Revista de Políticas Públicas*. v. 25 n. 2, p. 815-833, 2021.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1999

CEE – CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ Antonio Ivo de Carvalho. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil. *In: _____*. *Notícias: Covid-19*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 27 maio, 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 10 set. 2021.

CESAR, M.J. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. *In: MOTA, A.E. (Org.) A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998

CESAR, M. J. *O serviço social na pandemia de Coronavirus Disease (Covid-19)*: repercussões no Instituto de Previdência e Assistência do município do Rio de Janeiro. *In: ABEPSS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2010

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Orientação Normativa n. 3/2020 de 31 de março de 2020*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional*. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL *Perfil de assistentes sociais no Brasil*: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, DF: CFESS, 2022.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Teletrabalho e teleperícia*: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Brasília (DF), 2020. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/10/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

CHAGAS, Y.A. O serviço social na linha de frente do novo coronavírus: alguns apontamentos acerca do trabalho profissional. In: ABEPSS. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

CNN Brasil. Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. In: *CNN Brasil*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-causa-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 23 mar. 2024

CODEÇO, C.T *et al.* Estimativa de risco de espalhamento da Covid-19 no Brasil e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões brasileiras. In: FREITAS, C.M.; BARCELLOS, C. VILLELA, D.A.M (Org.). *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021.

CORTÉS, J.J.C. *et al.* A pandemia pelo Sars-CoV-2 no estado do Amazonas. In: FREITAS, C.M.; BARCELLOS, C. VILLELA, D.A.M (Org.). *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021.

COSTA, M.D.H. O trabalho em serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, A.E. *et al.* (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

COTRIM, V.A. *Trabalho produtivo em Karl Marx: novas velhas questões*. (Mestrado em História Econômica). Departamento de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CRIVOI, K.K.; FADEL, C.B.; BOURGUIGNON, J, A. Reflexões sobre os processos de trabalho do Assistente Social hospitalar em tempos de pandemia. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, 2014.

DEL PRA, K. R. *et al.* As ações profissionais da/o assistente social na atenção primária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19. *Katálisis*, Florianópolis, n. 3, v.24, p. 595-606, set./dez. 2021

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, R. (Org.) *A riqueza e a miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ESCURRA, M.F; IAMAMOTO, M.V. Serviço Social e trabalho da(o) assistente social: revisitando o debate histórico-crítico In: MELO, A.I.S.C.; CARDOSO, I.C. da C.; FORTI, V.L. (Org.). *Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FEDERICI, S. O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago, diz Silvia Federici. In: *Folha de São Paulo*, 14 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici.shtml>. Acesso em: 19 maio 2024.

FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, ago. 2002

FERREIRA, F.C.; MARTINS, C.J.; PAIVA, L.T. *Autismo e serviço social: relato de experiência de assistentes sociais autistas no período pandêmico*. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

FLEURY, S. Em busca de uma teoria do Welfare State. In: *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994

FONSECA, K.H.C. *O trabalho de assistentes sociais no sistema penitenciário paulista em tempos de pandemia*. In: ABEPSS. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

FORTES, P.A.C.; RIBEIRO, H. Saúde Global em tempos de globalização. *Saúde Soc.* São Paulo, v.23, n.2, p.366-375, 2014.

FREITAS, C.M.; BARCELLOS, C. VILLELA, D.A.M. Apresentação. In: FREITAS, C.M.; BARCELLOS, C.; VILLELA, D.A.M (Org.). *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19/Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021.

FUZINATTO, A, M. *et al.* Apontamentos sobre as condições e formas do trabalho de assistentes sociais no período da pandemia nos CAPS, CREAS e CRAS da região Macro Metropolitana de Porto Alegre. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2022.

G1. Consórcio de veículos de imprensa completa 500 dias de trabalho colaborativo. In: *Globo*, G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/20/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-completa-500-dias-de-trabalho-colaborativo.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2024

G1. Brancos são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas. In: *Globo*, G1. 14 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2024

GOMES, M.F.L.; CRUZ, R.M. Serviço Social e educação em tela: a in(ex)clusão digital e o fazer profissional nas ações da Assistência Estudantil no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) a partir da pandemia da Covid-19. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

GOMES, S.P.; TAQUETTI, C. L. Impactos da pandemia no exercício profissional de assistentes sociais na política de saúde no Espírito Santo. In: ABEPSS. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOUVEIA DE OLIVEIRA, I. “A velha precarização intensificada”: o impacto da pandemia da Covid-19 sobre as assistentes sociais na condição de trabalhadoras do SUAS de Niterói.

(Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021a

GOUVEIA DE OLIVEIRA, I. O trabalhador assistente social: a produção do conhecimento a partir da análise dos ENPESS de 2016 e 2018. In: *X Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, 2021b. Transformações no Mundo do Trabalho, Organização Política e Consciência de Classe, 2021b. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaosu_267_2676102bb208966c.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021

GOUVEIA DE OLIVEIRA, I. *O trabalhador assistente social: a produção do conhecimento na área de serviço social (2015-2018)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2021c. 23 p. Relatório de pesquisa. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2021/download/relatorios/CCS/SER/SER_Isabella%20Gouveia%20de%20Oliveira.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023

GOUVEIA DE OLIVEIRA, I. O lucro e o desmonte dos direitos do trabalhador: terreno fértil para a perpetuação das formas de trabalho adotadas no período pandêmico. In: SHEREMETIEFF, A, H; ANUNCIAÇÃO, C; MONNERAT, D.M.; RABELLO, E.T. (Org.). *Visões contemporâneas sobre políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, p. 646-658, 2021d.

GOUVEIA DE OLIVEIRA, I. A trabalhadora assistente social no ENPESS: a produção do conhecimento a partir da análise dos anais de 2016 e 2018. In: ABEPSS. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2022, Brasília: CFESS/ABEPSS. Trabalho, Questão Social e Serviço Social, 2022a. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00078.pdf>. Acesso em: 14jul. 2023

GOUVEIA DE OLIVEIRA, I. G. Nós olhamos para nós? Uma análise da produção de conhecimento sobre a assistente social como trabalhadora. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília: ABEPSS/CFESS, 2022b. Trabalho, Questão Social e Serviço Social, 2022b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000000227.pdf>. Acesso em: 14 jul.2022.

GRAGNANI, J. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. In: *BBC News Brasil em Londres*. 12 julho 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 28 maio 2024.

GRANEMANN, S. Processos de trabalhos e Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS-Cead/UNB. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo I – Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: Cead-UNB, 1999

GUERRA, Y. *et al.* Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil. In: ABEPSS. *Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2016.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HERCULANO, C.T. A prática mediadora do assistente social durante o processo de internação hospitalar decorrente da Covid-19. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Revista da Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano II, N.3, 2001

IAMAMOTO, M.V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: CFESS/ABEPSS. (Org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS / ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica*. 34ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. O mundo do trabalho. *São Paulo em perspectiva*, 8(1): 2-12, jan./mar., 1994.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 17 jul. 2023.

KILDUFF, F. *et al.* Crise sanitária e serviço social: implicações da pandemia de covid-19 na reorganização dos processos de trabalho em um hospital universitário. *In: ABEPSS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

LARANJEIRA, R. Estado da Arte do direito agrário no Brasil. *Anais do XI Seminário Internacional do direito agrário*. Associação Brasileira de direito agrário. Maranhão, 2003.

LEAL, F.X. *et al.* A morte por Covid-19 bate à porta das/os assistentes sociais no Brasil. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n.1, p. 194-211, 2022.

LÊNIN, V. *O estado e a revolução: a doutrina marxista do estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-revolucao.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024

LIMA, T.C.S; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*. Florianópolis. v. 10. p. 37-45, 2007

LIS, L. TCU vê irregularidade em quase 440 mil cadastros do auxílio emergencial. *GI*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2020/11/04/auditoria-do-tcu-aponta-indicio-de-irregularidade-em-quase-440-mil-cadastros-do-auxilio-emergencial.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2024

MACHADO, et al. *O contexto pandêmico brasileiro e impactos no cotidiano profissional: relato do trabalho de assistentes sociais em um hospital de alta complexidade*. In: CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

MANDEL, E. *A crise do capital*. Campinas: Unicamp/Ensaio, 1990

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. [Livro I] : O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: [https://redept.org/uploads/biblioteca/MARX, Karl. O Capital . vol I . Boitempo . .pdf](https://redept.org/uploads/biblioteca/MARX,_Karl._O_Capital_.vol_I_.Boitempo_.pdf). Acesso em: 2 fev. 2023

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. [Livro II]: o processo de circulação do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007

MATOS, M.C. (Des)informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Rio de Janeiro, 2º. Sem. 2021, n. 48, v. 19, p. 124 - 138

MAURICIO, J.M.M. *Condição assalariada e consciência de classe dos assistentes sociais: reflexões sobre o trabalho assalariado nos CRASs*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. N-1 edições, 2018

MEDEIROS, A.A.; VASCONCELLOS, M.P. Ambiente, saúde e covid-19: da crise global à existência sustentável. *Saúde Soc*. São Paulo, v.32, n.1, 2023

MENDES, R. Vigilância em Saúde do Trabalhador na Pandemia. In: FREITAS, C. M., BARCELLOS, C., VILLELA, D.A.M. (Org.). *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19/Fiocruz; Editora Fiocruz, 2021, pp. 345-355

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M.C.S. Fase exploratória da pesquisa. In: _____. *Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ª. ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec / ABRASCO, 1999, p.89-104.

MONNERAT, G. L.; SENNA, M.C.M. A Seguridade Social brasileira: dilemas e desafios. In: MOROSINI, M.V.G. C.; REIS, J.R.F. (Org.). *Sociedade, Estado e direitos à saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

MORAES, P. M. *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases sócio-históricas brasileira. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, v. 24, p. 802-818, 2020.

MORENA, R.V.; WANDERLEY, M.B. O retrato de uma profissão: os desafios do trabalho profissional do assistente social em tempos de pandemia da COVID-19. *In: CEFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

MORENO, R.V.; WANDERLEY, M.B. o retrato de uma profissão: os desafios do trabalho profissional do assistente social em tempos de pandemia da COVID-19. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2022.

MOTA, A.E. *Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995

MOTA, A.E. *O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa*. 5ª. ed. rev. ampl. São Paulo. Cortez, 2008

MOURA, J.A.; CAVALCANTI, L.F. *De volta para casa: o teletrabalho no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o acirramento da desigualdade de gênero no contexto da pandemia da Covid-19*. *In: ABEPSS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

NASCIMENTO, M.K.O.; MEDEIROS, J.M.A.A. lutas e desafios do serviço social na saúde em um hospital na região do seridó potiguar: as incongruências do exercício profissional no contexto da pandemia da Covid-19. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

NEGRI, F.L.; OLIVEIRA, L.M. *O trabalho do/a assistente social no controle social e o uso das tecnologias no contexto da pandemia*. *In: ENPESS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*. Revista da Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano II, N.3, 2001.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 14ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009

OLIVEIRA, H. C.; DUARTE, C.S.; ZACARON, S. S. Condições de trabalho de assistentes sociais na saúde. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

PAZ, F.A.R. Tecnologias da informação e comunicação na assistência estudantil durante a pandemia da Covid-19. *Serviço Social e Sociedade*, nº 144, 2022

PEREIRA, D. V.L. *et al.* Impactos e desafios aos assistentes sociais na política de assistência social na pandemia nos municípios da Paraíba. *In: ENPESS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

PEREIRA, M. C. C. O trabalho profissional do assistente social judiciário em tempos de pandemia covid-19. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

PINHEIRO, S. K. M. *et al.* O serviço social em tempos de capitalismo pandêmico: o exercício profissional no Sistema Único de Saúde (SUS) na pandemia de Covid-19. *In: ENPESS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

RAICHELIS, R. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. *Em pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 41, v. 16, p. 154-170, 2018.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. CFESS/ABEPSS. (Org.) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In: MOREIRA, S. et al. (Org.). Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. CFESS: Brasília, 2020, v. 2.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C.C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

RAICHELIS, R.; SILVA, O. D. O assédio moral nas relações de trabalho do (a) assistente social: uma questão emergente. *Serviço Social & Sociedade*, v. 123, p. 582-603, 2015.

RIBAS, A.C.W. A pandemia da covid 19 e as condições de trabalho dos profissionais do SUAS no estado de Santa Catarina. *In: ENPESS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

RIBEIRO, B.C.S.; CARVALHO, G.C.F.; TEIXEIRA, K. C. S. O trabalho da assistente social na saúde: desafios no período de pandemia. *In: ENPESS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

RIBEIRO, D. L. G. S.; CASTRO, R.C.A.M. Estado da arte, o que é isso afinal? *Anais III CONEDU*. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20969>. Acesso em: 07/09/2023 11:51

ROCHA, C.T.M; AMADOR, F.S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. *Cad. EBAPE.BR*, v. 16, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2018

ROCHA, G.A.; I.V, MOREIRA. A atuação de assistentes sociais na atenção à saúde de pessoas que vivem com HIV em meio à pandemia da Covid-19. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

ROCHA, J.M.R. Trabalho do assistente social num hospital de urgência e emergência em tempos de pandemia da Covid-19: algumas reflexões e considerações. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022

RODRIGUES, T.F. *et al.* Condições do trabalho profissional de assistentes sociais na região metropolitana da baixada santista em tempos de pandemia. CFESS. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022a.

RODRIGUES, T. F. *et al.* Requisições e respostas profissionais no contexto da pandemia da covid-19: aproximações à realidade da região metropolitana da Baixada Santista. *In: ABEPSS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022b.

ROMANOWSKI, J. P. *As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-134348/publico/JOANA_PAULIN_ROMANOWSKI.pdfAcesso em: 4 set. 2023

ROMANOWSKI, J. P; ENS. R.T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

ROSENFELD, C.L; ALVES D.A. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 1, p. 207-233, 2011.

SANTANA, L.R. *O Serviço Social na vara de violência doméstica e o uso das TIC no contexto pandêmico: entre fronteiras e perspectivas*. *In: ENPESS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022.

SANTOS, G.S.; JESUS, D. F.; GOEMS, V. S. Precarização da política de saúde para população em situação de rua na pandemia: um relato de experiência da atuação profissional no Consultório na Rua de Salvador/BA. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

SANTOS *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estud. av.* 34 (99), maio/ago. 2020.

SANTOS, J.N; CALLEIA, F.S. Entre um futuro incerto e um presente desafiador: O Serviço Social na atenção primária de Juiz e Fora no contexto da Pandemia da COVID-19. *In: XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. ABEPSS/CFESS: Brasília, 2022.

SARAIVA, L.G. Proteção social do suas no contexto da pandemia da Covid-19: o que os números contam sobre o CRAS. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013

SILVA, A.C.S. *et al.* Dificuldades na atuação do(a) assistente social nas unidades de pronto atendimento e hospitais de campanha durante a pandemia da Covid-19. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022

SILVA, M.S. O serviço social e as requisições institucionais no estado do rio de janeiro em tempos de pandemia do novo Coronavírus (SAS-COV-2). *In: ABEPSS. Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2022

SILVA, E.A.; SILVA, A.R. Serviço Social e pandemia: perspectivas e desafios para a atuação na política de saúde. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022a.

SILVA, G.K.B.; SILVA, D.K. O serviço social no contexto pandêmico: impactos nas condições de trabalho dos assistentes sociais no Centro de Referência de Assistência Social. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022b.

SILVA, B.K.S.G.; SOARES, J.B. *A atuação do assistente social na saúde e o uso das TICs 's': uma reflexão no contexto da Covid-19*. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

SILVEIRA, D.R.O. *et al. A experiência de trabalho do serviço social em um serviço de geriatria: especificidades do contexto pandêmico*. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

SOARES, M.B; MACIEL, F. (Org.) A construção do conhecimento. *In: _____*. *Alfabetização*. Série Estado do Conhecimento, n. 1. Brasília: MEC/Inep/ Comped, 2000.

SOARES R. C.; CORREIA, M. V. C; SANTOS, V. M. Serviço social na política de saúde no enfrentamento da pandemia Covid-19. *Serv. Soc. Soc.* (140) Jan.-Apr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/>. Acesso em: 24 maio 2024.

SOUZA, D. O. A saúde na perspectiva da ‘ontologia do ser social’. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14 n. 2, p. 337-354, 2016

SOUZA, D.O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2.469-2.477, 2020

SOUZA, D. O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, 2021

SOUZA, D.O.; MELO, A.I.S.C.; VASCONCELLOS, L.C.F. Precarização da força de trabalho e saúde dos trabalhadores: (in)flexibilidades no “museu de grandes novidades”. *In: MELO, A.I.S.C.; CARDOSO, I.C. da C.; FORTI, V.L. (Org.) Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 71-92.

SOUZA, E. A. *Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de COVID-19*. *Katálisis*, v. 25 n. 1, 2021.

SOUZA FILHO, E. P.; *Notas sobre o teletrabalho no contexto da pandemia Covid-19: reflexões a partir do cotidiano profissional numa organização da sociedade civil*. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

SOUZA, J.G. *et al. Serviço social em tempos de pandemia: as estratégias do Conselho Regional de Serviço Social CRESS-AM na efetivação da garantia das condições éticas*

técnicas das/os assistentes sociais no Amazonas. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

SOUZA, N.T. A organização das trabalhadoras do SUAS em tempos de pandemia: a luta pela sobrevivência. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

STAMPA, I. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 30, v.10, p. 35-60, 2012

VELOSO, W. M.R. *et al.* Atuação do assistente social na atenção hospitalar em tempos de pandemia: desafios e possibilidades interventivas. *In: CFESS. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2022.

VOSGERAU, D.S.R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014

WERNECK, G. L. Cenários epidemiológicos no Brasil: tendências e impactos. *In: FREITAS, C. M., BARCELLOS, C., VILLELA, D.A.M. (Org.). Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde [online]*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19/Fiocruz; Editora Fiocruz, 2021, p. 31-42